



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

PÂMELA BARRETO CORREA

**CONTRA-ATACAR: A IMPORTÂNCIA DA PRÁXIS FEMINISTA DO
MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DE PERNAMBUCO
NA LUTA POR DIREITOS.**

**Florianópolis
2024**

PÂMELA BARRETO CORREA

CONTRA-ATACAR: A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA FEMINISTA DO MOVIMENTO
DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DE PERNAMBUCO NA LUTA POR
DIREITOS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de Mestra em Serviço
Social.

Prof.^a Orientadora: Dr^a Maria Regina de Ávila Moreira

Florianópolis

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pela autora,
Através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Correa, Pâmela Barreto

Contra-atacar: a importância da práxis feminista do movimento de mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco na luta por direitos / Pâmela Barreto Correa ; orientadora, Maria Regina de Ávila Moreira, 2024.

187 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Feminismo rural. 3. movimentos sociais. I. Moreira, Maria Regina de Ávila . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

Pâmela Barreto Correa

Contra-atacar: a importância da práxis feminista do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco na luta por direitos.

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Dr.^a Maria Regina de Ávila Moreira
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora

Prof. Dra. Ilena Felipe Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Membra Titular Externa

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Baima Cartaxo
Universidade Federal de Santa Catarina
Suplente – Membra Titular Interna

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestra em Serviço Social

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.^a Dr.^a Maria Regina de Ávila Moreira
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora

Florianópolis – SC

2024

Tanta terra perdida sem semente/ Tanta sem terra para plantar¹

Tanta terra perdida sem
semente/Tanta gente sem terra
para plantar

Tanta terra está abandonada

Tanta gente sentindo precisão

Sem plantar a banana e o feijão

E o rico calado não diz nada

A mesa do pobre está pelada

E o dono não pode melhorar

Não tem terra pra nela trabalhar

De tristeza a pobreza está doente

Tanta terra perdida sem semente

Tanta gente sem terra para plantar

Tanta gente de fome está morrendo

Sem saúde sem casa sem estudo

Mas o rico avarento tem de tudo

Não ajuda ao irmão que está sofrendo

Mas por isso o Brasil está perdendo

E a perda irá multiplicar

Se o quadro da Pátria não mudar

Nosso povo não é independente

Tanta terra perdida sem semente

Tanta gente sem terra para plantar.

¹ MARIA DA SOLEDADE LEITE, filha de família camponesa, trabalhadora rural, nascida e criada em Alagoa Grande - Paraíba, começou a cantar ao som da viola aos 19 anos de idade, mesmo sem a total permissão dos pais. Poema publicado na coletânea *Nossa História em Poesia: poemas reunidos*, de 2016, p. 118.

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo analisar a luta feminista por direitos realizada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco na contemporaneidade. Compreende o período de 2019 a 2023 dividido entre dois marcos: o contexto de pandemia da COVID-19 com a presidência do país sob o comando de um político de extrema direita e o início do terceiro mandato do presidente de esquerda Lula. O procedimento metodológico utilizado para responder ao objetivo foram as entrevistas com um roteiro de questões norteadoras realizadas de forma online com cinco integrantes desse movimento nos meses de setembro e outubro de 2023. Os resultados destacam os desafios e enfrentamentos do primeiro período e revelam um cenário de adoecimento em saúde mental decorrente de fatores em relação ao isolamento; medo eminente da morte; sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado; intensificação da fome; falta de acesso à renda e trabalho; violência doméstica. Contudo, se evidenciaram estratégias de mobilização para manter espaços de formação e solidariedade de classe. No segundo período o esperar retomou os ânimos para a luta com o reconhecimento dos desafios e limites de um novo governo eleito sob acordos e alianças políticas. Para o movimento os desafios atuais são: reorganizar o seu trabalho se base, motivar lideranças, tecer estratégias para arrecadar recursos, principalmente para reformar a sede em Caruaru-PE. E com isso, continuar a luta com as bandeiras históricas do MMTR-NE.

Palavras-chave: Trabalhadoras Rurais; Feminismo; Pandemia.

RESUMEN

El objetivo de esta disertación fue analizar la lucha feminista por los derechos llevada a cabo por el Movimiento de Mujeres Trabajadoras Rurales de Pernambuco en la época contemporánea. Abarca el período de 2019 a 2023 dividido entre dos hitos: el contexto de la pandemia del COVID-19 con la presidencia del país bajo el mando de un político de extrema derecha y el inicio del tercer mandato del presidente de izquierda Lula. El procedimiento metodológico utilizado para responder al objetivo fueron entrevistas con un guión de preguntas orientadoras realizadas en línea a cinco miembros de este movimiento en septiembre y octubre de 2023. Los resultados destacan los desafíos y enfrentamientos del primer período y revelan un escenario de enfermedad mental resultante de factores relacionados con el aislamiento; el miedo inminente a la muerte; la sobrecarga de trabajo doméstico y de cuidados; la intensificación del hambre; la falta de acceso a la renta y al trabajo; la violencia doméstica. Sin embargo, hubo evidencias de estrategias de movilización para mantener espacios de formación y solidaridad de clase. En el segundo período, Esperançar retomó el impulso de la lucha al reconocer los desafíos y límites de un nuevo gobierno elegido sobre la base de acuerdos y alianzas políticas. Los retos actuales del movimiento son reorganizar su trabajo de base, motivar a los líderes, desarrollar estrategias para recaudar fondos, especialmente para renovar la sede de Caruaru-PE. Y con esto, continuar la lucha con las banderas históricas del MMTR-NE.

Palabras clave: Trabajadoras Rurales; Feminismo; Pandemia.

ABSTRACT

This dissertation aimed to analyze the feminist struggle for rights carried out by the Rural Workers Movement of Pernambuco in contemporary times. It comprises the period from 2019 to 2023 divided between two milestones: the context of the COVID-19 pandemic with the country's presidency under the command of an extreme right-wing politician and the beginning of the third term of left-wing president Lula. The methodological procedure used to respond to the objective were interviews with a guide of guiding questions carried out online with five members of this movement in the months of September and October 2023. The results highlight the challenges and confrontations of the first period and reveal a scenario of mental health illness resulting from factors related to isolation; imminent fear of death; overload of domestic and care work; intensification of hunger; lack of access to income and work; domestic violence. However, mobilization strategies were evident to maintain spaces for class formation and solidarity. In the second period, hope returned to fighting with the recognition of the challenges and limits of a new government elected under agreements and political alliances. For the movement, the current challenges are: reorganizing its base work, motivating leaders, developing strategies to raise resources, mainly to renovate the headquarters in Caruaru-PE. And with that, continue the fight with the historic flags of MMTR-NE.

Passwords: Rural Workers. Feminism;.Pandemic.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - No centro da imagem está Elizabeth Teixeira, em gravação do documentário brasileiro *Cabra Marcado para Morrer*, de Eduardo Coutinho, em 1984.....45
- Figura 2 - Margarida Alves no cargo de presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Alagoa Grande - PB, discursando ao lado de Lula no início da década de 1980.50
- Figura 3 - Vanete de Almeida..... 54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPSH	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CLOV-Via Campesina	Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMC	Centro das Mulheres do Cabo
CMN	Casa da Mulher do Nordeste
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CNAPO	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos no Brasil
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDRAF	Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural e Sustentável
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONATRAE	Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Escravo
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democratas
EUA	Estados Unidos da América
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FLIPEI	Feira Literária de Livros de Paraty Independente
FPA	Frente Parlamentar Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agropecuária, Pecuária e Abastecimento
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
MEB	Movimento Eclesiástico de Base
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMFDH	Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos
MMTR-SC	Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Sertão Central
MMTE-NE	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MMTR-PE	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento de Trabalhadores Sem Terra
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Liberal
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PSB	Partido Socialista Brasileiro

PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PROUNI	Portal Único de Acesso ao Ensino Superior
REDE	Rede Sustentabilidade
REMULTISF	Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal de Santa Catarina
REUNI	Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
STF	Supremo Tribunal Federal
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUS	Sistema Único de Saúde
TdL	Teologia da Libertação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UPE	Universidade de Pernambuco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no contexto da formação sócio história do Nordeste.	28
2.1 A questão agrária no Brasil na constituição do campesinato como sujeito político	29
2.2 As trajetórias de resistência das mulheres rurais do MMTR-NE.	43
2.3 Elementos da formação sócio-histórica do Nordeste na constituição da classe trabalhadora rural.....	67
3. O caminho de transformar opressões em bandeiras de luta por direitos na história do MMTR-NE	88
3.1 A sementeira da organização política das mulheres no MMTR-NE em interface com o feminismo.	88
3.2 A práxis na tessitura de uma educação libertária no tornar-se feminista	109
4. O contexto contemporâneo da luta feminista do MMTR-PE.....	127
4.1 Contra-atacar para manter-se viva: a luta feminista rural por direitos no contexto da pandemia.....	127
4.2 A retomada da esperança e as bandeiras atuais de luta	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	166
REFERÊNCIAS	175
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	184
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	185

1. INTRODUÇÃO

Vozes-mulheres²
 A minha voz ainda
 ecoa versos perplexos
 com rimas de sangue
 e fome.
 A voz de minha filha
 recolhe todas as nossas vozes
 recolhe em si
 as vozes mudas caladas
 engasgadas nas gargantas.

Esse poema de Conceição Evaristo, educadora e mulher negra, ilustra o início do diálogo que se dará nesse trabalho acadêmico, na relação a ser estreitada entre a universidade e as vozes de mulheres trabalhadoras rurais e nordestinas, que historicamente são subjugadas, assim como suas ações políticas e produções teóricas. As vozes das mulheres que compõem o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) ecoam, desde 1986, com os seus gritos de protesto, de afeto, de revolta em atos políticos e vivências coletivas. Desde a época do seu surgimento, as vozes dessas mulheres organizadas ressoam as reivindicações por direitos; a denúncia da violência sofrida; falta de acesso à terra; e, o direito à documentação para as trabalhadoras rurais (Araújo, 2014a).

Essas militantes proclamam a necessária ocupação de espaços políticos e a participação delas de forma coletiva na busca por reconhecimento de suas existências e preservação da vida. Reivindicam que é urgente “trazer as mulheres para ocupação dos espaços públicos e de participação. Pensar a sustentabilidade da vida é repensar a vida das mulheres. E nós estamos fortalecendo nossa voz junto às vozes de tantas outras mulheres com nossas práticas e ações”³.

A participação das mulheres rurais nos espaços de luta política tem disputado direitos que exigem a ampliação da democracia para todos/todas pautando o reconhecimento e superação das desigualdades de gênero, classe e raça. As ações políticas dessas militantes têm

² Poema *Vozes-Mulheres*, publicado no livro *Poemas da Recordação e outros movimentos*. EVARISTO, Conceição. 3 ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017. Essa poeta é referência para as mulheres do MMTR-NE conforme observa-se no conteúdo do material da Escola Feminista na edição de 2020, que está em material impresso compartilhado durante vivência em Caruaru - PE.

³ MMTR-NE, Produção Coletiva das Mulheres do *et al. Pedagogia do MMTR-NE: mulheres na produção e reprodução de conhecimento*. Autonomia e Luta: experiências de Metodologias Feministas, Recife, p. 85, 2017. Produção coletiva das mulheres do MMTR-NE construída a partir da Oficina de Sistematização, realizada em outubro de 2015 no Assentamento Vitória da União, em Santa Luzia do Itanhi-SE.

demonstrado historicamente uma grande investida na disputa do poder e exigido novos contornos para as políticas públicas e projetos políticos de esquerda.

A minha aproximação com as vozes das mulheres rurais que recolhem outras de suas antepassadas em uma polifonia que ecoa também a partir da luta organizada no MMTR-NE, se deu a partir de uma vivência em um acampamento rural na cidade de Caruaru-PE, em 2019. Nessa oportunidade, eu passei uma tarde embaixo de uma lona ouvindo a líder desse acampamento compartilhando a história de luta pela reforma agrária daquele território. Ela expressava com muita nitidez política a condição de vida que essa população estava submetida, os interesses políticos e os conflitos que atravessavam a luta pela regularização dessa terra que ocupavam. Assim como as contradições da própria organização política junto ao Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), especialmente o que era direcionado pela direção do movimento, os desejos das famílias que estavam acampadas e as burocracias judiciais que fazem parte do processo de regularização fundiária.

Estelita⁴, líder desse acampamento, nos contou que o desfecho final da última audiência junto ao proprietário da terra, momento em que essas famílias estavam sem assessoria alguma, inclusive jurídica, foi decidido pela expulsão de todos/as daquela propriedade. Os/as integrantes acampados/as se organizaram e recusaram tal decisão. Protestaram e demonstraram as consequências que essa decisão teria na vida de todos/as, conseguindo uma nova negociação que permitiu a permanência da população nesse território. Contudo, outros grandes desafios estavam colocados como: a falta de suporte técnico para a agricultura; insumos para a plantação; acesso à água; e, a falta de moradia digna, pois todos permaneciam residindo embaixo de lonas.

O generoso compartilhamento dessa militante era carregado de análises críticas e elaborações que demonstravam consciência política sobre a realidade social. Estela, que teve pouco acesso à educação formal, ao nos ensinar sobre as problemáticas em torno da situação do acampamento, realizava mediações entre a sua realidade imediata e os determinantes econômicos e sociais. Ela situava as dificuldades vivenciadas no dia a dia apontando a trágica condição da classe trabalhadora no campo, em um evidente exercício da práxis. A oportunidade de conviver e aprender nessa situação provocou em mim questionamentos em torno do papel da formação política consolidada no cotidiano das lutas coletivas por direitos para a transformação da realidade. Nesse caso, em específico, a luta feita por mulheres que

⁴ Pseudônimo atribuído por mim para proteger a identidade da militante.

reivindicam o direito à vida, moradia, alimentação saudável, terra, participação política, a viver sem violência, direito trabalhista e previdenciário. Enfim, o direito a existir e resistir.

Essa oportunidade de estreitamento da minha realidade como uma estudante do sul do país com a realidade do campo no Nordeste, foi possível a partir de uma experiência incentivada quando eu cursava a especialização em saúde pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família⁵ desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina. Especificamente durante o estágio em saúde da população do campo, com parceria da Universidade de Pernambuco (UPE), em 2019, na cidade de Caruaru – PE. Um curso construído na valorização dessas vivências que promovem a função social da universidade, a educação popular em saúde e a formação de profissionais para fortalecer o projeto da reforma sanitária⁶ no Sistema Único de Saúde.

A vivência no acampamento em Caruaru - PE e todas as reflexões e questionamentos provocados resultou na minha aproximação com o tema de estudos e pesquisa que envolvia inicialmente a formação militante das mulheres rurais. Com isso, me aproximei, nesse mesmo ano de 2019, da militância do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Nesse ano estive próxima da realidade dessas mulheres no oeste de Santa Catarina em um encontro presencial, além de contribuir em um momento político em que se buscava estreitar o diálogo entre os movimentos sociais do campo e da cidade, principalmente a partir da Brigada urbana da Via Campesina em Santa Catarina.

Nesse caminhar próximo a essas mulheres me aproximei de algumas referências teóricas como o livro *Pedagogia da Semeadura* (Gaspareto, 2018), que intensificou o meu desejo de aprofundar a pesquisa sobre a realidade agrária. A autora desse livro, Sirlei Gaspareto, militante do MMC, desenvolveu sua premiada tese de doutorado⁷ sobre as práticas das militantes desse movimento na construção de uma epistemologia feminista camponesa a partir do Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças – aproximando a fronteira entre academia e militância – me inspirando na escolha do tema de estudo apresentado nessa dissertação. Principalmente ao discutir que,

Existe um processo histórico de construção epistemológica em curso que nasce de experiências territoriais, de movimentos populares, entre outros, que resistem à ideia

⁵ A Residência Multiprofissional em Saúde da Família (REMULTISF) da Universidade Federal de Santa Catarina é um curso de especialização de dois anos de duração, ligado ao Ministério da Educação, busca capacitar profissionais de saúde a partir da formação em educação no trabalho. Estágios em diversos serviços compõem esse processo de formação.

⁶ Um movimento político e social na segunda metade de 1970, a reforma sanitária foi a expressão usada para apontar o conjunto das ideias em relação às necessárias mudanças na área da saúde. Para mais informações, disponível em: <https://pensesus.fiocruz.br/reforma-sanitaria> . Acesso em: 24 ago. 2023.

⁷ Essa tese de doutorado recebeu em 2018 o Prêmio CAPES – Menção Honrosa.

de ciência única. Trata-se de outras formas de criar e produzir saberes, de construir conhecimento. Outras racionalidades vão sendo visualizadas. É importante esclarecer que não se trata de confundir a hegemonia eurocêntrica com a ausência da luta de classes nos territórios, pois isso seria também um equívoco (Gaspareto, 2018, p. 33).

Inspirada nas mulheres camponesas organizadas em movimentos sociais no campo que forjam suas narrativas e objetos de pesquisa a partir de suas vivências e práticas sociais, que expõem suas trajetórias pessoais, que as constroem enquanto pesquisadoras e militantes, com a intenção de aproximar interlocutora e ouvinte. Recorro ao mesmo exercício de aproximação apresentando-me enquanto uma mulher branca, trabalhadora urbana, de origem periférica na cidade de São Paulo. O que me posiciona nessa construção militante e acadêmica não como protagonista da luta das mulheres trabalhadoras rurais, mas como intelectual-militante comprometida com as discussões que perpassam tal temática. Nessa relação, me reconheço enquanto parte da classe trabalhadora e mulher submetida à lógica hierarquizante e opressora patriarcal, percebendo a importância em contribuir para estreitar a luta das mulheres do campo e da cidade.

A maioria dos/das sujeitos/as que vivem nas áreas urbanas é fruto, ou seus familiares, de um processo de um êxodo rural intensificado⁸ no país nas últimas décadas, assim como eu, filha de mãe nordestina em que foi obrigada a migrar para o Sudeste para ter acesso ao direito de trabalhar e sobreviver. Sem exceção, todos nós dependemos do que é produzido no campo, principalmente pela agricultura camponesa que produz a maior parte dos alimentos que chegam à mesa da população brasileira⁹. Nesse contexto, as mulheres dos movimentos sociais do campo pautam a conservação da natureza e a produção de alimentos agroecológicos. Logo, são guardiãs das sementes crioulas defendendo o acesso universal à água, à função social da terra que, em síntese, é a defesa pela vida de todos os seres vivos. Essa realidade amplia o meu entendimento do que é o campo e a cidade para além de uma divisão geográfica,

⁸ A mecanização no campo é um dos elementos que provocou a expulsão dos trabalhadores rurais para a cidade em busca de trabalho. Esse processo teve o seu ápice nas décadas de 1970 e 1980, mas ainda é contínuo, apesar de acontecer em percentuais menores. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, mostra que a maior parte da população está atualmente concentrada em áreas urbanas (87,72%). Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso em: 06 jun. 2023.

⁹ Segundo o site do Ministério da Agricultura e Pecuária, a agricultura familiar constituída por pequenos produtores, assentados da reforma agrária extrativistas, pescadores, silvicultores, aquicultores, povos e comunidades tradicionais, é a principal responsável pela produção de alimentos no país. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 19 jun. 2023. E, em relação à produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, o Atlas do Agronegócio de 2018 nos mostra que a agricultura familiar é quem fornece 75% desses produtos. Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/T1D00091.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

compreendendo outras relações objetivas e simbólicas e a necessidade da unificação da luta da classe trabalhadora rural e urbana.

Ao me apresentar nesse trabalho acadêmico como mulher não trabalhadora rural, uma discussão sobre “lugar de fala” é provocada. De antemão, pontuo que não compreendo o “lugar de fala” de forma exclusivista, ideia de que somente a pessoa oprimida pode falar sobre o que vivência. A problemática disso é que historicamente esses/essas sujeitos/as são marginalizados/as e, com isso, estão excluídos/as das disputas de narrativas dentro da academia, por exemplo (Chagas, 2018).

Spivak (2010) nos orienta nessa discussão com provocações em torno da relação do/a pesquisador/a com o/a sujeito/a subalterno/a, este/a que é elucidado como alguém que está debaixo de tantas camadas de exclusão que sua voz não pode ser ouvida, pois está historicamente emudecido/a. Convidando a todos e todas a um exercício metodológico de construção de espaços de enunciação para evitar falar por essas sujeitas, mas sim falar com elas. Ao mesmo tempo, a autora alerta sobre a necessidade de tomar distância de uma simplificação e do ocultamento da diversidade das/dos sujeitos/as. O que vem ao encontro do que aponta pesquisadoras da área no Brasil.

Mulheres rurais é uma categoria política e identitária, que vai além de uma prática produtiva. São mulheres que desenvolvem diversas atividades e que estão inseridas em culturas distintas. São quilombolas, indígenas, agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, posseiras, sítiantes, artesãs, extrativistas, mulheres de comunidades tradicionais, professoras, raizeiras, benzedoras, parteiras, etc. e que vivem, sentem e reproduzem esse modo de ser a partir de seus corpos e trajetórias, da sua relação com a natureza, com a biodiversidade, suas práticas de trabalho, culturais e espirituais distintas de outras mulheres (Jalil, 2021, p.2).

Ainda sobre os necessários apontamentos de Spivak (2010) nessa pesquisa, mesmo sendo escrito originalmente em 1985, apresenta uma construção política epistemológica que nos propõe a pensar na elaboração de perspectivas plurais e libertárias para as Humanidades no século XXI. No caso das mulheres camponesas, “[...] não são mais, desde então, [...] apenas ‘receptoras’ ou ‘reprodutoras’. São sujeitos da história (Paulo Freire) em processo de (des)construção e têm alguma coisa de singular para escrever.” (Spivak, 2010, p. 4).

Na luta da classe trabalhadora, as mulheres trabalhadoras rurais do Nordeste do país ao perceberem o que havia de comum nas dificuldades, sonhos e desafios, identificaram a necessidade de uma organização autônoma. Nasce na década de 1980, em duas microrregiões de Pernambuco e Paraíba, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), que hoje tem sede em Serra Talhada-PE com atuação também em Alagoas,

Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, reconhecido judicialmente em 1995 (Vieira, 2014).

Ao longo desses trinta anos, o movimento vem combatendo a submissão, organizando e mobilizando as mulheres trabalhadoras rurais (jovens, idosas, negras, bissexuais, lésbicas, indígenas, ciganas, assentadas, agricultoras, pescadoras, extrativistas, artesãs, quilombolas, marisqueiras e quebradeiras de coco babaçu) na luta pela participação política na sociedade. Reivindicam a construção de políticas públicas de agricultura familiar e para as mulheres tendo como horizonte a mudança radical da divisão sexual do trabalho. Na história dessa construção feminista rural, avanços foram conquistados quanto ao direito à documentação e o direito à terra em ações de plano internacional na América Latina pela soberania alimentar, agroecologia e autonomia dos povos (CARTA MMTR, 2016).

As mulheres rurais nordestinas ocupam no imaginário brasileiro um perfil de submissão, ignorância e passividade. Percebidas como inofensivas, a partir de uma imagem que as conforma como pessoa pobre, sem escolaridade e incapaz de se defender. Incompatível com a realidade que demonstra as resistências que sempre tiveram que travar pela sobrevivência da população rural. Vale acentuar que esse processo de desvalorização serve para tentar destituí-las do campo político no qual elas já estão historicamente disputando (Araújo, 2017b.).

É nos processos de existir e resistir que, organizadas no MMTR-NE, elas problematizam as estruturas de dominação patriarcal que naturalizam papéis sociais impostos às mulheres. E as demais forças de opressão como o racismo e o capitalismo que, através da ideologia de exploração da força de trabalho, se manifestam no contexto rural principalmente pela invasão do agronegócio (Vieira, 2014).

No decorrer desse processo de pesquisa sobre a militância das mulheres rurais, entre aproximações e períodos de afastamentos, não é possível ficarmos alheias quanto às principais questões conjunturais que atingiram a população do campo. Especialmente no período de crise sanitária, política e social em um contexto de pandemia da COVID-19, onde os movimentos sociais do campo travaram uma luta contra a extrema direita e construíram ações de solidariedade e enfrentamento à fome da população brasileira.

Mesmo diante de um cenário de fome também vivenciado pela população rural, isolamento social, falta de acesso a políticas públicas provenientes do estado de calamidade, pesquisas mostraram¹⁰ que as mulheres rurais tiveram um evidente protagonismo na

¹⁰ JALIL, Laeticia Medeiros; COSTA, Michelly Aragão Guimarães; SILVA, Luiza Carolina; OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima. *O Impacto da COVID-19 na vida das mulheres rurais do nordeste do Brasil*. In:

participação comunitária e/ou política durante a pandemia. Elas construíram coletivamente ações de solidariedade contra os efeitos da pandemia, repartição de alimentos, cuidados com outras pessoas doentes, assim como apoio às mulheres vítimas de violência.

No início desse período pandêmico, a população rural enfrentou um abandono no campo ainda mais intensificado, sendo, inicialmente, impedida de acessar o Auxílio Emergencial (lei 13.982/2020) como agricultores/as, por veto do presidente da república de extrema direita Jair Bolsonaro. Conviveram com a perda na produção, novos desafios na comercialização dos produtos tendo em vista a diminuição das feiras e das compras institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Contexto em que se intensificou as desigualdades sociais, a fome, a violência doméstica, o acesso à renda, ao trabalho e à terra.

Os movimentos sociais de esquerda, principalmente do campo, que enfrentam historicamente um processo intenso de criminalização que precariza ainda mais a vida das trabalhadoras e trabalhadores rurais, reorganizaram a luta. Voltaram as suas ações à solidariedade e à sobrevivência, compreendendo a importância da formação política como pilar que dá horizonte à luta, construíram espaços online, enfrentando as dificuldades da população do campo no acesso à internet.

Os/as trabalhadores/as do campo e da cidade sentiram os impactos dos quatro anos de um governo que nitidamente flertava com o fascismo¹¹, principalmente, quando ele promovia cortes orçamentários devastadores nas políticas públicas, assim como encorajava seus eleitores contra aqueles/aquelas que pensam diferente dele, promovendo mais violência contra a população rural. Traços desse fascismo bolsonarista também eram marcantes nos seus discursos e de alguns de seus secretários com lemas fascistas e nazistas.

Quanto ao direito à terra, esse governo de extrema direita foi denunciado por entidades e partidos políticos pela paralisação da Reforma Agrária, pois mesmo se anunciando enquanto o maior titular de terras quando comparado aos seus antecessores, na sua administração reduziu o número de famílias assentadas, de desapropriação e aquisição de terras. A titulação

Convergências e divergências: mulheres, feminismos e agroecologia. GT Mulheres da ABA. v. 16 n. 1. p. 1-13, 2021. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6621>. Acesso em: 25 ago. 2023.

¹¹ Análise sobre os traços do fascismo no governo Bolsonaro realizada pela professora Dr. Maria Aparecido de Aquino em entrevista para a Central Única dos Trabalhadores (CUT). ROCHA, Rosely. **Entenda o que é fascismo e por que o governo Bolsonaro flerta com o regime**: perseguição à cultura, à educação e ao livre pensamento são características do regime fascista que levou a Itália à destruição, guerra e mortes. Para historiadora da USP governo Bolsonaro flerta com esse regime. 2022. CUT/Central Única dos Trabalhadores. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/entenda-o-que-e-fascismo-e-por-que-o-governo-bolsonaro-flerta-com-o-regime-0d21>. Acesso em: 25 ago. 2023.

das terras que foi a maior na série histórica desde o governo Fernando Henrique Cardoso, não pode ser analisada de forma isolada, pois no processo de garantia da reforma agrária há outras necessidades que devem ser cumpridas. Titular terras de assentados/as para utilizar como propaganda, sem garantias de acesso a crédito, significa retirar essas famílias do Programa Nacional da Reforma Agrária e abandoná-las à própria sorte¹².

Depois de quatro anos de um cenário político e social de intensos ataques à classe trabalhadora, a esperança ressurgiu com o governo de esquerda liderado por Luiz Inácio Lula da Silva. Entre as diretrizes do seu programa de governo¹³ está o impulso à reforma agrária como uma das respostas para a criação de empregos e da garantia da soberania alimentar no país. Assim como o compromisso com a proteção dos direitos e dos territórios dos povos indígenas e populações tradicionais, ratificando o dever em assegurar a posse de suas terras.

O então presidente da república demonstra tentar conciliar de um lado a sua base eleitoral e de outro conquistar um setor que está alinhado com o bolsonarismo, o agronegócio. Já no início do seu governo teve que lidar com o aumento das ocupações de terra, fato que o levou a declarar que elas não serão necessárias durante sua administração, um recado para que os movimentos sociais do campo recuassem nessa estratégia histórica para a efetivação da reforma agrária. Lula ao mesmo passo que anunciou que lançaria um Plano Emergencial para lidar com tal questão, investe em uma proposta de um novo Arcabouço fiscal (PLP 93/2023)¹⁴ que pode comprometer as promessas de campanha e com isso provocar uma frustração da sua base eleitoral, que associada com uma crise econômica pode alavancar a direita no país. Com esse mecanismo de controle financeiro, se limita severamente a capacidade de investimento nas políticas públicas e sociais. Na proposta original até os pisos garantidos constitucionalmente para políticas como saúde e educação, seriam flexibilizados.

Os movimentos sociais do campo que estiveram historicamente alinhados com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) permitem-se retomar as forças e a esperança depois de um período devastador de intensa criminalização e violência contra defensores/as de

¹² Dados do INCRA e entrevista concedida pelo MST. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fatos-primeiro-bolsonaro-acerta-sobre-numeros-de-titulacao-de-terras-mas-omite-dados-de-reforma-agraria>. Acesso em: 25 ago. 2023.

¹³ Documento está disponível no site do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/893498/5_1659820284477.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.

¹⁴ A proposta que substitui o Teto de Gastos do governo Temer, preserva os benefícios ao mercado financeiro. Como afirma, trata-se de um “liberalismo com desconto”, pois há a continuidade de um projeto que visa diminuir o Estado na economia. PLP 93/2023 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/novo-arcabouco-fiscal/index.html#:~:text=O%20Regime%20Fiscal%20Sustent%C3%A1vel%2C%20conhecido,equil%C3%ADbrio%20entre%20arrecada%C3%A7%C3%A3o%20e%20despesas>. Acesso em: 25 ago. 2023.

direitos humanos¹⁵ sob a administração de um desgoverno fascista, mas lidam com os novos desafios e contradições. Compôs esse cenário de retomada do esperar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) provocada pela bancada ruralista contra o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em retaliação à crescente de ocupações de terra realizadas em 2023. Ela busca aumentar a tensão já existente nos territórios e o ódio contra esse movimento, assim como desmoralizar, deslegitimar e criminalizar a luta campesina.

O ex-presidente da república, Jair Bolsonaro, cumpriu sua promessa de campanha de não demarcação de terras indígenas e priorização dos interesses do agronegócio, defendendo a tese do Marco Temporal que é uma ameaça muito perigosa aos povos indígenas. A tese defendida busca definir uma data a partir de quando um território pode ser considerado indígena ou não, o que significa que as terras já homologadas podem ser reduzidas ou as que estavam na espera de demarcação podem não serem mais. Retirar a terra de uma etnia indígena é o mesmo que desaparecer com ela, eliminá-la, mantendo o projeto de extermínio dos povos originários. O resultado é o genocídio das populações indígenas e a permanência dos grileiros nos territórios que deveriam ser homologados, com isso a total anistia aos que realizam historicamente a grilagem nas terras brasileiras.

Diante desse contexto, a população do campo, das águas e da floresta, tem realizado enfrentamentos, demonstrando a retomada de uma esperança ativa, de quem compreende que direitos se conquistam na luta. Exemplo disso foi a 7ª Marcha das Margaridas de 2023, onde pude compartilhar junto com as mulheres o sentimento de urgência em avançar com as pautas que estiveram negligenciadas pelo governo anterior. Ao mesmo tempo, era evidente a felicidade coletiva de quem tomava as ruas com o lema “Pela reconstrução do país e pelo bem-viver”, reivindicando soberania alimentar, participação na política e autonomia sobre seus corpos e territórios.

Como a realidade é o que se impõe é importante sinalizar que, o objeto de pesquisa foi tomando formas diferentes nesses anos de elaboração a fim de compreender qual estudo poderia contribuir com a luta das mulheres do campo nesse cenário político. Mas, principalmente, aprender com elas sobre sua organização e construção de saberes a partir de uma epistemologia feminista de resistência, que mantendo uma relação dialógica com suas

¹⁵ A pesquisa realizada pelas organizações Justiça Global e Terra de Direitos, *Na Linha de Frente: violência contra defensores e defensoras de direitos humanos no Brasil*, realizada 2019 a 2022, anos do governo Jair Bolsonaro, mostra dados alarmantes sobre o acirramento de conflitos nos territoriais e ambientais, com 1171 casos de violência, 169 assassinatos e 579 ameaças. Sinais de tortura foram encontrados em 11 corpos de defensores e defensoras mortos/as. Os dados também mostram que os/as defensores/as indígenas foram alvos de grande parte das violências, fruto de uma política anti-indígena e o aumento da invasão dos territórios pelo agronegócio. Disponível em: <https://www.global.org.br/blog/na-linha-de-frente-violencia-contra-defensoras-e-defensores-de-direitos-humanos-no-brasil-2019-2022/>. Acesso em: 25 ago. 2023.

vivências forja a retomada da esperança diante de inúmeros novos desafios na luta por direitos sociais e políticos. Um objeto de estudo em que a materialização da pesquisa é baseada na práxis da atuação política das mulheres rurais, com objetivo geral de analisar a luta feminista dessas sujeitas organizadas no MMTR-PE por direitos na contemporaneidade. Para tanto, elencamos objetivos específicos que nos conduzissem ao geral, tais como: sistematizar o processo histórico de consolidação do MMTR-NE; indicar o contexto sócio-histórico nordestino na emergência da classe trabalhadora rural, especialmente o MMTR-NE; levantar as origens da luta pelos direitos das mulheres na pauta do MMTR-NE, bem como o debate sobre feminismo e, ainda os desafios contemporâneos e formas de enfrentamento.

Assim, esta pesquisa se justificou pela necessidade de compreender tais processos e, por conseguinte, dar visibilidade às ações políticas construídas por essas mulheres trabalhadoras rurais, mas, principalmente, identificar as potencialidades da práxis feminista desenvolvida por elas no cotidiano. Com isso, desmistificando a visão arcaica que alimenta o imaginário brasileiro de que o campo é o lugar do atraso e de que a mulher camponesa é ignorante e não luta. Além de buscar desconstruir a ideia de que a cidade é o único lugar possível para o desenvolvimento, compreendendo o campo não somente como o espaço da produção rural, mas também de produção de relações sociais, de construção e valorização de identidades e, sobretudo, de construção de conhecimento e luta.

Buscou-se também aproximar-se e destacar os caminhos que se desenvolvem em paralelo, muitas vezes na invisibilidade que é provocada por um processo de apagamento de suas resistências, a partir da análise do conteúdo das entrevistas realizadas com cinco militantes desse movimento. Assim como destacar os espaços sociais em que as sujeitas constroem saberes orientados por suas experiências e, no caso deste estudo, no movimento social que compõe os seus contextos de vida. Ou seja, compartilhar e produzir saberes que são constituídos também nos confrontos sociais e políticos, assim como nas contradições dos próprios processos, mas que se fortalecem como instrumento político.

No processo de aprender o que Paulo Freire e Antonio Faundez (1985) nos provoca sobre a importância de que todo conhecimento começa por perguntas, que devem partir do que nos instiga e indigna, devem ser mobilizadas pela realidade no exercício contínuo de aproximação da teoria e prática, compreendendo os conceitos de forma encarnada. O que significa reconhecer que eles são incorporados nos/nas sujeitos/as e seu cotidiano e não uma total abstração. Mesmo diante do reconhecimento das críticas feministas à sua escrita sexista, como nos aponta bell hooks (1984 *apud* Mariz 2021), foi na obra *Por uma Pedagogia da Pergunta* (Freire; Faundez, 1985) onde ela aprendeu com a disposição de Freire a lutar ao

mesmo tempo que expunha suas deficiências e o esforço para novas reflexões. Paulo provocou em bell hooks o que ela chama de construção de uma identidade na resistência, e fez com que ela percebesse a confluência que há no trabalho da pedagogia feminista e as ideias freirianas (Mariz, 2021).

Nesse aprendizado sobre o perguntar, inspirada por Paulo Freire e bell hooks, muitos questionamentos surgiram durante as aproximações com o tema, que é latente na medida em que consideramos a sua emergência. A luta por direitos sociais e políticos é realizada historicamente pelo povo brasileiro, e na atual conjuntura traz novos desafios depois de quatro anos de um governo de extrema direita e o início de um mandato de esquerda de um presidente que recebeu sua faixa presidencial das mãos do povo¹⁶, literalmente.

Com isso, diante desse cenário político nos questionamos: quais foram as principais demandas e os desafios enfrentados por essas mulheres durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) em um contexto de crise sanitária, social e política intensificada pela pandemia; quais são as principais pautas para o MMTR-PE na atualidade frente a um governo de esquerda com a eleição do presidente Lula; e, a avaliação da conjuntura atual.

Para responder a tais perguntas e o objetivo proposto para essa dissertação, realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa, como Minayo (2001) nos ensinou, o trabalho da pesquisadora, especialmente em investigações na área das ciências humanas e sociais é, sobretudo, avaliar e explicar qualitativamente os achados. A opção metodológica por realizar entrevistas, portanto, tem relação intrínseca com o objeto. Nessa direção, mais outros/as quatro autores/as foram essenciais para a justificativa da escolha metodológica e principalmente para a análise do conteúdo.

Paul Thompson em sua obra *A Voz do Passado – História Oral* (1991) retrata o tema da entrevista, sinalizando que ainda que não haja total neutralidade na implicação sujeito/a – entrevistador/a, há necessidade do cuidado na formulação das perguntas para não induzir respostas. A intencionalidade está posta na escolha do objeto, na opção metodológica, mas, o conteúdo do instrumento de investigação precisa ser cuidadoso. Com isso, trabalhamos com um roteiro (Apêndice A) que atendesse aos objetivos, deixando amplo para a construção respeitosa e autônoma dos posicionamentos das entrevistadas. Todas têm história e memória das lutas de forma engajada na trajetória do MMTR. Selecionamos cinco mulheres que

¹⁶ O presidente Luiz Inácio Lula da Silva subiu a rampa do Palácio junto com oito representantes da população brasileira (indígena, menino negro periférico, uma mulher negra catadora de recicláveis, uma pessoa portadora de deficiência, metalúrgico do ABC paulista, um professor, uma criança PcD, e mais duas pessoas que estiveram na vigília em Curitiba – PR por sua libertação), que lhe entregaram a faixa presidencial. Cerimônia na qual o ex-presidente não compareceu.

conhecemos no processo de aproximação ao MMTR-PE e/ou indicadas por lideranças do Movimento.

Assim, os critérios eleitos intencionalmente para a escolha das militantes entrevistadas foram definidos objetivando alcançar o conteúdo necessário para responder ao objetivo da pesquisa. Entendemos que é imprescindível abarcar uma maior temporalidade das ações do movimento e maior capacidade de síntese e registro das informações necessárias, desenhando o seguinte perfil: mulheres que já estiveram na direção do movimento e/ou são articuladoras políticas; participaram dos espaços de formação; e estiveram presentes em momentos de mobilizações.

São elas:

1. Ana Paula da Silva

Profissão: educadora popular

Escolaridade: superior

Idade: 37 anos

Estado civil: solteira

Filhos: 2

Natural da cidade: Cachoeirinha / Pernambuco

Reside na cidade: Jupi / Pernambuco

Raça / etnia que se identifica: negra

2. Margarida Pereira da Silva (conhecida por Ilda)

Profissão: trabalhadora rural, desde pequena.

Idade: 75 anos

Tem: 4 filhos

Natural da cidade: Casinhas - PE

Reside na cidade: Casinhas – PE

Raça / etnia que se identifica: negra

3. Josefa Ferreira da Silva, conhecida como Silva Josefa

Idade: 63 anos

Naturalidade: Riacho das Almas – PE, onde ainda mora.

Raça: os povos originários e negros, eu me identifico com essas duas identidades.

Escolaridade: primário, quarta série, primário incompleto.

Estado civil: está a 9 anos viúva. Foi casada 32 anos

Filhos: quatro filhos, uma filha e três filhos

4. *Elizete Maria da Silva*

Idade: 71

Naturalidade: Pombos - PE

Raça: negra

Escolaridade: ensino médio completo

Estado civil: divorciada

Filhos: dois filhos, uma mulher e um homem.

5. *Maria Auxiliadora Cabral (Dora)*

Idade: 74 anos

Raça: branca

Escolaridade: especialização

Estado civil: solteira

Filhos: uma filha

As entrevistas¹⁷ foram realizadas online a partir da plataforma Google Meet entre os meses de setembro e outubro de 2023, todas as participantes receberam antecipadamente o roteiro de questões norteadoras. Foram informadas que as conversas seriam gravadas para realizar a transcrição do conteúdo das entrevistas enviadas posteriormente a todas as militantes para acrescentar ou retirar partes, conforme a avaliação de cada uma. Complementaram os dados de pesquisa materiais cedidos pelo movimento em duas visitas realizadas pela pesquisadora à sede do MMTR-NE em Caruaru – PE, em dezembro de 2020 e junho de 2023.

¹⁷ O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina UFSC após a realização da banca de qualificação em setembro de 2023, mas obtivemos retorno até então.

Ecléa Bosi (2003, p. 15) dedicou-se a falar sobre História Oral, na particularidade da memória: Em seus termos,

A memória oral, longe da unilateralidade para a qual tendem certas instituições, faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra a sua maior riqueza. Ela não pode atingir uma teoria da história nem pretender tal fato: ela ilustra o que chamamos hoje a História das Mentalidades, a História das Sensibilidades.

Nem por isso menos validada do ponto de vista de retratar o vivenciado como experiência que politiza o cotidiano, que dota de sentido e traz as contradições daquele tempo presente para a compreensão do que permanece e do que muda pela ação dos/das sujeitos/sujeitas. Serão sempre fragmentos lembrados cuja tarefa da pesquisadora é o de explicitar as determinações sócio-históricas dos contextos sob análise, ou seja, a sua totalidade. E. P. Thompson na clássica obra “Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros – uma crítica ao pensamento de Althusser” (1981, p. 182), no debate do campo marxista em contraposição a Althusser, dedicará um item sobre a experiência como um termo ausente até então nas elaborações. Dirá:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomas, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, "relativamente autônomas") e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.

É nessa perspectiva que dotamos de história a cultura, a vida experimentada como materialmente capaz de pensar e agir sobre e com as estruturas sociais e econômicas. É a concepção de indivíduo social que possibilita a movimentação necessária para a interferência concreta nas mudanças a favor da emancipação humana. Portanto, é com o alicerce desses/as intelectuais que organizamos a pesquisa, tendo por fim os subsídios de Bardin (1995) com sua análise de conteúdo, com o suporte fundamental no processo de organização e análise das entrevistas: categorizar as respostas e nuclear os conteúdos que indicaram a definição das seções, que seguem esta introdução: a segunda seção compõe as discussões em torno do conceito de questão agrária e seu desenvolvimento na constituição brasileira, destacando a história dos movimentos sociais do campo e suas reivindicações. Em terceiro momento analisamos elementos da formação sócio-histórica do Nordeste do país e as determinações

sociais e econômicas que constituem o território e atravessam as experiências das mulheres rurais e suas pautas de luta. Finalizamos essa seção com o resgate das trajetórias de luta de mulheres rurais históricas que inspiram a luta do MMTR-NE, assim como apresentamos quatro das entrevistadas que foram contemporâneas àquelas figuras com entrelaçamentos em suas histórias.

A terceira seção resgata os marcos históricos na constituição do MMTR-NE e as bandeiras de reivindicações do movimento a nível nacional e local em interface com o momento de aproximação com o feminismo. Assim como os processos formativos que forjam a práxis feminista que dão horizonte à luta. Por fim, a última seção desse trabalho aborda os desafios, demandas e estratégias de enfrentamento frente ao contexto de pandemia; e, na última subseção a análise das pautas atuais de luta na conjuntura política pós pandemia e início do governo petista.

2. O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no contexto da formação sócio história do Nordeste.

Pra mudar a sociedade / do jeito que a gente quer
 / participando/ sem medo de ser mulher
 Porque a luta não é só de companheiros / Participamos
 sem medo de ser mulher
 Pisando firme sem pedir nenhum segredo / Participando
 sem medo de ser mulher
 Pois sem mulher a luta vai pela metade / Participamos
 sem medo de ser mulher
 Fortalecendo os movimentos populares / Participando
 sem medo de ser mulher.
 Na aliança operária-camponesa
 Participando sem medo de ser mulher
 Pois a vitória vai ser nossa com certeza / Participando
 sem medo de ser MULHER
 Sem medo de ser mulher¹⁸.

É na terra, nos territórios e na luta que é atravessada também pelo reconhecimento dos seus saberes que as mulheres rurais forjam a sua identidade camponesa e as estratégias para a construção de relações sociais sem opressão de classe, raça e sexo. Compreender suas histórias, o modo de vida, a construção de conhecimento e a atuação política por

¹⁸ *Sem medo de ser mulher*, canção publicada no Caderno de Canções da 6ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais/CONTAG, em 2016, p. 6. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f2668caderno-de-msicas---plenaria-mulheres.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.

direitos passa por aprender a formação sócia histórica do chão em que os seus pés pisam e da terra em que suas mãos trabalham para produzir a maior parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

As experiências das mulheres rurais estão atravessadas por determinações sociais que constituem o território agrário no Brasil a partir do modo de produção econômica que dita características próprias em cada momento histórico e compõem as pautas de luta dos movimentos sociais no campo. Partindo desse pressuposto, faz-se imprescindível contextualizar a discussão em torno da questão agrária para, assim, compreendermos os determinantes econômicos e sociais que atravessam as experiências no campo. Considerando que “é no desenrolar dos conflitos e na constituição dos sujeitos políticos no campo que se pode ler as dimensões da questão agrária brasileira” (Medeiros, 1989, p.211), buscaremos contextualizar brevemente as principais lutas históricas do século XX dos povos camponeses que compõem a luta de classes no país. Com isso, a primeira subseção que segue engloba essas discussões.

É no ínterim das lutas que as mulheres rurais identificam o processo de dominação-exploração (Saffioti, 2015) no qual estão submetidas pela estrutura patriarcal na sociedade, e assim constroem suas estratégias de enfrentamento e sobrevivência, enriquecendo e provocando a construção de saberes em torno do feminismo a partir de suas experiências, tecendo caminhos entre teoria e práxis na luta por direitos e participação social. Como veremos a partir das trajetórias de luta das militantes do MMTR, inspiradas por histórias de companheiras ilustres como Vanete de Almeida, Elizabeth Teixeira e Margarida Alves, na subseção dois. Por fim, essa seção desse trabalho busca caracterizar elementos da formação sociohistórica do Nordeste e suas particularidades na constituição da classe trabalhadora rural.

2.1 A questão agrária no Brasil na constituição do campesinato como sujeito político

Para introduzir a questão agrária será preciso contextualizar o processo da construção teórica sobre esse tema. Para isso, fundamentamos a discussão a partir de um dos intelectuais do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST), João Pedro Stédile. Vale ressaltar que a sua produção é advinda de uma construção coletiva a partir dos territórios de luta no campo que se tornam exemplo da relação teoria e prática.

As pesquisas acadêmicas sobre a realidade agrária brasileira são muito recentes, se iniciaram, na década de 1960, pela necessidade política dos partidos políticos se posicionarem sobre o tema e não pelo progresso da ciência nas Universidades, embora elas tenham se envolvido no debate de alguma maneira. A carência de estudos científicos sobre essa temática é resultado de alguns fatos históricos como os 400 anos de submissão colonial no Brasil que provocaram um atraso no desenvolvimento de produções acadêmicas sobre a nossa realidade social (Stédile, 2011).

Essa submissão colonial na formação da educação no Brasil tem o seu conteúdo atrelado à constituição das relações de produção econômica (Marini, 1997). Como um país exportador de matérias primas e dependente do mercado internacional, inclusive para composição da mão-de-obra nacional e dos “produtores e administradores de ideias, os letrados” (Marini, 1977, p.5) que eram importados dos centros europeus, assim como estudantes brasileiros eram enviados à Universidade de Coimbra. Esse processo correspondeu aos interesses de dominação ideológica da metrópole no período colonial que estavam atrelados ao projeto de economia.

O surgimento das Universidades no nosso país se deu tardiamente, com 200 anos de atraso, quando comparamos a outras nações também colonizadas na América Latina. Nasceram no Brasil em conjunto com um projeto de desenvolvimento nacional urbano e industrial corroborando com o distanciamento da universidade com a discussão da questão agrária. O que reforça ainda hoje afirmações de que com a organização atual econômica do país as problemáticas em torno da realidade agrária estariam superadas (Stédile, 2012).

A categoria de questão agrária vem sendo construída desde o século XVIII até o século XX com os pensadores que hoje são conhecidos como clássicos como: Karl Marx, Karl Kautsky, Vladimir Lenin e Giovanni Arrighi. Eles formularam diferentes teses em relação ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura sendo estas análises que se constituíram em momentos históricos em países específicos. Em suas investigações, esses autores observaram que a terra, que até o feudalismo era monopólio das oligarquias, se constitui como mercadoria no capitalismo com a constituição da propriedade privada como direito (Stédile, 2012).

É importante destacar que a tese de Marx (1988 *apud* Stédile, 2012) aponta para o fato de que sendo a terra propriedade privada torna-se, então, sujeita às mesmas regras do capitalismo especialmente quanto à característica da acumulação. Contudo, considerando os conceitos da economia política, a terra se institui como uma mercadoria, pois mesmo tendo preço, não tem valor em si, já que não é fruto do trabalho humano, mas sim um bem da natureza (Stédile, 2012).

Na atualidade, o termo *questão agrária* é compreendido a partir da consideração preliminar de que em cada sociedade há uma forma de utilizar a natureza e os bens agrícolas provenientes dela no atendimento das necessidades sociais. Com isso, há hoje um entendimento de que esse conceito é uma área do conhecimento científico que se dedica a estudar os problemas das sociedades ao longo da história relacionados à forma como organizam a posse, a propriedade e o uso da terra. Essas três categorias têm aspectos dispares, mas são complementares (Stédile, 2012).

Contudo, ainda se observa na literatura política no Brasil um reducionismo que aponta que o ‘problema agrário’ está relacionado à concentração de terras como inibidor do desenvolvimento do capitalismo. Esse entendimento é ainda hoje utilizado mesmo com o desenvolvimento teórico em torno do tema decorrente de um colonialismo intelectual em ideias que se fundamentam nas discussões construídas por um dos pensadores clássicos europeus como Kautsky (1968 *apud* Stédile, 2012). Este que analisou a concentração de terras como uma contradição para o desenvolvimento do sistema econômico na medida em que os trabalhadores estando sem acesso à terra não teriam possibilidades de produzir e tornarem-se consumidores. Sua análise foi desenvolvida em um momento histórico específico de transição do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial na Alemanha no final do século XIX e início do século XX (Stédile, 2012).

Como analisa Caio Prado Junior (1979), em 1963, a estruturação da organização agrária no Brasil não se deu a partir de uma economia camponesa explorada por senhores feudais como em alguns países da Europa. Desde a colonização brasileira a economia se baseou em uma exploração rural de grandes extensões se moldando ao modo de produção capitalista e se desenvolvendo na substituição do trabalhador escravizado pelo juridicamente livre. Neste ínterim, o autor afirma que nessa nova constituição da relação capital e trabalho alguns setores ainda carregavam traços servis de uma herança do passado escravocrata, mas que erroneamente são analisados como “restos feudais”.

As atuais análises políticas sobre o tema que ainda incorporam tal entendimento a partir das análises de Kautsky (1968, *apud* Stédile, 2012) para compreender hoje a questão no Brasil não consideram que cada sociedade e período histórico produzem seus próprios ‘problemas agrários’. Estes que se constituem de formas diferentes por que são consequências de contradições desenvolvidas a partir dos modelos de organização adotados em uma sociedade em um momento específico.

Por exemplo, pode-se estudar a questão agrária no Brasil durante o período colonial, no qual as características principais são o trabalho escravo, o monopólio da

propriedade da terra pela Coroa e a posse entregue em concessão de uso apenas a alguns grandes latifundiários. Da mesma forma, pode-se estudar a questão agrária no final do século XX, caracterizada pelas influências do capitalismo globalizado, pelas empresas agrícolas transnacionalizadas e pelo capital financeiro (Stédile, 2012, p. 643).

Os “problemas agrários” do nosso país são forjados desde o modelo empregado pelos colonizadores que foi a *Plantation*, que teve como características a organização da produção agrária com trabalhadores/as escravizados/as e “em grandes fazendas de área contínua, com a prática monocultura, ou seja, com a plantação de um único produto, destinado à exportação” (Stédile, 2011, p. 21). Nesse contexto, a terra era um monopólio da Coroa portuguesa não uma mercadoria, mas como havia a necessidade de atrair investimentos para constituir o modelo agroexportador optou-se pela “concessão de uso” com direito à herança em grandes extensões de terra (Stédile, 2011).

Até esse período da história da ocupação de terras no país, ela não poderia ser caracterizada como uma mercadoria. O que houve foi a concessão de uso que dava aos fazendeiros-capitalistas a posse e o direito de exploração e não o direito de venda. Contudo, em 1850, há o que Stédile (2011) identifica como o batistério do latifúndio que inaugurou a propriedade privada no Brasil (Lei de Terras nº 601/1850).

A criação dessa lei foi impulsionada pela preparação do que seria identificado como a crise do trabalho escravo. Nesse momento da história, décadas antes da abolição da escravidão, a Coroa portuguesa já estava sendo pressionada pela Inglaterra a substituir a mão de obra de pessoas escravizadas por trabalho assalariado. Previu-se que com isso, no momento da inevitável abolição, a terra deveria ser acessível apenas a quem pudesse comprar para, assim, impedir que ex-escravizados tomassem posse delas (Stédile, 2011).

O modelo de propriedade de grandes extensões rurais - latifúndio - regulamentado pela Lei de Terras nº 601/1850 consolidou a base legal da forma de ocupação da terra que vigora até hoje no Brasil. Nesse contexto, registram-se revoltas de pessoas escravizadas resistindo às precárias condições de vida e trabalho multiplicando-se os quilombos (*idem*).

As consequências sociais e econômicas dessa lei também são interpretadas por Stédile (2011) como propulsoras das favelas nas cidades brasileiras. Deste modo, com a libertação das pessoas escravizadas, em 1888, e o impedimento de se tornarem donos/as das terras, logo não houve alternativa a não ser migrar para as cidades portuárias em busca de trabalho. Esses/essas sujeitos/as puderam acessar somente terrenos que não interessavam aos capitalistas nos morros de difícil acesso. Entre essas consequências, destacam-se os costumes culturais informados pelo Direito Positivo expresso no marco legal de acesso à terra (Lei de

Terras nº 601/1850) que reafirmou a subordinação das mulheres a sua posição na família baseados na consolidação de uma sociedade patriarcal (Zarzar, 2008).

Com a abolição da escravidão (Lei Áurea de 1888) foi intensificada a crise no modelo adotado de agroexportação, com isso o enfraquecimento da *Plantation*, que tem o seu fim com a I Guerra Mundial (1914-1918) pela impossibilidade de manter o comércio com a Europa (Stédile, 2011). Como sem trabalhador/a não se produz riqueza para os capitalistas, Stédile (2011) aponta que já no período anterior à abolição da escravidão havia a previsão de uma crise em torno disso. Em 1875, a elite nacional iniciou as campanhas na Europa para motivar a migração de camponeses e camponesas pobres para o Brasil. O que seguiu até 1914 atraindo dois milhões de trabalhadores/as para as regiões sul e sudeste do país.

Esses/essas migrantes recebiam as lavouras que tinham sido, até aquele momento, formadas pelos/as negros/as escravizados/as, um imóvel, o direito de uso da terra para produção de subsistência e o pagamento pelo trabalho em produtos. Uma organização de produção identificada por sociólogos como colonato, regime não identificado em nenhum outro país (idem). Note que, por mais precária que tenha sido a inserção dos/as migrantes no território nacional, eles ‘receberam’ terras, principalmente na região sul do país, em contraste com a condição das pessoas ex-escravizadas que não receberam nenhuma condição de sobrevivência.

As contradições produzidas historicamente pelo capitalismo no campo agrário brasileiro geraram diversas condições precárias de vida aos/às trabalhadores/as rurais e compõem um território de resistência desses/dessas sujeitos/as políticos/as na história dos movimentos sociais. Leonilde Medeiros (1989), ao realizar o resgate da história da luta dos/as trabalhadores/as rurais, aponta essa empreitada como um grande desafio decorrente do fato de haver poucos registros, consequência do processo de exclusão e exploração desses atores sociais. Com isso,

A imagem que herdamos do homem do campo é uma versão construída pelos vencedores no processo histórico. De acordo com ela, fomos, durante muito tempo, levados a pensar o trabalhador rural como passivo, submisso, cordato, incapaz de formular seus próprios interesses e de lutar por eles (Medeiros, 1989, p. 11).

Buscando contrariar essa ideia de passividade na história de exploração desses/as sujeitos/as, a autora realiza um levantamento da luta por melhores condições de vida e trabalho dessa população que compõe a história do campo brasileiro. Desde os quilombos que se constituíram com uma maneira própria de organização social, econômica e política, de

pessoas escravizadas que se organizam para fugir da exploração e maus-tratos dos senhores da terra (Medeiros, 1989).

Ao longo da história de resistência à exploração formaram-se diversos movimentos, alguns de caráter messiânico através da criação de comunidades lideradas por ‘messias’ como Antonio Conselheiro em Canudos no estado da Bahia, na década de 1890, e o monge José Maria no território do Contestado no sul do país em meados da segunda década do século XX. Esses movimentos provocaram a preocupação do Estado e sofreram muita repressão tendo sua força política desqualificada ao serem associados como expressão de puro fanatismo religioso (Medeiros, 1989)

No período de 1945 a 1964, os movimentos sociais em conjunto com os sindicatos, partidos e a Igreja deslocam as lutas locais na busca por estratégias mais amplas de organização articulando pautas particulares e gerais. Fundamental para a superação do localismo da luta foi o II Conferência Nacional dos Lavradores que aconteceu, em 1954, na cidade de São Paulo. Esse evento teve como objetivo a organização desses/dessas sujeitos/as sociais nacionalmente, sendo uma das principais reivindicações o direito de se organizarem em associações e sindicatos, o acesso à Previdência Social, o direito à greve e as demandas específicas por categoria. A partir daí, se constituiu a reforma agrária como o horizonte político da luta dos/as trabalhadores/as tendo como inimigo principal o latifundiário. A partir dessa Conferência foi organizada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB (Medeiros, 1989).

Dos encontros nacionais e estaduais que aconteceram nas décadas de 1950 e 1960 a discussão da Reforma Agrária ganhou consistência nas lutas compreendidas como antifeudal e anti-imperialista, sendo condição *sine qua non* para a revolução entendida nesse momento como de caráter democrático burguês. As bandeiras que estruturam as reivindicações e atravessam essa história até a atualidade já iniciam neste período como: a reforma agrária, os direitos trabalhistas e os previdenciários. Vale destacar que durante muito tempo os/as trabalhadores/as rurais foram mantidos/as excluídos/as da maioria dos direitos sociais e políticos já conquistados pelos/as operários/as urbanos/as na década de 1930. Exemplo disso foi o direito às férias remuneradas que os trabalhadores rurais acessaram somente em 1951 após 55 ocorrências de greves nas fazendas de cacau, cana e café (Medeiros, 1989).

Com o Estado Novo inicia a busca por redirecionar as atividades agrícolas a essa nova fase de desenvolvimento. A intensificação dos enfrentamentos dos/as trabalhadores/as rurais nessa conjuntura forja novos/as sujeitos/as políticos/as, o que se expressa na identificação deles como camponeses/as não mais como posseiros, colonos ou parceiros (Medeiros, 1989).

O contexto do início desse período (1945 a 1964), analisado por Medeiros (1989), constitui o resgate dessa memória social da formação sociohistórica do país. Grandes transformações econômicas foram guiadas pelo processo de industrialização nesse momento. Logo, a agricultura teve sua função redefinida em um projeto econômico desenvolvimentista. O termo camponês se constitui como uma categoria política específica na década de 1950 a partir das formas de organização desses/dessas trabalhadores/as em torno dos sindicatos, associações, ligas e irmandades. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) voltou suas ações para o campo e se constituiu como um partido de massas após sua reformulação, em 1943, tendo como pressuposto a articulação da classe trabalhadora urbana e uma aliança com o campesinato para construir a revolução. Na trajetória desse partido, as táticas foram se alterando no que diz respeito à construção da revolução brasileira, mas a bandeira da reforma agrária já era o seu horizonte político.

A participação do PCB marcou fortemente a luta pela reforma agrária. Sua atuação principal nas associações tinha como objetivo central construir uma unidade programática que aglutinasse as pautas do partido com as reivindicações mais gerais da classe trabalhadora. No início da década de 1950, essa organização política investia na estratégia da distribuição da terra dos latifundiários aos/às trabalhadores/as sem-terra o que foi revisado pelo partido em meados de 1958 (Medeiros, 1989).

Com a resistência de arrendatários/as, foreiros/as e moradores/as às expulsões que sofriam dos territórios em que trabalhavam nos anos 1950, a luta pelo direito à terra teve repercussão nacional, encorpando a discussão da reforma agrária. “Para aqueles homens pobres que faziam a sua pobre sementeira de subsistência, a terra era mais do que a vida; era a sobrevivência imediata” (Medeiros, 1989, pg. 36). Como nos lembra Elizabeth Teixeira (2011):

Um país que não produz o que comer, não sobrevive. A terra tem que produzir. A terra não foi feita pra ficar parada, pra render dinheiro e poder pro latifúndio. E quem é que produz na terra? É o trabalhador do campo, é ele quem sabe plantar, quem sabe colher, que sabe trazer a produção do campo para cidade. A falta de terra pra trabalhar não é somente uma injustiça muito grande, ela é a verdadeira causa da desgraça que atinge o homem do campo (Mendes, 2011, p. 27).

No Nordeste eclodiram muitos conflitos decorrentes da negativa da concessão de terras para os/as trabalhadores/as plantarem e o aumento abusivo de foro, o que transformou as relações tradicionais de trabalho. Em Pernambuco, nasceram, nesse solo potente de luta de classes, as organizações que se tornaram na história dos movimentos sociais do campo um referencial: as Ligas Camponesas (Medeiros, 1989).

Um desses conflitos se tornou referência nesse contexto foi no engenho Galiléia, na cidade de Vitória de Santo Antão - PE, em 1955, sendo formada a organização civil Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, com a direção de um militante do PCB. Essa organização era inicialmente de caráter assistencial construída pelos/as camponeses/as. Na medida em que eles/elas foram se organizando também contra o despejo de alguns/mas foreiros/as, o latifundiário ameaçou com o aumento do foro, expulsão e repressão policial. Constituiu-se, assim, uma forte resistência dos/as trabalhadores/as rurais que iniciaram uma luta para a desapropriação do Engenho Galiléia com a assessoria do advogado e político Francisco Julião (Medeiros, 1989).

A desapropriação foi conquistada em 1959, fato que projetou as Ligas Camponesas nacionalmente, transformando o Engenho Galiléia em símbolo da reforma agrária. Segundo o Memorial das Ligas Camponesas¹⁹, essa vitória teve contradições na medida em que por um lado abrandou os ânimos com a conciliação a partir de soluções legais, mas também estimulou mobilizações de massas e atos.

No avanço dessa luta, foi se construindo uma nova concepção sobre os problemas da região Nordeste em torno da questão agrária tendo como marcador o Congresso de Salvação do Nordeste, onde foi produzida a Carta de Salvação do Nordeste. Essa nova concepção contrapõe o que era compreendido tradicionalmente sobre a problemática da região em relação ao seu desenvolvimento agrário. Até então, os problemas agrários regionais eram compreendidos como consequência da seca e das condições naturais. As discussões promovidas pelo Congresso de Salvação do Nordeste provocaram uma análise de teor político e social que permitiu associar os problemas nordestinos como a miséria, à organização política e econômica concentradora de riqueza (Medeiros, 1989).

As Ligas Camponesas se organizavam em associações de trabalhadores/as rurais entre os anos de 1955 até o início da ditadura militar em 1964. Elas se expandiram nesse período para além do estado de Pernambuco chegando à Bahia, Paraíba, Rio de Janeiro, Goiás e Paraná (Medeiros, 1989).

Na elaboração constante de estratégias as Ligas Camponesas incorporaram conteúdos a partir da experiência cubana sobre guerrilhas e a constatação da inviabilidade de transformações sociais por métodos pacíficos. Esse caminho de radicalização da luta foi um dos motivos de uma crise interna, a partir de 1961, que culminou por isolá-las politicamente (Medeiros, 1989). Alexina Crespos, filiada ao PCB teve um papel de destaque na articulação

¹⁹ Disponível em: <https://www.ligascamponesas.org.br/> . Acesso em: 11 nov. 2023

internacional desse movimento social e contestava a tese que apontava a estratégia pela luta armada (Zarzar, 2017 *apud* Azevedo, 2007).

A imagem de radicalidade dessa organização de trabalhadores/as rurais foi forjada na sua história, mas as ações políticas na sua trajetória foram na maioria das vezes utilizando-se de instrumentos legais. Recorreram à justiça para a defesa dos/as trabalhadores/as em diversos momentos, o que não quer dizer que não rompiam com a ordem social, pois levaram latifundiários aos tribunais. Feitos como ocupações de terras também fazem parte da sua trajetória em Pernambuco e Paraíba, mas no período final da sua existência. A crise interna das Ligas Camponesas foi vivenciada ao mesmo tempo em que tinha que enfrentar novos adversários como a Igreja Católica que voltava suas atenções aos problemas sociais no campo, motivada pela preocupação do “perigo do comunismo” nesses momentos de intensas organizações dos/as trabalhadores/as rurais (Medeiros, 1989).

Dentre as ações organizadas pela igreja católica no campo com uma preocupação que é registrada já na década de 1950 nos documentos eclesiais quanto à situação dos/as trabalhadores/as rurais em “estruturas injustas”. Entidade da igreja como a Confederação Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB) orientava o seu Movimento de Educação de Base (MEB) criado, em 1961, para impulsionar um sindicalismo cristão defensor dos/as trabalhadores/as e de uma reforma agrária baseada na propriedade familiar e longe da luta de classes (*idem*).

Contudo, não é possível afirmar que havia uma homogeneidade nas ações de todas as entidades da igreja. Exemplo disso foi a organização política Ação Popular que foi fruto de conflitos do setor Ação Católica com a hierarquia da igreja católica. Essa organização tinha como horizonte nas suas ações a organização dos/as camponeses/as baseada nas suas demandas concretas e na construção de uma sociedade socialista. Ela disputou a representação desses/dessas trabalhadores/as com setores conservadores da igreja e com o PCB (Medeiros, 1989).

Nessa disputa com setores da igreja e PCB, também estavam as Ligas Camponesas e suas estratégias nesse momento radicalizadas (Medeiros, 1989). Caso emblemático dessa disputa foi a o território da cidade de Sapé – Paraíba, onde estava constituída a Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, a maior Liga do Brasil construída pelo casal José Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira. Com o assassinado daquele líder²⁰, deu-se intensificou-se

²⁰ Indicação do filme *O Cabra marcado para morrer* (1984), é uma produção sobre a vida desse líder e a ação política que levou ao seu assassinato. O início das filmagens começou dois anos após sua morte, em 1964, com o golpe militar essa produção foi interrompida, sendo retomada dezesseis anos depois.

a disputa, principalmente, entre os julianistas, representados por Elizabeth Teixeira (viúva de João) e lideranças do PCB.

No Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em 1960, articulado pela ULTAB, Ligas Campestinas e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) para construir a defesa pela reforma agrária e o direito à organização sindical, as mulheres participaram ativamente e conseguiram dois encaminhamentos importantes como “o incentivo ao movimento feminino rural e ao intercâmbio com o da cidade” e a “comemoração nas zonas rurais, do Dia Internacional da Mulher, 8 de março” (Contag, 2002 *apud* Zarzar, 2017).

Somente em 1962, conquistou-se o direito à sindicalização rural, até então os sindicatos funcionavam não sendo reconhecidos. Com isso foi possível construir a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG). A garantia de salário mínimo, descanso semanal e férias remuneradas, licença maternidade, indenização e obrigatoriedade de carteira profissional, reivindicações antigas dos/as trabalhadores/as são direitos conquistados a partir de 1963 com o Estatuto do Trabalhador Rural (lei nº 4.214) (Medeiros, 1989). Nessa conjuntura, foi conferida pelo Estado aos sindicatos a responsabilidade de ofertar assistência e saúde, além da tarefa de comprovação das atividades rurais dos/as trabalhadores/as para acesso à Previdência Social que vale destacar não dava direitos plenos às mulheres (Zarzar, 2017).

A promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural foi analisada por Prado (1979) como uma surpresa, pois as notícias sobre os projetos que transitavam no Congresso Nacional sobre o tema eram escassas. O autor avaliou a relevante importância que essa legislação trabalhista teve para os/as trabalhadores/as rurais, um avanço econômico e social até aquele momento inédito. Reconheceu, contudo, as grandes falhas dessa lei, que a deixou suscetível a fraudes e a dificuldades de aplicação. O legislador, ao transpor a maior parte das disposições legais do trabalhador/a urbano/a para os rurais, ignorou que as relações de trabalho no campo são mais complexas e específicas. Com isso, entre inúmeras falhas estava a insuficiente definição do que é um/a empregado/a rural.

As deficiências desse Estatuto foram também resultado de uma imaturidade em torno do tema, o que poderia ter sido minimizado se houvesse um compromisso das forças políticas de esquerda durante a discussão e votação de lei e maior empenho intelectual para compreender uma matéria altamente complexa acerca da realidade brasileira. O distanciamento de militantes de esquerda da construção do projeto de lei do Estatuto do Trabalhador Rural deveu-se à concentração dessa militância em torno da discussão da reforma

agrária ignorando que a efetivação de uma legislação reguladora das relações de trabalho é facilitadora na construção dessa reforma (Prado, 1979).

Seguiu-se das frágeis conquistas trabalhistas no campo o golpe militar, em 1964, momento histórico em que as lutas no campo e na cidade sofreram forte repressão e com isso entraram em refluxo. Nesse cenário, os movimentos sociais e sindicatos sofreram diversas retaliações com suas sedes fechadas e lideranças perseguidas, presas e assassinadas. Alguns/algumas líderes tiveram que procurar exílio em outros países e alguns tiveram que mudar de identidade para tentar sobreviver como a então dirigente das Ligas Camponesas da Paraíba, Elizabeth Teixeira (Medeiros, 1989).

Elizabeth Teixeira transformou-se em Marta Maria da Costa, nome escolhido em homenagem à filha, mas também por ele se assemelhar com a palavra mártir, que para ela lembrava alguém que sofria e era perseguido. Antes de mudar sua identidade e assim se exilar na cidade de São Rafael, foi perseguida e presa pelo regime militar, como demonstra o seu relato:

Eu soube que, quando houve o Golpe, a polícia foi lá em casa à minha procura. Como não estava, eles botaram fogo em tudo. Eu estava desesperada pra ter notícias dos meus filhos. Então decidi vir pra João Pessoa e me apresentar, antes que a polícia me achasse, porque achava que seria muito pior. Se fosse hoje, eu não faria isso de novo. Fui logo presa pelas costas, metralhadora apontada na minha cabeça e jogada dentro de uma cela da prisão (Mendes, 2011, p. 22).

Nesse contexto nacional de ditadura militar em que Elizabeth vivia seu sofrido exílio junto com outros/as trabalhadores e trabalhadoras, o Estado estimulou a modernização da agricultura e a ocupação das fronteiras por grandes empreendimentos. Realizou diversas reformas, como a bancária, universitária, administrativa e também a agrária. Esta ganhou materialidade através do Estatuto da Terra em novembro de 1964, que incorporou uma das grandes reivindicações dos/as trabalhadores/as como o pagamento das terras desapropriadas com título de dívida agrária. Esse documento foi um dos reflexos do componente modernizador do governo ditatorial ao mesmo tempo em que continha de forma implícita a preocupação com as mobilizações no campo. Ele gerou no momento de sua aprovação uma expectativa para os/as trabalhadores/as como uma abertura para suas reivindicações, acreditando-se que seria um possível campo de luta para a reforma agrária (Medeiros, 1989).

Mais do que uma lei da reforma agrária, o Estatuto da Terra de 1964 transmitiu o recado do que seria uma Lei de Desenvolvimento Rural, pois, no ano seguinte desse início do período autocrático a colonização e a modernização tecnológica da agricultura substituíram prontamente o discurso em torno da reforma agrária (Medeiros 1989).

Diante desse contexto de um novo marco jurídico e conceitual, Andrea Zarzar e Karla Hora (2008) ressaltam que a reforma agrária então se concentrou na organização dos assentamentos destinados a colocação das famílias agricultoras em unidades de produção familiar. A sua estruturação não considerava a condição de subordinação das mulheres rurais, elas mantinham-se sendo subentendidas no grupo familiar sem programas ou políticas próprias que assegurassem o direito à terra. O mesmo ocorreu no processo de modernização conservadora do campo na década de 1970, momento em que houve uma intensificação nos investimentos de máquinas agrícolas e insumos, na medida em que a necessidade da produção de equipamentos para facilitar o trabalho doméstico foi negligenciada apartando ainda mais as mulheres e contribuindo com a divisão sexual do trabalho.

O depoimento de Carmem, militante no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), ilustra essa problemática em torno da divisão sexual do trabalho atravessada pelo processo de modernização do campo com as máquinas agrícolas. Ela atribui a sua consciência política sobre os determinantes econômicos e sociais que atravessam a vida das mulheres camponesas à formação feminista construída em sua trajetória junto ao MMC, onde elas puderam identificar as especificidades da exploração que as mulheres rurais estão submetidas.

O feminismo para mim é a formação do caráter de mulher guerreira que não se deixa abalar, que sabe dar os passos certos na hora certa, que luta por direito de todas, que se indigna quando há injustiça e violência, que luta por igualdade; que detesta ver a outra sendo submissa e governada pelo marido. Já o feminismo camponês é diferente do feminismo geral. Tem algo específico, é porque o trabalho e a vida no campo são diferentes. Como o trabalho é em regime familiar, “é normal” o homem sendo o pai ou filho se apropriar do trabalho menos penoso, usando máquinas, por exemplo: enquanto tinha que tirar leite com a mão, a mulher se apropriava mais do trabalho de ordenha, fazia queijo ou vendia o leite, recebia o dinheiro e decidia o que fazer. Já quando veio as ordenhadeiras, esse trabalho na maioria das vezes passou a ser do homem, dizendo que mulher não sabe mexer com máquinas, e normalmente os homens que cuidam das vacas, vendem o leite, recebem o cheque e administram o dinheiro (Gaspareto, 2018, p. 144).

Aqui, já nos é possível afirmar que a luta se organiza na multiplicidade das determinações quanto a inserção das pessoas nos processos sociais que são econômicos, políticos e históricos. Na conjuntura de modernização do campo e marcos regulatórios como o novo Estatuto da Terra, as trabalhadoras e os trabalhadores do campo conviveram com a intensificação da precarização de suas vidas com o aumento dos despejos e oferta de trabalhos temporários, provocando intenso êxodo rural. As lutas persistiram nessas condições, entretanto, com a constante repressão elas aconteceram isoladas e localizadas (Medeiros, 1989).

O sindicalismo rural não foi eliminado mesmo com a intensa repressão. O governo militar não tinha a intenção de extinguir esses espaços, mas sim formar outra direção, isto é, reorganizando-os de acordo com os interesses de sua proposta modernizadora para o país. Para essa reconstituição dos sindicatos as organizações da Igreja atuaram fortemente, por exemplo, na indicação de interventores nesse processo de reorganização. Importante destacar que os/as sindicalistas cristãos também sofreram repressões nas suas atuações sindicais (Medeiros, 1989).

Como nos traz Medeiros (1989), em momento de reconfiguração do sindicalismo rural imposto pelo Estado autocrático, caracterizando os sindicatos a partir de ações clientelistas e como espaço assistencialista de troca de favores, na contramão disso o Movimento Eclesiástico de Base (MEB) investiu para recuperar antigas lideranças e na formação de novas.

A atuação na década de 1970 de entidades da igreja católica como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem grande relevância na constituição da base histórica de muitos movimentos do campo nas décadas seguintes. A CPT contribuiu na articulação e assessoria dos trabalhadores do campo e na denúncia das violências que sofriam, buscando dar destaque nacional às problemáticas envolvendo o território agrário e as condições de vida dos/as camponeses/as. Valeu-se da força de estar ligada à CNBB e de ter bispos entre os seus integrantes, para assumir a organização popular em uma conjuntura de intensa repressão (Medeiros, 1989).

Bruno Comparato (2001) nos ajuda a compreender o que parece paradoxal na atuação política da Igreja católica na defesa das reivindicações dos/as camponeses/as tendo em vista que essa instituição religiosa é historicamente alinhada com as elites conservadoras no país. Para entender essa relação, é necessário considerar o principal objetivo da igreja a partir da década de 1960 na articulação dos movimentos sociais do campo, que era combater o comunismo. O que não quer dizer que uma parte, a mais progressista da igreja, não tivesse sofrido repressão do governo militar. Contudo, para o regime militar ela se consolidou como interlocutora mais confiável do que os partidos de esquerda.

Além de ser vista como mais confiável pelo governo militar, a igreja tinha mais sucesso na mobilização da organização dos/as camponeses/as quando comparada aos partidos políticos e sindicatos com os espaços de comunidades de base, além de uma linguagem mais próxima a das populações rurais tecendo uma ligação mais consolidada com a luta do campo (Comparato, 2001 *apud* Martins, 1986).

Nesse contexto, surgem organizações no campo como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), entre outros. Inspirados pela Teologia da Libertação (TdL) que encontrou solo fértil para seus ideais em diferentes países da América Latina, inclusive no Brasil. Como constata Sirlei Gaspareto (2018) a partir das narrativas das militantes do MMC, a TdL teve grande influência na construção dos movimentos populares no campo, assim como nos processos de libertação das mulheres camponesas.

A perspectiva epistemológica da TdL buscou contrapor com o “pensamento único romano” e construir “outra igreja possível”, incentivando os cristãos a transformar situações de opressão e exploração em que viviam. Uma parte da igreja, aos poucos, foi enfrentando práticas pastorais que se baseavam em uma ideia de submissão a Deus, a autoridades e aos “chefes de família”, que sustentavam, inclusive, a submissão de mulheres aos seus maridos (Gaspareto, 2018).

Contudo, nessa época a TdL não incorporou a problemática do patriarcado, por exemplo, mas foi sendo interpretada em sua complexidade em uma diversidade de espaços de processos formativos que homens e mulheres percebiam como fundamental para entender melhor suas realidades. As mulheres camponesas que ocupavam esses espaços começaram, a partir de uma ótica da teologia feminista, a denunciar situações de opressões e exclusões que enfrentavam em diversas dimensões de suas vidas, como na família, na própria igreja, na agricultura e na sociedade em geral (Gaspareto, 2018).

No sindicalismo elas também conquistaram espaços relevantes como, em 1986, a construção da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora Rural, no II Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores, que teve importante papel na organização das mulheres rurais. Nesse momento de redemocratização do país e da constituição das primeiras organizações sociais de mulheres, surgem organizações não-governamentais de assessoria e atividades de capacitações que tiveram importante destaque na emergência desses movimentos de mulheres. Nesse período, constituem-se lideranças que transitaram por vários locais do Brasil para forjarem a eleição de militantes parlamentares para a nova Constituição Federal. Esta que em 1988 promulgou às trabalhadoras rurais direitos igualitários à terra e à Previdência Social, que em 1991, com a Lei 8.213, incluiu os trabalhadores e trabalhadoras rurais no regime especial, mudando, por exemplo, o que antes era específico para o chefe ou arrimo de família, equiparando o acesso de forma igualitária para homens e mulheres (Zarzar, 2017).

O resgate histórico realizado nessa subseção em torno da constituição do campesinato brasileiro que se forja nas suas reivindicações na relação com a igreja, sindicato, partido político de esquerda, associações, nos auxilia na compreensão da questão agrária no país. Vale destacar que a historiografia carrega determinantes de classe, raça e gênero, não pode acaso a partir da década de 1970 as mulheres começam a questionar o patriarcado nas relações produção e reprodução, como veremos durante nas próximas seções desse trabalho.

2.2 As trajetórias de resistência das mulheres rurais do MMTR-NE.

Olê Mariê, Olê Mariá (bis)
 Mulher sai dessa cozinha,
 Venha ocupar seu lugar (bis).
 Mulher frágil era um ditado
 pra menos te tornar.
 Mas quem viu revolução
 sem mulher funcionar.
 Olê Mariê, Olê Mariá (bis)²¹

O destaque dado no tópico anterior às Ligas Camponesas teve como intenção evidenciar o importante papel dessa organização na luta da população camponesa, pois, assim como aponta o relatório final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba²², esse movimento foi o que melhor refletiu o complexo cenário vivido no campo na sua época.

Evidenciaremos, no tópico que segue o protagonismo das mulheres nas lutas políticas no campo brasileiro e os marcos para a constituição dos movimentos de mulheres que se formaram a partir desse contexto. O objetivo principal é dar o devido destaque a personagens que tiveram um apagamento de suas histórias na luta camponesa em prol da ênfase que é comumente dado de homens.

Elegemos introduzir essa temática a partir da trajetória de vida e resistência de três mulheres (Vanete de Almeida, Elizabeth Teixeira e Margarida Alves) que são exemplos ilustrativos que nos situam nas lutas travadas no campo agrário a partir de suas atuações políticas que, certamente, inspiram outras sujeitas a resistirem. Sujeitas como Maria

²¹ Cantiga acessada no *Caderno de Canções da 6ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais*, realizada pela CONTAG, FETAGs e STTRs, em 2016. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f2668caderno-de-msicas---plenaria-mulheres.pdf>. Acesso em 27 jun. 2023

²² Disponível em: https://cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb_relatorio-final.pdf/view Acesso em: 12 jun. 2023

Auxiliadora (Dora), Margarida Pereira da Silva (Ilda), Elizete, Josefa (Silva) e Ana Paula²³, militantes do MMTR de Pernambuco que participaram dessa pesquisa, nos contando a história desse movimento e compartilhando suas vivências pessoais, onde transformaram opressões vividas em luta coletiva, entusiasmando outras mulheres. Como nos disse Dora “você me desculpa porque tem vez que vou responder sobre o movimento e falo da minha vida, mas deve ser por que eles se misturam. Minha vida é o movimento”.

Assim como o relato das entrevistadas dessa pesquisa, esse tópico dará destaque a três figuras referências até a atualidade, a partir de uma abordagem biográfica de militantes como Elizabeth Teixeira, Margarida Alves e Vanete de Almeida que compõem a simbologia dos movimentos de mulheres rurais no Nordeste brasileiro em um período histórico que abrange as décadas de 1960 a 2000 pelas lutas concretas que travaram. Buscaremos evidenciar o protagonismo das mulheres na luta pela redemocratização do país atravessada pela reivindicação por direitos e pela igualdade das relações de gênero. Assim como trataremos as biografias de Dora, Ilda, Elizete e Josefa, que são contemporâneas daquelas reconhecidas figuras feministas com histórias que se cruzam na atuação política no território nordestino.

Como brevemente apresentada no tópico anterior, Elizabeth Teixeira é uma dessas militantes que nos contará a luta campesina a partir da sua história para além de ser lembrada apenas por ter sido esposa de João Teixeira. Nascida na cidade de Sapé - PB em 1925, filha de pequenos proprietários de terra, é mais velha de nove irmãos. Seu pai permitiu que ela estudasse até os nove anos de idade, mesmo sua mãe sendo contrária à decisão paterna, mas dizia que não poderia mudar nada, pois “palavra de mulher não vale” e, ao irmão, foi permitido continuar os estudos (Mendes, 2011, p.7).

²³ Conforme dito na introdução, as entrevistas foram gravadas pela pesquisadora com duração que variou de 1h30m a 4 horas, e o seu conteúdo foi transcrito e autorizado previamente pelas entrevistadas. A apresentação da entrevistada Ana Paula será destacada na seção três.

Figura 1 - No centro da imagem está Elizabeth Teixeira, em gravação do documentário brasileiro *Cabra Marcado para Morrer*, de Eduardo Coutinho, em 1984.



Fonte: Imagem reprodução extraída da reportagem intitulada *Elizabeth Teixeira: primeira mulher a liderar uma Liga Camponesa é fonte de inspiração na luta agrária*. Publicada em 08 de março de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2022/03/08/elizabeth-teixeira-primeira-mulher-a-liderar-uma-liga-camponesa-e-fonte-de-inspiracao-na-luta-agraria.ghtml> Acesso em: 27.ago.2023

Elizabeth conheceu seu companheiro aos quinze anos de idade, João Teixeira, um homem negro e sem-terra com quem teve que fugir para se casar. Foi ela quem lhe ensinou a escrever, a partir de jornais, da Bíblia e da Constituição Federal. Vivenciou com seu esposo muita pobreza decorrente da falta de emprego que era negado como retaliação à ação política dele. A iniciação da atuação política de Elizabeth foi na venda de jornais “A Voz do Povo”²⁴ para os operários; na assistência na sede das Ligas Camponesas em momentos que os companheiros sofriam violência; nos atos públicos; na confecção de carteiras dos associados, e, lendo para os militantes o jornal (Mendes, 2011).

As ameaças à sua família, decorrentes da atuação política de João eram constantes. Ela declara que por vários momentos “eu e ele ficava de guarda na porta, de foice na mão, que camponês não tem arma, as crianças ficavam tudo juntinho, deitadas no chão” (Mendes, 2011, p.12). A ameaça de morte contra João foi concretizada em 1962. A solidariedade à Elizabeth e seus filhos veio de diversos companheiros e companheiras de lutas, inclusive de Fidel Castro, a partir de um telegrama que anunciava o decreto de um dia nacional de luto em Cuba. Nesse

²⁴ O jornal “A Voz do Povo” nasceu entre 1945-1946, teve sua existência durante 18 anos marcada por interrupções nas publicações decorrente de proibições e apreensões. Fazia parte do órgão oficial de imprensa do PCB. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/a-voz-do-povo>. Acesso em: 27 jul. 2023.

momento, ela foi convidada a morar em Cuba, mas decidiu continuar sua luta no Brasil (Mendes, 2011).

Sete meses após a morte de João, aterrorizada com a violência iminente, sua filha Marluce se suicidou. No mesmo ano, seu filho Paulo, de dez anos de idade, foi internado por causa de um tiro que levou na cabeça por um dos proprietários da terra onde viviam, após ele ouvir que o menino vingaria a morte do pai. Paulo sobreviveu, mas ficou com graves sequelas (Mendes, 2011).

No meio de muito sofrimento causado pela violência constante em seu território, que vinha em retaliação à luta dos/as trabalhadores/as, mas também de muita solidariedade de companheiros, Elizabeth ganha força, “ao invés de me sentir amedrontada, eu ficava cada vez mais revoltada, pois eu sabia que toda essa desgraça vinha de um só lugar, do latifúndio” (Mendes, 2011, p. 15). Em seguida à morte de seu esposo, ela se tornou presidenta da Liga Campesina, dividindo o tempo com as tarefas domésticas, os cuidados de sua família e a convivência constante com as ameaças. Entre as diversas ações que liderou, destaca-se a organização de duzentos camponeses na ocupação de uma fazenda a fim de intimidar o proprietário a pagar o que devia aos trabalhadores. Em 1963, buscando imunidade para não ser presa foi convencida a se candidatar à deputada, porém não foi vitoriosa nas eleições. No entanto, usou o palanque para denunciar as mortes encomendadas pelos proprietários de terra (Mendes, 2011).

A perseguição política aos/às camponeses/as organizados/as vinha também da Igreja em um momento em que também se fundaram sindicatos na região para combater as Ligas Camponesas. Elizabeth se posicionava diante de centenas de militantes das Ligas contra estratégias de violência como resposta à exploração que sofriam, defendia que a tomada de poder seria pela conscientização e organização dos/as camponeses/as (Mendes, 2011).

Logo no início do período da ditadura no país, o Engenho Galiléia, em que vivia, foi invadido pelos militares. Ela e os/as companheiros/as de luta fugiram tendo os seus nomes publicados em edital como procurados/as pelo regime militar. Foi presa pelo exército por quase quatro meses. Após ser solta procurou asilo na casa de seu pai, mas foi ameaçada de morte pelos latifundiários da cidade. Fugiu com o seu filho Carlos, o único que sua família não aceitou cuidar por parecer muito fisicamente com o pai João Teixeira para o Rio Grande do Norte, onde mudou de identidade. Somente dezessete anos depois reencontrou os seus filhos.

Para uma mãe, isso tudo é muito duro. Eu não tive o direito de criar os meus filhos, eu não tive o direito de envelhecer ao lado do meu marido, eu vi um filho meu tirar

a vida do outro. Pra uma mulher que passou tudo o que eu passei, ela já não tem mais o direito de sorrir. Mas o ideal dentro de mim ainda é vivo, embora que o sofrimento não tenha terminado, ele não termina nunca – suspira Elizabeth (Mendes, 2011, p. 26).

Assim como nos mostra o estudo realizado por Andrea Lorena Butto Zarzar (2017), Elizabeth Teixeira teve uma participação ativa no início do movimento de mulheres rurais. Em 1985, contribuiu na 1º Assembleia das Mulheres do MST, além do 1º Encontro Regional do Movimento de Mulheres Rurais do Nordeste, em 1987, e na 3º edição da Marcha das Margaridas.

O desejo de Elizabeth Teixeira pelos estudos, apontado no início do texto, é ponto em comum entre as mulheres entrevistadas, sendo sublinhada essa marca na história da militante Josefa, nossa primeira entrevistada. Mulher rural, negra, mãe de quatro filhos, conhecida pelo apelido de Silva, 63 anos de idade, moradora do município de Riacho das Almas, no agreste Pernambucano, sua cidade natal, hoje com 20.639 habitantes²⁵. Estudou até o quarto ano do ensino fundamental, pois, como nos explica, na zona rural só havia escolas primárias. Para permanecer estudando por mais quatro anos continuou na mesma série escolar. “A professora gostava muito de mim e me segurou na escola quatro anos, eu repetindo a quarta série, eu entrei aos 8, aos 12 eu cheguei na quarta série, mas eu repeti quatro vezes”.

A possibilidade de continuar os estudos apareceu quatro anos depois na região urbana da sua cidade, mas Josefa é impedida por sua mãe, que disse a ela: “de jeito nenhum, você não vai sair de casa para estudar, eu não vou deixar filha mulher sair de casa pra estudar”. Fato que marcou sua história, pois como nos conta “Ah, nossa, para mim foi uma decepção por que era o meu sonho”. Anos depois, ela buscou entender quais eram os motivos que levaram sua mãe a tal decisão.

Eu vivi muito tempo sem aceitar essa situação, depois, nas terapias me orientaram procurar saber o que tinha acontecido com ela. Ela tinha um sonho de estudar e o pai dela não deixou. Na época dela, eles falavam assim ‘estudo de mulher e passo de égua não vale de nada’. Inconscientemente ela retransmitiu essa resistência para mim (Josefa).

Aos 21 anos de idade a vontade de estudar ainda era latente, momento em que decide que se casar poderia ser uma estratégia para ganhar tal liberdade. Josefa coloca tal situação como condição ao seu futuro esposo: “falei agora é a hora, se você quiser casar a gente casa,

²⁵ Dados obtidos em consulta ao site do IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/riacho-das-almas/panorama>. Acesso em: 16 jan. 2023.

agora vou dizer uma coisa, a gente vai casar, mas se tu me der a liberdade de eu continuar os meus estudos, por que de escravidão em casa já chega” (Josefa).

Nossa quarta entrevistada Elizete, mulher negra, hoje com 71 anos de idade, mãe de dois filhos, divorciada, trabalhadora rural não aposentada, com ensino médio completo, moradora da cidade de Pombos – PE, também compartilha conosco o seu desejo por estudar que a acompanha desde a infância em um contexto alheio:

Pois é, naquela época a gente não tinha energia elétrica, né, lia na base dos candeeiro, das velas. E eu ficava de noite estudando ou lendo os livros de Jorge Amado (risos), o livro dos revolucionários, queimava os cabelos, queimava os colchões, a cama naquela época era de capim, né, queimava com as velas, quando via era mamãe batendo com os panos molhado “menina, tá pegando fogo em tudo” e teve uma irmã minha que queimou o bucho, estava perto da barriga porque o candeeiro caiu e ela não viu, quando viu foi tudo se queimando, queimou um pedaço assim da barriga dela, ela ainda hoje tem a marca (risos)... Eu sempre digo que o Estado roubou o meu direito de estudar, de ter um certificado universitário, mas não me impede de falar e nem pensar o que é bom para mim e para as outras, eu falo e exijo e cobro (Elizete).

O pai de Josefa, diferente da história de Elizabeth Teixeira, aparece como alguém que apoiava os estudos, um sujeito que ela identifica como mais culto por ter estudado alguns anos. Foi o trabalho dele como sindicalista durante a infância dessa militante que aparece para ela como um dos motivos impulsionadores, do que foi anos mais tarde, o seu engajamento político na luta sindical. Nesse momento de sua história, com dez anos de idade, lembra-se que era o período de ditadura militar no país.

Na época da ditadura eu era criança, aos 10 anos eu comecei a observar meu pai que trabalhava no sindicato, eu já escrevia um pouco, ele começou a entregar documentos das pessoas do sindicato para eu organizar. Foi na época que começou a aposentadora para homens de 65 anos e mulheres de 70 se solteira, aí o meu pai que tinha uma certa influência na zona rural, aí começou o meu pai a organizar essa documentação. Quando ele chegava em casa ele pedia para eu ajudar a preparar. Aí eu fui tomando gosto e para você ter uma ideia ele caminhava 18 km a pé para ir até o sindicato. Em seguida eu fui crescendo e fui tomando conhecimento através da escola e das históricas (Josefa).

O período de autocracia vivenciado no nosso país de 1964 a 1985 atravessou de diversas formas as vidas das mulheres do campo. Como Elizabeth Teixeira, a nossa segunda entrevistada Maria Auxiliadora, conhecida como Dora, sentiu a repressão, principalmente, quanto à censura em sua militância: “as coisas eram muito escondidas, o que acontecia naquela época a gente não sabia e, depois assim, ninguém contava a verdade para você, nem as escolas, nem os livros, nem a família, muito menos, né?”

Dora, hoje com 74 anos, educadora popular, natural do Ceará, mas moradora do município de São José do Belmonte desde o início de sua juventude, cidade que fica no sertão de Pernambuco, com 34.843 habitantes²⁶. A comunidade que ela reside é “um pedacinho do paraíso, tem muita água, então tem muito verde, muita rosa”, deve ser por isso, que como disse, serviu de inspiração para os romances de Ariano Suassuna²⁷.

Dora, além de professora de história é “agricultora com muita dignidade, com muita honra, gosto muito de dizer que sou agricultora privilegiada, sou uma mulher que mora numa zona rural, sou uma mulher do mundo”. Isso por que, como se orgulha, “uma hora eu estou na roça uma hora eu estou no mundo, uma hora eu sou doméstica outra hora um elemento político, né, e, é isso”. E como elemento político ela teceu estratégias coletivas para militar em meio ao cerceamento dos militares, como nos conta:

[...] a coisa era tão difícil que você não podia falar, para você ter ideia, para a gente falar da situação, na época, da política no Brasil, a política verdadeira, a história verdadeira do Brasil, a gente dizia que estava numa aula de religião, e não era, tinha nada com a religião, para a gente discutir, vamos dizer assim, uma ocupação de terra, era no riacho, tudo nas escondidas e escondendo o documento e, enfim, então nesse processo eu acho que aprendi muito. Eu sempre digo que o PCBR (Partido Comunista - partido revolucionário da época) o primeiro partido que eu militei já foi no PCBR, mas aí eu já fui trabalhar no movimento sindical rural, dentro disso a gente foi formando grupos políticos e isso foi se expandindo a nível de outros municípios outros Estados. A gente chamava de educação política, tinha o apoio da Diocese, tinha um bispo muito bom e nisso a gente foi se constituindo enquanto elemento político nesse processo e ajudando muito a especialização de movimentos sociais, sempre fui do mundo rural e foi nesse mundo rural que nasceu a organização da Mulheres Trabalhadoras Rurais (Dora).

Como Elizabeth Teixeira, a militante Margarida Alves é um referencial na organização das mulheres rurais. As duas trouxeram uma distinta forma de atuação das mulheres na política no momento do surgimento das suas primeiras organizações, tanto a nível local quanto estadual (Zarzar, 2017).

²⁶ Dados obtidos a partir da consulta ao site do IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/sao-jose-do-belmonte/panorama>. Acesso em: 16 jan. 2023.

²⁷ Ariano Suassuna nasceu e Nossa Senhora das Neves (PB) em 1927, faleceu em 2014, foi um importante dramaturgo, professor e escritor nordestino.

Figura 2 - Margarida Alves no cargo de presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Alagoa Grande - PB, discursando ao lado de Lula no início da década de 1980.



Fonte: Disponível em: <https://www.brasilefatopb.com.br/2021/08/10/dossie-grupo-da-varzea-parte-vi-o-assassinato-de-margarida-maria-alves> Acesso em: 27 jun. 2023.

Margarida Alves, sob influência do padre Geraldo, se aproximou do sindicalismo em sua cidade, Alagoa Grande - PB. Ocupou os espaços sindicais, predominantemente masculino, assumindo a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais por 12 anos e estimulando outras mulheres a tornarem-se líderes rurais. Foi assassinada aos 50 anos de idade, em 1983, por mando de grandes proprietários de terra que ficaram impunes. Margarida proferiu o seu último discurso que virou lema: “prefiro morrer na luta do que morrer de fome”.

Um ano antes do seu assassinato sofreu diversas ameaças e foi agredida pelo dono do engenho Miranda. Durante sua vida enfrentou diversos senhores de engenho que exploravam os trabalhadores rurais exigindo direitos trabalhistas, entre eles: o 13º salário, carteira assinada, redução da carga horária de trabalho e férias. Ela liderou 73 ações trabalhistas contra os latifundiários da sua região (Carneiro, 2011).

Margarida Alves ao presidir o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande - PB contribuiu, como outras lideranças, para transformar a percepção da ação política das mulheres em espaços públicos e no movimento sindical. Sua atuação associou dois temas fundamentais: a demanda por representações de mulheres e por participação política

igualitária e a pauta da reforma agrária associada à denúncia da violência no campo (Zarzar, 2017).

A maior mobilização das mulheres na América Latina leva o nome dessa companheira: A Marcha das Margaridas que se tornou uma ação nacional estratégica na organização das militantes do campo e da floresta. Desde 2000, entidades e movimentos sociais de mulheres se reúnem em Brasília buscando diálogo e negociação com o governo federal realizando denúncias e pressões políticas. Nesse ano de 2023, na sétima marcha, o lema foi “Pela reconstrução do Brasil e pelo bem viver”²⁸.

É com muito orgulho que a companheira conhecida como Ilda, nossa terceira entrevistada - xará de Margarida Alves - hoje com 75 anos de idade, mulher negra, mãe de quatro filhos e trabalhadora rural no interior de Pernambuco, nos conta que foi uma das idealizadoras da Marcha das Margaridas:

[...] na primeira Marcha foi 20 mil mulheres. E hoje, nessa última, foi mais de 100 mil mulheres em Brasília, isso foi muito gratificante, por que a gente teve a ideia e não deixaram morrer. Muito bom isso. Eu fui nessa Marcha. Eu consegui da minha comunidade fomos com 11 mulheres. Aí eu articulei mais três mulheres de outro município. Eu estava feito uma maluca cantando, eu fiz duas músicas (risos). Eu chegava assim para os policiais e olhava para a cara deles assim: não duvide não, aí ele olhava assim e eu cantava: “não duvide não, não, não, não, não duvide não, da força das Margaridas de lutar por seus direitos”. E eu perguntava a ele, “é? você duvida?” E eles diziam não (risos). Você viu, tem que ter forças para ir para uma atividade e ação daquela. Foram dois dias para ir e dois dias para voltar de ônibus. Graças a Deus (Ilda).

A história dessa militante foi apresentada para essa pesquisa inicialmente a partir do seu livro autobiográfico²⁹ durante uma das visitas realizadas na sede do MMTR na cidade de Caruru – PE. Obra em que ela nos conta sobre o seu território, as experiências no sindicato, seu casamento, a conciliação entre estudos e trabalho doméstico e rural, as experiências de militância no movimento de mulheres rurais.

Ilda inicia sua militância, assim como Margarida Alves, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de sua cidade, impulsionada por sua mãe, em um momento de sua vida em que depois de viver um casamento perpassado por violências volta a residir com seus pais. Em uma época que, como sinaliza, “a gente não sabia que bater, que xingar era violência, a gente achava que violência era quando tirava sangue ou matava”. Hoje, ela identifica que foi vítima de diversos tipos de violências por parte do pai dos seus filhos

²⁸ Cartilha de apresentação do lema da Marcha das Margaridas 2023 e os eixos que a compõe. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/17698-525405-apresentacao-e-lema.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023.

²⁹ Intitulado de *Histórias de lutas e vitórias de uma trabalhadora rural*, foi publicado no ano de 2010. PEREIRA, Margarida Pereira. *Histórias de lutas e vitórias de uma trabalhadora rural*. 2.º. ed. - Casinhas, PE: Ed. do Autor, 2010. 143p.

enquanto eram casados, por seis anos. Ilda tem quatro filhos, sendo os cuidados deles compartilhados com sua mãe e irmã que a ajudava financeiramente. Além disso, trabalha no roçado desde a infância, “sou trabalhadora rural desde pequena, até hoje eu estou na roça. Agora mesmo eu estava tentando entrar [na entrevista online] e debulhando fava”. Reside em um município do agreste pernambucano, com 12.967 habitantes³⁰, que compartilha conosco a história desse território e o reconhecimento à sua militância:

Casinhas, há mais de 20 anos passou a ser cidade, ela pertencia a Surubim. Uma cidade pequeninha. Quando eu nasci, onde eu moro hoje, era Surubim. A cidade pequeninha, hoje tem uma feira, mas não tem um comércio decente, não tem banco. Onde eu moro são dois quilômetros para Surubim, para Casinhas são oito quilômetros. Tem comércio pequeno e distante. Às vezes eu sou convidada a fazer uma palestra, agora no mês de agosto eu fui homenageada em uma escola de referência, ela é estadual, me homenagearam criando o núcleo de gênero Margarida Pereira da Silva. Eu fico feliz quando as pessoas reconhecem o que a gente faz. Por que tem uma coisa com a minha separação, que eu não tive nenhuma consciência de nada, de direito (Ilda).

Além do incentivo de sua mãe para a participação nas reuniões do sindicato, o seu filho foi crescendo vendo a mãe dividir seu tempo entre o trabalho na roça com o doméstico e as atividades da militância. Ele se tornou um de seus incentivadores, como Ilda relata: “minha mãe achava um máximo, mas minha irmã mais velha dizia a meu filho: ‘tá bom de tua mãe parar, não?’ Aí meu filho dizia assim ‘quando eu tiver grande eu vou ter um emprego para ela andar mais ainda’. Pronto, ele fica feliz”.

Sua inserção na luta sindical deu-se a princípio em um contexto em que esses espaços eram perpassados por práticas prioritariamente assistencialistas, como ela lembra, “tinha médico, dentista, por conta disso eu me associei”. O que foi a inicial motivação para a sua aproximação no movimento sindical foi tomando outros caminhos, conquistando espaços como um mandato como delegada sindical, secretária executiva, organizando formações, programas de rádio e ocupando a direção do STR da sua cidade natal por três anos. Ocupou a direção da FEPAT como suplente, em seguida conquistou o título de primeira coordenadora da CONTAG, representando Pernambuco. Como principal vitória desse período, Ilda destaca a conquista da ampliação da cota que até aquele momento era de 30 % de mulheres nos espaços do movimento sindical, CONTAG e Federações, para a paridade de 50 %.

³⁰ Dados obtidos a partir de consulta ao site do IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/casinhas>. Acesso em: 03 dez. 2023.

Ilda dá ênfase às vitórias de outras militantes que a antecederam e que garantiram a ela e outras mulheres na década de 1970, momento em que se associa no STR, ampliação de espaços de participação política.

Eu já era avançada né, por que tive o direito de me associar, por que no início do movimento sindical as trabalhadoras rurais quando ia se associar os dirigentes diziam assim 'não precisa se associar não, você depende de seu marido, ou você depende de seu pai'. Como se a gente não fosse uma pessoa que precisasse constituir direitos, como se tudo tinha que depender do homem (Ilda).

No entanto, nada estava pronto, Ilda ainda teve que realizar diversos enfrentamentos no movimento sindical para efetivar e ampliar a participação política das mulheres, o seu depoimento é carregado de relatos quanto a essa relação que é atravessada por sexismo, que marca fortemente a vivência das sindicalistas.

Mas é um tempo para a gente se conscientizar, porque mesmo eu estando no sindicato foi o tempo de eu aprender a enfrentar os caras, por que os homens dos sindicatos não são bonzinhos com as mulheres não. Naquela época era muito pior, a gente pedia um telefone para fazer uma ligação e o cara não queria dar, eu sendo diretora. Aí, a gente vai apanhando, no bom sentido não, vai levando as broncas e vai aprendendo. Por exemplo, quando eu comecei no sindicato, eu comecei a participar das discussões com as mulheres, a Federação mandava um recado para mim e eles não davam o recado. E quando dava diziam assim 'mas não tem dinheiro para fazer'. E eu fui em muitas reuniões. Antigamente discutia quando ia para a escolha, as mulheres sempre iam como secretária. Qual o pensamento de uma secretária: porque eles escolhiam as mulheres como secretária para organizar o fichário, fazer uma ata. Daí era difícil encontrar uma presidenta e uma tesoureira. Já tá mudando (Ilda).

Outra fundamental articuladora de lutas sociais no campo e importante figura que idealizou o MMTR- NE, é Vanete de Almeida. Sua obra foi apresentada a essa pesquisa pelas mulheres desse movimento na vivência realizada em Caruaru - PE em dezembro de 2020. Nessa ocasião, essas mulheres cederam, gentilmente, um exemplar de sua biblioteca do livro 'Ser Mulher num Mundo do Homens'³¹ para o desenvolvimento desse estudo em que Vanete escreve sua autobiografia. Nessa obra, ela ressalta sua principal preocupação na sua escrita: "querer contar a história do Movimento de Mulheres e do Movimento Sindical Rural [...] relatar minha forma de ver, de compreender, o que vivi no 'fazer política'" (Almeida, 1995, p. 21).

³¹ ALMEIDA, Vanete. **Ser Mulher num mundo de homens**. Entrevista à Cornalina Perius. Serra Talhada: Universal. 1995 - MMTR-NE/THRESHOLD FOUNDATION.

Figura 3 - Vanete de Almeida.



Fonte: Disponível em: <http://asapernambuco.blogspot.com/2012/09/o-semiarido-se-despede-de-vanete-almeida.html>. Acesso em: 27 jul. 2032.

Vanete compartilha no seu livro sua experiência de mulher rural e, desde sua tenra idade identifica muito antes de se aproximar de qualquer discussão teórica sobre feminismo, sua indignação ao tomar consciência dos privilégios dos homens dentro de sua família (Almeida, 1995). Assim como Margarida Alves e Elizabeth Teixeira, ela deslocou suas revoltas em relação às opressões vividas em um cenário de violência de um território submetido aos domínios de latifundiários, atravessado por uma cultura patriarcal e racista, em luta pela sobrevivência e transformação social.

Nascida em 1943, viveu parte da sua infância no município de Custódia - PE, sua família tinha uma condição econômica boa quando comparada com a dos vizinhos, na medida em que nunca passaram fome e residiam em uma das casas onde havia água encanada. Vanete iniciou sua atuação política na década de 1970 quando passou a se interessar pela realidade do campo, “fazia reunião com os trabalhadores, para conversar sobre os seus problemas, tentando contribuir com o avanço das lutas sociais” (Almeida, 1995, p. 44). A partir dessa experiência, contribuiu na criação da equipe de educação política da Diocese de Afogados da Ingazeira - PE que tinha como objetivo informar aos trabalhadores sobre seus direitos.

Em 1980, iniciou sua atuação política sindical com um convite para compor a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE) estando à frente de

trabalho ligada à questão de enfrentamento às secas; nos conflitos da região; no combate à fome; na criação de política públicas para o semiárido; compreendendo esse espaço político como:

Um instrumento importante na luta dos trabalhadores. Contudo, ainda existe muita coisa para ser construída no sindicalismo, pois inúmeras dificuldades dos trabalhadores precisam ser superadas. Estamos num país de dimensões continentais, de costumes que variam de região para região. [...] As diferenças de origem geográfica (nordeste, sul, etc.), de contexto cultural e de tipo e trabalhador existente no meio rural (meeiro, renteiro, etc.), cria uma enorme diversidade de situações e interesses, que dificultam bastante os encaminhamentos e a conquista de uma luta unificada (Almeida, 1995, p. 104).

As dificuldades que enfrentavam no trabalho de unificação da luta dos/as trabalhadores/as somavam-se ao fato dos entraves que ainda enfrentava por ser mulher no “mundo dos homens”, onde tinha que travar enfrentamentos internos contra o machismo nos seus espaços de atuação predominantemente masculino. Ela era a única mulher na maioria dos espaços em que estava atuando. Logo, identificava que para ganhar legitimidade precisava desenvolver sua intelectualidade, mostrar-se competente e informada: “se não demonstrasse competência, como é que eu ia ter espaços no meio de homens de uma cultura que acha que as mulheres são um bando de abestalhadas?” (Almeida, 1995, p. 108).

Vanete se incomodava com a ausência de mulheres nos espaços sindicais e sentiu desde o início da sua atuação diferenças no tratamento que recebia pelo fato de ser mulher. Com seu destemor, conquistou a admiração dos sindicalistas. Reconhecia que sua coragem não dizia sobre a ausência de medo que sentia em certas situações em que esteve na linha de frente das ações, mas não fraquejou. Logo, enfrentou o que identificou de mais urgente, a necessária organização política das mulheres convivendo com o que descreveu como chacotas, piadas e risinhos dos diretores da FETAPE quando pautava tal reivindicação. Assim, ela ressalta “Não era assunto que eles conseguissem discutir com a mesma seriedade com que tratavam temas como seca e greve” (Almeida, 1995, p. 110).

Também nos espaços de organização sindical, Vanete identificava a ausência de mulheres. Nas reuniões realizadas nas casas dos trabalhadores, elas sempre estavam segregadas, ou seja, “escondidas” nas cozinhas. Inconformada com tal realidade, junto com outras duas companheiras que estudavam em Recife, começou a ir até as mulheres do campo, mobilizando-as sobre questões que atravessam suas vidas, como a seca. Nos primeiros encontros que promoviam para as mulheres, os homens as acompanhavam, não deixavam que

fossem sozinhas, e diziam “- Que história é essa de mulher participar de reunião? Mulher não sabe de nada!” (Almeida, 1995, p. 119).

Uma das primeiras conquistas na organização das mulheres, nesse momento, foi a inclusão delas nas frentes de emergência que atuavam nas obras de combate aos efeitos da seca. Como foi se constituindo um espaço que aglutinava as mulheres, estrategicamente Vanete e suas companheiras foram identificando possíveis lideranças para o trabalho de mobilização para ampliar a participação feminina. O que resultou em uma crescente no número de filiadas e também diretoras de sindicatos, em espaços como a FETAPE e a CONTAG. Para a maior parte dos sindicalistas, construir uma organização de mulheres era dividir a luta dos trabalhadores.

Ao meu ver, a visão que prioriza unicamente a luta de classes retrata o machismo das nossas organizações. Os homens que são lideranças sindicais esquecem que têm alguém em casa, cuidando dos filhos, passando roupa, preparando a comida, enquanto eles estão fora, tentando mudar o mundo. Nós, mulheres, também queremos mudar o mundo (Almeida, 1995, p. 131).

Ilda, contemporânea de Vanete de Almeida, com quem compartilhou a coordenação da Rede de Mulheres Trabalhadoras Rurais da América Latina e Caribe, lembra de sua trajetória e a importância da sua atuação política, assim como a Dora (Auxiliadora). Esta que também destaca o trabalho de Vanete:

O movimento de mulheres de Pernambuco nasceu em Serra Talhada, naquela região, por que foi através de Vanete Almeida, ela era assessora do sindicato, da FETAP, mas ela ficava no sindicato em Serra Talhada, ela começou a perceber a ausência das mulheres na discussão. Por exemplo, o sindicato ia fazer uma reunião na família, ela só via a mulher na hora de colocar um cafezinho para eles, a mulher não participava da discussão. Daí por isso, graças a ela, ela foi encontrando as mulheres e fazendo esse movimento. Depois que foi vindo para o Nordeste. Mas Pernambuco foi através de Vanete Almeida, quer dizer, ela e Auxiliadora. Até porque como foi puxado em Serra Talhada, no sertão, as duas eram do sindicato, uma de São José do Belmonte e a outra de Serra Talhada. Daí depois que a gente foi se juntando a ela, mas eu não estava na ideia oficial (Ilda).

Vanete Almeida que alguém já deve ter falado para você. Não tem como falar na organização das mulheres sem falar da companheira, claro que “N” mulheres daquela época daqui do sertão, umas que ainda estão vivas e outras que já se foram, fizeram sua mudança, outras que tiveram que ir embora para outros Estados, outras que a violência doméstica e o assassinato, perda de mulheres também, não só perdemos mulheres assassinadas naquele período, mas famílias inteiras que tiveram que fugir e nem voltar mais. Então na história de organização política e na história da organização das mulheres passou por esse prisma de muita luta, de muita violência, mas também de muita estratégia e de muita sabedoria, né? (Dora).

Sobre a disputa interna nos sindicatos nesse momento histórico, Ilda destaca a sua indignação no reconhecimento permanente da atuação dos homens e desvalorização cotidiana no trabalho realizado pelas sindicalistas.

Eu via no sindicato “é o homem, é o homem”, e a gente se lascando de trabalhar e os méritos é dos homens. Ai quando a gente chegava na discussão com as mulheres em outros lugares, a gente ia buscando estratégias para enfrentar esses caras no sindicato. Sim, por exemplo, quando eu falei da Vanete de Almeida, as mulheres nem se associavam na época por que pertencia aos homens. A gente precisou de muita conversa (Ilda).

Com a persistente resistência dos homens à organização de mulheres, Vanete de Almeida aponta que “deixamos a FETAPE de lado e fomos fazer um trabalho de base. Fomos organizar as mulheres nos municípios, através daquele trabalho de formiguinha” (Almeida, 1995, p. 121).

A companheira Dora compartilha que, na década de 1980, era grande a sede pela conquista de direitos, entre as principais reivindicações estava a equiparação salarial entre homens e mulheres. Para isso, uma das estratégias de luta foi as greves das trabalhadoras rurais, que ocorreram na zona canavieira de Pernambuco, no plantio das uvas e mangas em Petrolina com as mulheres que plantavam feijão. Ela nos explica detalhadamente como articulavam essa mobilização:

As nossas greves eram assim, por exemplo, eu pegar a colheita do feijão aqui no sertão, hoje não tem, mas nos anos 90, meados dos anos 90 até chegar nos anos 2000, tínhamos grandes plantios de feijão no sertão, só que feijão é uma cultura tradicional para as mulheres, não é o homem que vai colher feijão, só que a mulher planta, a mulher limpava, a mulher destoca a terra, nós trabalhadoras fazíamos tudo isso, então, o que acontece, o estratégico era na produção. Então, o fazendeiro, com seu carrão, chegava para levar as mulheres para a zona rural, aí era quem? As trabalhadoras rurais que já moravam na periferia, eram as mulheres que vieram expulsas da terra, porque houve grandes expulsões do homem e da mulher do campo para a periferia da cidade [...] então o fazendeiro chegava no caminhão e o que a gente fazia, estávamos lá todas nós, quem estava de frente da luta as mulheres que iam para a roça mesmo colher feijão, esperando o caminhoneiro, o dono do caminhão, o dono da roça, o fazendeiro, quando ele não vinha mandava o empregado, qual era a estratégia? “a gente só vai se você pagar ‘x’, se a diária for ‘x’ a gente vai colher o feijão, se não for a gente não vai”, só que nessa época era muita chuva, se não colhesse o feijão o feijão se estragava no roçado, entendeu? (Dora).

Podemos observar as diferentes estratégias de lutas dessas companheiras, como as greves e a ocupação dos sindicatos, disputando esse locus que historicamente foi dominado pelos homens. Para isso, elas identificaram a necessidade de garantir espaços em que outras mulheres pudessem, a partir da troca de experiências e formações políticas, engajar a luta pelo

reconhecimento de suas existências. Como aparece no relato de Josefa, quando lembra da importância na sua história dos encontros que Dora e Vanete promoviam:

[...] eu ainda fiquei por 9 anos no STR, como secretária. Foi onde na Federação do Trabalhadores, FETAPE, começou encontros de gênero, a Vanete Almeida, que é uma das mentoras da luta do sertão, ia para as reuniões na FETAP junto com outras companheiras, mas eu destaco o meu despertar através de Vanete e a Auxiliadora, ela que ainda hoje está no movimento conosco. Quando elas começaram a fazer aquelas reflexões eu fui me alertando: “perai”, no sindicato tinha algo diferente. Eu fui despertando que a mulher nos sindicatos, ela na secretaria a função dela era escrever e não dar opinião, a partir daí eu comecei a questionar. Foi quando o presidente do sindicato chegou e disse ‘tá mudando demais depois que começou essas reuniões’. Aí foi a gota d’água pra começar a me afastar, aí nesse período ainda existia aquela velha perseguição, aí aumentou e foi rendendo, aí eu disse que não quero isso para mim. Daí pensei: vou fazer assim, vou lançar a chapa, se eu for eleita eu faço o meu trabalho se não fico só no movimento (Josefa).

A necessidade de organização das mulheres trabalhadoras rurais está, como visto, atrelada aos questionamentos do lugar da mulher nas funções na família e na sociedade, com pautas que atravessam as suas condições de trabalho, reconhecimento por visibilidade de suas demandas específicas e participação política. O que tencionam as relações sociais e tradições estabelecidas que submetem essas sujeitas. Para esse fortalecimento enquanto sujeito político coletivo elas constroem espaços de trocas de experiências e formações para estabelecer estratégias em suas ações.

Em 1984, construíram o 1.º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, em Serra Talhada – PE. Este ficou conhecido entre as militantes como o “encontro molhado”, pois todas se emocionaram muito. Esse espaço foi construído em conjunto e foi transformando o que elas entendiam da vida, da religião e do sindicato a partir da questão “Quem sou eu?”, o que provocou a descoberta de que no mundo dos homens “não lhes era dado nenhum valor, que não tinham direito nem de pensar, quanto mais de se manifestar” (Almeida, 1995, p. 122).

Para a organização das camponesas, foi preciso enfrentar dificuldades específicas da realidade agrária, como o fato do isolamento das mulheres no campo em decorrência da distância geográfica o que prejudicava a comunicação entre as trabalhadoras rurais. Mesmo diante de diversas adversidades, essa caminhada iniciada na mobilização local escalonou a nível municipal, estadual, regional, nacional e internacional (Almeida, 1995).

Exemplo emblemático é a articulação latino-americana e caribenha que se desenha como Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe (Rede LAC) em 1990, ideia que surgiu durante o 3º Encontro Feminista Latino-americano para que fosse garantido momentos

para as discussões relativas às experiências e formas de organização política das mulheres rurais. Essa proposta foi levada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco, com a liderança de Vanete de Almeida (Cordeiro, 2017).

Resultado desse trabalho foi a oficina “Nossas Vidas, Nossas Organizações” que ocorreu no 5º Encontro Feminista Latino-americano na Argentina, em 1990. Seis anos depois foi realizado em Fortaleza – CE o 1º Encontro Latino-Americano e do Caribe da Mulher Trabalhadora, com o apoio de organizações nacionais e internacionais, com o objetivo de articular movimentos de mulheres do continente em defesa dos seus direitos (Cordeiro, 2017).

Como aponta Cordeiro (2017), essas articulações latino-americanas e caribenha de organizações de mulheres rurais têm grande relevância na denúncia das condições de vida atravessadas pelas opressões de classe, etnia e gênero. Com demandas que são comuns às populações camponesas em relação à forma da organização da propriedade rural lutam pela emancipação dos povos, tencionando tradições que entravam seus direitos e as oprimem, buscando novos horizontes políticos que considerem as suas experiências.

Para a efetivação dessas articulações a companheira Ilda nos conta que esteve em vários países da América Latina, inclusive no 1º Encontro realizado, além de ser uma das coordenadoras da Rede LAC. Destaca em suas falas os desafios pessoais para cumprir com esse compromisso internacionais:

[...] eu não sei se eu consegui ir em todos os países da América Latina, né, da América Latina toda. Porque assim, eu e Vanete de Almeida era da Coordenação da Rede de Mulheres Trabalhadoras Rurais da América Latina e Caribe, e a gente foi em vários países, mas antes disso, eu me lembro dessa história do medo, eu me lembro que, há muito tempo atrás, eu estava no Rio, porque meu primeiro neto e a CONTAG ligou para mim “você pode ir numa reunião na Argentina?”. “Posso”. Era uma preparação das mulheres para ir para Beijing, e aí meu filho “mãe, como a senhora pode ir para Argentina? A senhora só sabe falar português, como a senhora vai?” E eu, “vou indo”. Aí, mandaram as passagens, um dinheirinho para viagem, e quando eu cheguei no aeroporto, eu disse “eu vou achar uma mulher que vai para esse encontro”, cheguei olhava para as mulheres, olhava para uma, olhava para outra, a primeira que eu falei “você vai para a Argentina”, “vou”, “você vai no encontro com mulheres?”, “sim”, “então tamo juntas”. Nem ela nem eu sabia, ela era presidente do Sindicato das Domésticas do Rio de Janeiro. Foi muito legal. Em vários países eu ia só. Eu fui para Cuba, para uma atividade com a FAO sobre alimentação (Ilda).

É nesse processo de construir espaços onde suas experiências são compartilhadas que essas mulheres se forjam de forma dialética enquanto um ser político, saindo do que parecia determinado em suas existências, o doméstico, e ocupam o âmbito do público. Percebem-se no potencial de suas lutas diárias a nível comunitário e familiar, mas também em elaborações conjuntas a nível internacional, tecendo horizontes de transformações concretas,

estabelecendo as devidas mediações com o que parece particular, tornam suas pautas e estratégias coletivas.

Dora nos diz sobre suas experiências de trocas na América Latina e se orgulha por manter até hoje essa militância internacional recentemente no 6º Encontro Latino-americano realizado no Chile: “eu não gosto muito de estar em casa não, não gosto de ser doméstica, eu faço tudo hoje, tenho 74 anos vou fazer 75 anos, mas ainda faço minhas coisas, agora mesmo eu cheguei, mais uma atividade latino-americana”. Como as outras companheiras entrevistadas, ela retoma a importância da militante Vanete para essa articulação latino-americana.

Vanete foi a secretária da executiva da rede LAC, enquanto a rede funcionou aqui do Brasil, Vanete era secretária executiva, ainda nem se falava em doença de Vanete. A rede foi para o Equador, hoje a sede da secretaria da rede é no Equador. Mas o MMTR foi o principal, claro que teve outras organizações, mas foi o principal elemento de construção dessa rede, ainda hoje, o Movimento ele tem um grande peso mesmo a sede sendo no Equador, por exemplo, essa atividade que nós fomos no Chile (Dora).

A militância de Vanete Almeida tem como destaque ainda a sua participação no Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, entre 1996 a 2003. Sendo também coordenadora internacional da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe, em 1996, na qual contribuiu com a fundação. Em 2005, foi indicada ao prêmio Nobel. Em 2012, após deixar um legado memorável que inspira a luta feminista, falece vítima de câncer aos 69 anos³².

Dora destacou que sua companheira de luta Vanete permanece sendo homenageada, referindo-se ao 5º Encontro Latino-americano e do Caribe da Mulher Trabalhadora Rural em que esteve presente no Chile, em 2023. Nesse evento duas brasileiras foram lembradas e receberam homenagem, a Dora e Vanete.

Como podemos observar a partir das trajetórias como de Vanete Almeida, a militância de dirigentes sindicais que levantaram as bandeiras do direito à terra, ao trabalho e pela redemocratização do país entre 1970 e início da década de 1980, tem forte imbricamento com o surgimento do movimento de mulheres rurais no Brasil. Assim como a igreja católica, que aparece recorrentemente nas referências que versam sobre o início desses movimentos, principalmente pela articulação das Comunidades Eclesiásticas de Base (Zarzar, 2017).

³² Disponível em: <https://www.fetape.org.br/noticias-detalle/evento-lembra-a-trajetoria-de-vanete-almeida/5399#:~:text=Maria%20Vanete%20Almeida%20morreu%20em,Cust%C3%B3dia%2C%20no%20Sert%C3%A3o%20Central%20pernambucano>. Acesso em: 01 jun. 2023.

A igreja foi a porta de entrada para muitas mulheres na arena pública num momento em que o movimento sindical não permitia a participação das mulheres e que surgiam novos movimentos sociais, a exemplo do MST. O papel da igreja no fortalecimento de organizações de mulheres nos bairros populares, as tensões e as alianças construídas com setores progressistas da igreja católica estão presentes na literatura sobre o movimento de mulheres no Brasil. Soares, por exemplo, destaca a criação de 'uma relação ao mesmo tempo conflitiva e de solidariedade entre as mulheres das Comunidades Eclesiais de Bases e as feministas, fazendo surgir um amplo movimento de mulheres' (Zarzar, 2017, p. 102 apud Soares, 1996, p. 41).

Quanto a estas relações conflitivas entre as feministas e a igreja, no meio rural esta não parecia ser uma realidade nos anos 1980. Exemplo disso, foi a reivindicação pela legalização do aborto que não era acolhida por essas mulheres nos espaços nacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), diferente de outras propostas como o sistema de cotas para as mulheres nas representações. O que evidenciava a influência das ideias da igreja católica sobre essas sujeitas, constatando-se relações menos conflituosas (Zarzar, 2017).

Cabe destacar que o tema do aborto ainda se manteve polêmico entre as trabalhadoras rurais do Nordeste. A pesquisa realizada em parceria com a ONG SOS Corpo de Recife – PE e divulgada no relatório do 6º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, em 1992, com 181 participantes, revelou que 89% discordam da prática de aborto e acreditam a mulher que pratica é criminosa (MMTR-1992).

Sobre a influência e apoio da igreja católica no momento embrionário dos movimentos do campo, Dora lembra que o primeiro encontro de mulheres rurais de Pernambuco aconteceu no Seminário de Olinda, em 1987, com 200 participantes, local onde concentravam outras reuniões da esquerda regional.

Já na trajetória de Elizete, nossa quarta entrevistada, a igreja aparece como espaço canalizador das revoltas e rebeldias dessa trabalhadora rural que nos diz que “desde pequena que eu fui muito rebelde, nunca aceitei as coisas de cabeça baixa”. Distante dos padrões que esperavam para uma menina, o seu pai, que ela reconhece como uma figura de grande afeto, estranhava sua personalidade, procurando respostas dizia a ela:

[...] que eu tinha nascido errado, e eu passei muito tempo com isso na cabeça, que não era para eu ter nascido mulher, era para ter nascido homem, porque eu era muito decidida, resolvia as coisas desde pequena, ele só me chamava de meu moleque. E ele dizia assim que eu tinha nascido errado, era para eu ter nascido homem e na hora eu tinha nascido errado. E eu ficava pensando, será que na hora a gente pode fazer isso? Mudar, vim um homem e de repente não vim mais e vim uma mulher? (risos). [...] até eu entender que era a vontade que ele tinha que eu fosse um homem pela minha decisão, por eu não abaixar a cabeça por nada por eu responder muito. (Elizete).

Desde de sua tenra idade Elizete trabalhava. Aos sete anos de idade organizava com restos de pano do trabalho do seu pai camas improvisadas para alugar aos viajantes que passavam por sua cidade.

Eu com 7 anos já pegava meu dinheiro e comprava o que eu queria, minha mãe não me dava mais o que vestir porque ela tinha 5 filhas e 2 filhos. Ela comprava uma peça de roupa no final do ano e no São João, fazia vestido para as 5 filhas, tudo igual e da mesma cor, e aí saía as 5 tudo igual. Aí eu não gostava daquilo, primeiro que eu não gostava de vestido, nunca gostei, aí eu disse “eu preciso ter meu dinheiro para comprar minhas coisas”. Eu comecei a encher minha mala, não era nem guarda-roupa, era mala, comprei uma para mim e comecei a encher, de calça comprida, por que deixei de vestir vestido [...] aí do jeito que eu me libertei economicamente quando eu era pequena, eu também lutava para me libertar politicamente, para ser dona do meu próprio nariz (Elizete).

Essa companheira foi quem provocou a criação do grupo de jovens na igreja católica que frequentava em sua comunidade, lugar onde aos 20 anos de idade iniciou o seu contato com o movimento de esquerda. Elizete nos conta como foi essa aproximação que ocorreu em uma conjuntura nacional onde o país estava sob os ditames da ditadura militar e suas impressões sobre os motivos que levaram essa instituição religiosa a alinhar-se à esquerda brasileira no campo.

Nessa época, anos 1973, por aí assim, apareceu um missionário que ele é italiano, Domingues, ele hoje é consultor, mas naquela época ele era um missionário, ele tinha um papel de andar nas igrejas tipo um olheiro, olhando quem era o jovem ou a jovem que se saía, que era mais falante para tirar daquele espaço e preparar para um espaço mais avançado do movimento revolucionário [...] acho que a igreja se arrependeu das misérias que fez durante todos os períodos que a história tem, que ela matou muito, pintou o 7 desenhou e desenhou o 8, se ficou muita gente viva se arrependeu e depois da ditadura, ela que foi uma das instituições que contribuiu muito as barbaridades da ditadura, eu acho que alguma coisa tocou no coração deles, do papa ou sei lá de quem, e eles começaram a ter um comportamento diferente, que foi quando lançaram a teologia da libertação. Aí esse missionário que veio da Itália e começou a participar do movimento revolucionário em Recife, através da comissão de justiça e paz. Ele também recrutava jovens que se saíam mais nos grupos, era mais revoltado com a opressão do mundo, chegou lá e me encontrou (Elizete).

Ele era um missionário muito bonito, e tinha mais aquela boniteza para encantar a gente, e conversou bastante comigo, e deixou um livro de Jorge Amado. Eu comecei a ler, e as histórias de Jorge Amado não sei se você já leu, mas todas as histórias dele, é um livro que tem um linguajar muito popular, mas é um livro que foi feito em cima das histórias das pessoas da Bahia. Antes de ir para a Bahia eu já conhecia a Bahia de pé a ponta por causa das histórias de Jorge Amado. Com um mês que ele tinha me dado dois livros já me convidou para uma reunião em Recife. E aí nessa reunião tinha dois estágios (Elizete).

Após esse período de estágio, momento em que ela com outras e outros militantes estariam prontos para as ações planejadas, uma das lideranças foi presa pelos militares, em 1978. Situação que alertou quanto à necessidade de proteger todos/as os/as envolvidos/as, pela perseguição que seguiria, sendo uma das estratégias nenhum/a dos/as envolvidos/as conhecer o nome do/a outro/a, chamando-se somente de companheiros/as. Elizete foi uma das pessoas procuradas pela polícia, recebendo proteção da igreja para se esconder ela relata essa situação:

Aí quando prenderam esse menino, essa liderança que fazia mais ou menos uns 8 dias que ele estava preso, começaram a procurar outras pessoas, e uma delas que foram procurar foi a mim. E foram à igreja procurar o padre perguntar se tinha umas pessoas lá, se tinha uma moça que era falante, aí o padre disse 'aqui não, aqui não tem isso não, é uma cidade muito pacata, não tem necessidade de ter grupo de nada, a juventude aqui é muito pacata'. E se despistou. Só que eles não se apresentaram como policiais, mas ele conheceu que eles eram policiais (Elizete).

Elizete foi enviada pela igreja a um pensionado sob responsabilidade de uma freira, em Recife, em um primeiro momento. Com a iminente ameaça de ser presa e tortura ela foi em seguida para a cidade de São Paulo. O anúncio de sua situação à sua mãe provocou extremo desespero e choro.

Eu disse chore não que eu estou viva ainda e depois eu volto, ela disse 'você vai para onde?', eu vou me esconder em Recife. E de lá eu vou para São Paulo, até quando a poeira abaixar depois eu volto, e ela se acabando de chorar. Aí foi quando eu fui fiquei em um pensionato de feira, onde ficava filhas de dono de engenho estudando, imagina para onde eu fui? (risadas). Quando eu cheguei lá ela disse 'olha eu vou te deixar aqui e eu vou te apresentar como a menina que veio para trabalhar na faxina e você vai pagar a dormida e a comida com sua na faxina. Aí eu fique fazendo faxina e fazia faxina nos quartos das meninas dos senhores de engenho e elas me davam dinheiro para eu comprar meu cigarro. Eu tinha dinheiro para ajudar as pessoas. "Oxi", foi bom demais. A casa onde a gente ficava, o pensionato, era na mesma rua que tinha a igreja das oliveiras que era a igreja de Dom Helder de Câmara. E eu morria de vontade de ir na igreja de Dom Helder Câmara, só que a igreja era coalhada de mendigos na calçada, mas não era mendigo, era a polícia federal disfarçada (Elizete).

Nesse período de luta em uma conjuntura adversa como a ditadura, que o relato de Elizete traz fortemente a repressão militar contra as militantes, forjam-se organizações políticas em meio ao apoio da igreja católica, como já exposto, com reivindicações que como Andrea Zarzar (2017) nos conta tem como destaque o atendimento de serviços básicos como de saúde, educação, direitos trabalhistas, políticas agrícolas de apoio à produção e à comercialização, e o reconhecimento dessas sujeitas como beneficiárias de políticas públicas.

Sendo a pauta da sexualidade e violência doméstica também presentes, mas com menor destaque.

Quanto à violência doméstica, expressão do sistema patriarcal que discutiremos mais a frente no trabalho, Elizete compartilha que sua vida foi marcada terrivelmente por essa realidade. Quando trabalhava na delegacia do sindicato da cidade de Vitória-PE realizou uma articulação para a fundação do STR na cidade de Pombos-PE, investindo em atividades de formações políticas e atuando nas comunidades com a criação de 52 núcleos de trabalhadores/as, ela relata: “ele [marido] com raiva porque eu trabalhava, ele chegava no sindicato bebia água soltava assim o copo, quebrava o copo, diziam assim ‘se um macho seu vier falar, eu meto a faca nele’” (Elizete).

Essa companheira relata as diversas formas de violência doméstica que vivenciou durante o casamento com o pai dos seus dois filhos, agressão verbal e sexual. E destaca as maneiras que encontrava para se defender sozinha, sem o apoio dos familiares:

Minha filha, era violência demais que eu sofria, ele não queria sair de dentro da minha casa, porque assim, se eu me deixava de manhã a mamãe me juntava de noite, [...] se me deixasse de noite, mamãe me juntava de manhã. Mamãe não queria que eu ficasse separada de jeito nenhum, ela tinha muito medo, se eu me separasse e depois não arrumasse outro homem porque eu era muito danada, “se ela ficar sem homem vai ficar aí quengando, e aí como é que vai ficar minha situação né!”. Cidade do interior, mulher sem marido chamava logo é de quenga, naquela época pior ainda, aí ela não queria de jeito nenhum que eu me separasse, e o cabra era violento, violento [...] Não batia porque eu batia nele, ele vinha para cima de mim eu “metia o pau”, e quem não deixasse eu bater nele apanhava, ele sabia que eu batia nele e ele tinha muito medo, mas ele me ameaçava, puxava faca mostrava faca para mim. Só não chegava perto de mim porque ele sabia que apanhava, mas era uma vida muito violenta, eu emagreci muito, eu fiquei com 42 kg, e nesse meio tempo, eu disse a ele que se ele não queria sair de casa e minha mãe não deixava, tudo bem, mas eu não ia ser mais mulher dele. Ele podia viver 200 anos dentro de casa, mas comigo não, só que quando eu chegava, trabalhava demais dentro do Sindicato, porque a gente ia em viagem para falar com os trabalhadores cortadores de cana, chegava em casa 21h30, 22h da noite cansada, toda melada de pó de cana, as vezes tomava um banho e as vezes nem banho tomava... (Josefa).

Quando a menina filha do casal estava com dois anos e meio, aí ele começou bebendo muito e eu percebi que ele estava usando droga, ele ficou muito violento, mais violento do que já era. Um dia ele chegou e deu 19 facadas no colchão e dizia assim “um dia essas facadas todinhas vai ser em tu, miserável”. Aí eu tinha medo de dormir, eu passava a noite todinha acordada, de noite eu lavava roupa, eu passava ferro, eu cozinhava, eu limpava a casa, tudo eu fazia de noite, quando era 4h30 eu fazia o café e ele se acordava. Ele tomava o café e ia embora trabalhar, aí eu ia dormir de 4h30 até 6h, aí quando era 6h eu acordava dava banho nos meninos, dava café da manhã, deixava eles na casa de mamãe e ia trabalhar. Eu passei 9 anos e meio, minha filha, eu dizia “mamãe eu não aguento, mamãe aquele cabra vai me matar”, ela falava “não, ele não vai fazer nada não, vocês não vão se separar” (Elizete).

A data em que ela conseguiu sozinha se libertar desse relacionamento violento foi no dia de finados de 1989, em mais uma situação de violência perpetrada por ele, ela reagiu enfrentando, inclusive, sua mãe que diante da situação veio intervir. Elizete disse a ela depois de expulsá-lo de casa: “a senhora não quer que eu não me separe dele? então a senhora vai me ver eu na cadeia ou no cemitério, um dos dois, agora nós dois não fica nessa terra comendo farinha”.

[...]abri a porta e disse a ela, “você tem razão eu sou uma rapariga safada mesmo, porque a mulher que mora com um cabra desse, não passa de uma quenga safada”, juntei-lhe a mão para cima e meti o cacete nele, sai arrastando ele, peguei ele pela cozinha, peguei uma 12 polegadas e falei “vou te matar seu infeliz, eu vou para a cadeia e tu vai para o cemitério”, aí, minha filha, ele segurou na minha mão e eu segurei a faca e pensei “fura ou não fura, fura ou não fura”, meu filho com 6 anos e meio subiu de madrugada 300 metros para casa da minha mãe, quando chegou lá sozinho de madrugada, com medo de alguém carregá-lo. Quando fico pensando nisso chega me dar uma coisa ruim, quando chegou lá na casa da minha mãe, disse que bateu chamando “vovó, vovó, vovó” mamãe acordou e ele disse “acorde vovó, mainha tá matando painho”, e aí desceu gente de cueca, gente enrolado no lençol, gente de camisola, gente sem calcinha, desceu a família toda, tá minha filha, (risos) lá em casa. Quando chegaram eu estava já furando ele, porque eu botei ele assim de costas na porta da cozinha, fiquei quebrando o “espinhaço” dele na porta da cozinha e botei o joelho em cima dos testículos dele. Ele estava perdendo as forças e a faca estava já entrando, a mão dele chega tremia, e aí mamãe gritou da porta assim “Elizete!” (Elizete).

Elegemos trazer o relato de Elizete quase na íntegra para evidenciar essa triste realidade da vida de muitas mulheres ainda hoje no Brasil, como o caso de Maria da Penha no qual a entrevistada se emociona quando percebe a semelhança com sua história:

Quando eu vi o primeiro depoimento de Maria da Penha, eu chorava feito uma miserável, “mamãe, porque você está chorando tanto?” é porque eu me via Maria da Penha, né? A história de Maria da Penha era minha história, mas graças a Deus eu tive mais sorte que ela, porque se eu demorasse mais ele teria feito o que o marido de Maria da Penha fez, por causa de mamãe, mas Maria de Penha era o pai que não permitia que ela se separasse dele (Elizete).

Como podemos observar há entrelaçamentos nas vivências das nossas militantes. Como as figuras ilustres de Elizabeth Teixeira, Margarida Alves e Vanete de Almeida, quatro de nossas entrevistadas vivenciaram atravessamentos marcantes na vida em certa medida em torno dos reflexos do período ditatorial, da luta sindical e/ou das influências da igreja católica em suas trajetórias de militância. A violência doméstica aparece como marca profunda nas histórias de Ilda e Elizete.

Na história de Josefa a igreja também aparece fortemente como catalizadora de seus anseios por transformar as relações desiguais que percebia. Foi no ano de 1982 que ela se lembra de ter chegado em sua comunidade um grupo de freiras que chamava a sua atenção

por não usar o tradicional hábito religioso, trazendo um movimento renovador católico. A companheira recorda-se que esse grupo logo iniciou um trabalho identificado como a Pastoral da Terra e a da Criança, engajando-se também em um levantamento para compreender a realidade dos sindicatos.

[...] aí foi tudo que eu queria. Era casamento marcado e o meu pai me apresentando esse grupo de freiras, foi aí que eu comecei. Falei com ele (noivo), que disse 'não, tudo bem, sem problemas, a gente casa e você continua'. Casei no dia onze de dezembro de oitenta e dois, no dia vinte e três de dezembro de oitenta e três eu tive a primeira filha e comecei. Depois que a menina nasceu eu fiquei apenas dois ou três meses em casa e depois comecei a participar das reuniões. Quando ela completou um ano de idade ela ficava com a minha mãe e eu mergulhei até hoje (Josefa).

Também se fez presente na constituição de parte dos movimentos de mulheres rurais o apoio de organizações não governamentais, tendo um importante papel junto às suas lideranças, especialmente em movimentos autônomos e nas primeiras articulações de auto-organização em movimentos sociais mistos que atuavam no campo. Somente no final da década de 1990, iniciam articulações permanentes no movimento feminista no país, até então os espaços de trocas e identificação de ações em conjunto aconteceram em encontros feministas nacionais e latino-americanos. Destaque que daremos na próxima seção desse trabalho.

Contudo, compreendemos que seja necessário antes de adentrarmos com profundidade na constituição do MMTR-NE, apresentar e analisar a região do país na qual esse movimento fecunda suas lutas. Pois, a formação social e econômica que forja a classe social de trabalhadoras rurais nesse território tem muito a nos informar sobre a luta dessas mulheres em um lócus, que como nos provoca Vanete de Almeida, é rico, mas com um povo pobre.

No Nordeste, temos ouro, ferro, gesso, cal, agricultura, pecuária, piscicultura, tudo o que você quiser, até grandes áreas de latifúndio. Por que a gente tem latifúndio numa região pobre? Eu acho que a região é rica, o povo é que é pobre. Pobre porque existe um interesse de que esse povo seja pobre, de que essa região permaneça pobre. Daqui sai mão-de-obra barata para outros estados ricos (Almeida, 1995, p. 70).

Para compreendermos a constituição desse território e os elementos que forjam a precarização da vida das trabalhadoras rurais e formam suas reivindicações, recorreremos na próxima subseção às análises políticas e econômicas em torno de tal temática. Em seguida iremos aprofundar o contexto de surgimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras

Rurais do Nordeste realizando as devidas mediações com o auxílio de alguns/as teóricos/as e o conteúdo das entrevistas.

2.3 Elementos da formação sócio-histórica do Nordeste na constituição da classe trabalhadora rural.

Juro que estou feliz
Em ser uma nordestina
Hoje examinando o mapa
Lhe asseguro menina
Que o Nordeste é celeiro
De uma riqueza divina
Espécies se consumindo
Se sente a cruel ausência
Os industriais da seca
Disto não têm consciência
Matam o povo e jogam fogo
No rasto da providência³³

As mulheres apresentadas que ilustram e inspiram a luta feminista rural têm seus pés no chão do Nordeste. É de lá que Vanete de Almeida, ao apresentar em uma palestra a região de sua origem, o sertão de Pernambuco, lembra que o semiárido brasileiro é o mais populoso do mundo e com o único bioma exclusivamente brasileiro, a caatinga. Vanete nos provoca com a constatação do que ela nomina como um mito de que o semiárido é pobre de natureza, poucos animais e baixa capacidade de regeneração, assim como insuficientes oportunidades econômicas³⁴.

Logo, segundo Vanete, aquelas e aqueles que ali vivem têm a convicção de que isso é uma inverdade, já que como analisa: “o que falta é vontade política e condições sociais para uma vida digna nessa área” (2m45). Nessa palestra, suas afirmações corroboram com o que o poema de Maria Soledade, militante do MMTR-NE, em relação à riqueza dessa região e, também, com os atravessamentos de interesses econômicos como os dos industriais da seca.

Para compreender esse e outros mitos, nesse tópico buscaremos caracterizar a formação sócio-histórica do Nordeste naquilo que nos informa sobre as particularidades na constituição de uma determinada classe trabalhadora, a rural. Logo, o objetivo aqui é evidenciar como a região foi forjada em meio à disputa de classes sociais e seus interesses antagônicos que determinam a condição de vida das mulheres trabalhadoras rurais e as suas reivindicações por direitos.

³³ Poema *Palavra da Mulher Nordestina* da militante do MMTR-NE Maria da Soledade Leite. Publicado na coletânea *Nossa história em poesia*, em 2016.

³⁴ Palestra de Vanete de Almeida. AMBEV. **Movimento CYAN com Vanete Almeida Ep. 1**. Youtube, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RK-xbS9dyPk>. Acesso em: 1 nov. 2023.

Denis Bernardes (1981) ao realizar uma contextualização histórica sobre a formação da região Nordeste do Brasil na busca da gênese da questão regional inicia pelas possíveis respostas que sujeitos e sujeitas dariam às seguintes questões: Nordeste, que entidade é esta? Onde, quando e como começa e termina o Nordeste? Conforme especula o autor, parte das pessoas que fosse questionada acharia que as respostas seriam óbvias. Outras identificariam ser o Nordeste a região da miséria rural e urbana, cenários de seca, com um sol escaldante e imagens de vaqueiros vestidos com roupas de couro. Já outros/as sujeitos/as apontariam momentos da história da região ligados às glórias do Nordeste açucareiro, com as casas grandes e senzalas. Talvez alguns/umas poucos/as sujeitos/as responderiam tais questões destacando a região como o resultado de interesses de classes dominantes locais no contexto do capitalismo concentrador e desigual. Logo, o resultado dessas e outras respostas seria que:

Teríamos então vários nordestes, tantos quantos fossem as posições assumidas, os interesses a defender, as origens sociais ou geográficas dos ideólogos. E na verdade assim é, embora tal afirmativa não implique em aceitação de todas essas visões, mas tão somente em constatar sua existência como expressão da diversidade dos interesses em jogo. Como lembrou Octávio Ianni, as visões do nordeste variam de acordo com as conveniências, os interesses e até, poderíamos acrescentar, com a boa ou má fê de quem as veicula, indo do exotismo ao discurso tecnocrático/planejador-salvacionista (Bernardes, 1981).

Assim o autor aponta a necessidade de irmos além de uma análise crítica dos discursos regional-tradicionistas ou técnico/planejador-salvacionista para conseguirmos responder sobre a questão Nordeste. É preciso considerar que há uma complexidade instalada que devemos destrinchar no que ela consiste tomando de antemão que há uma insuficiente apreensão da história da região que é um dos grandes estrangulamentos para a elaboração de análises do processo de formação social e econômico do Nordeste (Bernardes, 1981).

Para destrinchar o que Bernardes (1981) avalia como de grande complexidade, localizamos de antemão um conceito fundamental e que nos aparece de maneira polissêmica na medida em que é utilizado por várias áreas do conhecimento: região. Nos orienta o seguinte entendimento desenvolvido por um dos intelectuais basilares para compreender a formação capitalista brasileira, Francisco de Oliveira. Em sua obra de 1981, Oliveira reconhece as contribuições de diversas áreas que constroem tal conceito, apontando que o fundamenta é a compreensão da especificidade da reprodução do capital, o que abrange analisar as formas de acumulação, a estrutura e lutas de classes e o conflito social que se desenha. O processo de homogeneização que é próprio do sistema econômico vigente também

precisa ser destacado pela tentativa de apagamento das diferenças dentro dos territórios nacionais ao mesmo tempo que quando conveniente cria diferenças regionais em seu proveito.

Bernardes (1981) nos convida a entender no que consiste a complexidade da questão regional que só é possível se articularmos as partes que compõem a totalidade dessa realidade. Há a constatação de que a formação da região nordestina não encontra explicação simplesmente na geografia. O ponto para iniciar a análise é a história considerando o processo de constituição desse espaço geográfico.

No estudo do processo de constituição do espaço da região Nordeste devem ser consideradas as formas de ocupação humana, as relações de produção implantadas e sua evolução, desde a sua inserção na econômica mundial já na fase colonial em contexto de capitalismo mercantil que viabilizou o que já era o seu potencial geográfico do território. No sistema colonial, a região foi em um primeiro momento uma peça essencial no mercantilismo português, adquirindo um sentido unificador com sua paisagem, cultura e as classes sociais. Um fragmento essencial na existência da região e na questão regional foi a dinâmica da dominação de classe com estruturas internas de organização das relações sociais que se mantiveram mesmo após o fim da colonização, assim como a violência que se mostra historicamente vigente (Bernardes, 1981).

A região Nordeste tem grande importância desde a colônia portuguesa no processo de acumulação de riqueza contrariando as ditas preocupações quanto ao seu atraso que encobre a essência do fenômeno que é o papel fundamental que essa região ocupa no processo de acumulação. Para além do discurso da preocupação com a 'miséria', o interesse essencial é, na verdade, na riqueza que se manifesta principalmente na reserva da força de trabalho (Bernardes, 1981). Para Oliveira (1981) o mercado da força de trabalho se alinha com a questão agrária não resolvida no país na composição do pano de fundo da discussão sobre a questão regional formando uma unidade com suas gêneses que remetem à nova forma de produção de mercadorias.

Bernardes (1981) sublinha que está na gênese da questão regional a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, observando nas análises realizadas que há dificuldades para se dar a ênfase necessária a esse fato devido a diversos fatores, um deles é a decorrente ingênua visão "juridicista" da abolição, no sentido de que ela estaria eliminada da realidade brasileira a partir da legislação. Foi sobre o contingente de ex-escravizados que os

proprietários rurais dirigiram um programa peculiar dessa transição, transformando aqueles sujeitos no correspondente aos/às migrantes³⁵ europeus.

A existência de um grande contingente de homens livres pobres, dedicados em maior parte a lavoura de subsistência e que muitos textos da época classificam como vagabundos, preguiçosos, desordeiros, tem sido quase sempre ignorada. No entanto, no Nordeste, foi sempre esse contingente que os proprietários rurais conduziram um processo de transição peculiar. Os moradores, os “homens de trouxa”, foram o equivalente regional dos emigrantes para a economia cafeeira. O que nos textos acima citados nos dizem é exatamente isto, ou seja, que para a grande propriedade nordestina, impossibilitada de financiar a emigração estrangeira, restava a solução de utilizar esta numerosa mão-de-obra que, do litoral ao sertão, foi crescendo no interior ou a margem da mesma grande propriedade (Bernardes, 1981, p.8).

Assim, aponta que a raiz da questão regional está nesse processo de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado que reproduziu características do regime anterior na remuneração da força de trabalho e a incrustada submissão do trabalhador ‘marginal’ aos proprietários de terra. O Nordeste que teve a utilização do trabalho de pessoas escravizadas diminuída mais rapidamente quando comparada ao Sudeste por um processo de crise de acumulação, corroborou com o modelo de relações de acumulação e concentração de renda que reprimiram forças produtivas, a exceção foram alguns setores modernizados da produção da cana de açúcar. Esse singular processo de transformação foi conduzido por camadas sociais que garantiram a continuidade de sua dominação como o monopólio da propriedade territorial (Bernardes, 1981).

Oliveira (1993), quanto a essa formação do mercado de trabalho no país, aponta que um dos fatores que estruturou a moderna economia no país se deveu à adesão de migrantes para a produção do café no Sudeste que determinou a segmentação do mercado de trabalho impondo uma cisão que é reforçada ao introduzir a competição pelos piores trabalhos. Até então reservados às pessoas negras, essas atividades eram disputadas com os/as migrantes, estes/as que contavam com a proteção de seus países, sendo os/as negros/as relegados/as à própria sorte. Cenário que alimentou a ideia de separatismo³⁶ dos ricos com um objetivo implícito de limpeza étnica, como no Rio Grande do Sul e Paraná. Esse processo migratório introduziu a discriminação étnica na estrutura do mercado de trabalho.

³⁵ Utilizaremos o termo migração para designar deslocamentos populacionais a partir dos debates contemporâneos acerca das nomenclaturas e os usos estereotipados para tal fenômeno social. Ver Viana (2017).

³⁶ O poema “*Nordeste independente*” de Bráulio Tavares e Ivanildo Vila Nova expressa a resposta dos nordestinos diante do preconceito durante as eleições de Dilma Rousseff.

Francisco de Oliveira, em seu texto de 1993, caracteriza a discussão da questão regional, afirmando como uma hegemonia inacabada, referindo-se à dominação do estado de São Paulo sobre as outras regiões do país, em especial o Nordeste brasileiro. O autor faz uma análise histórica e espacial da unidade territorial nacional, que economicamente apresenta disparidades, analisando profundamente como isso se forjou. É importante resgatar essa dominação paulista tendo em vista que a região do país conhecida como miserável – Nordeste - é parte de um mesmo processo que concebeu a região mais desenvolvida economicamente.

A questão regional nunca foi consolidada em nosso país, manifestações de separatismo dos estados da região sul e sudeste do Brasil demonstram o fracasso de uma unidade nacional (Oliveira, 1993). Convivemos com esses protestos em diversos momentos da história, exemplo emblemático ocorreu com o resultado da reeleição da presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) em 2014. Momento em que movimentos separatistas de São Paulo que rejeitavam a reeleição dessa candidata realizaram ataques ao Nordeste por ter sido a região onde os votos decidiram tal eleição. O então deputado Coronel Telhada (PSDB) foi um dos políticos que realizou discursos de independência do Sul e Sudeste³⁷. Como nos aponta Santos (2021) nas redes sociais, as postagens de xenofobia aparecem de diversas formas contra os nordestinos, que foram acentuadas durante esse período eleitoral, expressam “uma relação social impregnada de materialidade, cheia de um conteúdo ideológico classista e elitista que dão o tom da nova reconfiguração política caracterizada pelo neodesenvolvimentismo petista” (Santos, 2021, p. 324). Igualmente nas eleições mais recentes (2022), ainda que não vingassem propostas mais concretas como nas eleições anteriores, o ataque ao povo nordestino com incursão para boicotar os votos de várias localidades, especialmente o Rio Grande do Norte, reafirmam essa lógica de desqualificação do Nordeste.

Oliveira (1993) explica os motivos da fratura da unidade nacional, onde o separatismo dos ricos é uma das expressões. De antemão, afirma que a questão regional não é há muito tempo considerada como uma questão nacional, sendo a derrota da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no início da ditadura militar (1964) a marca crucial do fracasso da unificação.

A criação dessa autarquia, a SUDENE, nascida poucos anos antes do golpe militar no país em 1959, representou o que Santos (2021) interpreta como um amplo pacto de

³⁷ Detalhes desse fato na notícia. ROCHA, Adão. **Após reeleição de Dilma, movimentos pedem independência de São Paulo do Brasil**. JUSBRASIL, 2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/apos-reeleicao-de-dilma-movimentos-pedem-independencia-de-sao-paulo-do-brasil/148710524>. Acesso em: 19 jan. 2023.

conciliação de classes³⁸. O contexto político desse momento era desenhado de um lado por forças progressivas, representadas por alguns movimentos sociais como as Ligas Camponesas, setores da Igreja católica e o PCB, de outro por frações da burguesia industrial. A lei nº 3692/1959 que inaugura a SUDENE, abrangendo a região que faz parte do polígono da seca, os estados nordestinos e o norte de Minas Gerais. Esse momento simbolizou a esperança por mudanças, no qual o autor descreve como a ‘coroação’ da dominação da burguesia industrial sobre os latifundiários nordestinos.

Caberia à SUDENE em conjunto com outros órgãos a elaboração de um plano de emergência para combater os problemas decorrentes da seca, prestando, assim, socorro às populações. A SUDENE é responsável pelo plano diretor plurianual, planejando com a determinação de cada setor responsável as ações do trabalho específico a ser desenvolvido na região (Santos, 2021). Logo,

A SUDENE deveria ser um órgão de natureza renovadora, com o governo atuando através de uma política única e ampla de desenvolvimento em relação ao Nordeste, agregando, além dos dirigentes das agências governamentais mais importantes da área – e coordenando os planos de todas elas – os governadores dos estados que compõem a região. Entretanto, esse conjunto de ideias desenvolvimentistas e de desenvolvimento regional, no âmbito da luta inter-burguesa, expressava, fundamentalmente, os interesses da burguesia industrial (Santos, 2021, p. 126).

Essa autarquia que, até então, representava o último grande esforço de tal pauta, transformasse em mera entidade administrativa, perdendo o seu caráter político. O sucesso da SUDENE, nesse momento, foi o de transformar o Nordeste, no que o autor chama de gueto dos nordestinos, no sentido de deixá-los isolados do resto do país ao degenerar a questão regional e o povo nordestino da política (Oliveira, 1993).

Os planos para as regiões do país transformaram-se durante a ditadura militar em moedas de trocas para calcar financiamentos dos Bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento afim de realizar a expansão capitalista onde era conveniente, utilizando da justificativa da desconcentração de renda na região miserável do país para acessar recursos. No entanto, o que estava em jogo entre os financiadores e os militares “era salgar a terra do Nordeste, para matar a erva daninha da subversão social” (Oliveira, 1993, p.43).

O momento do golpe militar no país, em 1964, estava marcado de um lado por movimentos populares que lutavam para a resolução da questão agrária e do mercado de

³⁸ O pacto de conciliação de classes não significa concordância política e/ou juridicamente (leis) expressa. Como Ianni (1991) indica, em geral são propostas econômicas e sociais que minimizem conflitos, disputas em momentos de acirramento da Questão Social. Sobretudo que retirem o protagonismo dos movimentos sociais. Exemplos, não faltam: abolição das pessoas escravizadas, legislação trabalhista da década de 1940 etc.

trabalho a partir da Reforma Agrária, com o seu último líder o PCB, tendo como epicentro de uma revolução o Nordeste. Pelo outro lado da correlação de forças estava a união entre os latifundiários e a burguesia industrial do Sudeste (Oliveira, 1993).

Na formação do Estado Nacional que Oliveira (1993) recorre para compreender como ocorreu a unidade nacional que caracteriza como o “resultado do processo de competição nascente, de um lado, e, de outro, das alianças que elas conseguem estabelecer com uma burocracia imperial” (Oliveira, 1993, p.46). A burguesia que foi se forjando no país estava alinhada com a burocracia imperial, sem um projeto hegemônico para a Nação, mas sim um projeto de enfrentar as oligarquias regionais e locais.

A criação do Exército e da Marinha faz parte desse processo de oferecer à burguesia nascente a forma de impor seus anseios econômicos no país, isolando revoluções da época e transformando-as em meras rebeliões contra a elite imperial, (Oliveira, 1993). Exemplos emblemáticos foram a Confederação do Equador (1824 - PE); Revolta dos Malês (1824-1825 PE, PB e Recife); Cabanada (1832-1835 PE, alagoas e PA); Sabinada (1837-1838 BA); Balaiada (1838-1841 MA); e, Praieira (1848-1850 PE).

Oliveira (1993) faz crítica a uma forma predominante de historiografia e análise econômica impotente quando o assunto é a unidade nacional que deram as mãos ao empresariado que então desbravaria o oeste paulista. Um mercado de terras começa a emergir na região que iria predominar a produção de café no país com a invocação de trabalho dos/as migrantes como solução ao medo associado à realidade da rebelião de escravizados/as e a formação de quilombos, já que “a lembrança de Palmares não estava extinta – e mesmo em possibilidade de descontrole do processo de grilagem de terra” (Oliveira, 1993, p. 47).

A classe burguesa formada em São Paulo, que não tinha um projeto de desenvolvimento para o país, se forjou a partir de articulações políticas e econômicas em que acessando recursos estatais gloriou na concorrência com outros estados, prejudicando o progresso agrário e/ou industrial de outras regiões. Na época da República Velha, essa relação de São Paulo com o acesso a recursos do Estado permanece para sustentar a cafeicultura, que também organizava a concorrência, impedindo sua expansão. Esse estado federativo foi o centro da nova classe que modificou o modo de produção ainda com aliados de oligarquias regionais em alguns períodos para eliminar a concorrência local, tanto da econômica quanto da política (Oliveira, 1993).

A tentativa de unificação nacional que se deu pela via do mercado, a partir do que Oliveira (1993) nomeia como um arquipélago de ilhotas oligárquicas que eram constituídas de capitais agrários e industriais. O Estado de São Paulo foi glorioso no quesito dominação com

a expansão da circulação das mercadorias, mas foi incapaz de construir uma hegemonia, pois a via do mercado mostrou-se insuficiente para isso. Em meados dos anos 1950 cria-se um mito que consolidou o imaginário social de que o futuro do país e da população estava em São Paulo, provocando a migração de muitos/as nordestinos/as que constituíram as periferias industriais da cidade, formando uma massa de trabalhadores/as a baixo custo e um exército industrial de reserva fundamental para o processo de industrialização.

Consequências desse processo histórico que Oliveira (1993) nos apresenta de uma hegemonia impotente do estado de São Paulo - no sentido de que não constituiu de fato uma nação - que se deu pela dominação do mercado, foi a aliança fundida entre a burguesia industrial e as oligarquias retrógradas. Essa união foi vitoriosa pelo uso da violência para organizar a concorrência e com isso responsável pelo atraso de várias regiões do país na industrialização. Deixando a questão agrária sem resolução, assim como a questão do trabalho no campo e a questão negra ao consolidar as bases da segmentação étnica no mercado de trabalho, o que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 foi incapaz de abortar. Da perspectiva dos direitos sociais a hegemonia inacabada resultou em uma pesada herança. Politicamente estabeleceu um ciclo entre populismos e intervenção militar como nos explica o autor:

O populismo foi a forma por excelência da irrupção do proletariado na política, rompendo o cerco da questão social como caso de polícia. Mas o populismo é forma por inteiro dependente da tutela exercida pelo Estado sobre os sindicatos, frequentemente atribuída a uma pura relação entre movimento operário e Estado, que esconde a parte da burguesia nessa organização da questão social (Oliveira, 1993, p. 61).

Ilena Barros (2014) ressalta as condições criadas pelo Estado brasileiro na década de 1960, no processo de acumulação capitalista na região nordestina para facilitar o acesso do mercado teve como resultado o aumento do PIB na década de 1970 acima da média. Provocando a superação de algumas dificuldades intrínsecas da estrutura agroexportadora da época anterior. A economia foi impulsionada nesse território por incentivos fiscais, créditos públicos, empenho em empresas estatais como a Petrobrás, instalação de empresas multinacionais e industrialização.

Importante sinalizar nesse momento que a contextualização histórica e as consequências que impactam tanto as políticas públicas como as lutas populares e sociais, portanto, é preciso apreender que, em que pesem as diferentes perspectivas governamentais de como lidar com os desdobramentos da Questão Social, há elementos estruturais do

capitalismo e sua permanente tentativa de recomposição, ainda que sob determinações sócio-históricas particulares.

Assim, não se pode falar em sociedade, sobretudo àquela que estabelecerá princípios civilizatórios relacionados à democracia, cidadania e direitos sem considerar a existência de lutas sociais, nomeadas ao longo da história com nomenclaturas diferenciadas, mas que possuem alguns elementos que são perenes. Falamos em combate aos processos de opressão e exploração, ainda que mudem substancialmente em razão dos contextos particulares. Como Marx (Laski, 1982, p. 93) proclamou da luta de classe “A história de toda a sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes”.

A literatura que versa sobre a teoria dos Movimentos Sociais é extensa³⁹e, nos interessa ater ao debate que constitui os movimentos sociais como sujeitos políticos e os desafios contemporâneos a fim de aprendermos a importância do MMTR nos contextos desde as lutas corporativas, àquelas mais gerais e, em especial contra o patriarcado e sua conexão com o capitalismo e o racismo.

Gohn (2008) e Sader (2001) são expoentes em relação a esse debate e nos ajudam a apreender elementos que definem os movimentos sociais na sua caracterização no processo sócio-histórico brasileiro, suas transformações e direcionamento político⁴⁰. Num apanhado mais genérico é possível listar alguns aspectos comuns como, representação coletiva; demandas em comum; formas de decisão e constituição instituídas, em geral, formalizadas após um processo de organização e deliberação.

No entanto, à parte tais aspectos, as diferenças são decisivas. Desde a direção que pode ser de referendo à ordem, de oposição, contra hegemônico e até de emancipação⁴¹, à realidade sócio-histórica que particulariza cada organização que se reivindica como movimento social. É importante considerar também que não se pode falar de movimento social sem a incorporação de que se trata de disputa de projetos societários que de forma assumida ou não, têm estratégias e táticas mais ou menos relacionadas a mudanças que visam reformas e/ou revolução. E, ainda, há a necessidade de verificar sob que concepção de

³⁹ Para um balanço teórico e político ver SOUZA, A; PEREIRA, C. G (2022) e GOHN (2008).

⁴⁰ O Advento das mídias sociais, com certeza, impactou na forma de organização e mobilização dos movimentos sociais. Se, de um lado há maior espraiamento do alcance ideológico das elaborações e ações, de outro houve a secundarização de ações que ficaram conhecidas como diretas (nos locais escolhidos para manifestações de diversas ordens). E, como José Herbert de Souza (1984) o cenário é fundamental para o desfecho das lutas. De toda a maneira, as redes sociais se configuram como uma realidade irreversível e se constituem como um dos principais desafios para as entidades coletivas que se afirmam na contraposição à hegemonia.

⁴¹ Aqui utilizada nos termos de Marx (1991) quando diferencia emancipação política da humana, ao tratar que a verdadeira emancipação aglutina autonomia política, social e fundamentalmente econômica.

opressão e exploração tais movimentos organizam a luta. No campo que chamaremos de democrático popular⁴².

No Brasil, a luta pelo fim da ditadura militar⁴³ terá seu ápice com a greve dos/as trabalhadores/as do ABC⁴⁴ paulista entre 1978 e 1980. Ainda que a reivindicação central fosse salarial, esse movimento paredista significou muito além que mobilização por pauta corporativa. De fato, o esgotamento da estratégia econômica imprimida durante o período da ditadura militar, em razão da crise mundial do petróleo, imporá inflação e elevação do custo de vida, resultando em variadas manifestações.

Um dos maiores, protagonizado pelas mulheres (mães da periferia) foi o Movimento contra a Carestia ou Movimento do Custo de Vida (1973-1982) eclodiu na periferia de São Paulo e ganha duas dimensões importantes. A primeira é que se nacionaliza como movimento popular e, portanto, à luz dos aparelhos repressivos de então, mesmo que sob vigilância, não estava vinculado às organizações comunistas e/ou clandestinas; a segunda é que por isso mesmo, servirá de “receptáculo” de vários outros coletivos que puderam manifestar oposição ao regime (Monteiro, 2015).

É possível identificar que talvez a dificuldade da ditadura militar se confrontar com tal movimento, pode estar relacionada, para além da própria crise econômica do milagre (1968 a 1975) e seu esgotamento, a certa desqualificação de um movimento liderado por mulheres. Processo, por sinal, bastante acentuado nos movimentos sociais igualmente nesse campo democrático popular. Não foi e não é sem divergências que as mulheres vão se organizar precisando sempre justificar a totalidade na luta contra a exploração capitalista.

De toda forma, é com a bandeira da autonomia e combatividade que os movimentos sociais vão disputar direções, participar das lutas nacionais, convocar greves específicas e gerais, que as décadas de 1980 e 1990 caracterizarão a emergência e retomada das mobilizações Um dos marcos é a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1982 como resultado da necessidade de um instrumento de luta da classe trabalhadora quanto a disputa

⁴² Que emergem no contexto da luta contra ditadura militar, que num primeiro momento se afirmam na luta corporativa e pelo fim do regime ditatorial e que ao longo das décadas posteriores vão delineando outros compromissos, como a autonomia, a defesa do meio ambiente, o combate ao racismo e machismo, outros afirmando o caráter anticapitalista.

⁴³ Algumas considerações anteriores a esse período virão no texto a partir das falas que historicizam a organização das mulheres do MMTR.

⁴⁴ A greve de metalúrgico(a)s ABC paulista, compreende os municípios de : Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra no Estado de São Paulo.

unitária mais ampla e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, para combater a prática pelega, atrelada ao Estado até então vigente⁴⁵.

Como Anderson (1995) explica, embora as ideias neoliberais, que se diferenciam a liberalismo clássico, tenham surgido no pós II Guerra Mundial exorcizando qualquer tentativa de controle do mercado pelo Estado⁴⁶. No entanto, a necessidade de recompor política e economicamente, sobretudo na Europa, o estado de devassidão pela guerra, possibilita a emergência do Estado de Bem-Estar Social⁴⁷. As bases para essa emergência se assentam na perspectiva de que o Estado deve assegurar condições para a subsistência material, incluindo educação, saúde, habitação, transporte etc. A crise mundial a partir da década de 1970 (crise do petróleo) fará com que os pressupostos ideológicos do neoliberalismo sejam assimilados como tábua de salvação do capitalismo. Como Moraes (2001) era preciso libertar o capital do controle das lutas populares.

Uma sequência bem articulada de proposições em diversos âmbitos da vida foi necessária para que tal virada fosse possível, a começar pela redução de custos com a força de trabalho sem que mecanismos de acumulação de riqueza fosse prejudicado. Ao contrário, novos entraram em cena. Podemos trazer a acumulação flexível que para vingar precisou de uma forte oposição aos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras organizados/as; a demonização do Estado como responsável pela crise, favorecendo a ideia da privatização das empresas estatais, num primeiro momento. Nas palavras de Mézaros (2011)⁴⁸, o capitalismo precisa de uma invasão sociometabólica sobre a vida. Ou seja, um sistema global e total de controle social.

No Brasil, a década de 1980 cuja burguesia nomeará de “a década perdida”, já para calçar as ideias neoliberais batendo a porta, significará como já dito a ascensão dos movimentos sociais, com ápice institucional de a aprovação da Constituição de 1988 e a tentativa de aproximar o Estado brasileiro daquele Bem-Estar Social, já em decadência nos Estados Unidos e na Europa. Passados os conturbados anos de eleição indireta para o Executivo Federal, com índices galopantes de inflação, Collor de Melo foi eleito em 1989 com o discurso centralizado em atacar os gastos públicos. Mas, foi o governo de Fernando

⁴⁵ Obra fundamental para a compreensão desse processo é a História da Luta dos Trabalhadores no Brasil de Vito Giannotti (2007).

⁴⁶ Em Anderson (1995) veremos que tais ideias estão contidas, principalmente, no Livro o Caminho da Servidão de Friedrich Hayek.

⁴⁷ Sobre o Estado de Bem Estar Social, ver GURGEL, Claudio; JUSTEN, Agatha. **Estado de bem-estar social no Brasil: uma revisão ou a crise e o fim do “espírito de Dunquerque”**. Cad. EBAPE.BR, v. 19, nº 3, Rio de Janeiro, 2021

⁴⁸ Essa edição do livro, sob a tradução de Francisco Raul Cornejo et al. foi dedicada à Donatella e militantes do MST.

Henrique Cardoso, a partir de 1995 que conseguiu avançar nos ajustes neoliberais. Aqui cabe uma avaliação importante que ajuda a explicar como os movimentos sociais irão se comportar nos governos sociais democráticos.

A eleição de Fernando Henrique Cardoso, ainda que não representasse os anseios mais populares e organizados à época (alinhados com o Partido dos Trabalhadores que disputou a eleição), gozava da respeitabilidade de boa parte da intelectualidade progressista, o que facilitou o convencimento quanto as propostas privatizantes em curso. Ainda assim, a década de 1990 respirou lutas sociais com diversas greves e ocupações de terra.

De todo modo esse novo modelo de acumulação capitalista mundial financiado pelo Estado, momento em que a burguesia nacional submete a economia do país ao capital financeiro internacional. A sequela desse processo foi a desnacionalização de setores da indústria, comércio e serviços controlando, por exemplo, a agricultura. Com o Estado como o seu principal financiador reduzindo as tarifas de importação, o PIB teve um aumento em todas as regiões no mesmo passo intensificou a exploração dos/as trabalhadores/as impulsionou o empobrecimento e precarizou a vida da classe trabalhadora (Barros, 2014).

Na década de 1990, o resultado da mudança nas atividades econômicas do Nordeste é perceptível ao observar que as vendas de produtos industrializados para o exterior tiveram grande aumento. Saindo do índice de 45% de participação em 1980 para 78% no ano de 1996. Isso foi efeito do incentivo à inserção de multinacionais com tecnologias desenvolvidas, modernização das empresas que já existiam nas áreas de vestuário, química, metalurgia, entre outras. As frutas tropicais, o açúcar e a soja compõem a lista dos principais produtos de exportação (Barros, 2014).

Em 2007, a autora Tânia Bacelar analisa a máquina das desigualdades sociais e regionais que é engendrada no Brasil afirmando que a herança histórica da grande concentração econômica que freou a diversidade que há no país se deu na centralização dos recursos em São Paulo. Tendo se dado a industrialização a partir de um processo de intensa oligopolização patrocinada pelo Estado, sendo o pico da concentração regional nos anos de 1970. A autora avalia que na atualidade a econômica nacional dá sinais de que compreende a importância da heterogeneidade cultural, ambiental, social e cultural no território brasileiro. O que tem grande potencial para dismantlar uma das máquinas dessa desigualdade ao desmontar o domínio concentrador e homogeneizador. Em meio ao baixo crescimento médio da economia no país nos anos recentes, o Nordeste tem revelado o seu potencial e crescimento, também a partir de grupos transnacionais.

Nesse potencial econômico do Nordeste com sua heterogeneidade, vale destacar os exemplos que Barros (2014) lista do que chama de polos dinâmicos desse desenvolvimento da economia na região. Observa-se que algumas atividades ainda estão estruturadas primordialmente pela dominação da burguesia agrária:

[...] o complexo petroquímico de Camaçari; o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza/CE; o complexo minero-metalúrgico de Carajás (indústria); pólo agroindustrial de Petrolina/Juazeiro (com base na agricultura irrigada do submédio São Francisco); áreas de moderna agricultura de grãos (dos cerrados baianos ao sul dos Estados de Maranhão e Piauí); fruticultura irrigada no Vale do Açu/RN; pólo de pecuária intensiva do agreste pernambucano; pólos turísticos no litoral nordestino, complexo de Suape/PE. Para, além disso, há áreas de desenvolvimento econômico que são sustentadas por estruturas socioeconômicas, políticas, culturais e ideológicas tradicionais, mantidas pela base fundiária concentrada, dominada por setores da burguesia agrária. São elas a área canavieira e seus complexos agroindustriais, a área cacaueteira e o semiárido (Barros, 2014, p. 148).

Segundo o Censo Demográfico de 2022⁴⁹, 54,6 milhões dos/as brasileiros/as vivem na região Nordeste. Essa que continua sendo a segunda mais populosa do país teve a sua menor taxa de crescimento populacional (0,24% anual) ao mesmo tempo tem a segunda maior taxa de fecundidade e menor de mortalidade do Brasil. O que explica esse dado que na aparência se apresenta de forma contraditória? Outros indicadores nos dão pistas para interpretar tal realidade, como: a falta de oportunidades de emprego e a histórica migração que move nordestinos/as às outras regiões (Brasil, 2023). No primeiro trimestre de 2023 em relação à taxa de desocupação, a região mantém o maior índice nacional (12,2%), com 74,1%, sendo que as mulheres compõem a maior parte da população em idade de trabalhar, porém, os homens ainda são as pessoas com maior taxa de ocupação (59%)⁵⁰.

O estado de Pernambuco que compõe a nossa pesquisa, tem uma população de 9.058.155, teve crescimento populacional em duas cidades do interior: Petrolina (2,31% anual) e Caruaru (1,5% anual), esta que é o núcleo da produção e comércio de vestuários e acessórios, o que é um dos motivos para o índice apontado, que influencia, inclusive, os municípios ao redor (Brasil, 2023).

Nossa entrevistada Josefa reflete sobre os impactos ambientais, econômicos e sociais para as mulheres rurais na cidade de Caruru- PE quanto ao avanço da indústria têxtil na região. Com consequências, inclusive, para a descaracterização do trabalho rural dessas

⁴⁹ **Censo Demográfico 2022:** reflexões iniciais sobre a região Nordeste. Disponível em: <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dipes-1/publicacoes/relatorios-de-pesquisas/censo-demografico-2022-reflexoes-iniciais-sobre-a-regiao-nordeste.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2023.

⁵⁰ **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Primeiro Trimestre de 2023** Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Fasciculos_Indicadores_IBGE/2023/pnadc_202301_trimestre_caderno.pdf. Acesso em: 06 jan. 2023.

mulheres, que permanecem no roçado e têm que recorrer ao trabalho com a costura como complementação de sua renda. O que vem prejudicando o acesso aos seus direitos previdenciários enquanto trabalhadoras rurais, um debate ainda invisibilizado nos sindicatos, como ela nos explica:

Aqui na região de Caruaru e todo o agreste central a gente tem o pólo têxtil, que envolve muito toda a complementação de renda vem através da costura, é um debate que às vezes o próprio sindicato excluiu a mulher. Aquela conquista do salário maternidade, aposentadoria dos 55 anos, é um debate que nós sempre trazemos para não se esquecerem que essa mulher não deixou de ser rural, ela tem a máquina de costura, mas ela cria o seu animal, ela tem a roça, então tem que ser mil e uma utilidades (Josefa).

Os prejuízos ambientais na região provocados pela indústria têxtil impactam o trabalho rural ao degradar o solo, desmatar e utilizar grande quantidade de água para a produção. Isso faz com que as mulheres tenham que recorrer a empregos precarizados para complementar a renda, já que garantir a sobrevivência a partir da agricultura se torna inviável.

A mulher se desdobra em tudo, e essa é uma das bandeiras de luta nossa, até porque o agreste central, onde eu moro, a mudança climática está muito avançada, é uma região que por conta das costuras é onde vêm as fábricas fazer desmatamento, tirar a lenha para levar para a lavanderia. Tudo isso vai degradando o meio ambiente, a chuva vai diminuindo, e a gente vai se reinventando para conseguir sobreviver. É um ciclo de luta onde se perde a saúde ganhando o dinheiro, depois vai e perde dinheiro ganhando a saúde (Josefa).

A dinâmica de exploração das trabalhadoras nesse ramo tem ratificado o ciclo histórico de utilização da força de trabalho que é barateada no Nordeste com a exploração de empresários da região sudeste do país. Retomando o que Oliveira (1993) nos explica anteriormente no texto, no processo da burguesia sudestina forjar as condições para formar uma massa de trabalhadores e trabalhadoras a baixo custo na região nordestina em prol da acumulação e centralização do capital. Caracterizando o que Josefa compreende como uma repaginação da escravização:

O que não deixa de ser também um trabalho escravo, porque ultimamente está havendo uma mudança assim: os grandes empresários do sul chegam aqui no nordeste pega um atravessador e compra naqueles locais que fazem aquelas costuras, eles pagam mais barato, levam as peças, colocam etiquetas de lá do sul e colocam para vender aqui mais caro no Nordeste. E, mais agravante ainda, nós temos agora a situação do Ratinho que chegou em Santa Cruz do Capivari, que abriu um grande empreendimento e que isso estava dando trabalho para os pequenos produtores. São situações que a cada dia você percebe que a escravidão só está se modificando, só mudando de cara, por que se o grande empresário chega com dinheiro até uma pequena facção, diz que eu tenho peça para você o tempo todo, a pessoa já deixa de costurar para os pequenos de 100 e 200 peças e vai pegar

2 mil peças, aí o valor é menor, e assim um ciclo vicioso da escravidão a cada dia (Josefa).

Sobre as desigualdades regionais impulsionadas historicamente por uma classe que busca concentrar o capital, os dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) de 2020 destacam que o Nordeste precisa de 50 anos para atingir 75% da média do PIB e reduzir as discrepâncias. O IBGE traz dados do ano de 2021⁵¹ sobre o PIB nacional apontando que essa região teve uma variação média de 4,3%, tendo estados que cresceram abaixo da média nacional (4,8%), como Pernambuco com 3%. Entretanto, como nos esclarece o IBGE, esse indicador é apenas um resumo para entendermos a econômica, mas não exprime outros fatores relevantes como: qualidade de vida, educação, saúde e distribuição de renda. Já que um país pode apresentar um PIB pequeno, mas um alto padrão de vida.

Antes do período de recessão econômica de 2014-2016, o Nordeste apresentou um relevante crescimento acima da economia nacional, porém os índices de educação permaneceram abaixo da média do país mesmo diante de melhorias que têm relação com a expansão das universidades e institutos federais. Mantêm-se discrepâncias entre os níveis educacionais das zonas rurais e urbanas. Estiveram acima da média o crescimento das cidades médias, da indústria e de serviços, mesmo diante de uma baixa presença de uso de tecnologia e assistência técnica quando comparado a outras regiões do país (Cruz, 2020).

Ratificando a desigualdade histórica quanto ao acesso à educação, os dados do IPEA, em 2023⁵², apontam que o total de anos de estudos da população das regiões Norte e Nordeste, negra, com renda familiar baixa e moradora da zona rural, é inferior quando comparada aos/às sujeitos/as brancos com renda superior, das zonas urbanas do Sudeste do país.

Entre os destaques atuais de alguns estados do Nordeste na economia está a geração de energias solar e eólica, pois o semiárido brasileiro tem elevado índice de insolação. Quanto à energia eólica, a região apresenta 85,4% da fonte nacional (IPEA, 2023). Essas chamadas energias sustentáveis desconsideram o seu impacto social e ambiental quando assim são classificadas. As sequelas que o povo rural sente no seu cotidiano nas cidades com torres de

⁵¹ NERY, Carmen. CABRAL, Umberlândia. **Em 2021, PIB cresce em todas as 27 unidades da federação.** Agência Notícias IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38388-em-2021-pib-cresce-em-todas-as-27-unidades-da-federacao>. Acesso em: 05 dez. 2023.

⁵² Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11742/4/BPS_n30_Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 05 dez. 2023.

energia eólica são negligenciadas. O documentário *Vento Agreste*⁵³ (2023) produzido pela Comissão da Pastoral da Terra e a Universidade de Pernambuco, a partir das falas de camponeses e camponesas da comunidade de Sobradinho, em Caetés – PE, é uma fonte áudio visual que nos informa sobre as consequências desastrosas na qualidade de vida dessa população.

Esse documentário denuncia o processo de violência que tem sido a implementação das torres de energia eólica ao provocar o adoecimento dos/as sujeitos/as na região. Essa população do campo tem apresentado dificuldades para dormir e conviver com seu território devido ao constante barulho produzido pelas torres e queda das hélices. Desencadeando doenças ligadas ao estresse e impactos na saúde mental, principalmente, pela dificuldade no sono. Ao mesmo tempo em que altera o clima da região, aumentando a escassez de água, mudando a rota de aves, contaminando o solo, diminuindo a produção agrícola e desestruturando os imóveis. Além de causar queda dos geradores de energia elétrica que fornecem luz ao município. Todos esses impactos fazem com que esses/essas sujeitos/sujeitas abandonem suas terras.

Nossa entrevistada Dora é munícipe de uma região que é polo de energia solar, São José do Belmonte – PE. Ela nos conta o que tem observado em relação à alteração do clima na região que associa com a resposta que a natureza tem dado à exploração dos recursos naturais.

É quente mais é porque a natureza, eu sempre digo que ela vomita o que não presta, ela não guarda como nós, ela vomita, e eu acho que é isso que está acontecendo, aqui é um grande polo de energia solar, então a temperatura, né, acho que ela modificou demais com isso e a tendência é piorar, infelizmente, desmatamento, enfim, muita destruição (Dora).

A exploração da natureza e da população da região nordestina evidenciada a partir dos depoimentos de Josefa e Dora, em conjunto com as análises realizadas pelos/as autores/as, contextualizam a realidade social que essas sujeitas estão inseridas. O que as posicionam na luta de classes e forjam suas pautas de reivindicações, com as especificidades históricas que conformaram o território e o seu lugar no desenvolvimento capitalista no Brasil. Como nos aponta Barros (2014), essa região concentra indicadores de pobreza, insuficiente infraestrutura e serviços públicos. Com indicadores que ratificam grandes índices de exploração da força de trabalho e restritos acessos a direitos. Mesmo em momentos de crescimento da economia na região, a desigualdade social e de renda atravessa a vida desse

⁵³ **Documentário Vento Agreste.** CPT NORDESTE 2. Youtube, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=80Nz4KI9hcs>. Acesso em: 07 dez.2023.

povo. Os indicadores da fome e falta de terra são expressões desse cenário que é fruto de um desenvolvimento desigual que está fincado na história da formação social brasileira, que se recria no estágio de mundialização financeira do capital.

Santos (2021) analisa em sua tese sobre o desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista que condiciona o Nordeste a um lugar de subordinação na formação econômica-social brasileira. Constata que a superação dessa condição encontra a frente uma barreira intransitável. Isso porque a organização social e de produção material desse sistema econômico é o que conserva a subordinação dessa região em um contexto que é de dependência econômica do país a nível mundial. O quadro histórico que forjou a desigualdade regional, ainda que essa situação tenha sofrido modificações ao longo do tempo, conservou características fundamentais da dependência dentro da dependência que não podem ser transpostas pela burguesia brasileira. Essa conformação se deu pela determinação de classe do Estado que organizou a divisão regional do trabalho.

O autor destaca que há algumas tendências ao longo do tempo em que a questão nordestina foi sendo transformada e ressignificada. Uma delas, a fiscal, é observada quando em períodos da história com as contas públicas deficitárias o corte das despesas atinge principalmente o Nordeste. Daí quando a situação da região piora, especialmente, pelo agravamento da seca ou o tensionamento na luta de classes, o Estado realiza intervenções que logo se esgotam com o discurso da austeridade fiscal. Contudo, percebe-se que os investimentos na região Centro-Sul permanecem, como é o exemplo durante o governo Lula com o Programa de Aceleração do Crescimento I (PAC I), com 26% dos recursos destinados ao Sudeste, na medida que o Nordeste recebeu 16%, mesmo sendo um território mais destituído de infraestrutura (Santos, 2021).

Ao analisar os primeiros governos de Lula (2003-2011), Santos (2021) reflete que o neodesenvolvimentismo petista foi marcado pela tentativa de conciliação dos interesses de distintas classes. De um lado a burguesia nacional teve significativa melhora no bloco de poder quando comparado à década anterior ao governo do PT, com ênfase para o agronegócio e empreiteiras grandes. Ao passo que a partir de programas de transferência de renda e acesso a serviços públicos, a classe trabalhadora teve relativo progresso na qualidade de vida.

Além do Programa Bolsa Família, que foi importante na diminuição da concentração de renda no Nordeste, outros dois produziram grande impacto no cotidiano dessa população, são eles: o Programa Luz para Todos, criado em 2003 e o Programa Um Milhão de Cisternas. Com este foi possível observar seus efeitos durante a seca do período de 2012-2017 que teve impactos consideravelmente menores quando comparada às anteriores (Santos, 2021).

Contudo, é com a presidenta Dilma Rousseff, em 2011, que o financiamento e a desarticulação das políticas de Convivência com o Semiárido já podem ser identificados a partir do Programa Água para Todos, que recebeu diversas críticas da população organizada ao distribuir cisternas de polietileno (Cavalcanti, 2020).

O cenário econômico promissor da primeira década do século XXI em meio ao projeto de conciliação de classes petista encobriu, parcialmente, as contradições desse governo que não realizou uma mudança radical nas estruturas sociais e econômicas. Dentre as contradições, esteve a expectativa frustrada quanto à reforma agrária em um cenário de valorização do agronegócio. O que despertou a crítica de movimentos sociais do campo, como o MST e a Via Campesina, que em 2005 se manifestaram a partir de uma carta apontando o abandono de tal compromisso político com a população rural. Ao negligenciar uma proposta de reforma agrária ampla, não foi possível transformar profundamente a questão agrária, e consequentemente, a questão nordestina (Santos, 2021).

Após a era petista, com o presidente Lula (2003 a 2011) e Dilma Rousseff (2011 a 2016), com o golpe da burguesia representado por Michel Temer, em 2016, a reforma agrária teve um profundo esvaziamento e desaparecimento da pauta de desenvolvimento regional. Depois de um período de melhora na economia nordestina devido ao aumento real do salário-mínimo e o Programa Bolsa Família, na política desenvolvimentista dos governos do PT, iniciou-se um ataque à essa região. Exemplos disso, foram as obras na região que foram sendo deixadas pelo caminho no período de governança do PMDB, assim como a defasagem real no salário-mínimo e no maior programa de transferência de renda do país. Além da contrarreforma agrária com a dissolução do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); contenção do orçamento para compras de terras; o dado de nenhuma família assentada no ano de 2017; e, os cortes no orçamento do Programa de Aquisição de Alimentos (Santos, 2021).

Sobre esse período, a militante Josefa recorda como um marco na perda dos direitos para as mulheres rurais vivenciado no seu cotidiano os impactos reais no acesso a Previdência Social:

A gente começou a ter perda de conquista, na verdade nós começamos a ter perdas a partir do momento da retirada da presidenta Dilma por esse golpe que se iniciou com o impeachment irregular, já provado e comprovado. A famosa história da 'Ponte para o futuro' foi uma ponte onde começou a acabar com os nossos direitos. Quando a Dilma saiu foi no ano em que eu fiquei viúva e em seguida veio uma greve geral no INSS e com essa greve acabou que eu tinha que dar entrada em um processo da pensão do meu marido e aí o que aconteceu, automaticamente foi indeferido e eu recorri. Mas não foi aceito, quando recorri na segunda instância foi negado novamente porque os juizes que Michel Temer colocou foi só para indeferimento e isso foi uma grande perda para as mulheres e eu também fui a

premiada. A partir de 2014 nós começamos a ter perdas, muitas mulheres perderam o auxílio maternidade, a aposentadoria dos 55 anos (Josefa).

Os ataques intensificados na era Temer à classe trabalhadora não ocorreram sem resistência, tendo a Greve Geral de 28 de abril de 2017 uma expressiva adesão da população nordestina. Após esse fato histórico, esse presidente não retornou mais ao Nordeste, seguindo o seu mandato decadente, mas cumprindo a agenda de desmonte com a Proposta de Emenda à Constituição 95 (PEC - 95) do Teto dos Gastos e a Reforma Trabalhista (Santos, 2021).

Quanto à Emenda Constitucional 95 que congelou os gastos públicos por 20 anos, vale destacar que ela corroborou com o sufocamento de Programas de Aquisição de Alimentos que fortaleceram a agricultura camponesa, como o PAA e PNAE (Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar). Em relação a Reforma Trabalhista publicada em 2017 com a Lei nº 13.467, precarizou ainda mais as condições de trabalho dos/as sujeitos/as contratados/as pelo regime CLT com a permissão de contratos temporários, avulsos e terceirização. Em relação aos impactos na vida do/a trabalhador/a rural, Perpetua (2020) nos detalha:

[...] atingem duramente o contingente de trabalhadores formais no campo, precarizando ainda mais as condições e relações de trabalho. Devido às particularidades do trabalho no meio rural, especial destaque de ver ser dado à remuneração pelas horas em deslocamento (in itinere), a qual, em muitos casos, representava parte substancial do salário do(a)s trabalhadore(a)s, obrigados a longos deslocamentos do local de moradia até o local de trabalho (Perpetua, 2020, p. 237).

Entre outras coisas, a nova legislação alterou o conceito de trabalho temporário, ampliando o uso dessa modalidade (antes restrito a três meses e agora, na prática, por tempo indeterminado), eliminando o caráter de contração para situações extraordinárias e estendendo a possibilidade de sua utilização, antes limitada ao meio urbano, para o rural, além de reduzir ainda mais os poucos direitos previstos para a modalidade (Perpetua, 2020, p. 239).

O presidente Temer teve forte rejeição do povo dessa região, ficando a questão nordestina entre os anos de 2016 a 2018 delimitada a uma associação por oras afetiva das massas populares ao PT. E a pauta da transposição do São Francisco, sobre a qual Temer competia sobre a sua “paternidade” em relação à inauguração de canais (Santos, 2021).

Quando Jair Bolsonaro (2019 a 2022) assumiu a presidência do país, as obras de transposição do rio São Francisco já estavam 90% concluídas, uma herança da era PT. Mas ele também tentou ganhar popularidade na região nessa disputa pela “paternidade” ao

inaugurar partes do eixo norte que fica no Ceará⁵⁴. Esse governo representou a continuidade de uma política conservadora que foi iniciada em 2016, com a ênfase em um populismo de extrema direita que trouxe graves consequências com a radicalização da agenda neoliberal para as políticas do campo. Houve grande incentivo ao agronegócio e iniciativas que buscaram enfraquecer a ideia de agricultura familiar e negar as identidades culturais camponesas. Projeto expresso claramente com a emblemática declaração da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, na inauguração do Plano Safra 2019/2020, ao afirmar que há apenas uma agricultura no país (Sauer, 2020).

Medidas que impactaram o direito à terra foram priorizadas também por Bolsonaro, como, por exemplo, o sucateamento do INCRA, sendo que em 2020 não havia nem previsão orçamentária para este órgão. E a autorização de venda de terras para estrangeiros (Sauer, 2020). Além da suspensão da reforma agrária com índices que demonstraram a maior redução da história, com nenhuma propriedade desapropriada e a inexistência de assentamento (Perpetua et al., 2020 *apud* Fernandes, 2020).

Como nos alerta Sauer (2020) esse governo, motivado por uma guerra cultural na busca por combater o “inimigo” realizou ataques verbais contra a população do campo, como os indígenas e quilombolas. Fez parte dessa guerra, desde o início do seu mandato, mais de vinte projetos da sua base política no Congresso Nacional para incluir na lei antiterrorismo os movimentos sociais. Assim como em janeiro de 2019 o incentivo à violência no campo com o Decreto 9.685, que ampliou a posse de armas em propriedades rurais.

Quanto aos retrocessos já percebidos desde o início do seu governo em relação às políticas que atingem diretamente à população do campo, Sauer (2020) destaca que Jair Bolsonaro realizou reformas administrativas que acabaram com espaços de participação social ou esvaziaram suas atribuições. Como o caso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (CONDRAF), ao atrelá-lo ao Ministério da Agropecuária, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e deixá-lo inoperante. Mudanças nesse sentido também ocorreram no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (CONATRAE) e Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Entre os ataques de Jair Bolsonaro, Perpetua (2020) sublinha ainda a tentativa de extinção do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o

⁵⁴ MOTORYN, Paulo. **Bolsonaro não levou água ao Nordeste: transposição do São Francisco estava 90% feita em 2018.** Brasil de Fato, 2022. Notícia disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/10/bolsonaro-nao-levou-agua-ao-nordeste-transposicao-do-sao-francisco-estava-90-feita-em-2018>. Acesso em: 11 dez. 2023.

escalonamento dos níveis de uso de agrotóxicos batendo recordes, o que atinge a saúde de toda a população, especialmente, dos/as trabalhadores/as rurais.

Os ataques do presidente Bolsonaro à população do campo brasileira iniciados desde o primeiro ano de seu governo, são destacados nessa subseção que versa sobre a questão nordestina por compreendermos a relação intrínseca que esta tem com a questão agrária e a constituição do mercado de trabalho nacional. Esse desgoverno atingiu com suas investidas de ódio diretamente o povo do Nordeste ao alinhar-se com os interesses políticos das classes ruralistas, reforçando a histórica desigualdade regional que é produzida por um sistema econômico que se estrutura a partir de um desenvolvimento desigual e combinado, como já exposto anteriormente.

Por fim, buscamos situar nessa subseção as particularidades da formação sócio-histórica do Nordeste e seus determinantes sociais e econômicos que desenham a disputa colocada nesse território e a luta da classe trabalhadora. Entendendo a necessária contextualização dos processos de dominação e exploração, que envolve assinalarmos os interesses que forjam historicamente a ocupação de terras e a formação do mercado de trabalho nacional, que determina a vida de classe que tem sua diversidade de raça e gênero.

Para na próxima seção compreendermos sob quais condições históricas estão alicerçadas a constituição da organização política das mulheres trabalhadoras rurais dessa região, suas pautas de reivindicações e os caminhos de resistência que tecem. Evidenciando que suas lutas estão atreladas às mudanças materiais da condição de vida das mulheres para criação de outro mundo. Elas questionam os lugares de submissão que lhes são destinados, com isso, constituem enfrentamentos ao sistema econômico na busca por garantir a participação em espaços políticos; a valorização de seus trabalhos produtivos e reprodutivos; o fim da violência doméstica; e, a ampliação de direitos.

Reconhecendo, mas, principalmente, aprendendo com as mulheres trabalhadoras rurais caminhos teóricos e práticos do feminismo. Afinal, como Silvia Federici enalteceu em sua visita ao Brasil nesse ano⁵⁵:

É muito evidente que os movimentos feministas mais poderosos do mundo atualmente estão na AL. São movimentos que entenderam muito bem que não é possível mudar positivamente a condição das mulheres se não mudarmos essa sociedade regida pelo capitalismo, a colonialidade, o racismo.

⁵⁵ MONCAU, Gabriela; STROPASOLAS, Pedro. Silvia Federici: '**Os movimentos feministas mais poderosos do mundo hoje estão na América Latina**'. Brasil de Fato, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/17/silvia-federici-os-movimentos-feministas-mais-poderosos-do-mundo-hoje-estao-na-america-latina>. Acesso em: 30 dez. 2023.

Nessa declaração, essa importante intelectual marxista, lembra os movimentos de camponesas brasileiras têm tido destaque na luta feminista internacional. Sublinhando que eles não se identificavam com o feminismo desde o início de suas organizações políticas, mas ao perceberem a necessária autonomia para lutar ao se verem consumidas pelas pautas dos homens ao seu entorno.

3. O caminho de transformar opressões em bandeiras de luta por direitos na história do MMTR-NE

Essa seção está dividida em suas subseções. Primeiramente analisamos o percurso de constituição do movimento a nível local e sua constituição enquanto organização nacional, destacando seus marcos históricos, as reivindicações ao longo do tempo e a aproximação com os movimentos feministas. A segunda subseção tem como intenção compreender o caminho da práxis construído pelas mulheres rurais a partir do resgate de suas produções teóricas e o relato das entrevistadas sobre a centralidade para o movimento dos processos formativos realizados por elas.

3.1 A sementeira da organização política das mulheres no MMTR-NE em interface com o feminismo.

O ano de 83
 Foi cheio de crueldade
 No dia 12 de agosto
 Mataram sem piedade
 Nossa líder sindical
 Cobriu de luto a cidade
 Daí a necessidade
 Diante ao sofrimento
 A mulherada com medo
 Não tinha paz um momento
 Aí nasceu a ideia
 De criar o movimento
 Poema 25 anos do MMTR-NE
 Maria da Soledade Leite⁵⁶

⁵⁶ Publicado no material de comemoração aos 25 anos do MMTR-NE, que não está datado, porém ao apresentar o poema referido apresenta a data de 14 de março de 2012.

A poetisa e militante do MMTR-NE, Maria da Soledade, nos lembra com sua arte a data do assassinato (12.08.1983) da sindicalista Margarida Alves, militante que como exposto na seção anterior inspira a luta dessas mulheres. Nos lembra Carneiro (1987) que o crime contra a vida dela pareceu espantar a imprensa que noticiou à época mais pelo fato de ser uma mulher ocupando o posto de sindicalista que tradicionalmente era destinado aos homens. Como nos traz a mensagem de Maria da Soledade diante do medo e do sofrimento, as mulheres trabalhadoras rurais se articularam em busca de resistir de diversas formas para sobreviver e transformar uma realidade tão adversa.

“[...] Ninguém pode negar a coragem e a determinação da mulher quando ela decide entrar na luta pelos direitos” (MMTR-NE, s/p, s/a). É com essa afirmação que as mulheres do MMTR-NE apresentam o surgimento do movimento no material de comemoração dos seus 25 anos. No início dos anos de 1980, elas decidiram reunir as trabalhadoras rurais de Pernambuco e Paraíba para edificar uma proposta ampla de articulação que fosse capaz de contemplar os nove estados do Nordeste. Ao perceberem a necessidade de ascender a autoestima das mulheres rurais ao transformar “a mentalidade de submissão e violência e garantindo a construção da igualdade e solidariedade entre mulheres e homens” (idem).

Sendo assim, o caminho trilhado é o da luta por direitos que implica, necessariamente, a participação social delas nos diversos espaços de poder. Isso provoca as estruturas de dominação masculina que determinam a divisão sexual do trabalho que buscam restringi-las ao âmbito do doméstico. O que elas também vêm enfrentando para garantir uma presença ativa na vida pública, que articuladamente provoca mudanças na vida cotidiana e familiar estruturada em relações desiguais e de subordinação entre homens e mulheres.

É através da trajetória dessa luta que organizadas politicamente nesse movimento social iremos adentrar sobre a sua gênese e as reivindicações ao longo de sua constituição sem, contudo, ter a intenção de dar conta da totalidade da cronologia dos momentos históricos. Tendo em vista os limites da pesquisa, buscamos identificar os elementos estruturantes que forjaram a coragem dessas mulheres para transformar as opressões e explorações vividas em uma articulação coletiva na busca de mudanças sociais, culturais e políticas. Para isso, elas se aproximaram do debate do feminismo que estava eferescente no contexto nacional brasileiro em uma conjuntura de estímulo estatal à criação de ONGs, entre elas, as constituídas por feministas que tinham vivido as repressões da ditadura e perceberam essas organizações como alternativa para a consolidação e ampliação de suas lutas. Simultaneamente a isso, foi um período de intensificação de financiamento de projetos com foco nas mulheres populares a partir de agências internacionais de fomento.

Para o debate proposto nessa subseção, recorreremos ao conteúdo dos materiais disponibilizados pelas militantes durante as minhas visitas a Caruru-PE⁵⁷. A partir deles buscaremos expor os marcos da constituição do movimento e suas pautas ao longo desse caminho. Em diálogo com a pesquisa realizada por Carvalho e Costa (2017) sobre a trajetória do movimento na região de Serra Talhada - PE de 1984-2015; e a produção de Carneiro (1987) sobre a história de participação das mulheres do campo com os atravessamentos de gênero. Assim como os trabalhos desenvolvidos por Andrea Butto Zarzar (2017) e Laécia Jalil (2013) sobre os movimentos de mulheres rurais no país.

Em sua pesquisa sobre os movimentos de mulheres rurais no Brasil, já apontada na seção anterior, Andrea Zarzar (2017) identifica que os registros remetem o início das primeiras organizações ao final da década de 1970. Década em que fatores como o ingresso expressivo de mulheres no mundo do trabalho, a emergência de movimentos feministas e o aparecimento de um novo sindicalismo no país provocou debates no interior da CUT sobre relações de gênero, o que causou o início de uma frente de trabalho com foco nas trabalhadoras rurais.

Maria José Carneiro (1987) analisa a participação das mulheres em movimentos sociais do campo na década de 1980, momento em que houve um aumento expressivo da inserção delas no mercado de trabalho entre 1970 e 1982 de 132,7% em contraponto com um decréscimo de 5,9% dos homens. Esse crescimento estava relacionado à incorporação delas como assalariadas na grande lavoura para exportação em um contexto de modernização da agricultura no país e intensificação da exploração.

Desse modo, o processo concomitante à expulsão de pessoas de suas terras que corroborou com a criação das condições para integrar a força de trabalho feminina e as crianças no processo produtivo. A autora fez sua análise considerando as diferenças na mobilização das mulheres rurais do Sul e Nordeste do país sendo que esta se diferenciava por estar em uma fase mais avançada de expropriação, com maior índice de proletarização. A incorporação das mulheres como trabalhadoras assalariadas e o decréscimo no nível do emprego aos homens não necessariamente pode ser identificado como único motivo que move a mulher à participação política. Logo, trouxe consequências à organização familiar, mas não levou a provocar deslocamento na posição de subordinação feminina (Carneiro, 1987).

⁵⁷ Caderno de comemoração dos 25 anos; relatórios dos I, III, V, VI, IX Encontros de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste; e, livro **A Estrada da Sabedoria**: sistematizando os caminhos de educadoras rurais do Nordeste 1994-2006.

Mesmo diante desse cenário de maior incorporação das mulheres rurais ao mercado de trabalho, segundo Carvalho e Costa (2017), a participação sindical dessas sujeitas restringiu-se até antes da década de 1980 apenas como dependentes dos homens, dos pais e dos maridos, apesar de seu trabalho ser indispensável para a sobrevivência da família. O que decorria do ideário de que o trabalho realizado por elas era somente o complementar ao deles, com isso, sem o reconhecimento como trabalhadoras.

Carneiro (1987) também ressalta que nessa década, de 1980, a participação política das mulheres do campo tem uma mudança de qualidade, até então o que se observava era uma inserção nos movimentos sociais a partir da militância de seus maridos ou outros familiares. O que não era motivada por demandas específicas da sua condição de mulher, mas por um conjunto de lutas contra a exploração e expropriação. A autora remete à história política de Elizabeth Teixeira, Margarida Alves e Maria Oneide para exemplificar o contexto da época em que as distinções entre homens e mulheres não eram destacadas. Nesse momento, a militância era mobilizada em torno do reconhecimento de pertencimento a uma categoria determinada social e politicamente, uma identidade coletiva que não atribuía as distinções entre esses/essas sujeitos/as sociais.

Observava-se nos discursos e atuações políticas dessas sujeitas que estavam presentes anteriormente à identificação das diferenças das condições de gênero, uma ideia de igualdade entre os homens e as mulheres na luta contra as desigualdades sociais. Ao destacar a história dessas mulheres, é importante lembrar que milhares vivem, viveram e lutam diante da situação de subordinação em meio a uma invisibilidade (Carneiro, 1987). Essa década foi de efervescência de diversas formas de lutas das mulheres rurais em um contexto em que resistiam com os trabalhadores rurais contra a intensificação da exploração, buscando estratégias. Contudo, Carneiro (1987) traz indagações em torno das motivações da intensa organização dessas sujeitas nesse período:

No entanto, a posição do grupo social diante das formas de dominação capitalista não nos parece suficiente para explicar a mobilização das mulheres no campo nem a direção que este movimento pode tomar. Torna-se necessário indagar também sobre a influência desse movimento na construção social da identidade feminina: que valores são questionados ou reafirmados na sua autopercepção? Como se dá a combinação de fatores econômicos, que orientam a mulher para além dos limites da esfera doméstica, levando-a a conquistar posições na esfera pública (não apenas via mercado de trabalho, mas também na participação em sindicatos e associações) e os valores culturais que definem as identidades de gênero e as relações sociais entre os sexos? Que projeto ideológico está em construção nesse processo de transformação da mulher em ator político? Que valores sustentam a formulação de trajetórias unitárias que neutralizam as diversidades e antagonismos entre os gêneros e esboçam as bases para a construção de uma identidade coletiva? (Carneiro, p. 13, 1987).

A autora diferencia, no conjunto da luta dos trabalhadores/as rurais a participação feminina, a intenção de projetar publicamente a sua condição de trabalhadora e mulher, onde está implícito as identidades de trabalhadora-mãe e trabalhadora-esposa. As militantes iniciaram críticas ao fato de que a identidade coletiva forjada na luta rural até o momento era estruturada em uma definição tradicional das relações de gênero. É na crítica aos valores que alicerçam as diferenças das vivências entre homens e mulheres que se funda a identidade feminina que caracteriza o caminho político pela conquista dos direitos dessas sujeitas (Carneiro, 1987).

Elas enfrentaram questionamentos diversos como os vindos dos companheiros da luta sindical que deslegitimavam a necessidade de criação de um movimento específico para as mulheres. No entanto, para elas a motivação estava evidente ao identificar que era preciso constituir “um espaço nosso, onde pudéssemos compartilhar nossos anseios, angústias, necessidades e dificuldades. Um espaço para erguer nossas vozes e sermos reconhecidas como seres políticos e de transformação” (MMTR-NE, s/p, s/a).

Na década de 1980, surgem duas organizações que, posteriormente, deram origem ao MMTR-NE. Elas estavam localizadas nos territórios da Paraíba e de Pernambuco sendo o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano iniciado em 1982; e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR-SC), em 1984 (Zarzar, 2017). Já Laécia Jalil (2013), aponta em sua produção a reconfiguração do mundo rural realizada por essa nova sujeita política, o MMTR-SC, desde as suas demandas específicas e questionamentos transformados em ação coletiva. A autora data as primeiras reuniões desse movimento um ano antes de sua constituição, em 1983, na cidade de Caiçarinha da Penha, município de Serra Talhada-PE. Essa região pernambucana é o território da sementeira desse movimento e onde está a sede do Polo Sindical do Sertão Central.

A pesquisa realizada por Cristiana Carvalho e Maria Aparecida Costa (2017) faz um resgate dessa trajetória e as pautas de reivindicação que foram forjando a luta dessas sujeitas organizadas no MMTR-SC. A primeira reunião realizada aconteceu em dezembro de 1982, com a presença de 14 militantes de cinco comunidades rurais. Sendo as pautas desse momento a não inclusão delas nas Frentes de Emergência na situação de seca, os altos preços de produtos e a carência de água. Um mês depois, 11 mulheres de quatro comunidades de Serra Talhada se encontraram novamente para construir alternativas.

Nos meses de março a junho de 1983, o número de mulheres aumentou para 42, compondo sete territórios da região, período em que elencaram diversas questões centrais para

intervenção. Entre elas: salário baixo; necessidade de os homens trabalharem no roçado mesmo diante do contexto de seca; e, a participação delas na luta sindical, propondo, assim, a realização de um encontro de trabalhadoras rurais em Serra Talhada - PE. Já na década de 1980, percebem-se registros de reivindicações em torno dos direitos previdenciários. No final do ano de 1984, essas sujeitas voltam a se reunir para planejar esse evento local (Carvalho e Costa, 2017).

Para concretizar a proposta esse I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, em 1984, as mulheres rurais tiveram que realizar uma mobilização de ‘porta em porta’, apresentando o objetivo do movimento. Carvalho e Costa (2017) analisam que o engajamento dessas sujeitas frente ao contexto precário de escassez de recursos fez com que se forjasse o sentido das ações coletivas e a materialização de uma luta que provocava a transfiguração de uma condição de anonimato para de protagonistas no desenvolvimento da comunidade local, principalmente, na vida das trabalhadoras rurais.

Os registros do MMTR-NE demonstram que o seu surgimento tem como marco o ano de 1986, onde puderam estabelecer articulações no I Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais, em Bertioga - SP. No ano seguinte, elas criaram o primeiro encontro da região nordeste das mulheres trabalhadoras rurais na cidade de João Pessoa estando presente sete estados com a intenção de ampliar a articulação política na região levantando as organizações envolvidas e as experiências das militantes. Em todos esses estados, havia uma ligação do movimento com os sindicatos. Com isso, discutiram pontos como a estruturação do trabalho das mulheres dentro da CUT; o incentivo à participação nos sindicatos com filiações que deveriam acontecer inclusive nos tido “pelegos”; fortalecimento da luta com formações; trabalho de base; a reivindicação pelo direito de serem delegadas e participar da direção sindical (MMTR-NE, 1987).

Segundo Carneiro (1987), por mais que não houvesse um impedimento legal de filiação de mulheres aos STR’s, a prática de várias diretorias era a de buscar barrar a associação delas. Com isso, no IV Congresso da CONTAG foi encaminhado um documento que qualificou a mulher rural como trabalhadora. A companheira Dora nos conta sobre esses processos de impedimento dessa participação:

Então, no sindicato, o que aconteceu no geral é que as mulheres não participavam, mas as mulheres eram quem pagavam a mensalidade do marido. Ela vendia o ovo da galinha, vendia a galinha e deixava de comer o ovo e comer a galinha para vender e bancar a mensalidade para garantir, porque ela era que era dependente dele, até nisso, e nisso é que era. Porque a orientação que era dada é que ela não precisava se associar, porque ele já era sócio, o marido era sócio, você já tem o seu direito na carteira do seu marido. Era assim. Eu estava lá, eu era funcionária do

sindicato, ao mesmo tempo que eu trabalhava no sindicato eu também era professora (Dora).

O movimento se organiza nos nove estados do Nordeste a partir de grupos de base e coordenações municipais e estaduais com duas trabalhadoras rurais na direção de cada estado e uma secretária executiva. Elas buscam, estando na direção ou não, representar o MMTR-NE em vários níveis dos entes federativos e internacionalmente, procurando ocupar espaços públicos e de poder para ampliar a participação social e garantir as pautas das mulheres trabalhadoras rurais, compreendendo que esse é fundamento estruturante para transformar a sociedade (MMTR-NE, s/a, s/p).

Em complemento à informação sobre a organização do movimento trazida nessa referência da Cartilha de 25 anos de comemoração do MMTR-NE, a entrevistada Elizete nos conta que atualmente não há mais o cargo de secretária executiva que havia no início. A composição atual é de três coordenações (financeira e administrativa; mobilização de base; e, formação política), além de uma Diretoria Regional composta por duas trabalhadoras de cada estado eleitas para um mandato de três anos em assembleia que são realizadas anualmente.

Essa companheira é a atual coordenadora administrativa e financeira do movimento. Também nos conta que no seu caminho de militância organizada no MMTR foi se reconhecendo como uma sujeita política em diversos espaços possibilitados pela experiência no movimento que “foi quando eu comecei a sair do reduto da minha casa” (Elizete). Ocupando espaços políticos a nível municipal, estadual, nacional e internacional, atribui com alegria ao movimento a experiência política em diversas estâncias “eu conheci a América Latina todinha, mesmo sem saber falar espanhol. Em 2010, eu comecei a participar de um espaço que o governo Lula criou, que era a REAF, Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul” (Elizete).

Sobre a motivação à participação política, as militantes organizadas do estado de Alagoas afirmam no material de comemoração dos 25 anos:

Somos nós que mais sentimos o peso das decisões sociais, políticas, econômicas e culturais tomadas no Brasil e no mundo. Portanto, devemos nos inserir nos espaços públicos e de poder para propormos e deliberarmos políticas públicas capazes de promoverem uma significativa melhoria na qualidade de vida das pessoas. A participação das mulheres nos espaços políticos, seja na política partidária ou nos três poderes que regem nosso país, não é tão fácil como deveria ser. Primeiro, por ser um espaço dito “de homens” (MMTR-NE, s/a, s/p).

Relatório de 1988 - 3º Encontro Regional de Mulheres Rurais – Olinda/PE, apresenta o resultado das discussões dos dois primeiros encontros realizados em maio de 1987 e abril de 1988 em João Pessoa. O evento pernambucano reuniu 24 mulheres entre trabalhadoras e assessoras sendo visto como um momento para a organização, participação e libertação das mulheres. Em síntese, elas avaliaram que as discussões trouxeram sobre as dificuldades de participação na luta por transformar valores culturais para construir uma sociedade sem preconceitos que apontam como fruto do sistema capitalista. As dificuldades que elas identificam para efetivar a participação, estão explicitamente associadas ao trabalho doméstico e cuidados com os filhos.

Elas construíram dois objetivos para esse encontro: articular grupos e movimentos sociais nos municípios e estados e participação em eventos que identificarem fundamentais, mas de forma articulada. Realizaram o levantamento das necessidades e dificuldades observadas pelas mulheres para a organização em seus territórios, onde identificaram vinte e duas que envolvem: questões financeiras; conquistar as mulheres para a militância; reconhecimento como sujeitas políticas; organizar as mulheres sobre os problemas mais comuns; dificuldades de trabalhar com as mulheres assalariadas (cana e abacaxi); sindicatos “pelegos” que boicotam a participação das mulheres; falta de apoio das suas famílias; dominação dos homens, percebido até pelos companheiros militantes; receio de perder o emprego; e, necessidade de pautar questões em torno da sexualidade, corpo e prazer. Concluem afirmando que é preciso organizar a luta alinhada com as necessidades que se apresentam do cotidiano de todas (MMTR, 1988a).

Zarzar (2017) nos informa a partir dos registros do relatório do Encontro de Articulação de Movimentos Sociais de Mulheres do Nordeste, ocorrido em 1988 no Rio Grande do Norte, estavam presentes as seguintes pautas: reforma agrária e reassentamento; proteção à saúde e maternidade; equiparação salarial; aposentadoria e reconhecimento; sindicalização rural; participação em partidos políticos, assim como na direção dos sindicatos. No ano seguinte, houve o IV Encontro Regional no Piauí e nesse momento, o estado de Sergipe ainda não compunha o MMTR-NE, com isso, um dos encaminhamentos foi articular para se efetivar tal integração. Nesse evento, temas como a reforma agrária, a dívida pública com proposta para o não pagamento e a organização política partidária aparecem como bandeiras centrais.

Em julho de 1990, o tema do 5º Encontro foi a conjuntura e o resgate histórico da participação da mulher nas lutas no Nordeste. Ele aconteceu na cidade de Natal - RN e teve como objetivo: discutir a conjuntura e resgatar as lutas das mulheres que se destacaram na

história do Nordeste e as que estão fazendo história na atualidade. Iniciaram o evento realizando uma análise de conjuntura com a mediação de uma assessora assistente social estando entre os pontos analisados um dos desafios para o campo popular que era conseguir a eleição do candidato à presidência da república Luiz Inácio Lula da Silva.

Deste modo, o resgate da participação das mulheres na história era entendido como fundamental para desconstruir a ideia de que esta “se faz através das ações heroicas dos grandes homens” (MMTR-NE, p. 3, 1990).

Isso é o que nos ensinaram e ensinam na escola. Mas nós sabemos que esta frase contém duas grandes mentiras: a história não é feita por grandes personagens, mas através do conflito que se dá entre os interesses de poucos privilegiados e os anseios, as necessidades, os desejos de um povo inteiro que sofre, se organiza e luta para dar à História um rosto de justiça e de paz. E sobretudo a História não é feita por homens. Mas quando queremos destacar o papel da mulher na História da humanidade encontramos enormes dificuldades. Por que isso? Porque sempre nos ensinaram que “homem público” é o homem que decidiu dedicar-se a uma das nobres atividades: a política. Entretanto, ‘mulher pública’ quer dizer que cada homem pode aproveitar dela e usar o seu corpo (MMTR-NE, p. 3, 1990).

As mulheres dos estados reunidos nesse encontro realizaram um relato das pesquisas que fizeram com a intenção de registrar fatos e acontecimentos que envolveram mulheres conhecidas ou não. Pernambuco destacou a história das mulheres negras no estado remetendo a construção da comunidade Conceição Criolas, território construído a partir da luta de sujeitas como Chica Ferreira, Mendecha Ferreira e Germana, fugidas da escravidão. Os registros das pernambucanas contam que hoje não há vestígios nessa comunidade dessa luta que lembra o passado, pois pessoas brancas dominaram a região destruindo as casas e tomando a posse da terra (MMTR-NE, 1990).

Pelo preconceito que essa população vive ainda na atualidade e o medo decorrente disso, escondem suas histórias por seguranças, principalmente o fato desse povo ser constituído por pessoas escravizadas fugidas. Com esse processo de apagamento, a negação de sua cor é expressão disso, logo, se identificam como morenos e não como negros. Contudo, na época do levantamento feito para o 5º Encontro percebeu-se um esforço das mulheres locais em resgatar suas culturas e a história negra se reunindo a partir da Comunidade eclesial de Base, assim como sindicato e pastoral rurais (MMTR-NE, 1990).

Na sistematização realizada a partir dos relatórios, da literatura e das entrevistas, é possível perceber a centralidade da reivindicação por participação, seja ela adjetivada como social e/ou política. Nesse caminho, elas reivindicaram as suas presenças no sindicato, nas políticas públicas e em outros momentos a participação na política governamental a partir do apoio à candidatura de mulheres para cargos no executivo.

Ratificando a importância na participação em diferentes dimensões da vida social e política, por exemplo, ao resgatar a importância da história de luta das mulheres como a das negras da Comunidade Conceição Crioulas. Como veremos mais à frente, na aproximação do MMTR-NE com o feminismo elas realizaram enfrentamentos para participar da construção de saber a partir de suas vivências. A participação aparece tanto como justificativa para explicar as inserções das militantes no movimento e/ou outras lutas, como condição para sua manutenção, ampliação e atualização. Parece-nos que significa exprimir a práxis militante, tema que será aprofundado no tópico seguinte.

A participação, enquanto uma categoria sócio-histórica, não é um tema recente, ele remete a discussões sobre pólis, cidadania e democracia já na Grécia antiga. No Brasil, esse é um tema que não pode ser realizado sem remontar ao período colonial, para identificarmos que a ideia de participação esteve atrelada, no máximo, à representação institucional. A dizimação da resistência indígena, o extermínio dos quilombos, todo o processo de abolição foi estruturante de uma ideologia que vinculará movimento popular e social ao anticivismo, a antipátria ao ponto de, até o presente, a participação em processos eleitorais ser considerado o ápice da participação democrática em contraponto a participação direta. Desse modo, é comum o reconhecimento de todas as conquistas que a classe trabalhadora tenha se organizado seja atribuída aos políticos e/ou governos que representavam a hegemonia de então. De criminalização ao incentivo adesista como foi na década de 1950 (sec. XX), a partir da ideologia participacionista⁵⁸, a participação cumpriu como nos termos de Florestan Fernandes (1981) a história da constituição de Estado anterior a ideia de nação, ou seja, o Estado pelo alto!

O investimento em participação política e social dentro da esfera governamental também foi realizado pelas militantes do MMTR-NE com o apoio à candidatura de mulheres, inclusive da nossa entrevistada Dora que filiada ao Partido dos Trabalhadores se candidatou por duas vezes como vereadora, mas infelizmente não foi eleita. Entretanto, ao ocuparem espaços como Conselhos de Direitos a nível municipal, estadual e nacional, entre outros.

Além da Campanha “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documento”⁵⁹ que, atualmente é um programa governamental, foi provocado e construído por elas como se orgulha Dora:

⁵⁸ Ver *Administração, Poder e Ideologia* de Maurício Tratenberg (2005) e *Participação e miséria brasileira: o participacionismo nas condições de possibilidade do capitalismo no Brasil* de Cunha e Rezende (2018).

⁵⁹ A ausência de documentação pessoal também é uma realidade da desigualdade de gênero que atravessa a vida das mulheres rurais, que impacta no acesso desigual aos créditos agrícolas, produção material, cultural e social. Os movimentos sociais, especialmente os de mulheres, foram protagonistas nessa denúncia. Em 1997 a

Hoje é um grande programa do governo, né? É um programa, mas ele nasceu onde? Ele nasceu dentro do mundo rural, dentro do MMTR. O Programa “Nenhuma Trabalhadora Rural sem documento” a gente fez primeiro junto com uma articulação de mulheres dos 5 estados do sul, chama ANMTR-Sul, na verdade, a ideia nasceu lá, mas o material nós produzimos junto, a gente trabalhava de semanas, elas vinham para cá, nós íamos para lá produzindo material para essa campanha, então as pautas para o governo quando a Marcha das Margaridas chegou, as mulheres já estavam documentadas, evidente. Mas, fomos nós. A questão da inclusão das mulheres nas políticas agrícolas, foram as mulheres rurais dentro do MMTR, né? fomos nós que levamos para dentro do movimento sindical essa discussão, da questão específica das mulheres para os projetos agrícolas, de políticas agrícolas para a mulheres (Dora).

As militantes do MMTR-NE demonstram compreender que ao eleger um/a candidato/a nessa democracia representativa não é o suficiente para garantir o exercício da participação. Isso, não é o fim, mas a continuação da disputa por espaços de poder em diferentes dimensões da vida, sexual, afetiva, social e política.

O poder pode servir para o bem ou para o mal. Por exemplo, se Lula chegasse ao poder talvez conquistamos um bem para a grande maioria da população brasileira. Se acreditamos no poder de mudar, certamente ocorrerá um dia uma mudança da população brasileira. Se acreditamos no poder de mudar, certamente ocorrerá um dia uma mudança em cada uma de nós e na sociedade. Porém há um perigo nisso quando ‘delegamos’ poderes e não acompanhamos o que de fato os ‘nossos representantes’ estão fazendo (MMTR-NE, p. 12, 1992).

A partir da década de 1960 no Brasil, segundo Pateman (1992), o termo participação popular ganha visibilidade pelo crescimento das mobilizações, em especial estudantil, mas não só até porque como nossas entrevistadas já ressaltaram o movimento campesino aparece na luta pela distribuição de terra e outros tantos no contexto das reformas de base no período que antecede à ditadura militar.

Na emergência da luta constituinte (1986), o tema da participação volta com nuances diferentes quanto a terminologia da participação da sociedade civil no processo de regulação da Constituição de 1988. Além dos movimentos emergentes no início da década de 1980, outras pautas mais específicas foram surgindo a fim de garantir a presença no que seria a nova carta magna do país. De um lado, possibilitou a visibilização de temas antes ocultados como, violência doméstica, participação democrática nas políticas públicas, para citar alguns. De outro, funda a possibilidade de fragmentação de pautas bem como de um terreno movediço

Articulação Nacional de Trabalhadores Rurais (ANMTR) iniciou a Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural com o lema “Nenhuma Trabalhadora sem documento”. No Nordeste essa campanha foi organizada pelo MMTR-NE, que coordenou diversas ações entre 1997 a 2001. Concomitantemente pressionavam o governo federal para assumir tal demanda. Na Marcha das Margaridas de 2020 essa era o primeiro item de reivindicações. Fonte: Relatório de gestão 2004-2006 do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (s/a).

entre os princípios ideológicos que aglutinaram diversas perspectivas ideopolíticas, como foi certamente o caso das pautas em defesa dos direitos das mulheres. De todo o modo, foi um importante período de conquistas, de identificação da importância da unidade na luta em várias agendas. Momento histórico onde se localiza o surgimento dos movimentos das mulheres rurais, que Dora identifica como período de sede por direitos que unificava a luta da classe trabalhadora.

Porque a sede de direito era muito grande naquela época, os interesses eram outros, os eixos eram outros, as prioridades eram outras, a sede de justiça eram outras. Uma coisa que tinha muito quando a organização nasceu, tinha muita fome, que graças a Deus a própria luta das mulheres foi para reduzir a fome, então, hoje, as mulheres que estão inclusas no programa de governo, foi a gente que quis, foi a gente que brigou por isso (Dora).

É importante que se chame atenção para o quanto, a partir desse momento histórico, houve uma diversidade de organizações e entidades reivindicativas por direitos e por temas. A discussão de que somente a estruturação econômica era insuficiente para explicar os processos de exploração e opressão, trazendo os elementos raciais e de gênero mostram que a disputa de perspectiva se dá em campos visivelmente opostos, mas também, no chamado campo progressista e democrático popular que demonstram diferenças de apreensão do que deve ser a luta pela construção de uma sociedade igualitária e emancipada.

No que diz respeito às mulheres, não foram e não são poucas as dificuldades no mundo público de participação, exigindo a criação de entidades específicas que aglutinassem direitos na realidade da vida cotidiana das mulheres e a continuidade de encontros para elencar as pautas no direcionamento da luta.

Percebe-se nas pautas do 6º Encontro do MMTR-NE, seis anos após a sua constituição (1992), uma priorização em outros temas de discussão. A cidade de Caucaia, no Ceará, foi a escolhida para esse evento reunindo 90 mulheres dos nove estados nordestinos. A sexualidade, o corpo e o poder foram os eixos definidos que elas identificam como:

Assunto que durante muito tempo foi tido como “pecado” e “coisa feia” hoje foi discutido como vida, amor e alegria. Tentamos verificar como vemos e sentimos nosso corpo que na luta cotidiana muitas vezes não é percebido por nós mesmas (MMTR-NE, s/p 1992).

Os três conceitos que perpassaram esse momento como todos os eventos que elas construíram se faz a partir de poesia, de fotos e de dinâmicas, são refletidos por Inez Bassanezi na carta que enviou a todas elas como “cada uma dessas palavras pode levar uma

vida inteira para a gente entender o significado, se não praticamos uma reflexão constante sobre as nossas vidas cotidianas” (MMTR-NE, s/p, 1992).

Nesse encontro, foram revelados dados de uma pesquisa realizada em parceria com a ONG SOS Corpo de Recife que convidou o MMTR de Pernambuco para participar de uma pesquisa internacional com o tema direitos reprodutivos. Os resultados foram divulgados em um livro estadunidense projetando a ONG internacionalmente, graças à ligação com o movimento e disponibilidade deste. Em contrapartida, a SOS Corpo publicou, em 1996, os resultados em um material para a divulgação e compartilhamento entre as sujeitas da pesquisa (Thayer, 2001).

Contudo, a relação com essa organização foi estremecida anos depois quando uma líder do movimento percebeu que essa instituição estava oferecendo cursos sobre mulheres rurais por 200 dólares por participante sem consultá-las ou convidá-las. Apesar disso, mantivesse tal parceria que teve importantes frutos (Thayer, 2001).

No relatório desse 6º Encontro, há a divulgação do que pode ser parte dessa pesquisa em parceria com a ONG SOS Corpo que nos traz pistas sobre as opiniões dessas mulheres em torno de alguns temas e o perfil delas naquele momento em 1992. Das 181 entrevistadas, 94 eram sindicalizadas; 139 participantes de movimentos sociais; tinham em média seis filhos; 25% não tinham renda, sendo que outras 18% ganhavam até meio salário-mínimo; 52 % eram analfabetas; e, a maior parte católicas (168). Quanto ao homem ser o “chefe de casa”, um pouco mais da metade discorda, 54%. A maioria discorda (88%) que só deve trabalhar quando o marido precisa, porém concordam que (55%) é prejudicial à família quando elas trabalham fora de casa. Ao mesmo tempo que a grande maioria concorda (93%) que a independência econômica feminina as torna mais felizes.

Quanto ao eixo sobre poder, elas afirmam que não concordam que o homem tenha mais direitos ao sustentar a casa (84%) e nem que ele seja o único a poder participar dos sindicatos (92%), muito menos que só os homens devam estar na política (92%). Em relação ao eixo reprodução e direitos: concordam (92%) que a mulher que provoca aborto é criminosa; metade delas concordam que Deus não está de acordo com o uso dos contraceptivos; mas discordam que é o homem quem deve decidir a quantidade de filhos do casal, 83%; e acreditam que eles têm mais desejo sexual que a mulher, 63,3% (MMTR-NE, s/p 1992).

Esse último dado da pesquisa, nos remete à discussão sobre sexualidade realizada por Heleieth Saffioti (2015) que, a partir de dados biológicos, analisa o quanto é falaciosa a ideia difundida socialmente quanto ao homem sentir mais prazer sexual que as mulheres. O que foi

inclusive estimulado teoricamente por sujeitos como Freud, na ideia de inveja que a mulher teria do pênis, perpetuado por seus/suas seguidores/as. Ao contrário, nós mulheres temos vantagens quando o assunto é o prazer sexual, tendo sua sexualidade difusa pelo corpo que é multiorgásmico.

A autora analisa que o objetivo dessa inverdade propagada alinhada a uma ideologia sexista tem como intenção camuflar a desvantagem sexual dos homens. Esse fato serve para evidenciar que em toda ideologia está presente a inversão do fenômeno, sendo isso o seu núcleo duro. O trabalho a ser desenvolvido é o de identificar essas falácias, reter a inversão dos fenômenos feita pelas ideologias (Saffioti, 2015).

A partir do conteúdo trazido do relatório do 6º Encontro, percebe-se que, na década de 1990, há a introdução de outros novos temas priorizados pelo MMTR-NE, Zarzar (2017) analisa que isso decorre da relação estreitada com movimentos de mulheres do país, ONG's e a participação delas em eventos feministas. Logo, isso poderia ser interpretado como uma mudança de direção, na medida que a luta pela terra e participação sindical pareceram ter cedido lugar ao debate de direitos reprodutivos, corpo e sexualidade. Como se tivesse havido um deslocamento onde as lutas travadas por redistribuição tivessem aberto caminhos para a de reconhecimento. No entanto, a autora entende que na realidade houve uma agregação de reivindicações à agenda do movimento, sem, contudo, precisar de uma substituição.

Quanto ao momento em que esses temas atravessaram a militância rural, Thayer (2001) nos informa que a nível local, o MMTR de Pernambuco no seu primeiro encontro já tinha se aproximado de conteúdos em torno da discussão de corpo e sexualidade em meados dos anos 1980. Identificado pela autora como o início da aproximação e negociações com os feminismos transnacionais que trazia discussões em torno do feminismo da segunda onda euro-americano. Observou-se durante o momento da discussão desse encontro muita vergonha e falta de informação das trabalhadoras rurais sobre os seus corpos, mas foi avaliado que tal tema era a chave para ampliar a autoestima das mulheres nordestinas. A exposição de tal assunto foi a partir da exibição de um filme em meio ao escuro o silêncio era absoluto. As coordenadoras do espaço ao perceberem o entusiasmo das mulheres decidiram por novos encontros, o que exigiu a busca por uma assessoria externa já que reconheceram o limite quanto ao domínio do assunto. Onde se deu uma parceria com a ONG SOS Corpo, momento em que as dirigentes tiraram como diretriz a necessidade de evitar uma linguagem feminista explícita e mais cuidado ao abordar o tema da sexualidade, tendo em vista contexto acentuado de uma moral sexual conservadora na realidade rural.

Como outros movimentos sociais que lutavam contra a subordinação feminina na década de surgimento do MMTR-NE, as mulheres rurais não se declaravam como feministas. A aproximação com essa corrente teórica e política de atuação só pode ser compreendida com a contextualização do movimento feminista nesse período histórico no país, que como Maria Lígia Quartim (1985) informa, retorna com a resistência das mulheres à ditadura militar, mas também com a globalização da economia, que entre os efeitos no país, incide sobre a ampliação da miséria e dominação estrangeira, trouxe a transnacionalização da esfera discursiva inclusive em relação ao debate de gênero. Momento de efervescência na participação de feministas brasileiras em eventos e agências internacionais de fomento em territórios locais, estabelecendo uma conexão cultural com teorias feministas do hemisfério norte (Thayer, 2001).

Ao mesmo tempo, o Estado brasileiro transferia intensivamente responsabilidades sociais ao setor privado, estimulando a criação de ONGs. O momento do surgimento do MMTR-NE estava atravessado pelo campo discursivo de influências internacionais, sendo que três anos depois da fundação desse movimento o contato com o feminismo transnacional se inicia de maneira lenta, isso pela dificuldade na comunicação que se dava na época entre as próprias militantes a partir de mensagens levadas por familiares, padres viajantes e sindicalistas (Thayer, 2001).

Nos anos de 1990, ONGs feministas da cidade de Recife já haviam estabelecido uma rede ampla, inclusive internacionalmente, financiadas por fundações estadunidenses e europeias desde a década anterior. Foi a partir de uma agência britânica que procurava financiar projetos no sertão, Oxfam-UK, que chegaram os primeiros recursos internacionais, ainda incipientes. Assim, foi financiada a participação das militantes do MMTR-PE no Encontro Feminista Latino-Americano nesse mesmo ano no Brasil, no qual elas consideraram se suma importância tendo em vista que sem recursos não teriam a oportunidade estar nesse espaço e articular com outras sujeitas (Thayer, 2001).

As participantes rurais demonstraram grande impacto com o formato do evento, apontando uma arrogância das feministas de classe média e alta, mas ao mesmo tempo foi possível o contato com outras trabalhadoras rurais. Nessa mesma época, o contato com feministas urbanas a partir da ONG SOS Corpo Recife se intensificou, sendo essa um vetor das práticas e teorias feministas do exterior para diversas organizações de mulheres do setor popular que era o público a ser atingido, inclusive para o MMTR - PE. Entre as aproximações e distanciamentos com o feminismo a partir dessa dupla relação, ONGs e agências de fomento, atravessado por cooperações, diálogos, mas também conflitos. Estes tinham como

uma de suas raízes o fato de essas organizações muitas vezes terem se reestruturado para alcançar os investimentos estrangeiros e declinado quanto à intenção de transformação social (Thayer, 2001).

O estudo de Thayer (2001) evidencia que nessa trajetória de aproximação com o feminismo era atravessada por relações de poder onde as agências de fomento e ONGs, a partir dos seus projetos, ofereciam suporte e recurso que deveria ser direcionado à população rural. Ao mesmo tempo, o movimento detinha o acesso às mulheres que foi consolidado com muito trabalho de base. Com isso, o MMTR - PE buscou uma relação de troca e não uma aceitação passiva de transferência de recursos e discursos, disputando pela definição de sua própria política de gênero. Para isso, priorizou manter suas despesas baixas e usar seus próprios recursos e/ou locais para manter a autonomia.

Sobre essa problemática nossa entrevistada Dora relata que se mantém como direção do movimento uma política financeira que prioriza a autonomia, mesmo diante da pluralidade de experiências de trabalho de região para região onde o MMTR-NE está atuando.

Muitas vezes o projeto é a organização quem apoia que determina, quem dá o dinheiro diz como quer que faça, e aí entrava a grande contradição nossa, nós deixamos de receber apoio, não foi só de um e nem de dois projetos. 'Não, vai embora com seu projeto porque essas sujeições...' e a gente dizia assim, 'não...se a gente quer e precisa, mas se submeter a isso não'. A gente ia adquirindo também, quem vinha para apoiar, já vinha sabendo também as determinações do grupo, agora financeiramente ele sempre foi habilitado, no sentido de manter a sua política financeira própria. Eu acho que interfere na perda de tempo que é para esses projetos, um saco. E, se você faz com o governo é uma burocracia, se faz com agência da cooperação internacional eu acho mais fácil. Até onde eu trabalhei, eu trabalhei com várias agências, elaborei não só, mas eu era uma das cabeças pensantes, tecnicamente, estudei e me preparei para a questão de elaboração de projetos. Mas quando a gente elaborava o projeto ou estava em um processo de elaboração de projeto, as mulheres tinham muita clareza de como queria que ele fosse gerido, mas mesmo assim ainda tinha o trabalho de todas as exigências de burocracia, papel disso daquilo. Você deixa de fazer outras coisas de futuro, isso também tem futuro, é importante, mas no bom sentido, eu deixo de estar discutindo com a mulherada de como combater a violência para perder um tempão danado correndo atrás de nota e não consegue e tem que ser desse jeito, e para agência tal é desse jeito e para outra é de outro jeito...é um saco. Eu não gosto não, nunca gostei, mas também não sou contra as exigências tem que ter mesmo, né? Porque a corrupção foi muito grande nesses projetos, dentro das ONG's, dentro da política de um modo geral, e afetou (Dora).

Sim, e paga aluguel [sobre a sede], não sei nem mais quanto que é, porque nossa política aqui é para contribuir com a política financeira, é a mensalidade, mas em alguns Estados contribui com 50,00 reais, quem pode dá 50 dá 50, quem pode dá 100 dá 100, entendeu? E nós não, mandamos a mensalidade todo mês para eles, por que tem coisas assim que o movimento ele difere de uma região para a outra, a gente tem um peso de autonomia maior, do que qualquer outra região...o sertão é sempre sertão, entendeu? (risos) desde o início até hoje. Então, vamos dizer assim, manter essa ideologia, né, manter essa autonomia, né, de que uma região, os movimentos se organizaram de outra forma, no outro foi de acordo com aquela

região, com aquele município, né, não tem uma receita única, não é? Não pode ter uma receita única, porque é de acordo com a conjuntura do local (Dora).

Destacamos abaixo mais falas de Dora sobre o tema para evidenciar que em trinta e sete anos do movimento está presente, mesmo diante da dificuldade de acesso à renda dessa população, a priorização na contribuição financeira de cada uma das mulheres, que diz muito sobre o seu compromisso coletivo e a solidariedade de classe que marcam as relações sociais que estabelecem.

Cada estado vai assumir suas despesas, porque no começo do movimento a gente ficava três, quatro dias reunidas na sede, não era a de Caruaru não, a sede era de Serra Talhada. E as trabalhadoras, a gente fazia as campanhas para as passagens das trabalhadoras, as trabalhadoras discutiam suas passagens em seus estados e trazia alimentação e a gente cozinhava, era uma alimentação extremamente rica, não era feirinha nem alimentação cheia de veneno não, era muito bom, mas, vamos ver, não sei se vamos conseguir não...porque hoje somos todas mulheres da melhor idade né, tem uma paraibana com 86 anos, ela é umas das principais articuladoras desse grupo e ela é da fundação do movimento, então você imagine o que é você poder compartilhar essa alegria de chegar na sede e dizer “aqui, foi aqui, aqui é fruto nosso” né? Tem as novas, as velhas, as veteranas...então, o que é isso? É que esse movimento criou uma relação de, vamos dizer assim, de igualdade, de irmandade muito grande, de solidariedade (Dora).

Esse debate é um dos mais importantes que, passados os anos 1990 e 2000, quando da proliferação de ONG's e a construção crítica desse processo, até porque trouxe consequências de esvaziamento de mobilização, lutas no campo da institucionalidade ganhando centralidade. Gurgel (2014), problematiza defendendo o conceito de “coletivo total” para o movimento feminista, reivindicando a autonomia de governos, partidos e administrações para que a agenda feminista se cumpra.

De todo modo, a incorporação do feminismo à agenda do MMTR-NE foi sendo realizada considerando as experiências da realidade rural atrelada ao debate de classes. E a discussão do conceito gênero foi introduzida a partir da relação com a SOS Corpo, fundamentado a partir do entendimento de Joan Scott⁶⁰. Nos anos 1990, essa já era uma discussão recorrente no movimento que elas identificavam que já lhe era familiar na medida em que percebiam que as atribuições definidas para feminino e masculino eram construídas socialmente. Entretanto, buscaram compreender a importância da linguagem feminista em torno do tema para a militância, dentro da realidade de que o movimento mantinha ligação

⁶⁰ Joan Scott, historiadora estadunidense, é uma das feministas que é referência na discussão do conceito de gênero, trouxe novas perspectivas para os estudos do conceito no seu célebre artigo publicado originalmente em 1986. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1995).

com militantes de ambos os sexos, alargando a oportunidade de espaços entre homens e mulheres (Thayer, 2001).

Os estudos nomeados como de gênero chegam na academia pela pressão dos movimentos libertários das mulheres na década de 1960. Foi a citada Joan Scott quem trouxe o termo, denunciando o sistemático apagamento das mulheres na história e convocando à investigação da real importância e participação das mulheres, como um recurso útil ao aprofundamento da área. Esse debate será reivindicado por posições diferentes, levando que o próprio termo gênero fosse questionado como capaz de unificar ou de se constituir como uma categoria teórica.

Reconhecendo sua importância, as feministas marxistas avaliaram a centralidade discursiva para o debate de Scott, havendo a necessidade de instituí-la na materialidade da vida e da luta das mulheres. Isso não significa homogeneidade entre as feministas marxistas, que precisarão, num primeiro momento, insurgir contra os dogmas marxianos. Anderson (1987) alerta inclusive que o movimento das mulheres, foi àquele capaz de questionar o arcabouço teórico produzido. Segundo Thayer (2001), o conceito de gênero foi sendo interpretado pelas militantes do MMTR-PE para compreender as relações de poder entre os sexos no interior das famílias e nas comunidades, de sujeitos/as que se inserem em uma mesma classe. A companheira Dora nos explica como foi a aproximação do movimento com o feminismo e conceitos como gênero e patriarcado.

Construímos muita coisa na questão das mulheres do movimento sindical, inclusive os primeiros documentos para a inclusão das mulheres dentro do sindicato que era dentro dos congressos da CONTAG, era chamada “A tese”. A primeira tese da mulheres era sobre a sindicalização das mulheres, isso foi no 4º Congresso. A CONTAG nasce por iniciativa de pernambucanos, né? Não tem como falar das mulheres sem falar de todo esse processo de luta e de organização política dos homens e das mulheres, e foi muito junto. Só que chegou a um ponto que na organização não dava mais para conciliar, aí era muito conflito. O Movimento sempre foi muito conflituoso, porque lutar por igualdade, lutar por justiça social, justiça de gênero, era luta de gênero que você discutia, mas nem falava que tinha essa palavra gênero, né? Se você fosse discutir gênero as trabalhadoras falavam é “feijão ou milho?” (risos) gênero alimentício. Era um negócio fantástico, mas assim, o movimento, quando ele foi se constituindo como movimento e se separando, mesmo ainda com uma perna dentro do movimento sindical, ele sempre teve sua autonomia, porque ele tinha uma metodologia muito de libertação, muito de autonomia, das mulheres de nós descobrimos as nossas potencialidades, de enfrentamento, desde o princípio o movimento sempre enfrentou muito o machismo, e também ninguém falava em machismo, era o patriarcado. Na verdade, o que se queria era ter direito, e não era tão difícil lutar pelos direitos porque ninguém não tinha nada (risos) (Dora).

A partir das contribuições de Saffioti (2015) é possível afirmar que no debate realizado historicamente sobre o conceito de gênero cada feminista realça deliberado aspecto

do termo, mas há um consenso mesmo que limitado que é o entendimento de que ele é a construção social do feminino e masculino. Contudo, gênero não necessariamente expressa as desigualdades entre os dois sexos, por mais que algumas feministas vejam essa hierarquia como presumida e de forma que parece não relacionar ao período histórico no qual estão trabalhando.

Essa autora sublinha que o conceito não é apenas uma categoria de análise, mesmo sendo muito importante como tal, ele refere-se a uma categoria histórica, podendo ser engendrado em várias instâncias como em representações de símbolos culturais (apud Scott, 1988); assimetrias nas divisões e atribuições de características e potenciais (apud Flax, 1987); atua em algumas instâncias uma gramática sexual que atinge a relação também de homem-homem, mulher-mulher, além de mulher-homem. Não percebido também com o seu conteúdo histórico, forja-se uma problemática teórica ao não ser possível realizar uma interlocução apropriada entre as adeptas do conceito de patriarcado, que é o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens.

Notam-se diferenças quanto a extensão do patriarcado no decurso histórico e, sendo assim, sua validade como categoria teórica atual. Por isso, muito se fala em ordem patriarcal de gênero que ao tempo que assume o patriarcado, coloca sua superação parcial. Ainda segundo Saffioti (2015), o patriarcado estaria, então, para algumas teóricas da discussão de gênero ligado a um momento específico da história passada, com isso a desigualdade entre os sexos atualmente seriam os resíduos desse regime que não há mais. Nessa linha de pensamento, fica ocultado o fato de que também o patriarcado, como a sociedade, está em constante transformação.

Nas proximidades entre as diversas correntes e tendências sobre o conceito, importante destacar a consequência do patriarcado, que é a divisão sexual do trabalho, como aquela que explica a desqualificação e invisibilização do trabalho das mulheres que servem tanto a exploração capitalista como à reprodução das relações desiguais de gênero. Em relação a isso, Moreira (2003, p. 49) dirá

As desigualdades sofridas pelas mulheres atuam eficientemente na reprodução das relações sociais. Não se pode negligenciar que a industrialização, em sua fase inicial, utilizou maciçamente a força de trabalho feminina e de crianças. No entanto, sua diminuição, e mesmo diferenciação do salário e das tarefas, encontra ressonância na oposição que os homens faziam dessa relação como algo que destruiria a família, além de prejudicar os seus lugares na produção. O rebaixamento salarial e sua aceção como complementar ao do homem é, até os nossos dias, um fato.

Essa relação que Saffioti (1987) chamará de simbiótica se constitui com um dos pontos de divergência nos estudos de gênero e, importante chamar atenção, que extrapolam a discussão acadêmica, já que a incorporação ou não dessa unidade vai rebater nas pautas e formas organizativas dos movimentos. Sua elaboração indica que as determinações de classe, de gênero e raciais conformam um modelo de reprodução social desigual que se retroalimentam, com tensões, divergências e intensidades diferentes a depender da prática social em evidência.

Moreira (2003), explica que as diversas concepções acerca do conceito de gênero se explicam em função do processo histórico que possibilitou sua emergência. As diferenças se referem tanto a campos teórico-filosóficos opostos, como internamente a uma matriz teórico metodológica. Situa que se dá como resultado da ascensão dos movimentos de mulheres e, portanto, a categoria expressa as divergências situadas no plano político. Por isso, a sua apreensão gera polêmicas que colocam no centro a discussão das possibilidades de instituí-la como uma categoria histórica, ou seja, que explica a sociedade ou como categoria analítica no sentido de subsidiar a compreensão sobre a sociedade.

O conceito de gênero esteve presente como parte do tema do 9º Encontro do MMTR-NE em 2007 na relação com o meio ambiente. O evento aconteceu em João Pessoa e contou com a presença de homens, assim como no 8º Encontro, o que é justificado pelo movimento como uma decisão política pensando em contribuir para o avanço das discussões e a prática do MMTR-NE. Nossa entrevistada Dora, reconhecida como uma das fundadoras do movimento, lembra que esteve presente desde as primeiras reuniões, em que também buscavam o diálogo com os homens para garantir a participação das mulheres.

Principalmente com os homens para trazer as mulheres para as assembleias do sindicato, porque quem trazia as mulheres para o encontro de mulheres eram os homens. E se a gente não soubesse esse traquejo elas iam ficar em casa cuidando dos meninos e dos animais, além do cotidiano de luta das mulheres, tirar a mulher do fogão não era muito difícil não. Teve algumas figuras importantíssimas na história da organização das mulheres, até alguns homens que foram bem estratégicos, outros que foram bem para derrubar e estratégico para destruir e outros estratégicos para a evolução da luta das mulheres (Dora).

Ainda sobre o 9 Encontro, vale destacar que um dos objetivos foi aprofundar o debate de gênero a partir dos acúmulos vivenciados, que buscou refletir sobre o significado do conceito para o movimento e suas implicações para a atuação política. Além de elaborar diretrizes e orientações para a atuação política. Entre as questões norteadoras para a discussão, elas responderam como o MMTR-NE utiliza o conceito e gênero? (MMTR-NE, 2007).

Em síntese as militantes dos nove Estados apontaram como resposta à essa questão: desconstruir as relações de poder que contribuem para a desigualdade no cotidiano; focar a luta pela igualdade, construindo práticas políticas e pessoais; a utilização da linguagem de gênero nos espaços privados e públicos em que mulheres estejam; fortalecer a fala das mulheres; contribuir para a maior articulação entre as mulheres; ocupação dos espaços estratégicos de poder. Além de buscar formas de utilizar o conceito de gênero nas diversas instâncias, com os homens e com as famílias (MMTR-NE, 2007).

Como nos aponta Ilena Barros (2005), há um grande desafio lançado a essas sujeitas, que é o de descobrir de qual forma irão incorporar ao projeto de desenvolvimento construído com base da agricultura familiar as suas demandas de gênero sem que reforcem os papéis historicamente atribuídos a mulheres e homens do campo.

É entre esses desafios, aproximações e problematizações de conceitos que estão presentes no movimento feministas, buscando encarná-los em suas lutas, que como nos aponta Iasmim Vieira (2017) elas constroem a ideia de um feminismo rural que é elaborado a partir dos dilemas materiais vividos no território e na resistência à ordem patriarcal. Onde a agroecologia é um dos temas que circunda o feminismo rural, realizando o enfrentamento ao modo de produção de alimentos e da vida, assim como na criação de alternativas às opressões e explorações vividas. Compreendendo-o como orientação política, na sua (re)qualificação sob o olhar das trabalhadoras rurais, procuram a afirmação das suas identidades subalternizadas historicamente.

Essas identidades que como nos provoca Lélia Gonzales (2020), foram excluídas das discussões do movimento feminista latino-americano, desracializadas e descoloridas, o que constitui uma de suas contradições. A autora reconhece diversos avanços, como o tema da orientação sexual pautado, e aponta como racismo por omissão aparece na postura das feministas brancas ao não considerarem que assim como o sexismo, o racismo também parte da diferenciação biológica para se concretizar como ideologia de dominação. Provocando uma perda de força ao negligenciar um fato de suma importância, que é o caráter multirracial e pluricultural da América Latina para compreender, por exemplo, que a divisão sexual do trabalho também é racial. Com isso, são as amefricanas e ameríndias as mais exploradas nessa região de capitalismo dependente, racista e patriarcal, e tem suas atuações principalmente em movimentos populares, preocupadas com a sobrevivência de suas famílias e comunidade.

Por fim, procuramos nessa subseção traçar até aqui a trajetória de constituição do MMTR-NE, destacando os marcos e as reivindicações no período dos anos 1980 – 1990 e localizando o contexto conjuntural à época com o intuito de identificarmos os elementos que

estruturam o surgimento do movimento e a incorporação de novos temas. Como vimos, a militância dessas sujeitas tem o seu início marcado fortemente pela participação social e política, e o reconhecimento enquanto trabalhadoras. Para isso, identificaram as barreiras como a própria divisão sexual do trabalho, que busca as limitar ao ambiente doméstico.

Em um processo dialético, onde foi se evidenciando os limites das relações sociais hierarquizadas pelo gênero que se torna uma barreira para a efetivação da cidadania plena elas tornaram-se conscientes dessa determinação social, econômica e cultural a partir de suas elaborações coletivas. Identificaram os limites da luta de classe formatada em conjunto com os companheiros trabalhadores rurais, não a abandonando, mas buscando garantir espaços onde juntas conseguiram compreender as especificidades das necessidades da mulher inserida na realidade rural nordestina.

3.2 A práxis na tessitura de uma educação libertária no tornar-se feminista

O que é, o que é, o feminismo rural,
o que é para você desde lá do seu quintal?⁶¹

São nos processos de disputas, de questionamentos e de lutas por direitos que as mulheres rurais se constituem enquanto sujeitas sociais e políticas na busca por reconhecimento do seu direito de existir e resistir. De maneira dialética, entre embates travados cotidianamente, elas desvelam elementos da realidade que estruturam a submissão feminina e elaboram saberes que provocam novos paradigmas teóricos para o feminismo a partir do território que é lugar da práxis.

Com isso, vale resgatar as produções teóricas realizadas coletivamente pelas mulheres organizadas no MMTR-NE⁶² que apontam para a consolidação de uma perspectiva feminista forjada a partir de suas experiências e necessidades mais fundamentais. O que as guiam na elaboração de análises e intervenções na realidade que disputa a produção do conhecimento, dialogicamente com leituras que contribuem nas suas (re)elaborações de saberes em um exercício de teoria e práxis.

⁶¹ Música elaborada em uma atividade que participei do módulo da Escola Feminista do MMTR-NE em 2020. Cantávamos para cada mulher responder o que elas entendiam ser o Feminismo Rural.

⁶² A discussão teórica do feminismo realizada nesse trabalho tem como referência textos produzidos pelas mulheres do MMTR-NE.

Além de recorrer a produções publicadas em periódicos de duas integrantes do movimento (Araújo e Santana, 2014; Araújo, 2017; e, Santos, 2014), apresentaremos nessa subseção o livro intitulado “A Estrada da Sabedoria⁶³” (2008), onde as militantes do MMTR-NE realizaram a sistematização dos processos formativos do período de 1994-2006. Assim como as declarações das entrevistadas sobre a formação feminista nas suas trajetórias de luta. Com a intenção de compreender o caminho da práxis construído por elas em torno do feminismo que consolida o horizonte das reivindicações que forjam a militância cotidiana dessas mulheres coletivamente.

As suas experiências constroem saberes ao mesmo tempo em que refletem sobre a realidade que atravessam suas vidas. Elas recorrem a teorias corroborando e contrapondo o produzido. Também realizam um exercício de antítese e síntese tão necessário ao conhecimento e ao reconhecimento de suas especificidades enquanto feministas. Logo, o que se forja no processo entre teoria e prática que acontece nos espaços de elaboração onde elas se (re)conhecem, como Ana Paula, nossa quinta entrevistada, nos conta:

Para mim, pessoalmente, o movimento foi muito transformador, tanto nesse processo de se reconhecer como uma mulher negra, enquanto defensora dos direitos humanos, enquanto feminista. Dessa questão de estudar, de compreender a importância histórica que o feminismo tem para a vida de todas as mulheres, sejam elas feministas, ou sejam aquelas que neguem de todas as formas a questão dos feminismos. Eu acho que para todas aquelas que participam do Movimento, é um espaço de formação, de autoformação, é um espaço de reconhecer-se na luta, nos desejos, nos sonhos, nas outras. Penso que o movimento também tem essa perspectiva de estar sempre se renovando, e ele vai se renovando junto com as mulheres, sejam elas ribeirinhas, pescadoras, periféricas. Então, esse é o movimento, eu acho que essas são as contribuições para a vida das mulheres, são diversas e plurais (Ana Paula).

Ana Paula é coordenadora geral do MMTR de Pernambuco, mulher rural, que como compartilhou conosco foi a partir da atuação nesse movimento que se descobriu negra. Ela tem 37 anos de idade, educadora popular, mãe, natural de Cachoeirinha - PE, atuando atualmente no município de Jupi-PE. Essa militante se apresenta como uma mulher que vive em área rural desde a infância, iniciando sua atuação política na assistência técnica sindical desde 2008. Foi participando do Encontro de comemoração dos 30 anos desse movimento de mulheres em 2016 que decidiu se organizar com elas. Já fez parte da direção nacional do MMTR-NE e da coordenação de formação.

⁶³ O material intitulado por elas como o livro *A Estrada da Sabedoria: sistematizando o caminho para a formação de educadoras rurais do Nordeste -1994 a 2006*, publicado em 2008, foi disponibilizado para essa pesquisa pelas militantes do movimento.

Como Ana reflete, nesses processos de (re)conhecer a si mesmas e às outras compartilhando suas experiências e construindo (re)conhecimento em espaços de trocas em torno das expressões do sexismo que vivenciam. Este que compreendemos a partir do que Saffioti (2015) analisa ser não apenas uma ideologia, mas também é uma estrutura de poder que é desigual às mulheres. Atingindo de maneiras diferentes homens e mulheres, com maior prejuízo a elas ao restringir também no desenvolvimento da razão e no exercício do poder.

O que remete ao que bell hooks (2017) nos conta sobre o seu caminho teórico onde percebeu que recorreu à teoria feminista por sentir-se machucada para compreender a dor que a tomava. Ela identificou que à época a teoria foi o seu lugar de cura, pois a experiência vivenciada na construção de um pensamento crítico sobre a realidade das mulheres negras na sociedade, em especial na produção de conhecimento, a auxiliou a desvelar as mágoas que sentia.

Quando a experiência atravessa o processo de teorização é onde está intrínseco ao que bell hooks (2017) chama de autorrecuperação para uma libertação coletiva que evidencia que não há lacuna entre teoria e prática, pois uma capacita a outra. No entanto, sublinha que a teoria em si não é libertadora, curativa e/ou revolucionária por si só, isso ocorre apenas quando há um direcionamento para essa finalidade. Nos remetendo ao que Vásquez (2011) analisa quanto a relação teoria e práxis ser prática, pois “na medida em que a teoria, como guia de ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que esta relação é consciente” (idem, p. 111).

Em uma relação de práxis consciente, é fundamental que seus efeitos sejam de uma prática revolucionária. Como analisa o autor sobre a categoria práxis em Marx, é preciso perceber as limitações dessa relação quando não incumbida de uma intencionalidade revolucionária. O que se localizaria em um mero exercício da crítica para a transformação da realidade como uma simples atividade do pensamento, ideia pregada pelos filósofos críticos neo-hegelianos. Já que, “não se trata da teoria que se vê a si mesma como práxis, enquanto crítica do real que por si só transforma o real” (Vásquez, 2011, p. 114).

A lendária feminista bell hooks (2017) nos lembra que a teoria aparece para certos indivíduos como instrumental e para forjar hierarquias desnecessárias de pensamento ao intitular certas produções como inferiores ou superiores em um processo que encorpa políticas de dominação. A existência de uma teoria feminista que vai nesse caminho corrobora com um abismo entre a teoria e prática e a falsa pressuposição de que a teoria não é uma prática social colocando que toda teorização é menos importante que qualquer ação concreta.

Negando, assim, o potencial de uma educação libertadora na formação de uma consciência crítica.

Ainda sobre a trajetória teórica e prática de bell hooks, trazemos um trecho em que ela analisa sobre a apropriação de um termo sem reflexos na atuação política, ou ao contrário, a resistência cotidiana de mulheres que não chegam a identificar suas ações como feminista. Remetendo-nos ao que a militante Ana Paula se referiu acima da importância do feminismo também para vida de mulheres no movimento que ‘neguem de todas as formas a questão dos feminismos’ (Ana Paula). Logo, bell hooks ressalta:

*Quando eu era criança, é certo que eu não chamava de “teorização” os processos de pensamento e crítica em que me envolvia. Mas, como afirmei em *Feminist Theory: From Margin to Center*, a posse de um termo não dá existência a um processo ou prática; do mesmo modo, uma pessoa pode praticar a teorização sem jamais conhecer/possuir o termo, assim como podemos viver e atuar na resistência feminista sem jamais usar a palavra “feminismo” (bell hooks, 2017, p. 86).*

Contudo, Saffioti (2015) identifica que uma ínfima capacidade crítica, que conforma maior parte das mulheres brasileiras, as definem como conservadoras. O que as levam a classificar de forma exclusiva separando mulher feminina de mulher feminista, dificulta o alastramento das teses feministas, que em síntese o seu conteúdo é de igualdade social, político e econômico entre os sexos.

A identificação como feminista na trajetória das mulheres do MMTR – PE aparece com o passar do tempo a partir dos processos de formações em que elas nominam as suas ações políticas com tal perspectiva. A nomeação de pessoas que empregam termos como teoria ou feminismo, nos diz bell hooks (2017), aparece na história como um ato privilegiado que permite aos/às que ocupam lugares de poder o acesso a formas de comunicação os/as habilitando a projetar uma definição de seus trabalhos e atos que não expressam com exatidão ao camuflar o que realmente ocorre.

A autora se refere ao fato de que a teoria feminista construída em ambientes como a academia, que é hierarquizante, instrumentaliza certas mulheres que tem visibilidade a recorrer a conhecimentos de outras com nenhum status, se apropriando do produzido (hooks, 2017). Frequentemente a produção de mulheres de grupos marginalizados são deslegitimadas, muitas vezes pela forma de escrita em um estilo que tem a intenção de ser acessível às leitoras e promovam a prática feminista.

Ainda sobre o (re)conhecer-se, Ilda nos conta como foi a sua identificação com o feminismo percebendo que suas práticas anteriores já eram alinhadas com a defesa da

participação política das mulheres na busca pela superação das desigualdades de sexo sem, contudo, identificar-se como feminista.

Olha, eu acho que tem uma coisa que o Movimento feminista me desenvolveu, primeiro, eu digo, quando eu estava no Sindicato eu já era feminista e não sabia. Porque quando eu tava no Sindicato que defendia as mulheres, já era feminista, a condição que eu não sabia. E aí, foi através do Movimento que eu aprendi e descobri que eu era feminista, no Movimento é uma escola (Ilda).

Assim como também compartilha a companheira Josefa ao lembrar-se dos espaços de formação que ela identifica como um dos principais momentos onde se percebeu como uma mulher feminista, o que inferiu diretamente na sua atuação no STR.

quando eu cheguei ao sindicato comecei a participar de uma formação para trabalhar o coletivo. Nessa formação eu conheci Vanete Almeida e Auxiliadora [Dora] que ainda hoje está no movimento. E aí começamos o primeiro Congresso de Mulheres. Quando eu fui ao segundo encontro e voltei ao sindicato eu ouvia o presidente falando que eu estava mudada, que estava falando demais. Ai ninguém me segurou mais. E aí pediram a minha cabeça, ou sai ou morre, ai eu recuei um tempo e na volta eu já voltei para dentro do movimento. Porque quando eu sai do sindicato fui morar em Caruaru, foi quando Ilda criou a Escola de Educadoras Feminista entre o rural e a periferia, e eu estava na periferia. Foi quando eu voltei para o movimento Nordeste e estou até hoje. Eu não vou dizer que sou feminista não, estou começando (Josefa).

A Escola de Educadoras Feministas na qual Josefa se refere é uma das iniciativas do MMTR-NE construída a partir de outras duas experiências anteriores de formação política pedagógica que foram o Programa de Formação de Educadoras e a Escola Feminista de Formação Política e Econômica. Essa primeira aconteceu por um período de doze anos (1994 a 2006) e teve suas ações sistematizadas e analisadas no livro “A Estrada da Sabedoria” (2008) que destaca a trajetória da educação feminista a partir do modo de educar das mulheres desse movimento. Esse livro teve como objetivo registrar o caminho percorrido e os recursos didáticos desenvolvidos para orientar politicamente o trabalho de formação para as trabalhadoras rurais (Vieira, 2017). E Dora se refere como “a síntese da síntese”. Esse projeto foi tão lindo e a gente construiu e o vivenciou só com conhecimento que nós tínhamos” (Dora).

Com o fim da experiência da Escola Feminista de Formação Política e Econômica em 2014, que nasceu em 2004 no espaço Rede Mulher e Democracia que articulou o MMTR-NE com outras três instituições. O movimento decidiu permanecer com a proposta, modificando-a e dando o nome de Escola de Educação Feminista. Desenhando-a com mais autonomia, sem

interferências externas, definiram novo conteúdo e forma de trabalho que pudesse ser o mais próximo possível da realidade das mulheres rurais.

Como as mulheres registram no livro “A Estrada da Sabedoria” (2008), esse material “é para nós educadoras não só um instrumento metodológico, mas, sobretudo, mais um subsídio de registro da nossa vivência sobre nossa experiência em educação popular” (idem, p. 7). Analisam o período de doze anos de formação (1994 a 2006), que no seu processo teve interrupções decorrentes da falta de recursos financeiros.

A sistematização das ações de formação das mulheres nessa obra é dividida em dois momentos. Sendo as primeiras iniciativas, até o ano de 2000, interpretadas por elas como “*a escola que precisávamos*”. Isso porque o conteúdo e metodologia adotados até então foi entendido como o necessário a ser aprendido pelas militantes. O período seguinte que elas analisaram (2000-2006) foi intitulado como “*a escola que aperfeiçoamos*”, pois puderam revisar os conteúdos e ações para ressignificar as estratégias e aprofundar pontos prioritários na proposta político-pedagógica (idem).

Nesse percurso de sistematização que era acima de tudo um processo educativo de refletir sobre as ações desenvolvidas e construir um novo caminho priorizando a autonomia do MMTR-NE e uma metodologia de educação transformadora, elas afirmam já de antemão na obra que produziram:

Conhecedoras da importância da ampliação de seus conhecimentos para o seu empoderamento individual e coletivo, e vítimas da ausência de uma educação para as mulheres rurais, as trabalhadoras do MMTR-NE tomaram, para si, a iniciativa de desenvolver a sua formação. Entre os vários desafios que deveriam enfrentar, para cumprir esse objetivo, estava o de construir uma metodologia própria (A Estrada da Sabedoria, MMTR/NE, p.21, 2008).

Assim, elas visavam ter uma metodologia própria que fosse a cara da mulher trabalhadora rural, afirmando que essa estava estruturalmente vinculada ao processo formativo para guiar os rumos do movimento. No processo de aperfeiçoar suas formações o MMTR-NE compôs a Rede Mulher e Democracia que tinha como objetivo contribuir com a candidatura de mulheres a partir de formações políticas no Nordeste, inaugurando a Escola Feminista de Educação Política. Havendo um intercâmbio entre as discussões realizadas nesta iniciativa com o conhecimento produzido no Programa de Formação de Educadoras, provocando a inserção do debate sobre o feminismo no movimento (idem). Vieira (2017) analisa que isso impactou as discussões sobre educação e identidade das trabalhadoras rurais realizadas até aquele momento. Sendo assim, a companheira Ilda lembra com orgulho durante a entrevista da feitura dessa sistematização:

Esse aqui é "A estrada da Sabedoria", esse livro tem uma história muito linda. É assim, a gente fez um curso e eu comecei a fazer um livro sobre a formação de vários temas. A gente chama formação de Educadoras. E nessa formação tinha mulheres que não sabia escrever, e com essa formação a mulher começou a escrever, as mulheres que participaram da formação todas elas têm um texto nele. E aí a gente colocou "A estrada da Sabedoria" o título dele e com ele que eu comecei a aprender a fazer alguns versos, nesse curso, né, música, foi através desse povo, e aí tem alguns versos meus, na época eu era Secretária Executiva, aí eu gostei muito. Eu acho que a gente, as mulheres, tem razão quando diz que o Movimento é uma universidade para elas, porque assim, tem muitas mulheres que chegavam e nem se apresentar se apresentavam "fala seu nome" e depois com o tempo, se abria mesmo (Ilda).

Como provoca Vieira (2017) ao analisar essa obra forjada a várias mãos sobre a necessidade dessas mulheres em sistematizar suas ações políticas está alicerçada ao potencial que os registros têm de evidenciar experiências de vida que destoam da lógica dominante. Cumprem, em certa medida, a perpetuação a partir do compartilhamento de saberes produzidos de forma coletiva para o movimento e para fora dele. Buscando valorizar essas mulheres enquanto protagonistas de suas lutas a partir de seus territórios provocando as estruturas que conformam o privilégio garantido a sujeitos/as que são autorizadas à produção de conhecimento.

Com isso, fica evidente o que Araújo e Santana (2017) afirmam, que organizadas nesse movimento as militantes possuem como estratégia política a formação feminista e a multiplicação do conhecimento para ampliar sua participação efetiva na sociedade. Desse modo, destacam que sua exclusão também é vivenciada devido à produção de saberes, que não ocupam os holofotes em relação às discussões sobre feminismo no país. Por isso, na história desse movimento há um intenso investimento na educação política feita por e para as trabalhadoras rurais, essas que, tiveram pouco acesso às instituições de ensino, “as trabalhadoras rurais afirmam que educação é uma coisa, escolaridade é outra” (idem, pg. 3).

Dora nos conta que a formação continua sendo a pauta prioritária do MMTR-PE na atualidade. Ela aponta que a diversidade dentro do movimento constrói a discussão em torno do feminismo considerando as especificidades das mulheres rurais.

[...] para os movimentos autônomos a principal pauta, hoje, é a questão do combate à violência, a outra é a formação e a capacitação política, organizativa e política, é uma pauta muito forte no movimento porque a formação está a cada dia em quem é do movimento, a gente precisa estar a cada dia se fortalecendo, porque você tem que se capacitar enquanto mulher, porque você é, porque uma boa parte ainda nem se considera mulher, só para você ter ideia, uma coisa bem pequenininha, você está numa atividade que só tem mulher, 50, 60 mulheres, o artigo que predomina é o masculino. “Bom dia a todos, boa noite a todos” é uma coisa pequenininha, né, mas não é (Dora).

Por isso, nossa entrevistada entende que a permanente formação é o que faz elas identificarem que há elementos distintos de feminismo urbano como ela denomina. A priorização da formação é também a priorização do feminismo enquanto pauta central para o fortalecimento da luta.

[...] o feminismo rural é contextualizado diferente, o feminismo urbano passa pelo prisma das universidades, das contextualizações científicas e históricas, das grandes mudanças, que eu nem sei se o mundo teve grandes mudanças no campo do feminismo, eu não sei, eu ainda tenho dúvida, sabia? Porque o que acontece hoje eu não sei se é evolução. Eu acho que pode ser respeitado a diversidade, mas não sei se é evolução, o respeito à diversidade é uma coisa que inclusive está penetrado e infiltrado. O movimento é esse, é essa diversidade, o mundo rural é diferente do mundo urbano nesses aspectos de gênero, então essas coisas têm que continuar a estar na pauta sim, se não a gente é engolida (Dora).

Gabriela Araújo e Verônica Santana (2017), militantes do MMTR-NE, em sua produção sobre esse movimento, destacam que advém também de uma ideia colonizadora de uma herança eurocêntrica que homogeneíza grosseiramente as identidades e vivências rurais. O mito de que o meio rural é atrasado em relação ao urbano invisibilizando as resistências construídas pelas mulheres trabalhadoras rurais nordestinas, que tem um longo histórico de enfrentamentos que transformam coletivamente a realidade através de práticas pedagógicas decoloniais. O feminismo na relação rural-urbano é carregado de estereótipos que não torna possível uma identificação imediata, pois é carregado de “cidade”, não incluindo perspectivas de “outras” mulheres (idem).

No caminho de dar visibilidade à luta das mulheres nordestinas e ocupar espaços de decisão política, Josefa nos conta um episódio da trajetória de militância na candidatura da companheira Ilda para a CONTAG. Ela remete a esse processo e avalia que naquele contexto havia uma predominância de um feminismo branco no meio rural nacionalmente, o que provocava a cisão entre mulheres brancas e negras. Contudo, julga que houve avanços nessa problemática.

O que quero dizer é que eu vejo o crescimento do feminismo para melhor porque o feminismo de antes existia muito a luta do feminismo branco. Eu considero que exista uma certa polêmica entre a mulher branca e a negra, era uma luta um pouco separada. Quando a gente chegou nos anos 80 e 90 com a Ilda para ser candidata na CONTAG, e quando chegamos encontramos a Aparecida do Rio Grande do Sul. E a gente viu que a pauta de discussão de Aparecida não definia muito a nossa pauta. Foi quando a gente pensou que deveríamos passar uma nordestina para dentro da CONTAG. E isso foi uma luta danada, lembro que eu e a Lucinha a gente batia porta a porta até virarmos esse quadro, elas tinham toda certeza que o nome dela passava e quem passou foi a Ilda. Acho que foi um avanço muito bom. Não sei se você percebe, mas a pauta do sul as vezes não representa muito o Nordeste. Até hoje quando você busca a forma a gente é vista como quem não sabe nada, não tem muita inteligência, não avançou. Quando a gente levou o Nordeste para dentro da CONTAG foi um grande avanço feminista também. Eu chego arrepio quando falo

desses momentos. Eu e Ilda fomos conversando isso no ônibus e nos enchemos de orgulho mesmo, melhorando a pauta, e o Sul olhando a gente de igual para igual. Nosso projeto é também a questão da diversidade, das opções, o debate da diversidade avançou mais quando os movimentos como a Marcha Mundial cresceu, o Nordeste cresceu, as redes, tudo foi aumentando mais, as pautas melhoraram. Por que antes era uma pauta, exemplo, a pauta da mulher dentro do STR não era uma pauta de todos os movimentos, não todas claro, mas a gente sabe que existem mulheres nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais que não são feministas, para não dizer machistas. Tenho certeza que dentro dos sindicatos várias mulheres não são feministas (Josefa).

Por isso, o esforço é de construir um processo de reconfiguração do movimento feminista, o que impõe novos desafios de articulação política e elaboração teórica, em uma (re)qualificação do feminismo a partir do ponto de vista das trabalhadoras rurais (Vieira e Santos, 2014). É nesse processo reflexivo sobre suas realidades e as expressões do machismo que Ilda nos conta como foi o caminho de compreender o movimento feminista em conjunto com suas companheiras:

O Movimento feminista, não sei se você sabe dessa história, mas na zona rural quando se falava em movimento feminista, era mulher que batia em homem, mulher que não sei o quê... e a gente sabe que não é isso né. E hoje o movimento me ensinou que não é isso e aí eu faço meu papel, para ensinar outras mulheres a enfrentar. Porque assim, se eu tivesse uma consciência bem pequenininha do feminismo, quando eu morava com um homem, quando eu morava com o pai dos meus filhos, eu não tinha passado por tanta coisa que eu passei, ao mesmo tempo, eu me considero que eu fui uma feminista deixando ele. Apanhei, é porque eu tinha 4 filhos...apanhei, apanhei, mas, depois eu deixei, deixei de gostar dele, e aí eu decidi que eu gostava de mim, eu acho que isso tem a ver como feminismo também. Hoje, eu faço essa reflexão. E aí, a questão do feminismo também, é a gente ter coragem de enfrentar qualquer um (Ilda).

Percebe-se no conteúdo analisado que o estereótipo do que é ser feminista, construído até pelas próprias feministas brancas e de classe média e alta, com características que colocam critérios como a intelectualidade, afastaram as mulheres rurais. Mas é a partir do conteúdo feminista que direcionaram nas formações dando significado a partir das suas vidas e território, identificando diferenças da realidade rural/urbana, que perceberam que suas atuações já eram direcionadas pelo feminismo e não sabiam.

Santana e Araújo (2017) nos contam que na elaboração teórica, no processo do aprender ensinando da pedagogia feminista rural desenvolvida pelas mulheres organizadas no MMTR-NE, é possível identificar um sincero e profundo compromisso entre teoria e prática. Na mesma medida em que essa pedagogia é entendida como escolha de vida, como tomada de decisão, sendo construída por essas sujeitas em espaços que proporcionam um ambiente seguro onde se busca refletir sobre as opressões que elas vivenciam.

Essa reflexão partilhada tem possibilitado o fortalecimento e a autonomia das mulheres sobre suas próprias vidas, transformando as relações nas famílias, na comunidade e nos vários espaços que elas vêm ocupando. A partir dessas partilhas, as mulheres se apropriam dos seus direitos e se inserem nos diversos espaços – dentro e fora da casa/comunidade – sendo visíveis as transformações que acontecem no conjunto da sociedade. Os modos de vida, de relação e de produção passam a adquirir outras perspectivas, numa lógica de organização da vida pautada pelo respeito às diferenças, à natureza, à socialização dos bens comuns e ao enfrentamento às diversas formas de violência e dominação. É da resistência histórica das mulheres que se cria a reorganização da vida e do mundo (Araújo e Santana, p. 5, 2017).

A auto-organização no “nós por nós” é fundamento do MMTR-NE e orienta as características de um feminismo colocado em pauta por essas mulheres, que contribui para a politização da luta contra as expressões do patriarcado, como a violência doméstica, por exemplo, enfrentando todas as dificuldades de trazer a mulher da vida privada, dos afazeres domésticos, para a vida pública (Araújo e Santana, 2017). A nossa entrevistada Elizete, ao analisar a importância da formação para as mulheres do movimento, lembra também dessa dificuldade apontada pelas autoras:

A importância da formação é isso, é você estar nesses espaços da decisão política, mas com uma certa qualidade no falar né, no exigir, no cobrar. E a formação tem um papel fundamental nisso, de trazer conhecimento para cada uma de nós, desde que a gente queira, a gente tem como nos preparar para estar nesse lugar através de processo formativo. E tem um outro lado também que é tirar a mulher de dentro da sua casa, é um grande desafio, acho que o desafio maior que a gente tem não é nem da mulher vir pra esses espaços, porque quando ela cria coragem e ela se acha pertencendo àquilo ela vem e dá conta do recado. Mas o desafio maior é tirar a mulher do âmbito doméstico, olha, essa é uma dificuldade (Elizete).

Como podemos observar, as reivindicações e formações das militantes rurais, perpassam a vida objetiva imediata, como o acesso a creches, ao fornecimento de água e acesso à terra, o que contribui para o sentido de pertencimento, na medida em que suas histórias têm traços e demandas em comuns, experienciando a luta a partir dos seus lugares sociais, na busca por alterar suas relações sociais, inclusive ao problematizarem o lugar que ocupam em suas famílias e a necessidade em ocupar o espaço público.

Para nós, a auto-organização das mulheres é um dos princípios do feminismo popular e uma ferramenta fundamental para garantir o protagonismo das mulheres, trazer a força de sua agenda política e enfrentar as desigualdades sociais. E o desafio de avançar no processo de auto-organização no meio rural é especialmente difícil, pois as mulheres vivem sob as marcas de relações patriarcais, que determinam que os homens devem decidir sobre a vida, a renda e os desejos da família. Por isso se faz urgente pautar a divisão justa do trabalho em todos os espaços (Carta MMTR, 2016, p.1).

A diversidade das mulheres rurais organizadas no MMTR-PE e suas demandas que forjam os processos formativos que elas constroem em espaços onde identificam as estratégias de luta que reverberam nas transformações da realidade rural cotidiana. A entrevistada Ana Paula reflete sobre esse caminho que observa e contribui reconhecendo a pluralidade de experiências que há entre essas sujeitas que conflui em um horizonte político em comum pelos direitos das mulheres.

Eu fico observando e penso que o movimento é um grande aprendizado para todas as mulheres, claro que para algumas ele se dá mais na estratégia de enfrentar as violências sofridas, noutras se dá a questão a agroecologia, na produção sem veneno, mas harmônica com a natureza, e outras com essa questão de descobrir essa vertente política que são os feminismos, de se reafirmar, de se reconhecer no espaço da luta política pelos direitos das mulheres. Eu vejo que não tem uma fórmula, nem um único caminho para a experiência das mulheres dentro do movimento. São diversas, se você falar com cem mulheres que fazem parte do movimento serão cem experiências diferentes (Ana Paula).

Isso por que, como reflete bell hooks (2017), mulher negra e lésbica, pertencente a um grupo historicamente marginalizado, a teoria nasce do concreto no esforço para compreender as experiências do cotidiano e interceder de forma crítica na vida das mulheres. A base da teorização de uma teoria feminista libertadora é a experiência pessoal e o testemunho das sujeitas, que se apresentam como um campo fértil na produção de conhecimento. É no trabalho de resolução das questões mais urgentes do dia a dia que a teorização crítica forma e capacita para alterar a realidade por meio de uma conversão à prática feminista.

E é para essa resolução de questões urgentes que aponta a autora, que a nossa entrevistada Elizete nos revela sobre a principal intencionalidade que percebe nos processos formativos. Preparar as mulheres rurais para estarem os espaços de poder, nos locais de formulações de políticas públicas, onde elas devem ocupar:

A importância da formação é isso, é você estar nesses espaços da decisão política, mas com uma certa qualidade no falar né, no exigir, no cobrar. E a formação tem um papel fundamental nisso, de trazer conhecimento para cada uma de nós, desde que a gente queira, a gente tem como nos preparar para estar nesse lugar através de processo formativo (Elizete).

A gente hoje tem um avanço muito grande dentro do Movimento, porque são 36 anos de formação, quando a gente foi logo fundado [...]. E, isso foi dando resultado, junto com as formações do Programa de formação de educadoras e o Programa de formação de liderança, que era das diretoras que entravam dentro no Movimento, das novas diretoras e das velhas também, porque como a gente tem 3 anos e mais uma reeleição de 3 anos aí é um fluxo que entra muito de liderança. E a gente também nesse Programa de formação de liderança, entravam as diretoras e as lideranças que tinha dentro das comunidades, para já se prepararem para assumir a próxima direção do Movimento. Isso foi um salto de qualidade muito grande na vida do Movimento em relação ao despertar das mulheres rurais para o lugar que a gente precisa estar, que é o espaço de poder. Porque só quem pode falar pela gente

é a gente. Hoje eu disse ao secretário da Ministra da Saúde “eu não quero que ninguém fale por mim (Elizete).

Ninguém pode, só quem pode falar por mim sou eu, né, então a gente precisa estar nesses lugares de poder, porque é um lugar de poder, né? Um lugar onde você está discutindo, propondo políticas públicas é um lugar de poder e de muita queda de braço, mas a gente precisa estar nesses lugares e ser visível e ter a visibilidade política da gente respeitada e garantida. Isso tem sido uma luta muito grande, não só no espaço externo, mas no espaço interno, porque as mulheres muitas vezes dizem assim, Pâmela, “eu não vou porque eu não tenho condições, eu não tenho qualificações, eu não tenho leitura para estar ali”. Porque você chega num espaço desse é tanto doutor, tanto mestrado, é tanto certificado, tanto diploma, é tanto anel que é capaz de chegar na ponta da unha, a gente precisa dizer “você, mais do que ninguém, tem o direito de estar ali, independente de você saber ler ou não, você sabe dizer o que você quer” (Elizete).

Carneiro (2020) aponta que a relevância da história de vida e as experiências das mulheres foi um dos pontos discutidos como mais importantes para a construção de seus saberes nos movimentos feministas da década de 1970. Momento em que muitas feministas se aproximam da análise marxista para compreender como as contribuições do pensamento de Marx poderiam confluir para desvelar a conexão entre as consequências na produção do conhecimento em face à relação desigual estrutural entre homens e mulheres. Logo, o caminho que as feministas traçaram nesse momento, foi o de reivindicar o necessário reconhecimento da importância do ponto de vista dos/as sujeitos/as que tiveram suas vivências marginalizadas no desenvolvimento do conhecimento científico. No mesmo passo, essas feministas apontavam o perigo de um automatismo que leva ao erro de determinar que certos corpos restritivamente produziram determinadas formulações, próprio do que denunciavam ser fruto de uma construção do saber etnocêntrica.

Com suas proposições, as epistemologias feministas provocam sobre a importância das experiências de vida na produção de saberes, nas questões problemas, na formulação de hipóteses e na escolha de metodologias (Carneiro, 2020). Na teoria, esta que só é realizada para o povo quando há a consumação de suas necessidades. Um permanente movimento de articulação das experiências e da produção de saber tendo como intencionalidade ultrapassar a consciência ingênua, só é possível orientada pela práxis revolucionária (Vásquez, 2011).

A busca pela transformação da realidade e a partilha da produção de conhecimento formam o centro da construção das formações do MMTR-NE. Como apontado anteriormente, a atuação política dessas mulheres é orientada por um processo dialético entre teoria e prática que busca a construção de um feminismo popular rural.

Uma conceituação definida a partir das conclusões das mulheres nos módulos⁶⁴ da formação da Escola de Educadoras Feminista do MMTR-NE que é compreendida na relação de contextualização da região em que atuam enquanto espaço geográfico e social, o nordeste rural, que se constrói na experiência dos povos nordestinos.

Sendo assim, o que as diferencia enquanto mulheres e que informa os significados de ser e de se construir como trabalhadoras rurais são as experiências no território nordestino que determina condições de vida e a afirmação de suas identidades, historicamente subjugadas e subalternizadas, ponto em que se afirma a diferença e se elucida o feminismo rural (Vieira, 2014).

Afirma-se, assim, o feminismo como um escopo não homogêneo, mas um campo discursivo e de ação em que há diferentes perspectivas de atuação, em que as mulheres nordestinas se inserem com aproximações e críticas diante do debate feminista mais hegemônico. Constrói-se, portanto, a síntese desse processo a partir da experiência de vida das próprias mulheres, protagonizando a condução de suas lutas, na busca por reconhecimento e visibilidade (Vieira, 2014).

Em entrevista realizada para Raquel Lindoso (2021), histórica militante do MMTR-NE, Verônica Santana compartilha sua vivência rural atravessada por desigualdades entre homens e mulheres e as violências de gênero que desde sua tenra idade já a incomodava, “quando você sofria uma violência, a família obrigava o violentador a casar com você e você ia ter que viver o resto da sua vida com a pessoa que lhe violentou. Já pensou o que é isso? Um negócio terrível!” (Lindoso, 2021, p.4).

Verônica compartilha ainda sobre as pressões no assentamento rural em que vivia para que todas incorporassem o que seria “ser mulher”. Suas indignações e desejo de transformar essas relações, a aproximou, em um contexto de luta pela terra no assentamento da reforma agrária em Santa Luzia do Itanhyl-SE, do feminismo. Lidou com problemáticas que posteriormente a conformou como uma intelectual-militante do feminismo rural, na medida em que “depois eu vou entender e vou trazer isso para a minha militância, ou seja, entender que o feminismo vai dar as condições e as ferramentas de desconstrução dessas desigualdades” (Lindoso, 2021, p.4).

⁶⁴ A Escola se estrutura em quatro módulos que devem ser realizados nas microrregiões de atuação do movimento, sendo: Acolhimento e História do Brasil; Sociologia e Ciência Política: Classes e Movimentos Sociais; Economia Feminista e Agroecologia; e, Auto-organização das Mulheres e Feminismo Rural. Para mais informações sobre essa experiência indico a dissertação de Iasmim de Araújo Vieira, intitulada *A Estrada da Sabedoria: a produção de conhecimento no interior do movimento da mulher trabalhadora rural do Nordeste*, de 2017.

Então, eu sempre participei de movimentos de igreja, partido político e assentamentos. Mas, qual é a questão? Nessas organizações se discutia essa perspectiva de gênero como uma coisa, assim, muito técnica: gênero é isso, homem é isso, mulher é isso... Essas diferenças, essas desigualdades são sociais... Nessa perspectiva, que ainda hoje em muitos lugares e muitos movimentos se discute, mas não tinha uma formação feminista. Você entender que existem essas diferenças, existem essas construções, mas, como é que você desvenda isso? Como é que você desconstrói? (Lindoso, 2021, p.3).

Eu tenho um contato com o feminismo dentro do movimento e fora do movimento, mas é de uma forma que é meio difícil de falar (mas eu vou tentar falar). É como se o feminismo fosse uma coisa muito longe da nossa vida. É como se, para você ser feminista, você tem que acessar uma série de conhecimentos, sabe? Então, é o feminismo de uma mulher muito sabida falando para outras mulheres não tão sabidas, que somos nós (agricultoras). Aí, quando a gente olha para essa mulher, a gente não se enxerga nela e a gente tem dificuldade de se assumir como feminista (Lindoso, 2021, p.3).

Militante do MMTR-NE Valquíria dos Santos, em conjunto com Iasmim Vieira (2014), ressalta que há a ideia de que movimentos feministas organizados a partir de suas especificidades geram um possível enfraquecimento da luta feminista e da luta socialista, na medida em que criariam repartições. Mas, o movimento considera que nas diferenças é preciso se fortalecer, buscando construir um trabalho coletivo em que não haja ocultamentos. Discussão antiga nos grupos políticos de esquerda que a todo momento necessita ser pautada e problematizada para o avanço da luta da classe trabalhadora, é reivindicada pela importante organização popular Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOV-Via Campesina).

El feminismo campesino y popular entiende que existe una relación imbricada y estructural entre el sistema capitalista, el patriarcado y el racismo, existe una unidad dialéctica entre las subestructuras básicas del poder de la sociedad capitalista: clase, género, raza/etnia, comprendido en esta última a los pueblos originarios, en la cual estas categorías están orgánicamente integradas y afectan a mujeres y hombres de la clase trabajadora (CLOC/LVC, 2018)⁶⁵.

Mariz (2021) ao analisar a produção de bell hooks (1984) destaca que essa autora já apontava em sua época o erro de pensadores políticos de esquerda como Franz Fanon, Albert Memmi, Paulo Freire e Aimé Césaire. Nas elaborações desses importantes intelectuais faltava a consciência da inter-relação entre as diferentes formas de opressão. Eles, que tiveram grandes contribuições no debate do racismo, classismo e colonização, desconsideraram a opressão sexista e definiram a liberdade de maneira que aparenta que apenas os “homens” oprimidos é quem dela necessita.

⁶⁵ Documento de estudio em preparación hacia la VI Asamblea Continental de Mujeres de la CLOC/LCV. Elaborado colectivamente por la Articulación de Mujeres de la CLOC/LCV, em junho de 2018.

A necessária decolonização do poder e do saber traz abordagens dos estudos decoloniais que colocam questões à teoria feminista, em relação às interpretações feitas no interior do feminismo negro, lésbico e indígena ao considerar que a enunciação tem um lugar de origem. Isso implica compreender de forma crítica a produção de conhecimento científico, considerando a geopolítica da dominação e suas múltiplas faces, em uma perspectiva que vem ao encontro de uma epistemologia feminista (Silva, 2016). Esse processo serve, então, como estratégia contra hegemônica, que problematiza e questiona relações de poder existentes nos moldes formais de produção de conhecimento, moldes que privilegiam um tipo de saber, inviabilizando a pluralidade de saberes e com isso os sujeitos sociais.

Tornar visível a sujeita “mulher”, que historicamente foi rejeitada no cenário político, é um dos grandes desafios dos movimentos feministas, que desde o século XX objetivam desvinculá-la do que foi designado à sua existência, a esfera do privado, ou seja, da invisibilidade. Essa invisibilidade também ocorre em relação aos saberes construídos pelas mulheres, principalmente as trabalhadoras rurais. Dessa forma, elas questionam os espaços que sustentam relações desiguais, por reforçar o processo de invisibilização de suas existências e de suas produções de conhecimento.

Gaspareto (2018), na discussão realizada em sua tese de doutorado⁶⁶ sobre as práticas das militantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) na construção de uma epistemologia feminista camponesa a partir do Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças, afirma que está em curso um processo histórico em relação à construção epistemológica nascida nas experiências dos territórios, dos movimentos populares, de outras formas de criar e produzir conhecimento como forma de resistência à ideia de ciência única.

Como ato político e práticas sociais em elaboração na sociedade, a construção de saberes populares, perpassada historicamente por conflitos entre os saberes possuídos pelas trabalhadoras em relação com os diversos saberes, acadêmicos ou não, com que são confrontadas, se baseia nas relações sociais e econômicas do mercado capitalista, assim como por suas vivências de militância. Esse processo que emerge de outras racionalidades vai sendo visualizado sem desconsiderar, contudo, que nos territórios há luta de classes. Há tensionamentos na concepção de pensamento universal, que vem da África, Ásia, da América Latina, onde se constrói outras perspectivas epistemológicas (Gaspareto, 2018).

⁶⁶ Tese intitulada *Semeadura da Pedagogia: a construção de saberes pelo movimento de mulheres camponesas no Programa de Sementes Crioulas*, de 2018.

Nossa companheira Dora reconhece a importância de espaços de produção de conhecimento como a universidade e avalia que tem observado avanços nessa instituição quanto à proximidade com o conhecimento popular que é construído no território rural.

Há muitas teorias que estão nos campos universitários, mas também...é isso mesmo, as universidades estão mais próximas do mundo rural, estão se chegando mais, o que a gente precisa é disso, nós temos que entrar com nossa vivência, mas também não podemos condenar a academia, os textos acadêmicos, mas nós temos que colocar lá dentro o nosso jeito de falar, o nosso jeito de pensar. Eu fiz várias falas, mas hoje não faço mais, já fiz pelo mundo aí fora, e uma das falas que fez a gente foi dentro do projeto de formação das educadoras (Dora).

A racionalidade das mulheres do campo vem de suas experiências elaboradas no decorrer de suas práticas sociais, mas não circunscrevendo somente nos dados empíricos o sentido da experiência feminista/feminino. Dessa forma, compreendida por Gaspareto (2018), como outra racionalidade que orienta outra perspectiva epistemológica baseada em suas formulações dos valores que são construídos na práxis, nas vivências das lutas populares e feministas. Assim como suas concepções de mundo e nas diferentes estratégias de pensar a superação de desigualdades. Outra perspectiva epistemológica é construída na medida em que se desenvolvem outros e novos saberes tecidos nas forças sociais e políticas que resistem a um processo de homogeneização próprio de relações capitalistas de produção. Como demonstra o depoimento de Verônica Santana em entrevista para Lindôso:

A gente tem um jeito diferente de viver, de interpretar o feminismo, e a partir do nosso viver vamos aprofundando nossas referências e discussões. A gente vai também desmistificando muita coisa desse feminismo acadêmico, a partir, também, da nossa experiência de formação da Escola feminista. A gente vai ampliando a discussão do que é, por exemplo, ser uma mulher lésbica e nascer no rural. Enfim, a gente vai trazendo isso para a nossa vivência e a partir disso que a gente constrói o feminismo (Lindôso, 2021, p.4).

Essa construção de um feminismo rural, em um processo dialético, que Verônica Santana pontua que as mulheres do MMTR-NE realizam mediações que apontam para questões como o modo de produção dos alimentos na imbricada conexão com a terra, respeito à natureza e superação de desigualdades de gênero, pautando que “sem feminismo não há agroecologia”. Nas elaborações realizadas com e por elas “é crucial discutir com mulheres rurais o nosso modo de vida tem a ver com o espaço que a gente ocupa. Pensar a casa, e, especialmente, o que está além da casa, como, por exemplo, ao redor da casa (quintais), o meio ambiente e a questão da água” (Lindôso, 2021, p.5).

Com isso, constroem estratégias de formação para além dos espaços internos do movimento, com parcerias, por exemplo, com prefeituras de suas regiões, ocupando as escolas com o objetivo de acessar outras mulheres trabalhadoras rurais não organizadas no MMTR com temas sobre agroecologia, violência doméstica e feminismo. Como nos conta Ilda:

Aí, tem uma questão que é muito cara, né, é a gente ter acesso a essas mulheres, condições de ir até elas, porque uma coisa é eu estar discutindo na minha comunidade, né, com as mulheres da minha comunidade estar discutindo, mas, e as outras? E as outras comunidades? Outro dia eu estava discutindo a violência, a Lei Maria da Penha, lá em Casinhas, aí recebi o convite, "eu vou", aí quando chegou lá, foi promovido pela Prefeitura, a Prefeitura mobilizou, aí disse que tem que ser feito não só aqui, que quantas mulheres estão lá no meu lugar sem conseguir vir para a cidade. Outra coisa que eu estava falando a você, com relação ao Núcleo de Gênero, o pessoal do Núcleo, as professoras que fazem parte do Núcleo, elas em agosto fizeram uma atividade para eu discutir a questão da violência, e as professoras deixaram os alunos bem à vontade, "quem quiser participar, aí vocês fazem a inscrição". Mais de 70 alunos, mulheres e homens, se inscreveram para participar das atividades e, uma coisa boa que eu achei, era que eles estavam fazendo as intervenções em questão da violência, as escolas também precisam assumir essa discussão, já que fica difícil para nós estar se deslocando, se as escolas assumirem essa discussão, a própria criança, adolescente e jovem já vai se ligando no que é a violência, para não aceitarem e não provocarem a violência, para não aceitar e não provocar a violência (Ilda).

Assim como a parceria com o Instituto Federal de Pernambuco, como Josefa destaca:

[...] existe a equipe de formação que foi convidada, foi feito uma pauta e um trabalho virtual onde a pauta era sobre o feminismo, agroecologia, violência, tipo como escola de educadoras feminista, só que virtual. Também já chegamos até uma comunidade quilombola, que é uma parceria que está se abrindo (Josefa).

As formações eram dadas pelas próprias mulheres do movimento juntas com as professoras do IF para os alunos do IF. E como se constrói esses seminários: os seminários são para os estudantes, são facilitados também pelas parceiras do Movimento, a Elizete e a Ana Paula foram facilitadoras de mesa, como o Feminismo e Agroecologia. Nessas parcerias estão o Centro Nordestino, que teve seu debate. É um panorama diferente que o IF criou aqui no Pernambuco e que está fortalecendo as lutas e o olhar também, porque o aluno cria uma consciência diferente dos movimentos sociais, é um momento onde os alunos vão se fortalecendo com o conhecimento na prática do que é movimento social. E eu acho importante porque é uma maneira de luta que eu defendo também (Josefa).

O MMTR-NE manifesta a necessária articulação da agenda feminista rural à luta ampla da classe trabalhadora por um projeto de transformação da sociedade. Reivindica também direitos como: o acesso à documentação pessoal, aborto livre e seguro, políticas públicas para a agricultura familiar e o seu reconhecimento na América Latina para a necessária soberania alimentar e autonomia dos povos. Além disso, denunciam a

criminalização dos movimentos sociais, o retrocesso na regularização dos territórios e as problemáticas da venda de terras a estrangeiros (CARTA MMTR, 2016).

Indo de encontro com um feminismo que pode ser facilmente cooptado ao não se forjar como um movimento de massas que busca transformar a sociedade, mas somente colaborar com um pensamento feminista que serve apenas para educar indivíduos para mudar somente suas vidas. No capitalismo patriarcal e branco há indícios dessa cooptação a partir da mercantilização do conhecimento feminista, por pessoas que participam extraindo o produzido por movimentos sem se comprometer com uma prática política transformadora (bell hooks, 2017).

Destacamos nessa subseção as elaborações realizadas pelo movimento a partir de produções publicadas por militantes como Verônica Santana e Gabriela Araújo; a pontuação em torno da sistematização das ações registradas no livro “A Estrada da Sabedoria”; e o testemunho das entrevistadas que ratificam a centralidade da formação política para o movimento. Recorrendo a teóricas e teóricos, buscamos analisar a elaboração de seus saberes que ocorre em movimento e diálogo com as experiências dessas mulheres, que direcionam suas pautas de reivindicação que vão ao encontro do que a realidade convoca à organização crítica do que vai se aprendendo na materialidade dos processos de exploração e opressão. Buscamos também evidenciar a valorização da formação política feminista que essas sujeitas constroem como compromisso em aperfeiçoar a atuação política ao realizarem o necessário exercício da práxis.

Para isso, elas partem de suas experiências, construindo saberes que direcionam a atuação política na luta pelos direitos das mulheres em um constante processo reflexivo e de ação. O que implica a elas, como nos provoca bell hooks (2017), em acessar as suas dores e corajosamente expô-las, pois não há mulher que não sinta o sofrimento dos atravessamentos da opressão sexista na vida cotidiana, o que oferece novos elementos que guiam novas trajetórias teóricas ao feminismo.

Certamente, o debate sobre o feminismo rural fortemente reivindicado pelas mulheres do MMTR, precisa ser aprofundado. Trata-se de uma nova epistemologia na diversidade de perspectivas feministas? Vem enquanto desdobramento do debate do feminismo decolonial? Quais as repercussões na construção da luta? São questões que emergem nessa dissertação que apontam para a continuidade dos estudos.

4. O contexto contemporâneo da luta feminista do MMTR-PE.

Essa última seção está dividida em suas subseções e tem como intenção a análise do conteúdo das entrevistas diante de dois momentos históricos contemporâneos. Primeiramente são analisados os desafios e os enfrentamentos realizados pelas mulheres do MMTR-PE no contexto de pandemia e do avanço do conservadorismo e neoliberalismo sob comando de Jair Bolsonaro, resgatando fatos importantes dessa conjuntura política nacional. Na última subseção dessa dissertação analisamos o esperar desse novo arranjo político que iniciamos em 2023 com a eleição do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Nesse escopo procuramos sublinhar as contradições do seu projeto político frente às bandeiras de luta do movimento social objeto desse trabalho.

4.1 Contra-atacar para manter-se viva: a luta feminista rural por direitos no contexto da pandemia

Juntou a pandemia com o pandemônio. Para lascar a gente. A gente tem que ser forte, a gente vai conseguir (Ilda).

Na eleição presidencial de 2018, sentimos enquanto esquerda política a decorra nas urnas com a eleição do então candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro. As angústias e preocupações de outubro daquele ano, entre os contrários a esse político, demonstravam o temor do que estava por vir nos próximos quatro anos com um governo declaradamente LGBTfóbico, racista, sexista, anti-indígena. No entanto, não poderíamos prever que, além do governo do “pandemônio”, como nos disse a companheira Ilda, teríamos a intensificação da crise social e econômica com a crise sanitária da pandemia do vírus SARSCOV-19 que nos abateria no final de 2019.

Antecedeu a esse trágico momento o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e à população que a elegeu, arquitetado pela direita do país com o projeto de instalar por completo o neoliberalismo. Com o objetivo de tomar o Estado para responder exclusivamente aos interesses de uma classe dominante que no Brasil é fortemente representada por setores do agronegócio. Os ataques a essa presidenta durante o impeachment que a desapossou do cargo revelavam a marca sexista desse processo. Ela foi acusada durante seu exercício de ser dura com apontamentos de que deveria ser interdita por falta de condições mentais. Esta é uma forma clássica do machismo para deslegitimar as mulheres em diversas situações, ainda mais

quando nós estamos em lugar de poder com a intenção de ratificar que o lugar do feminino não é na esfera pública, mas na privada apenas restrita ao doméstico. Logo, não se observa a mesma conotação aos homens quando tomam a mesma postura que Dilma foi acusada, ao contrário, atribui-se a eles adjetivos que os enaltecem como alguém firme e assertivo.

Principalmente nas redes sociais, os ataques realizados a então presidenta evidenciaram o ódio contra as mulheres. Eles estavam quase sempre atravessados por ofensas em torno da sua condição de gênero com frases como “volta para a cozinha”; “volta a vender Avon”, entre outras. O mais emblemático desse contexto foram as figuras que circularam na internet com carros onde a imagem de Dilma foi colocada de pernas abertas na entrada do combustível. O impeachment de 2016 foi arquitetado para consolidar a agenda neoliberal na sua plenitude, pois os governos petistas com traços de conciliação e desenvolvimentismo apresentavam entraves para essa realização. Isto simbolizou também a perda de espaços públicos de poder para as mulheres ao derrubar a primeira presidenta eleita no país.

Já no início do golpe representado por Michel Temer, uma das primeiras medidas foi de acordo com o projeto de contrarreformas estruturais, com a aprovação da Emenda Constitucional 95, que congelou investimentos federais nos serviços públicos por 20 anos. Além da Reforma Trabalhista em 2017, Lei 13.467, que entre os retrocessos na sua proposta aprovada, permitia que lactantes e gestantes trabalhassem em ambientes insalubres, o que era vedado anteriormente. O direito da mulher trabalhadora de ser realocada em ambiente salubre nessa situação foi conquistado somente um ano antes com a Lei 13.287-2016 promulgada por Dilma Rousseff⁶⁷. Apenas em 2019, o Supremo Tribunal Federal considerou tal situação inconstitucional, ação esta que foi provocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos⁶⁸.

O período de sucessão do golpista Michel Temer que teve um governo com características burocrática e autoritária. Tinha como expectativa um regime economicamente neoliberal e politicamente fascista nominado por alguns como neofascismo. Com a liderança de Paulo Guedes, um economista radicalmente defensor do livre mercado associado ao projeto político ao grupo do capitão do exército da reserva, Jair Bolsonaro. Este prometeu

⁶⁷ Lei nº 13.287, de 11 de maio de 2016. **Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13287.htm Acesso em: 15 jan. 2024.

⁶⁸ Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=503809&ori=1#:~:text=Em%20maio%20de%202019%2C%20o,%C3%A0%20apresenta%C3%A7%C3%A3o%20de%20atestado%20m%C3%A9dico.> Acesso em: 15 jan. 2024.

apenas endossar a política econômica de Paulo Guedes, assumindo desconhecimento na área, mas comprometido com o neoliberalismo (Pompermaier, 2018).

Durante a campanha eleitoral, Jair Bolsonaro declarou que não aceitaria resultado contrário que não fosse a sua eleição ameaçando militarizar um golpe da direita que já tinha iniciado com Michel Temer. Utilizou de uma máquina de notícias falsas, conhecidas por *fake news* financiada por empresas apoiadoras⁶⁹. Entre as principais notícias estava a associação da imagem de Marielle Franco a uma organização criminosa; a suposta proximidade da apresentadora Fátima Bernardes com o homem acusado de ter esfaqueado o candidato; ataques à Manoela D’avila, que formava a chapa de oposição como vice de Fernando Haddad; a acusação de que o PT estaria distribuindo um ‘kit gay’ nas escolas, além de uma mamadeira em formato de pênis, que ficou conhecida como ‘mamadeira de piroca’ e, também uma dita promessa petista de que caberia ao Estado decidir a sexualidade de crianças⁷⁰.

Observemos o quanto essas notícias falsas que foram investidas pelo candidato para sua candidatura evidenciam a sua misoginia que dialoga com seu eleitorado. O que já era escancaradamente demonstrado anteriormente ao período eleitoral com discursos proferidos por ele, como por exemplo, a incitação ao estupro e à agressão física contra mulheres. Como quando discursou em plenário da Câmara, em 2014, contra a deputada petista Maria do Rosário: “você não merece ser estuprada”, reiterando a fala em seguida em uma entrevista, quando completou “é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria”⁷¹.

Nesse contexto, a resistência feminista contra a essa candidatura foi expressiva, entre as mobilizações, destacaram-se as realizadas pelas redes sociais pelo grupo “Mulheres contra B...”⁷² e a campanha #elenão – Mulheres contra o fascismo! Esta que se iniciou por essa hashtag se desdobrou em vídeos e atos públicos presenciais, como em setembro de 2018 em

⁶⁹ MELLO, Patrícia Campos. **Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp**: com contratos de R\$ 12 milhões, prática viola a lei por ser doação não declarada. Com contratos de R\$ 12 milhões, prática viola a lei por ser doação não declarada. 2018. Folha UOL. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contr-o-pt-pelo-whatsapp.shtml> . Acesso em: 11 jan. 2024.

⁷⁰ RODRIGUES, Cris. **Neste 1º de abril, lembre nove fake news que marcaram o cenário político do Brasil**: "mamadeira de piroca", apoiadora de Bolsonaro agredida e kit gay: as notícias falsas que mudaram os rumos do país. 2019. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/01/neste-1o-de-abril-relembre-nove-fake-news-que-marcaram-o-cenario-politico-do-brasil>. Acesso em: 17 jan. 2024.

⁷¹ SARDINHA, Edson. **STF rejeita recurso e confirma Bolsonaro como réu**. 2017. Congresso em foco UOL. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/stf-rejeita-recurso-e-confirma-bolsonaro-como-reu> Acesso em: 17 jan. 2024.

⁷² Alguns movimentos na época defendiam a ideia de não usar o nome de Jair Bolsonaro nas redes sócias como forma de não fortalecer o algoritmo.

114 cidades brasileiras, além de Nova York, Paris, Lisboa e Londres. Sendo apontada como a maior manifestação de mulheres na história do país por Célia Regina Jardim Pinto⁷³.

Após eleito, os ataques às mulheres continuaram. Inclusive, quando declarou preocupação com os empresários que as contratavam em idade fértil que, teoricamente, prejudicava os padrões quando elas entravam em licença-maternidade. Assim, logo no início do seu mandato, em maio de 2019, propôs dentro da Proposta de Emenda Constitucional 06/19 (modificou o sistema previdenciário ao virar Emenda Constitucional 103/2019) a extinção do texto que garante na Constituição Federal de 1988 o direito à maternidade e à gestante, buscando reduzir o prazo para o pedido⁷⁴. Nesse mesmo período, a apologia ao turismo sexual no Brasil foi evidente ao declarar “Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade”, quando se referiu a não concordar que o país deveria ser reconhecido como de um ‘turismo gay’⁷⁵. Nossa companheira Elizete avalia esse momento de transição do governo Temer (2016-2018) e o início do mandato de Jair Bolsonaro no que atingiu diretamente a militância.

Ó, no período Temer a gente ainda deu para levar, a gente ainda passou dois anos com bastante ação e bastante fortalecidas ainda. Meio fraca ainda por que a gente não esperava o que aconteceu [impeachment], fragilizou muito todos os movimentos e com a gente não foi diferente. Mas a gente ainda conseguiu fazer. Na época do governo Temer a gente ainda conseguiu fazer uma Caminhada das Mulheres Rurais, que foi uma coisa linda, nós conseguimos colocar 200 mulheres num espaço do Normandia, que é um espaço do MST, nós conseguimos fazer uma parceria com a Universidade de Natal/RN, através de Michela Calaça, e gente conseguiu recurso para fazer essa caminhada com as mulheres do MMTR, foi lindo e foi no governo Temer, a gente ainda tinha uma certa estabilidade. Agora, quando o “coisa ruim” entrou as portas se fecharam, se fecharam de um jeito que a gente não tinha para onde correr (Elizete).

A composição inicial dos ministérios foi coerente com a misoginia de Jair Bolsonaro, de 22 escolhidos para o cargo de ministro, apenas duas eram mulheres. Elas também estavam alinhadas à sua política de retrocesso aos/as trabalhadores/as. Sendo Tereza Cristina

⁷³ ROSSI, Amanda *et al.* #EleNãO: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. 2018. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-4570013>. Acesso em: 17 jan. 2024.

⁷⁴ GUIMARÃES, Juca. Governo quer tirar proteção às gestantes e reduzir prazo para o salário-maternidade: medidas propostas por gestão bolsonaro diminuem chances de ampliar a proteção social para mães trabalhadoras.. Brasil de Fato. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/29/governo-quer-tirar-protecao-as-gestantes-e-reduzir-prazo-para-o-salario-maternidade>. Acesso em: 17 jan. 2024.

⁷⁵ SUDRÉ, Lu. Apologia de Bolsonaro à exploração sexual de brasileiras é repudiada nacionalmente: entidades e governos estaduais criticam declaração do presidente e organizam campanhas contra o turismo sexual. Entidades e governos estaduais criticam declaração do presidente e organizam campanhas contra o turismo sexual. 2019. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/30/apologia-de-bolsonaro-a-exploracao-sexual-de-brasileiras-e-repudiada-nacionalmente>. Acesso em: 17 jan. 2024.

designada para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Ela era então deputada federal (DEM-MS) ligada ao agronegócio e conhecida como ‘a musa do veneno’. Deu início à ampliação do uso de agrotóxicos e à proposta do fim de multas aplicadas pelos órgãos responsáveis por fiscalizar crimes ambientais, restringindo suas atuações e incentivando o desmatamento e a mineração ilegal⁷⁶ em terras indígenas.

A segunda ministra desse quadro foi Damares Alves, para a pasta criada por Bolsonaro, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH). Ela iniciou o exercício de seu cargo declarando posição contrária quanto aos avanços nas discussões de gênero até o momento graças às lutas feministas. Afirmando de antemão que com sua atuação o país entraria em uma nova era onde “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”. Com isso, investindo no retrocesso aos direitos envolvendo a sexualidade, identidades de gênero e orientação sexual, que tiveram um avanço com o aumento do reconhecimento social e jurídico⁷⁷. Alinhando-se, assim, a Jair Bolsonaro no combate ao que essa gestão identificava “ideologia de gênero”.

Pastora, advogada, assessora parlamentar, ativista religiosa, declaradamente antifeminista, Damares Alves, ao assumir o MMFDH declarou que iria combater a ‘doutrinação ideológica’ e defendeu a ideia de que a vida começa no momento da concepção, se referindo à discussão que atravessa a defesa pela descriminalização do aborto. E, também, anunciou que “O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã”, completando ainda que todas as políticas durante seu exercício seriam desenhadas com base na família⁷⁸.

Vale lembrar que Damares já tinha uma base expressiva considerando a capilaridade da presença das igrejas evangélicas entre a população. Em 2014, palestrou em um evento repudiando um decreto editado em 2009 pelo governo Lula sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos. Esse decreto buscava a “desconstrução da heteronormatividade”, referindo à inclusão nos sistemas de informação das políticas públicas de todas as formas de família. Interpretado pela ministra como uma ameaça à família brasileira.

⁷⁶ SAMPAIO, Cristiane. "**Musa do veneno**" saiba quem é a ministra da Agricultura de Bolsonaro: líder da bancada ruralista, Tereza Cristina (DEM-MS) antecipou que agrotóxicos terão muito espaço em sua gestão. Líder da bancada ruralista, Tereza Cristina (DEM-MS) antecipou que agrotóxicos terão “muito espaço” em sua gestão. 2018. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/09/musa-do-veneno-saiba-quem-e-a-ministra-da-agricultura-de-bolsonaro> . Acesso em: 17 jan. 2024.

⁷⁷ GOMES, Mariângela Magalhães. **Entenda por que falas de Damares apontam piora na política para mulher**. 2019. Carta Capital. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/justica/entenda_falas_damares/. Acesso em: 17 jan. 2024.

⁷⁸ VIVAS, Fernanda. '**Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã**', diz Damares ao assumir Direitos Humanos. 2019. G1 Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/estado-e-laico-mas-esta-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damares-ao-assumir-direitos-humanos.ghtml>. Acesso em: 17 jan. 2024.

Emanuelle Rodrigues e Carolina Falcão (2021) ao analisarem os significantes dos discursos de Damares em um contexto nacional de racionalidade econômica e moralidade religiosa trazem de antemão um importante dado. A recorrente análise que associou a figura de Paulo Guedes (ministro da Economia) à racionalidade econômica do projeto bolsonarista neoliberal e Damares Alves o seu oposto. Alguém descrita como irracional por sua religiosidade e infantilidade. Um erro de análise que serve apenas para distrair os fundamentos da importância dessa mulher no governo de Bolsonaro que teve uma sofisticada atuação. Repetindo o mesmo erro, àqueles/àquelas que buscaram entender por que o bolsonarismo ganhou a eleição em 2018 apenas associando ao economista Guedes como central, ao lhe dar credibilidade a essa candidatura. Para Rodrigues e Falcão (2021), essas análises deixavam escapar a função daquela que viria a ocupar a pasta criada propriamente por esse governo.

Deste modo, a vinculação dessa ativista religiosa ao projeto de governo foi um investimento refinado para encorpar uma característica estruturante do atual neoliberalismo que é o aprofundamento da crise de reprodução social. Já que o cenário de intensificação das privatizações do serviço público, ao restringir os acessos a políticas como saúde e de alimentação, encontra no corpo feminino o locus para a transferência dessas responsabilidades de cuidado. Afinal, são as mulheres quem exercem tal função de forma não remunerada e obrigatória, incentivadas pelo reforço aos papéis historicamente atribuídos a elas. Diante da precária infraestrutura pública há a intensa responsabilização das famílias ao mesmo passo que se moralizar a crise da reprodução, afinal, os indivíduos são levados a acreditar cada vez mais que devem ser responsáveis exclusivamente pelo sustento de seus entes (Rodrigues e Falcão, 2021 *apud* Gago, 2020).

A partir dessa argumentação, entre outras, as autoras nos apresentam a tese de que os discursos de Damares Alves não são apenas pautas morais, mas sua atuação se forja com afinidades redefinidas que estruturam a ideologia neoliberal. O trabalho realizado pela ministra, ativista evangélica e com longa experiência jurídica e política com famílias, agenciou pautas que traduziram para além do conservadorismo, mas a unidade desse com o neoliberalismo. Em uma aliança neoliberal-conservadora é imperioso para a perpetuação da classe hegemonia a reprodução de valores cristãos a uma família de modelo pré-definido, heterossexual e monogâmica que confere a ela a plena responsabilidade da sobrevivência de seus filhos (Rodrigues e Falcão, 2021).

Aqueles e aquelas que não atribuíram a essa ministra a característica técnica tão comumente associada a homens como Guedes, como Rodrigues e Falcão (2021) analisaram,

não perceberam como a família no molde “tradicional” estrutura a ordem economia e social no capitalismo. Um modelo de família que delega a reprodução da vida social às mulheres, estruturada na divisão sexual do trabalho que busca alegar essas sujeitas historicamente da vida pública e dos espaços de poder.

Sobre a função das relações familiares e de gênero na acumulação capitalista Silvia Federici (2021) recorrendo e reconhecendo as contribuições de Marx em sua teoria social sobre o desenvolvimento desse sistema econômico, vai tecer uma importante crítica que demonstra que ele não estava à frente de seu tempo. Isso por que não considerou os desdobramentos que estavam ocorrendo em sua época que transformou a composição da classe trabalhadora com a constituição de uma nova família que criou o trabalho doméstico e a mulher como a responsável por uma área específica da produção capitalista.

Federici (2021) alerta a esquerda marxista que as relações familiares e de gênero têm um papel crucial e específico para o capitalismo na formação da subjetividade dos/as sujeitos/as e na formação da classe. Logo, a reprodução da força de trabalho e o trabalho doméstico das mulheres devem ser temas centrais para compreendermos como funciona a organização capitalista do trabalho. Para alcançar as necessidades de desenvolver as forças produtivas o capitalismo buscou desde seus primórdios, regular o corpo das mulheres, já que o trabalho reprodutivo não remunerado é a fonte da reprodução da força de trabalho e um fator determinante na criação do valor desta.

Compreendendo a centralidade do trabalho das mulheres para o desenvolvimento econômico e a necessidade de lutar contra um governo que prometia a intensificação da exploração da classe trabalhadora e grandes retrocessos de direitos, em 2019, elas marcharam para denunciar o que chamaram de política de morte. Em agosto desse ano, a Marcha das Margaridas reuniu 100 mil participantes reivindicando um país com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência denunciando, assim, o posicionamento de Jair Bolsonaro como autoritário e antidemocrático. Nessa edição, ao contrário de todas as outras, não houve entrega das reivindicações ao governo, indicando que não iriam realizar negociações com esse presidente⁷⁹. Nossa companheira Josefa avalia essa conjuntura e os retrocesso para a democracia, os movimentos sociais e as relações familiares:

Eu considero que esse desgoverno de quatro anos foi um fato inédito pior que o governo da época da ditadura. Existiam aqueles debates, aquelas lutas. A gente ia enquanto movimentos do sindicato, nós éramos recebidas pelo governo federal [se remetendo aos governos anteriores]. Em 2019 nós fizemos a Marcha e não fomos

⁷⁹ Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=marcha2019>. Acesso em: 17 jan. 2024.

recebidas pelo governo. Eu considero que o Brasil deu uma retroagida mais de 30 anos. É tão grave, nós estamos nos encontramos, que eu também faço parte que é a Fundação do Santuário das comunidades, é mais um movimento que faço parte, nós tivemos um debate sobre fatos e fakes, e percebemos que as fakes conseguiram desestrutura e fazer que a cabeça da pessoa pobre se criasse no imaginário de ricos, por exemplo os diálogos familiares mudou completamente, antes se tinha dois partidos que dava para dialogar, mas a partir daquele momento do pandemônio que eu não falo o nome, a gente chegou a um ponto de uma desestruturação familiar muito forte (Josefa).

Já a companheira Ana Paula lista diversos retrocessos desse governo realizando uma crítica muito importante sobre o fato das mulheres rurais mesmo antes desse período serem negligenciadas em um Estado de direitos historicamente.

Teve o esvaziamento do financiamento do PAA, que é o Programa de Aquisição de Alimentos, onde muitas mulheres conseguiam vender o excedente da sua produção. O esvaziamento do financiamento e da própria política para as mulheres no nível nacional, com uma ministra como a Damares Alves é impossível falar do direito das mulheres e direitos humanos. Eu acho que é isso e outras questões, a perseguição, a violência contra professores, contra defensores de direitos humanos, tanto que alguns saíram do país para preservar sua vida, tantos outros perderam sua vida de uma forma violenta, covarde e cruel. Eu fico pensando também, Pâmela, que quando a gente fala da perda dos direitos durante esses seis anos, eu gosto sempre de demarcar o seguinte, que nós não tínhamos tantos direitos assim, né. Por que parece que a gente estava nadando nos direitos, nós tínhamos alguns direitos mínimos, básicos, e eles foram removidos sem nenhum esforço. E o reflexo a gente tá vendo ainda, continua assim (Ana Paula).

Esse cenário político e social marcado por uma política de morte como descreveram as Margaridas foi tomado por uma crise sanitária causada pelo vírus SARSCOV-19 que se iniciou na China no final de 2019. A primeira morte provocada por esse vírus no Brasil evidenciou que as desigualdades de gênero e raça que marcariam expressivamente quem seria a população mais atingida. Demonstrando que não estávamos todos no “mesmo barco”, pois as populações mais pobres estavam mais expostas, sem acesso à renda, sendo forçadas a trabalhar mesmo com orientações de isolamento social em meio a condição precária de acesso à água e sabão para manter os protocolos de higiene para conter o vírus. Foi assim, que após ter contato com o vírus a partir da empregadora que veio de viagem da Itália, uma idosa, empregada doméstica, em 15 de março de 2020, foi a primeira vítima fatal no país⁸⁰.

⁸⁰ VIRISSIMO, Vivian. **Trabalhadora doméstica é a primeira vítima do coronavírus no estado do Rio:** Óbito aconteceu em Miguel Pereira, na região sul do estado; morte em Niterói ainda está sob análise. Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/19/trabalhadora-domestica-e-a-primeira-vitima-do-coronavirus-no-estado-do-rio>. Acesso em: 17 jan. 2024.

A condução da pandemia pelo governo de Jair Bolsonaro foi atravessada por negacionismo científico que teve uma crescente aceitação social desconstruindo argumentos racionais que perpassaram por diversas esferas como a ideia de terraplanismo, o desprezo das ciências humanas e sociais e até a reprovação do que ele chamou de ideologia de gênero. Esse negacionismo se expressou em adoção de medidas sem eficácia comprovada como o uso do medicamento Cloroquina, comumente usado para o tratamento de doenças hepáticas, fazendo oposição às recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Contrariando o isolamento social também recomendado pela OMS, o presidente estimulou atos públicos como os que ocorreram pedindo a volta da ditadura militar, momento em que Regina Duarte, já ex-secretária de Cultura, fazia declarações em rede nacional banalizando as mortes e tortura no regime ditatorial (Caponi, 2020). Em meio à falta de coordenação pelo governo federal das ações para combater à pandemia, medidas foram tomadas por alguns/mas governadores/as como o Consórcio Nordeste. O que Jair Bolsonaro interpretou, em maio de 2020, essa articulação dos estados como um “estado de guerra”, este seria contra àqueles/àquelas gestores/as que buscaram implementar políticas de isolamento social contrários às recomendações do presidente. Somente no mês de maio desse ano que o ministro da saúde, Henrique Mandetta, iniciava as primeiras medidas de controle do vírus, que levou, na sequência, a sua demissão do cargo.

A argumentação presidencial era que o país precisava garantir a econômica em meio a uma pandemia, investindo em estratégia como o negacionismo para cumprir rigorosamente as exigências do neoliberalismo. Mas como seria possível ter conquistas econômicas em meio a um cenário de mortes? Em maio de 2020, chegávamos a 1.100 mortes e as notícias anunciavam 1900 novas covas prontas para receber mais cadáveres, em meio ao estímulo do governo federal a todos saírem de casa para reerguer a economia. Nesse mesmo mês, foi apresentada uma denúncia contra o presidente por violações aos direitos humanos à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). Ao mesmo tempo em que lideranças de direitos humanos denunciavam a falta de acesso à renda, alimentação, e a desproteção à agricultura familiar (Caponi, 2020).

Três anos após o início da pandemia no Brasil, 700,239 mil pessoas morreram contaminadas pelo vírus com 37,2 milhões de casos registrado, contabilizados até março de 2023. Mesmo sendo um país com enorme potencial de sucesso no controle da pandemia pela existência de um dos maiores Sistema Universal de Saúde (SUS) público do mundo, os

índices colocaram o país como o segundo com maior número de mortes, atrás apenas dos EUA⁸¹.

Porém, com a sobrecarga do sistema, o histórico desfinanciamento e a falta de gestão do governo federal, se chegou ao ponto de escolher qual vida era mais importante de ser salva. Caponi (2020) nos diz que questões que antecederam a pandemia ressurgiram com muita força como a banalização das decisões sobre quem morre ou vive, alimentadas com o argumento da urgência. Como o direcionamento de privilegiar as pessoas mais jovens em caso de falta de respiradores trata-se uma visão simplista e utilitarista na medida em que se buscava alcançar o maior número de pessoas e o maior benefício. Situação que nossa entrevistada Josefa vivenciou:

E olha que eu tenho um olhar de me cuidar com produtos naturais, não sou viciada em alopátia, e isso me ajudou muito porque quando eu tinha um ataque que chegava nos hospitais, os médicos pareciam que eram anjos, sabe. Teve umas duas vezes que eles olhavam para mim e falavam “a senhora não está com febre não”, e eu me queimando de febre entendia a mensagem dele, que era para eu não dizer que estava e não insistir em me internar porque a escolha dentro dos hospitais era o seguinte: entre em cuidar de um jovem e uma idosa a escolha era o jovem. Eu captava a mensagem do médico de vinha embora para casa mergulhar nos remédios caseiros (Josefa).

Nesse cenário de mortes provocadas pelo vírus da COVID, mas intensificado pela política de Jair Bolsonaro brevemente exposta, as mulheres no MMTR-PE reorganizaram as estratégias de luta frente a um contexto inusitado à população mundial. Elas, que fazem parte da população mais vulnerável à contaminação e aos retrocessos de direitos e falta de aporte governamental, vivenciaram diversas expressões dessa violência promovida por um Estado neoliberal, como nos explica a companheira Ana Paula:

Os desafios foram enormes, desde a insegurança, da vulnerabilidade financeira e econômica, a exposição das mulheres rurais, a insegurança alimentar, a violência, todas as formas, durante a pandemia foi um dos piores momentos da história para as mulheres rurais por que, tecnicamente, as mulheres rurais já estão um pouco distantes uma das outras, umas mais e outras menos, daí com o afastamento, a proibição de ir para a rua, de conseguir ter uma vida social. Ou seja, uma reunião no sindicato, uma reunião na associação comunitária, ou ao menos ir para a feira, fazer uma feira, conversar com alguém. Foi um momento muito difícil, né. Mas eu penso também que além dessas questões foi um período muito adoeecedor. Nós temos dentro do nosso próprio movimento relatos de depressão, relatos de isolamentos, muito triste (Ana Paula).

A violência contra as mulheres tem diversas expressões ao longo da história do capitalismo, sendo o Estado ator principal nessa promoção que deve ser destacado. Na atual

⁸¹ CARMO, Wendal. COVID-19: Três anos após a primeira morte, Brasil alcança a marca de 700 mil mortes. Carta Capital, 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/covid-19-tres-anos-apos-primeira-morte-brasil-alcanca-a-marca-de-700-mil-mortes-pela-doenca/>. Acesso em: 17 jan. 2024.

conformação do capitalismo, como nos explica Silvia Federici (2019), a violência também é intrínseca à globalização da economia, esta interpretada como a recolonização em nossos tempos. Um processo político que investe na intensa entrega ao capital o controle incontestável sobre a riqueza natural e o trabalho humano que não pode alcançar plenamente o seu sucesso sem golpear as mulheres que são diretamente encarregadas pela reprodução de suas comunidades.

Tudo isso, faz com que presenciemos de forma mais intensa a violência contra essas sujeitas na América Latina assim como a Ásia subsaariana e Sudeste Asiático são regiões onde a luta anticolonial tem sido forte. Ricas em recursos naturais, elas estão nos radares dos especuladores comerciais do mundo, que para ter sucesso em suas investidas precisam realizar novos cerceamentos para preparar o terreno e se apropriarem de terras ancestrais (Federici,2019).

Ampliando o entendimento de violência contra as mulheres, é importante destacar que ela está presente nas políticas econômicas e sociais, assim como na mercantilização da reprodução. Sendo a pobreza, a falta de acesso à renda, a serviços público, a precarização das condições de trabalho, a falta de suporte médico para aborto também compõe as suas expressões (Federici, 2019). Assim, todas essas formas de violência de Estado perpassam a vida das mulheres no Brasil, inclusive, enquanto ao acesso à educação durante a pandemia que ficou ainda mais precarizado. Além do restrito acesso à rede de internet na área rural reforçando a realidade de desigualdades: “Por exemplo, no período da pandemia, era um celular para 2 ou 3 crianças assistir aula. Aí foi muito prejuízo, claro, quando a criança é prejudicada, nós mães somos também, né?” (Ilda).

Como nos conta Josefa, assim como a falta de acesso das crianças à educação, a escassez de recursos financeiros nas famílias fez com que o índice de abandono escolar aumentasse:

A gente percebeu que o grande índice de meninas jovens que entraram na vida de casamento aumentou também, o aumento do uso do álcool, então a pandemia ela veio trazendo uma série de prejuízos, principalmente para aquelas meninas, porque aquela questão as meninas em casa para ajudar a mãe e menina ir trabalhar. Fizemos umas visitas em algumas regiões onde nós percebemos o aumento no índice de depressão. Meninas que se deslocavam quase 12km para ter sinal para pegar os deveres de casa e isso um aparelho só para dois três irmãos (Josefa).

Diante dessa realidade, as mulheres organizadas no MMTR-PE desenvolveram um projeto com o Fundo Malala durante 15 meses em quatro municípios de Pernambuco, que teve como proposta acompanhar as meninas da área rural no acesso à educação durante a

pandemia. “Foi um processo muito rico, porque a gente mexeu com as famílias, com as meninas, com a escola, com as comunidades rurais, com os sindicatos e associações. Foi muito lindo também” (Ana Paula). Já Josefa nos informa que para executar o projeto realizaram debates, visitas e criaram comitês reunindo Conselho Tutelar, CRAS, Coordenadoria da Mulher e Secretaria de Ação Social. Além disso, ela também nos conta sobre os desafios:

E quais foram os desafios que a gente constatou? Primeiro, a grande evasão escolar, isso foi dentro da pandemia, no auge nós ficamos prejudicados e não conseguimos fazer visitas, mas existiam as mulheres meio teimosas que iam assim mesmo e conseguimos fazer um trabalho meio híbrido parte presencial e parte online. E onde foi que nós constatamos as perdas, casa com quatro estudantes em só um aparelho telefone, enquanto isso o cara [Bolsonaro] ia lá e dizia que cada casa tinha três Iphones. Regiões onde nem se quer tinha internet para ao menos as meninas terem acesso às aulas, isso foi uma grande perda. Na grande crise por conta da pandemia, tinham meninas que saíam para trabalhar para ajudar nas contas da casa, várias meninas não voltaram à escola (Josefa).

Podemos perceber que frente a diversas dificuldades desse cenário, as mulheres mantiveram a mobilização em torno das demandas que se apresentavam em seus territórios, a partir de projetos como esse. Em meio às questões de saúde mental que as afligiam em um contexto de medo de contaminação, de insegurança alimentar, mortes de entes queridos e violência doméstica, elas perceberam esse espaço também como potencial para formar uma rede de solidariedade e garantir a vida das mulheres.

E a felicidade que nesse período a gente tinha um projeto no estado do Fundo Malala. Esse projeto garantia a gente fazer algumas atividades, mas como nós estávamos no período da pandemia, a gente fez muita coisa online, e uma das coisas que a gente fazia era colocar crédito no celular umas das outras. Aquelas que não tinha o celular a gente conseguiu comprar através do Projeto, e dar celular a elas com crédito, para a gente se reunir e conversar. Porque foi um período de muita fragilidade e muita depressão, não só para mim, mas para todas elas. Porque a gente não saía de casa para canto nenhum, e quem estava dentro do sítio não podia vir na rua, e quem estava na rua não podia ir no sítio. Isso foi muito difícil e a gente só ouvia relatos de mulheres que haviam se suicidado, que estavam em depressão e a gente começou a se preocupar com a situação das mulheres que era do movimento. Esse dinheiro do projeto Fundo Malala a gente conseguiu fazer uma espécie de tratamento com uma psicóloga, ela fez dois meses de oficina com a gente de autocuidado, isso teve um papel fundamental nesse período (Elizete).

Já a companheira Ilda nos explica um pouco sobre o funcionamento do Projeto Malala, mas, principalmente, nos revela o potencial desse espaço a interação entre gerações etárias e as sementes que deixou no processo de conscientização sobre a violência contra as mulheres:

Principalmente a questão da violência, do feminismo, do machismo tudo isso e, por exemplo, nas datas comemorativas, 8 de março, além de eu participar de atividades com as meninas do Movimento [...] Era sobre a questão da pandemia, para eles irem para lá, tinham vários assuntos, né. E, assim, era mais com as crianças, mas as vezes a gente fazia reunião com os pais. A gente foi pra Caruaru, foi ela [menina participante] e a mãe dela para uma reunião, quando a gente voltou, ela disse: "Dona Margarida, eu vou convidar as minhas amigas para fazer uma reunião com elas do que eu vi nessa reunião". Porque a gente tem um material de divulgação sobre os tipos da violência, né. E ela conseguiu esse material, e aí eu disse: "olhe, no dia que você marcar eu vou". Eu fui, se você visse que a menina sentou numa mesa com o material e falou sobre todo o tipo de violência que estava ali e, depois ela disse "quando eu crescer vou ser uma advogada para defender as mulheres da violência". E aí eu filmei, né. Devia ouvir. Um dia, quando ia encerrar o Projeto, eu fui comprar 3 livros e fazer um sorteio, eram 10 crianças, mas as mães também participavam, outras crianças independente da idade. Aí eu fui para uma livraria, quando cheguei lá, foi lá em Recife, ne, aí procurei um livro que tinha, aí mostrei o vídeo a vendedora da Maria falando, e eu chorei, fiquei emocionada, porque eu estava preocupada se ela ficasse fora em relação a ganhar o livro, mas o dela estava garantido. Meu filho estava lá comigo e já veio perguntando "porque que a senhora tá chorando?" aí eu contei a história para ele. Mas infelizmente o Projeto não vai para a frente, né (Ilda).

Os encontros proporcionados por elas para fortalecer e manterem-se vivas, estiveram perpassados por muita emoção que evidencia o nível de sofrimento, mas também muita solidariedade e companheirismo, como relata Elizete:

[...] tinha oficinas que a gente entrava que não falávamos nada só chorava, só chorava, e ela [psicóloga parceira] estava lá, só na escuta. Quando a gente abria a boca eram só lágrimas, e ela ia e mandava a gente fazer uns exercícios, algumas coisas, e aquilo ia aliviando. Em 2020 teve um período de muita necessidade, muita fome, a gente conseguiu recursos através da FASE e distribui várias cestas básicas. Teve uma outra organização dos Estados Unidos, que também mandou recurso e a gente comprou cento e poucas cestas, e a gente dividiu, numerou as famílias que estavam ao nosso redor que tinham mais necessidade, e conseguiu uns 4 ou 5 meses da cesta básica. Isso também nos ajudou muito a nos colocar no lugar das outras e chorar a dor com elas, foi um período de muita dor, muito sofrimento, muitas lágrimas, mas também de muito aprendizado e de muita solidariedade. Eu estava dizendo hoje nesse seminário que a pandemia nos mostrou o lado ruim da sociedade brasileira, mas também nos mostrou o quanto uma boa parte dos brasileiros é solidário, é companheiro e amigo e, acima de tudo, tem um espírito de partilha. O pouco que a gente tinha, se tinha 1kg de feijão dividia 500g para um 500g para outra pessoa, não comia só (Elizete).

Vou te falar uma coisa, quando a gente entrava em uma reunião a outra dizia "eu não aguento mais viver dentro de casa, não tem para onde ir", botava para chorar, "meu Deus, como é que a gente vai superar isso e se a gente vai superar", e muitas vezes a gente precisava mostrar suporte e para dar força àquela que estava chorando, mesmo com vontade de rasgar o peito, mas mostrava-se forte e dizia palavra de conforto, no outro dia aquela que estava chorando nos acalentava, e aquilo foi um processo de solidariedade e de companheirismo muito grande que nos ajudou a superar toda essa situação de violência e extermínio que a gente passou, e agradecer a Deus porque a gente conseguiu superar (Elizete).

A pesquisa *Sem Parar – o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*, realizada pela ONG SempreViva Organização Feminista, entre os meses de abril e maio de 2020 nos ajuda a

compreender a complexidade desse contexto e os impactos em sua saúde mental. O relatório da referida pesquisa concluiu que período pandêmico que alterou as dinâmicas de vida da sociedade trouxe a intensificação de desigualdades, entre elas a sobrecarga com o trabalho doméstico e de cuidado, ao concentrar nas residências atividades que até então eram compartilhadas com escolas e creches. O discurso de que a economia não poderia parar se contrapôs ao fato de que as mulheres não pararam, pois elas ficaram cada vez mais responsáveis pela sustentabilidade da vida.

Ainda sobre os resultados da pesquisa citada, das mulheres rurais entrevistadas, 62% relataram prover os cuidados de alguém, mais do que as que vivem em área urbana. As entrevistas de áreas rurais e das cidades, relataram que durante a pandemia trabalharam mais, devido as tarefas domésticas não serem igualmente distribuídas. Contudo, o índice foi maior das declarantes brancas, urbanas e de nível superior, em comparação às mulheres negras, o que pode ser explicado pelo fato de que aquelas em momento anterior à pandemia recorriam à alternativa de pagar por esses serviços. Quanto às ações de solidariedade as negras aparecem como protagonistas. A análise dos dados apontou para a necessidade de garantir condições para ampliar o plantio para as mulheres rurais afim de garantir a sustentabilidade de suas vidas, mas também da população urbana.

Segundo a pesquisa, as mulheres rurais tiveram maior impacto quanto ao acesso ao trabalho e ter renda. O relatório final faz apontamentos importantes para período pós pandemia no que diz respeito à resolução da “crise do cuidado” evidenciada nesse contexto:

Não há a possibilidade de discutir o mundo pós-pandemia sem levar em consideração o quanto isso se tornou evidente nesse momento de crise global, que nos fala sobre uma “crise do cuidado”. Não se trata de um problema a ser resolvido, nem de uma demanda a ser absorvida pelo mercado. Trata-se de uma dimensão da vida que não pode ser regida pelas dinâmicas sociais pautadas no acúmulo de renda e de privilégios. Não deu certo até aqui sendo assim. A organização do cuidado ancorada principalmente na exploração do trabalho de mulheres negras e no trabalho não remunerado das mulheres é um fracasso retumbante para a busca de redução das desigualdades antes e durante a pandemia do coronavírus (SOF, p.11, 2020).

É no reduto do lar onde elas vivenciaram a intensificação das tarefas de cuidado e do trabalho doméstico, que convivem muitas vezes com o seu agressor. Embora o isolamento social tenha sido a recomendação para conter a proliferação do vírus e salvar vidas, essa medida não foi segura às mulheres vítimas de violência uma vez isoladas em suas casas foram obrigadas a permanecer mais tempo expostas a essa situação. Em habitações muitas vezes precárias, sem acesso à renda, à rede de apoio, precário acesso à telefonia ou internet,

diminuíram as suas chances de pedir ajuda. Mesmo para as que tinham telefone celular e internet, é importante refletir que esses sujeitos realizam tal vigilância ou proíbe tal acesso.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública produziu um levantamento, em abril de 2020, a partir dos dados de seis estados que os disponibilizaram e em parceria com a empresa *Decope Pulse* que analisou dados em redes sociais sobre brigas de casais e violência doméstica. Entre os dados, destaca-se o fato de que os boletins de ocorrência tiveram queda nos primeiros dias de isolamento social, porém para a sua realização é preciso a presença das vítimas nas delegacias. Com exceção do estado do Rio Grande do Norte, os demais apresentaram queda no registro de ocorrências de agressões e violência doméstica. Contudo, os números de feminicídios aumentaram, indicando crescimento da violência doméstica, chegando a duplicar esse crime em estados como São Paulo e triplicar no Acre e Rio Grande do Norte. A pesquisa realizada por esse mesmo órgão no ano seguinte, 2021, demonstra que a cada sete horas uma mulher foi vítima de feminicídio. Os dados entre 2019 a 2021 informaram que houve um aumento desse crime entre fevereiro a maio de 2020. Já quanto à violência sexual houve um aumento em 2021, com uma menina ou mulher sendo vítima a cada 10 minutos.

Quanto a essa cruel realidade as companheiras do MMTR-PE sinalizam que entre os desafios na pandemia: “Bom, primeira coisa era o isolamento, muita reclamação principalmente com a família, com o aumento do conflito familiar” (Dora). Sendo, como desde o surgimento do movimento uma preocupação a exposição das mulheres rurais à violência doméstica, mas que foi exponencialmente incentivada pelo governo Jair Bolsonaro e sua política armamentista.

O que mais me preocupa é a violência como está sendo posta para todas as mulheres, especialmente as mulheres rurais. E a gente, eu penso que isso tem um motivo, né. O acesso a armas de forma praticamente livre, o aumento dos clubes de tiros. Eu tô no interior de Pernambuco, em uma cidade bem pequena, de 14 mil habitantes, mas assim, eu não sei dimensionar quantas pessoas participaram ou participam de clubes de tiro. O acesso das pessoas a isso, né. Também aquela sensação de impunidade (Ana Paula).

Vale destacar que, até julho de 2021, o presidente da república e sua bancada da bala já haviam encaminhado ao Senado quatro decretos que versavam sobre a facilitação do acesso às armas de fogo. Esses foram suspensos por liminar da ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber. Porém, nesse período outros entraram em vigor, como ampliação do registro de armas por pessoa; permissão de posse de armas por residentes de áreas rurais; a

revogação de portarias que versavam sobre o rastreamento e controle; e aumento do limite anual de munições⁸².

Em meio a esse cenário, que como analisa Silvia Federici (2019) fica cada vez evidenciada uma nova guerra contra as mulheres, pois a ministra do MMFDH não havia proposto nenhuma ação efetiva para enfrentar a violência contra as mulheres. Damares Alves se preocupava nesse momento em desenvolver políticas públicas de abstinência sexual e a proposição de manter após a pandemia um modelo de *homeschooling*, em meio a um contexto de aumento exponencial da fome diante da ineficácia do pagamento do Auxílio emergencial (Lei 13.892, de 2020).

Como nos aponta Elizete, o movimento buscou “tirar a mulher do contexto do lar”, tarefa com grandes desafios durante a história do MMTR-PE, mas que encontrou na pandemia entraves novos, já que sair de casa colocava elas e as suas famílias no risco do contágio.

O trabalho do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste e de Pernambuco é tirar a mulher do contexto do “lar”, porque quando não é o marido, são os filhos. E a gente diz ela, muitas vezes a gente permitiu que elas viessem trazendo os filhos para as atividades, porque a gente tem certeza que o processo formativo é um processo lento e silencioso, cada mulher tem seu tempo, se uma mulher apanha, não adianta chegar no ouvido dela e dizer: “mulher, tenha vergonha, deixe este homem”, ela vai dizer: “eu não deixo porque tem meus filhos, tem minha não sei o que, eu não posso viver...” se ela tem condições de viver, ela diz: “não, eu não deixo porque a sociedade vai me taxar”. Porque cada mulher tem seu tempo para despertar, vai chegar um dia que ela vai dizer: “eu, a partir de hoje, não quero mais apanhar”, não tem sociedade, não tem comentário, não tem filho, não tem fome, não tem nada que faça ela despertar. Agora a gente pode deixar essa mulher em paz porque ela vive apanhando e não quer se libertar? Não, a gente tem que estar todo dia conversando com ela, presente na vida dela “olha, mulher, eu estou aqui, precisou de mim, viu, pode me chamar” e mostrando a ela que a gente não nasceu para apanhar, a gente nasceu pra ser respeitada, para ter nosso direito garantido, que a gente casou foi com um homem pra ser nosso companheiro, nosso amigo, não casou com um pai, e se pescava com o pai, o pai não tem direito de bater. Eu não posso chegar numa mulher que apanha do marido e dizer “tem vergonha, mulher, deixa esse homem, parece que todo dia tu gosta de apanhar”, quem é a mulher que gosta de apanhar, Pâmela, nenhuma! Agora, o despertar dela da violência, cada uma tem seu tempo. A sociedade faz com a gente, né, a gente nasceu para cuidar quando a gente não cuida a gente é irresponsável, a gente é culpada, e essa culpa a gente carrega ela. Eu não quero não! Eu digo, eu não sou culpada de nada, nada! Quero nem saber, nem venha botar culpa em cima de mim que eu não aceito, já chega vocês me culparem de tudo”. É isso aí que a sociedade faz com a gente, nos violenta, maltrata e ainda bota culpa de tudo de ruim que acontece no mundo, e aí você não pode desprezar a mulher por conta disso, você precisa estar junto dela dando força dando apoio, às vezes é sem dizer nada, só estar ali “estou aqui, se precisar de mim eu estou aqui”. Então, toda mulher que “tomba sem vida” o Estado tem a mãozinha melada de sangue dela, e um dia ele vai responder por isso, por esse sangue derramado, porque essa que é a verdade, né?! Porque se o cara ficasse lá preso 5 ou 10 anos ela ia ter condições, se o Estado garantisse a ela de sair daquele lugar e viver em outro lugar com os filhos dela, ela não ia morrer, ela ia ficar viva (Elizete).

⁸² Dados disponíveis em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/23/decretos-pro-arms-de-bolsonaro-enfrentam-resistencia-no-senado>. Acesso em: 15.jan. 2023

Além do desafio colocado pela pandemia em relação ao isolamento social que aumentou as chances de as mulheres serem violentadas e não conseguirem denunciar ou recorrer à sua rede de apoio, as entrevistadas apontaram que a falta de recursos por financiadores nacionais para desenvolverem projetos durante esse período prejudicou as ações.

Aí em 2018 a gente executou essa cisterna, 2019 ainda tinha uma “laminha”. Em 2020 foi quando estourou a pandemia, aí pronto, aí as coisas apertaram, apertou de um jeito que a gente não tinha nem dinheiro e nem condições de fazer, de estar em contato com as mulheres, né. Era muito ruim porque foi um período de uma violência muito grande com as mulheres, eu estava dizendo isso hoje, a gente nunca fui tão violentada nos nossos direitos quanto a gente foi no período da pandemia. A trabalhadora rural não foi feita para viver dentro de quatro paredes amarrada e violentada, presa, trancada, com toda a violência, com toda a coisa ruim. Toda a necessidade que a gente passou e passa, a gente é uma mulher muito livre, entra e sai, vai e não sabe a hora que volta, e principalmente quem é liderança, a gente não consegue ficar num canto parada (Elizete).

Logo, o compromisso histórico do MMTR com o enfrentamento à violência contra a mulher, fica expresso também durante o período pandêmico. Mesmo diante de todos os desafios que eram novos para a humanidade no geral, as mulheres rurais buscaram garantir espaços online como as formações. Com a dificuldade de acesso à rede mundial de internet, algumas, como Josefa, recorreram a alternativas como ficar na rua para acessar o sinal de um vizinho bolsonarista. Como já exposto, os encontros online tinham como objetivo mais do que realizar formações, servir como espaço de manter a comunicação com todas que estavam isoladas. Um dos projetos, como Ana Paula informou, com a Organização das Nações Unidas (ONU), foi a campanha de enfrentamento à violência, sendo um dos objetivos o de acompanhar a saúde mental com o apoio de uma psicóloga. Josefa nos conta que foram seis encontros onde também classificavam os tipos de violência.

E como o trabalho com a terra é parte constituinte da sociabilidade, de pertencimento e é também organizador da rotina e saúde, esse projeto também englobou durante as comunicações discussões sobre os quintais produtivos. A militante Ilda nos conta um pouco do projeto e nos relata a sua relação com a natureza a partir de seu quintal que a fortaleceu nesse momento:

E aí, desse Projeto, a gente fez prevendo já para ter virtual as reuniões, por exemplo. A gente fez sobre curso de capacitação, fez sobre...com a psicóloga para ver sobre as questões mentais, e não era só para a gente, era para as mulheres...aquelas que tinham uma boa internet, né. Tinha que ter internet. E aí, foi

muito bom né, muito bom nesse sentido, mas o Governo não deu nada, mas antes destruiu com a questão das oficinas (Ilda).

A minha sorte é um terreno que eu tenho e planto as coisas. Você planta e colhe milho, é uma coisa muito boa, eu costumo dizer que não é o valor econômico, é o que a gente colhe, é mental, você vai vendo, planta o feijão, ali ele cresce, você colhe as vargenzinhas, depois amadurece. Eu considero muito bom para mim. E ainda eu fazia músicas para os passarinhos (risos). É porque os passarinhos ficavam cantando e eu falava "eu vou fazer uma para você, viu?". E eu fico impressionada porque parece que eles entendem, quando eles estão cantando eu começo a cantar: "canta, canta, passarinho, canta, canta, passarinho" (risos). (Ilda).

Essa companheira também realizou críticas ao fato de que mesmo diante de uma expressiva violência que atravessa historicamente a vida das mulheres rurais e a falta de implementação de políticas públicas, não há pesquisas o suficiente em torno da questão. Ela relata uma das especificidades dessa realidade, que é a falta de Delegacia Especializada no atendimento à vítima e a dificuldade de locomoção das mulheres. Assim como a ausência de recursos para desenvolver projetos que é um grande entrave no acesso do movimento a essas sujeitas.

[...] olha, no meu município, um acontecimento, de um homem bateu na mulher, não era uma delegacia específica das mulheres, quando ela foi chegando na delegacia, o cara que bateu nela estava saindo da delegacia. Quer dizer, o marido dela, os homens, tem mais condições de se deslocar do que as mulheres no meio rural. As vezes ele tem uma moto, ele tem um cavalo, e as mulheres saem a pé. Isso é coisa que a gente precisa estar batalhando, essa questão da situação da violência que as mulheres rurais enfrentam. E a gente sabe que elas, como eu, passei 6 anos caladinha, têm muitas, têm muitas que são violentadas e não tem coragem de falar, por vários motivos, né? Esse é um ponto que a gente não para de discutir não, é uma prioridade da gente. Como a gente vai fazer isso, né? E, aí, tem uma questão que é muito cara, né, é a gente ter acesso a essas mulheres, condições de ir até elas, porque uma coisa é eu estar discutindo na minha comunidade, né, com as mulheres da minha comunidade estar discutindo, mas, e as outras? E as outras comunidades? (Ilda).

O projeto de morte do governo de Jair Bolsonaro também recorreu à insegurança alimentar como estratégia. O Brasil que tinha saído durante os governos petista do Mapa da Fome da ONU, conviveu no contexto pandêmico com 9% da sua população em insegurança alimentar grave⁸³, isso significou para a nação um retrocesso de 15 anos em cinco (REDE PENSSAN, 2021). Em um país que produz alimento para o mundo e se coloca como

⁸³ O termo insegurança alimentar se divide em quatro: leve, moderada e grave. Esta diz respeito à queda nos padrões de quantidade e qualidade, chegando ao estado de fome. Fonte: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional#:~:text=Inseguran%C3%A7a%20alimentar%20grave%3A%20s%C3%A3o%20caracterizados,incluir%20a%20experi%C3%Aancia%20de%20fome>. Acesso: em 15 jan. 2024.

responsável por alimentar 800 milhões de pessoas (Contini; Aragão, 2021) como explicar a contradição com os dados da fome? Como analisou Correa e Luciano (2022, p.9):

A aparente contradição entre o cenário catastrófico de fome dos/as brasileiros/as e o aumento na produção do que o agronegócio anuncia como alimento faz parte de um modo de produção agroalimentar que tem como principal horizonte o aumento exponencial de seus lucros e a transferência nacional de valor para as corporações internacionais, característico de uma economia inserida na divisão internacional do trabalho como dependente. Tal condição condena o país à fome e as populações dos campos, das águas e da floresta à violência provocada pela disputa de terras. De igual modo, na medida em que se reduz a agrobiodiversidade com as monoculturas de grande extensão e o uso dos agrotóxicos, aumenta a devastação ambiental e as chances de novas pandemias (Idem, pg.9).

É com essa constatação que compreendemos os dados da conjuntura desse período em que a conhecida como a Lei do Agro (13.986/2020) criou, nesse momento, facilidades de acesso a créditos aos empresários do agronegócio, abertura ao capital estrangeiro e a desoneração às contribuições que iriam para a Seguridade Social. Ao mesmo passo que aumentou, em 2020, os recursos para o agronegócio em R\$13,5 bilhões no Plano Safra 2020/2021, em relação ao anterior, não contemplando a agricultura familiar. Nesse cenário, a população do campo resistiu e junto com os movimentos sociais conquistou a Lei Assis Carvalho, nº14.048/2021 (BRASIL, 2020c).

Buscando minimizar os impactos econômicos e sociais da pandemia a proposta original teve como intenção garantir o acesso ao Auxílio Emergencial, renegociação de dívidas e crédito. Do projeto de lei apresentado (nº 735/2020), Jair Bolsonaro realizou diversos vetos, provocando atraso no atendimento das demandas, pois teve que retornar à Câmara dos Deputados, sendo aprovado somente em dezembro de 2021, se transformando então na Lei 14.275. Assim, a luta seguiu para que ela fosse de fato implementada.

A gente conseguiu em diversos momentos chegar junto das mulheres com cestas básicas, mas a gente da vulnerabilidade que as mulheres rurais foram expostas, inclusive companheiras nossas do movimento passaram por diversos momentos difíceis. Fora todas as outras mulheres que a gente não consegue identificar. Uma das questões mais difíceis do Auxílio Emergencial que eu achei foi a questão do acesso à internet. Nós não temos no Brasil uma democracia de acesso aos meios de comunicação, à informação, a aparelhos e etc, e isso penalizou as populações mais fragilizadas. Porque já somos fragilizadas, as mulheres rurais, as mulheres negras, as mulheres periféricas, a população LGBTQI, eu vejo assim (Ana Paula).

Quanto as dificuldades de acesso à alimentação e renda, uma pesquisa realizada entre maio a julho de 2020 com mulheres rurais do Nordeste sobre os impactos da COVID em suas vidas, demonstrou que quase metade delas não estavam conseguindo produzir (48,6%); as que

estavam produzindo (51,4%), 29% tinha como destinação apenas para o consumo familiar. Quanto à comercialização, 22,3% perderam a fonte de renda por não conseguir vender em nenhum local. Em relação à fome, 39,8% das participantes relataram conhecer famílias que estavam nessa situação e 20,8% declararam que piorou a condição de alimentação de suas famílias (Jalil et al, 2020). Esses dados dizem respeito a falta de manutenção das políticas públicas durante a pandemia como a Política Nacional de Alimentação Escolar que poderia proporcionar o escoamento da produção dos/as agricultores/as. Inclusive, vale destacar que com o isolamento social as feiras foram impedidas de acontecer, com isso, prejudicando ainda mais o acesso à renda.

As mulheres da nossa pesquisa também vivenciaram no seu cotidiano essa dura realidade de fome e desenvolveram estratégias de solidariedade de classe que inspira a todas/os. Como compartilha Elizete no seu relato sobre sua condição naquele momento e os atravessamentos econômicos que provocaram tal situação.

Olhe, Pâmela, eu não tenho vergonha de dizer a você, eu precisei de cesta básica para sobreviver. Não teve cesta básica para as outras companheiras, mas também não teve para mim, e a gente passou um período muito grande sem ter dinheiro para nada, porque não tinha. O auxílio emergencial foi negado, só em 2022 já perto do processo eleitoral 'o coisa ruim' queria fazer alguma coisa diferente, foi que ele começou a abrir os canais para que quase todo mundo tivesse acesso ao auxílio emergencial. Mas 2020/2021 foi um ano muito difícil, muito difícil mesmo, a gente não tinha dinheiro para nada, para nada, eu recebi muita ajuda (Elizete).

Em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, prefeituras e Centro das Mulheres, Elizete nos informa que foram feitas muitas parcerias para desenvolveram ações de solidariedade com o fornecimento de cestas básicas, marmitas, álcool, além dos sabões produzidos com óleo de cozinha e máscaras costuradas pelas mulheres das comunidades. Além de recorrem aos saberes ancestrais com as plantas para cuidarem da saúde, em um processo atravessado por medo, fome, desamparo e violência, elas avaliam que a rede de apoio construída ficou como um grande aprendizado para as lutas que permanecem após o período pandêmico.

Muito remédio e muito chá caseiro, a gente fez uma troca de experiência muito grande, com chás caseiros com limão, com mel, com própolis caseiro, essas coisas todas a gente ensinava e fazia para a gente também. Isso nos deu forças para ajudar a levantar nossa imunidade, combater qualquer doença e também evitar que outras pessoas adoecessem. Foi um processo muito doloroso, mas também, por um lado, foi um processo muito gratificante de ver como a gente se uniu e como nós fomos

solidários um com o outro, e a gente não quer parar com isso, a gente quer continuar, o que é bom a gente quer continuar fazendo, né (Elizete).

Assim como Ana Paula, que analisando os desafios em sua vida diante do isolamento social e todas as dificuldades desse contexto, aponta sobre a solidariedade como um aprendizado que infelizmente custou a vida de muitas pessoas.

Para mim, a pandemia foi extremamente desafiante, primeiro eu vinha de uma vida que saia muito de casa, com uma atuação política muito forte, e de repente eu me vi dentro de casa. Levou um tempo para a realidade chegar, mas ela chegou. Foi um período que realmente eu fiquei muito em casa, extremo lockdown de verdade, acompanhando de certa forma as notícias e tudo que era vivenciado por todas as pessoas. Um sentimento de indignação, que toda a nossa luta por direitos, pelo cuidado, pelo respeito da pessoa humana, de repente a gente viu sendo rasgada, rasgada de uma forma horrível. Mas também foi um momento de muita solidariedade, um momento de chegar mais próximo das mulheres, um momento de encontros, mas também de grandes perdas. Perdemos companheiras valiosas para a gente. E por fim, dizer que foi um aprendizado com sangue das pessoas, mas não deixa de ser. Eu acho que esse aprendizado serve para nos tornarmos vigilantes e nunca mais permitir que isso aconteça novamente (Ana Paula).

Como destacamos ao longo do texto, frente a uma conjuntura de fechamento das escolas, saturação do SUS, população sem poder ir trabalhar, a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado estavam sobre os ombros das mulheres de forma ainda mais intensiva. Para as militantes rurais, que são líderes em suas comunidades, essa carga fica ainda maior por suas atuações políticas nos seus territórios no momento em que a luta se localiza ainda mais a nível local.

A pesquisa de Moraes, Sieber e Funari (2020) constatou que as líderes rurais têm uma atuação comunitária mais expressiva que os homens, já que eles não sendo responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado, têm a possibilidade de participação mais distante dos seus territórios. Com isso, há um destaque de lideranças femininas de forma massiva em movimentos de base locais, onde se forja o compromisso com suas comunidades e desenhou o protagonismo delas de enfrentamento aos impactos da pandemia. Vale destacar que as mulheres do MMTR-PE ao perceberem a desigualdade de participação política em diferentes esferas e a necessidade de pautar a vida comunitária e cotidiana na esfera pública, buscaram ocupar espaços representativos também a nível federal.

Nessa subseção, buscamos analisar os desafios enfrentados pelas mulheres rurais nesse contexto adverso de luta de classes frente aos ataques de um projeto político neoliberal que intensificou as diversas formas de violência vivenciadas por elas sendo estas atravessadas por marcadores estruturais de gênero e a raça. Também, se pretendeu refletir sobre as vivências

nas comunidades tradicionais onde a violência de Estado também é notório com o extermínio de seus povos, a apropriação de suas terras, devastação ambiental e a ameaça de destruição de seus modos de vida ligados à natureza.

Deste modo, foi sendo evidenciado na sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado com seus familiares que é também uma violência promovida pelo Estado quando se negligencia tal pauta enquanto uma política do cuidado que deve ser amplamente discutida como um problema social que afeta, inclusive, a saúde mental das mulheres. Contudo, analisamos o quanto a esfera da reprodução da vida estrutura o modo de produção econômico desse sistema desde a sua acumulação primitiva. E que por isso, a luta por participação política e social é desestruturação dos alicerces do capitalismo ao reivindicar esse direito e projetarmos socialmente a problemática da divisão social e racial do trabalho doméstico. Por isso, buscou-se nessa subseção compreendermos criticamente o papel fundamental da ministra Damares Alves para consolidar o projeto bolsonarista.

Por fim, contextualizamos e problematizamos marcadores que atravessaram esse cenário, como a fome, as incertezas de futuro, o enclausuramento social e a angústia pela morte eminente em um cenário que mais se parecia com o fim do mundo. Mais em meio às tensões cotidianas entre o âmbito privado e a atuação comunitária, as militantes do MMTR-PE evidenciaram em suas ações políticas a importância do papel que vêm cumprindo na construção da solidariedade de classes que fortalece os seus territórios e a produção de seus modos de vida local que visam construir relações sociais pautadas em valores coletivos, contra-atacando.

4.2 A retomada da esperança e as bandeiras atuais de luta

O compromisso e o desejo que o movimento continue vivo e continue existindo ele não diminui, pelo contrário, está sempre presente na vida de todas as mulheres, e nós acreditamos muito nisso. E estamos juntando nossas forças (Ana Paula).

Iniciamos essa subseção com o testemunho da companheira Ana Paula que nos dá pistas do tom recorrentemente que apareceu na fala das entrevistadas sobre o início de um novo governo após a pandemia e o pandemônio. É sobre juntar as forças em torno de um

compromisso que não se esvaiu mesmo em uma situação limite, não apesar dela, mas para superá-la, assim, a esperança teve que permanecer como agente preservador da vida e da luta.

Tal esperança como nos ensina Paulo Freire (1992), é verbo, é ação, é esperançar. Freire, refletindo sobre a vivência do seu exílio e de seus/suas companheiros/as retomando os escritos da sua obra *Pedagogia do Oprimido*, procurou educar sua esperança concreta para se livrar do seu mal-estar montando o que chamou de arqueologia de sua dor. Contudo, o desvelamento da dor da realidade por si só não a transforma, pois a esperança não ganha a luta sozinha, mas sem ela a luta fraqueja. O programa da desesperança instalado, por exemplo, por governos como o de Jair Bolsonaro, pode sucumbir o povo ao fatalismo e ao imobilismo que nos tira as forças para recriar o mundo, pois mesmo esse político não tendo sido eleito em 2022, o bolsonarismo permanece em nossa sociedade.

Nesse contexto, não estamos falando sobre a esperança como a de quem espera, mas como uma necessidade ontológica que é articulada com a prática engajada em uma concretude histórica, ao contrário da desesperança que ao perder seu endereço distorce essa necessidade. Não podemos negar que há algo de concreto também na desesperança que é atravessada por razões históricas, sociais e econômicas, contudo só é possível sua superação quando sonhamos e nos questionamos sobre o amanhã em torno de concretizar o algo novo e a luta por ele. A leitura crítica e a decodificação da realidade em momento de “situações-limites”, como a que vivemos de 2019 a 2022, nos possibilita junto com a luta a construção do “inédito viável”, conceitos construídos por Freire (1992).

Esperançando nos termos que Freire (1992) nos provoca, Ilda nos conta que com o resultado das eleições de 2022 que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva: “A gente tá respirando mesmo, mas não tá certo ainda não. Porque a gente sabe da dificuldade desse governo”. Nesse momento, o eterno jingle político do petista que foi redesenhado e tomou as manifestações de apoio ao candidato Lula, em 2022, endossava a esperança como promessa. Porém, na concretude das condições objetivas que a esperança encarnada na luta das mulheres rurais nesse “inédito viável” que iremos nos debruçar nessa subseção para destacar a práxis militantes dessas sujeitas a partir suas principais pautas e o seu esperançar crítico frente às contradições e limites colocados pela conjuntura política.

A eleição de Lula em 30 de outubro de 2022 foi acirrada, vencendo com 50,9% o seu oponente Jair Bolsonaro em segundo turno. Contudo, a mesma vitória não atravessou as eleições para o Congresso Nacional com quem o presidencial deve negociar o orçamento para cumprir suas promessas de campanha. Nesse lócus de poder representativo, o bolsonarismo foi vitorioso e marca a continuidade de uma política nacional polarizada, já que

o Partido Liberal (PL) elegeu a maior bancada da Câmara dos Deputados. Em uma crescente de 76 para 99 parlamentares, assim como no Senado com 14 senadores/as eleitos/as, constituindo a legenda mais expressiva com figuras como a de Damares Alves e Tereza Cristina, eleitas senadoras, forte aliadas do bolsonarismo que é um movimento de extrema direita que se manteve independente da reeleição de seu líder. Por mais que ainda seja inferior ao do seu principal opositor, a bancada de apoio ao PT também teve crescimento.

Com a intenção de diminuir a resistência de setores como o agronegócio e o mercado financeiro, a campanha petista teceu uma aliança que começou em 2021 e colocou o antigo adversário Geraldo Alckmin (PSB) como vice-presidente. Uma mensagem de que a governança de Lula não se restringiria ao PT e aos partidos de esquerda buscando assim, atrair eleitores/eleitoras que tradicionalmente não votariam nesse candidato explicitando que o objetivo central seria tirar Bolsonaro do poder. Essa aliança foi interpretada por Spechoto e Haubert (2022) como a maior guinada à direita na história desse partido contando ainda com aliados/as das legendas do MDB, Psol, PC do B, PV, Rede, Pros, Avante e Agir, representando a maior aglutinação em número de partidos para uma campanha presidencial petista. Para ter governabilidade, esse governo terá que conciliar interesses diversos entre sua base popular e representantes do capital. Logo, é com esses dados da realidade política do país que Dora avalia sobre os impactos de uma política de acordos, mas reconhece alguns avanços:

É, eu sou petista, mas não sou petista apaixonada não, sou petista de sangue vermelho mesmo, mas, para você ter uma ideia, a bandeira do PT e o 13 ainda está estaiada no meu terreiro e eu não tiro não, ainda acabava de fazer outra (risos). Eu sou muito consciente de que, por exemplo, mandato.... hoje a gestão de Lula não é mais aquela gestão anterior do governo dele, não é e não pode ser, porque a condição que o país vive é outra, os acordos são outros, para o Lula se eleger foi outras estratégias que permitiu, e cada estratégia política exige retorno, ninguém dá uma mão, a outra fica aberta esperando retorno, na política também é assim, infelizmente. E, veja, a sede de tirar o Bolsonaro era tão grande, tão grande, que pra muita gente era importante Lula ir para lá, e não é só o Lula indo para lá [...] é um governo de acordos, acordos são acordos, quem faz acordo as vezes sai ganhando e outras sai perdendo, mas a gente precisava disso, então eu acho que estamos vivendo um momento favorável, mas para as organizações, pelo menos até agora para receber pauta, para discutir pautas. Porque se você pegar um governo e ir para a rua junto com a mulherada, isso é muito bom, mas essa pauta, se não fizer acontecer, se ficar só no papel... é mais difícil daqui para a frente, fazer acontecer, porque o congresso, o senado, a maioria não é gente que está do lado do povo não, as mulheres ainda, nós mulheres na política, nos espaços de poder (Dora).

A diferença de um governo para o outro é muito grande, incomparável, porque se você pegar o Brasil para fora... já conseguiu recuperar coisas e está em posições que ninguém nem imaginaria que o Lula conseguiria tão rápido, mas ele é muito vivo, muito estratégico, muito respeitado, né? O que é diferente, o outro (Bolsonaro) mudou tudo, né? Você chegava, por exemplo, eu lembro, a gente foi para o Chile, México, Argentina, Equador, mas, no governo dele e de Dilma a esperança era outra coisa. Mas, sair de Dilma e entrar aquele cara é um retrocesso muito grande, ao mesmo tempo, trouxe o quê? (Dora).

Pauta central para o movimento feminista, como o direito seguro ao aborto apareceu durante a campanha Lula, que o defendeu em meados do primeiro turno, ratificando como uma questão de saúde pública. Contudo, com a polêmica gerada entre os/as eleitores/as por ser uma pauta de costumes que poderia favorecer Jair Bolsonaro, o petista recuou no segundo turno declarando que é contra a prática e “Não só porque nós somos defensores da vida, mas porque deve ser uma coisa muito desagradável e muito dolorida alguém fazer um aborto”.

Buscando conquistar uma base popular alinhada ao seu oponente, o candidato petista divulgou dias antes do segundo turno uma *Carta Compromisso com Evangélicos*, mesmo sendo inicialmente contra usar temas religiosos para sua eleição. O que nos ajuda a compreender a influência da religiosidade capilarizada na política na exceção da lei “Não é Não” (Lei 14.7986/20) promulgada no final do primeiro ano do governo Lula que inaugurou um protocolo de atendimento para prevenir constrangimentos e violência contra as mulheres e proteção em estabelecimentos comerciais.

Contudo a relatoria da Câmara liderada por Renata de Abreu (Partido Podemos) excluiu do texto original proposto pela deputada Maria do Rosário (PT-RS) que o protocolo fosse seguido também em locais religiosos tomando esse espaço como uma exceção à essa intervenção específica no caso de violência contra a mulher, o que gerou diversas críticas do movimento feminista. Esse fato endossa a análise do quanto as pautas bolsonaristas pelos costumes permanecem fortes na arena política e social e a violência contra as mulheres precisa ter espaços para garantir sua perpetuação como nas igrejas.

Isso porque um dos componentes do núcleo do patriarcado está exatamente no domínio do corpo da mulher a partir da violência, inclusive, no controle de sua sexualidade para garantir a fidelidade ao seu esposo. Desta forma, a violência doméstica tem especificidades sendo uma das mais importantes a rotinização que favorece a codependência e a afirmação da relação fixada, violenta se transformando em uma verdadeira prisão. Apresentando-se nesse contexto, o gênero como determinante na medida em que o homem é incentivado a dominar a qualquer custo e cumprir suas atribuições masculinas e ao gênero feminino caberia a aceitação de sua submissão (Saffioti, 2015). Com isso, nesse cenário que já apontamos, pode se assemelhar mais como uma guerra contra as mulheres. As entrevistadas apontaram que o combate a todas as violências que nos atingem continua sendo pauta prioritária ao movimento: “A parte da regularização [das terras em nome da mulher], por nós

sabermos que se a mulher tem para onde e tem algo no nome dela ela se sente mais segura para sair do ciclo de violência” (Josefa). Assim como também nos conta Elizete:

A gente continua uma luta muito grande para que as mulheres possam se libertar desse contexto de violência em que ela vive, porque a submissão também significa uma violência e, da submissão, para a violência física, verbal e outras violências, só muda a maneira de você praticar ela, mas é uma violência que dói muito, porque se junta à submissão de “não vou responder por que é meu marido, porque me dá um prato de comida e sustenta meus filhos” e aí começa com essa submissão da necessidade, que não existe, só existe na cabeça dela, mas que também acho que o medo de enfrentar a sociedade, porque a sociedade diz assim, “você tem direito, você vai para onde quer, você é um ser de direito” mas, quando você vai exigir, a sociedade bate a porta e começa a lhe taxa, né, “deixou o marido para arrumar homem, deixou o marido porque estava querendo ser quenga”, e essas coisas [...] A sociedade diz “você tem o direito de ser quem você quiser” ...não tem, ou você conquista isso na lei ou na marra (Elizete).

A ascensão de líderes como Bolsonaro e Trump também precisa ser compreendida a partir do quanto a representatividade que seus posicionamentos misóginos ressoavam na sociedade para parcela da população que estava insatisfeita com as discussões feministas e sobre diversidade sexual e de gênero cada vez mais capitalizadas na última década. Sendo assim, eles representam a possibilidade de o homem conservador retomar o seu posto aparentemente “ameaçado” por discursos feministas. A partir disso, fez com que a militante Josefa compreendesse que uma das pautas fundamentais para o MMTR-PE é o fortalecimento do feminismo no interior do movimento para enfrentarem uma realidade machista que se apresenta ainda mais expressiva em seus territórios desde a ascensão do bolsonarismo que se manifestou inclusive após Marcha das Margaridas.

Nós percebemos que tem certos locais que para nós chegarmos com a pauta precisamos com um certo cuidado, por conta da forma que foi distorcida a palavra feminismo. Foi e continua sendo. Hoje a gente continua na luta, mas considero que houve um grande prejuízo com essa palavra feminismo. Teve uma situação pós Marcha [das Margaridas] de um grupo que sofreu com esse prejuízo por conta de uma mulher que eu não sei se foi para a Marcha, chegou lá e levou um vídeo a mando de um cara de uma igreja que dizia que “isso aí confirma que essa luta é uma luta é demoníaca”. A gente está sofrendo ataques. Existem mulheres que amam o trabalho, mas é só tocar na palavra feminismo que elas freiam e não querem avançar. Eles criaram uma imagem como se o feminismo fosse do mal, o feminismo divide famílias. Como eu sei o que eu quero, sei o que sou e o que estou fazendo, isso não gera um conflito a ponto de dividir a família. Mas se isso chega em um lugar e a pessoa não tem um preparo, isso pode causar ou uma desistência na caminhada ou uma divisão entre famílias. A gente precisa cada dia mais se preparar para os fatos e as coisas concretas, mostrar realmente que “nós queremos isso e estamos aqui para isso”. Entre os bastidores existem bastante organizações e podem haver outros ataques futuramente. Não à toa, não vejo com um bom sinal estarmos na Marcha das Margaridas e assassinares aquela mulher quilombola. Isso são alertas (Josefa).

A companheira Josefa se refere em sua fala à morte da ialorixá e líder quilombola Bernadete Pacífico de 72 anos, assassinada a tiros no dia 17 de agosto de 2024 no Quilombo Pitanga dos Palmares na Bahia, seis anos depois do assassinato de um de seus filhos. Essa liderança matriarca já havia sido secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de seu município, Simões Filho-BA, dedicou sua vida à luta pelos direitos de seu povo. No entanto, a violência que perpassa territórios das populações tradicionais é histórica e enfrenta, nessa conjuntura, uma de suas formas contra a população indígena. Com a Proposta de Lei 490/2007 que busca restringir a demarcação de suas terras, essa foi julgada no STF e reprovada retornando ao presidente que fez apenas alguns vetos que logo foram derrubados pelo Congresso.

A Frente Parlamentar Feminista e Antirracista do Congresso Nacional tem sido fundamental nessa disputa para tornar a proposta inconstitucional. Por isso, as deputadas que compõem essa Frente foram investigadas pelo Conselho de Ética e tiveram os seus mandatos ameaçados com pedidos realizados pelo Partido Liberal (PL) por quebra de decoro durante a atuação política, graças à luta feminista o resultado foi o arquivamento dos processos.

É inegável o quanto a vitória de Lula foi significativa ao país que enfrentava a ameaça de uma reeleição de Jair Bolsonaro que declaradamente oferecia riscos à democracia, realizando declarações de cunho golpista, atacando instituições democráticas como o STF, deslegitimando a confiança do Supremo Tribunal Eleitoral ao divulgar inverdades sobre o processo eleitoral. Assim como estimulando a violência política e eleitoral como constatado pela pesquisa *Violência Política e Eleitoral no Brasil (2022)*, realizada por organizações que compõem Terras de Direitos e Justiça Global. Entre os dados levantados percebeu-se que esse tipo de violência aumentou em 450% quando comparada às eleições de 2018, sendo que as mulheres (cisgêneras, transexuais e travestis) foram atacadas por ofensas, ameaças e agressões duas vezes mais do que os homens cisgênero.

O ódio político plantado pelo bolsonarismo trouxe respostas imediatas após sua derrota nas urnas como acampamentos em frente a quartéis promovendo notícias falsas para legitimar a anulação da eleição e pedindo a intervenção militar. Um dos eventos mais emblemáticos que expressa o auge de uma tentativa de golpe, já anunciada por Jair Bolsonaro se caso não ganhasse as eleições, completou um ano foi em oito de janeiro de 2024. Momento em que centenas de manifestantes que já acampavam há dias em uma área do Setor Militar Urbano em Brasília onde é proibido tal ato, realizaram uma ação terrorista contra o Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal, vandalizando as suas sedes para defender um golpe contra o resultado das eleições.

Dados da pesquisa realizada pelo Observatório do Agronegócio no Brasil - De Olho nos Ruralistas de maio de 2023, *As Origens Agrárias do Terror*, apontam que os ataques golpistas de 8.01.2023, assim como ações de bloqueios de rodovias por caminhoneiros/as em cinco estados do país, fazem parte do mapa do terror que foi financiado e arquitetado por uma rede de empresários/as e políticos/as para derrubar o presidente eleito. Logo, compunham essa articulação diretamente empresários/as do agronegócio, setores agropecuários, madeireiros e garimpeiros no financiamento das ações terroristas, assim como políticos da Frente Parlamentar Agropecuária.

Segundo Jorge (*et al.* 2023, *apud* Katz, 2016) a eleição de 2022 foi a mais significativa da história recente do país, contudo o projeto político petista é atravessado por contradições, percebido como capitalista e com confluências com o neoliberalismo. Porém, apresenta uma concepção de desenvolvimento multidimensional, não exclusivamente econômico, por considerar também as dimensões da política, cultura e social que são materializados no compromisso que apresenta com a redução das desigualdades sociais, políticas educacionais e a diversidade dos povos e territórios. Com isso, forja um Estado de caráter neodesenvolvimentista e forte em suas diferentes dimensões.

Entre as composições ministeriais no governo Lula que atingem diretamente a população do campo, águas e floresta, vale destacar que a tendência é a manutenção da hegemonia do agronegócio no Ministério da Agricultura e Pecuária (MAP). Órgão em que representantes do agronegócio atuam em busca de financiamento e reestruturação do setor, e tensionam para a flexibilização de leis ambientais que visam o alargamento da fronteira agrícola sobre áreas de preservação e terras de populações tradicionais. Nos governos petistas de 2003 a 2016, esse cenário permaneceu sem enfrentamentos reais para a implantação de uma reforma agrária ampla. No cenário atual, não há sinais de que a correlação de forças será alterada nesse locus ministerial, afinal o tom presidencial é de diálogo justificado pelo objetivo de pacificação e governabilidade o que inclui negociar com a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA). Essa que é conhecida como bancada ruralista, tem um de seus fundadores, Carlos Fávaro, como o atual ministro do MPA (Jorge *et al.*, 2023).

Para o MMTR-PE, “as principais pautas hoje de nós mulheres trabalhadoras rurais é, e continua sendo a luta pelos espaços políticos, a luta pela agroecologia, a agricultura familiar e agroecológica” (Elizete), logo, a correlação de forças continua desfavorável. Nesse governo permanece o estímulo por um modo de produção alimentar que não promove a soberania, não é comprometido com questões nacionais como a erradicação da fome e devasta o meio ambiente em detrimento da promoção de uma agricultura camponesa que se relaciona com o

modo de vida das populações rurais. Isso se apresenta como uma contradição nesse governo que tem historicamente em sua base popular o apoio de movimentos sociais do campo. Contudo, Lula tem retomado políticas públicas e espaços de participação social desestruturados pela gestão anterior buscando dialogar com as necessidades da população rural nesse cenário político de conflitos de interesses, como reconhece Ana Paula.

Eu tenho estado muito esperançosa, eu acho que desde os primeiros dias do governo quando ele reativou o CONSEA, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, foi um dos primeiros espaços que Jair Bolsonaro fechou, ele disse para o que veio, veio para cuidar das pessoas, é isso. Eu acho que tem diversas iniciativas, seja na Política Nacional do Direito das Mulheres, na questão da alimentação, da segurança pública, mas eu vejo também que algumas coisas estão demorando a acontecer. E quando eu digo assim, demorando a acontecer e por que nós tivemos seis anos de desmonte do caminho das políticas públicas, nós tivemos durante seis anos expostas e expostos a todo o tipo de atrocidade, todo tipo de negação de existência. Então, tem muito a fazer, muito a melhorar, mas acho que está no caminho certo. É isso, é o governo que a gente sonhou, que a gente demorou para conseguir, eu acho que o que nos resta é acreditar. Mesmo a cesta básica diminuído significativamente, mas a gente ainda tem muitas pessoas em vulnerabilidade alimentar, quantas pessoas ainda não consegue, essas pessoas têm nome, raça e endereço, são as mulheres negras, as mulheres rurais, as mulheres periféricas, as populações tradicionais, quilombolas, os povos originários. Assim, mesmo que a gente conseguiu avançar em alguns aspectos, tem muitos trabalhos a serem feitos (Ana Paula).

É na disputa por direitos dentro desse Estado burguês que elas compreendem que a participação social das mulheres rurais continua sendo uma pauta prioritária para o MMTR-PE. Com isso, ocupam a nível municipal os conselhos de Desenvolvimento Rural; do direito das crianças e adolescentes; da agricultura; e, das mulheres e este também a nível Estadual. Além de comporem a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), estão engajadas nas Conferências, na Campanha Nacional pelo Direito à Educação que tem um comitê em Pernambuco; Fórum de Educação no Campo; Comissão Permanente de Mulheres Rurais ligada à Secretaria da Mulher de PE; Grupo da Terra; e, diretorias e coordenações sindicais. A companheira Elizete representa o movimento nacionalmente no Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).

Quanto à participação feminina nos espaços de poder representativo, nas eleições de 2022, teve uma leve crescente de eleitas para o Senado de 12,9% em 2018 para 14,81%, o que não necessariamente representa uma possibilidade de avanço nas pautas feministas. Das 15 senadoras, apenas duas representam a ala da esquerda, eleitas pelo PT. Já na Câmara dos/as Deputados/as houve também um pequeno aumento na representação de mulheres, compondo 17,7% das cadeiras, na qual PL e a federação liderada pelo PT são as legendas que elegeram

mais mulheres sendo 17 deputadas federais e 21, respectivamente. Vale destacar que pela primeira vez na história faz parte dessa bancada feminina duas mulheres transexuais, Erika Hilton (Psol-SP) e Duda Salabert (PDT), com votações recordes em seus estados. Mesmo diante dessa crescente representação política nesses lócus de poder, ela ainda é considerada uma sub-representação em relação aos dados mundiais que é de 26,4% em média, sendo o índice do Brasil ainda baixo com apenas 17,7%.

No início do mandato Lula anunciou uma marca histórica de mulheres na chefia de ministérios, 11 entre o total de 37 ministérios, além da presidência da Caixa Econômica e Banco do Brasil com uma diversidade que incluiu três negras e uma indígena. Indicando para o Ministério da Mulher Cida Gonçalves (PT), especialista no combate à violência de gênero. Após 8 meses de mandato houve a demissão de três ministros/as, duas eram mulheres, Daniela Carneiro (Turismo) e Ana Moser (Esporte) foram substituídas por homens em uma articulação para afinar relações políticas com aliados. Além da troca de Rita Serrano na Caixa Econômica por Carlos Antonio Vieira, indicado por Arthur Lira, que desenhou a participação feminina um ano após o início de seu mandato na mesma proporção da gestão de Jair Bolsonaro (Couto, 2023).

Já sobre os desafios de uma gestão realizada sob acordos entre diferentes interesses, Josefa ressalta a complexidade que há para disputarem, nessa conjuntura, a ampliação de direitos. Para isso, uma das estratégias do MMTR-PE é incentivar a participação política das mulheres rurais, sendo a formação política um alicerce indispensável para o horizonte da luta. Contudo, como outras companheiras apontaram, a falta de recursos tem sido um grande obstáculo para permanecer e ampliar os espaços formativos.

A gente sabe que o Lula está muito bombardeado, temos um governo, mas a gente tem uma Câmara de deputado e de senado que não está fácil. Houve alguns avanços, mas já teve uns prejuízos de algumas ministras que não estão mais, então se a gente não garante mulheres preparadas para ir para os conselhos buscar as conquistas sabemos que muitos projetos ficam no caminho e não chega até nós. Muitos grandes desafios que eu vejo é que estamos sem recursos, sem projetos, ultimamente só estamos com a parceria do Espaço feminista, com esses dois cursos, mas para a dimensão é muito pouco. Nós estamos mantendo a sede através das associadas, porém estamos sem recursos para fazer um cronograma de formação mais amplo e chegar até as outras comunidades, porque Pernambuco é grande. Nós temos pontuado já três regiões do agreste e sertão, mas estamos sem recursos para chegar até esses setores todos. Porque eu sinto a falta de abrir uma equipe para gente captar recursos, precisaria ter uma equipe dentro do movimento que tivesse condições de trabalhar essa captação de recursos. A gente depende de assessoria de fora, tudo esbarra em condições, porque agora nós passamos pela Marcha mas não é só a marcha, temos que chegar até as comunidades, até as mulheres, falar sobre as conquistas, orientar elas para chegar até as associações, nos sindicatos. A gente sabe que os sindicatos está muito pelego, nós tiramos isso pela Marcha que a gente fez a avaliação e nunca tinha tido visto uma marcha com tantos homens (Josefa).

Deste modo, a falta de representação feminina no órgão máximo do poder judiciário também foi tema de tensão nessa gestão petista, a partir de junho de 2023, quando o advogado Cristiano Zanin foi o escolhido por Lula para ocupar o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A vaga seguinte seria para a substituição da ministra Rosa Weber em setembro do mesmo ano, momento em que se iniciou uma campanha internacional para que a indicação presidencial fosse de uma mulher negra para a Suprema Corte. Esta foi organizada por diversos movimentos negros que destacaram sua frustração com o fato de o governo ter tido duas oportunidades de reparar o fato histórico de 132 anos do STF, com 171 ministros escolhidos, somente três foram mulheres e três homens negros. Entretanto, a indicação de uma mulher negra para ocupar a cadeira não ocorreu, sendo escolhido Flávio Dino.

Essa escolha de Lula demonstrou descompromisso com as pautas do feminismo negro ao não indicar uma mulher negra para o STF, mas também por indicar um político avesso a descriminalização do aborto. Flávio Dino se pronunciou em Sabatina realizada pelo CCJ quanto ao tema por que sua antecessora, Rosa Weber, havia deixado votado pelo direito ao aborto de forma descriminalizada até a 12^o semana de gestação, isto não poderá ser alterado por Dino. No entanto, ele fez declarações do tipo: “Como você sabe, esse processo já foi votado pela ministra Rosa Weber e eu não posso revê-lo. [O voto é] respeitável, não há dúvida, mas desconforme com aquilo que eu particularmente penso” (Dino, 2023, s/p). Por fim, defendeu que o tema deva ser debatido no Congresso Nacional. Diante disso, ao que parece o Brasil está indo na contramão para avanço da pauta que nossas irmãs latino-americanas conquistaram no mês de setembro de 2023 no México e em dezembro de 2020 na Argentina.

Vale resgatar a análise realizada por Ruy Braga (2016) sobre as determinações do golpe institucional contra a petista Dilma Rousseff, em 2016 que designou a época como o fim do lulismo, para compreendermos as contradições históricas dos governos do PT (2003-2016) frente aos limites de uma hegemonia precária construída pelo partido. O lulismo enquanto modo de regulação dos conflitos sociais classistas procurou se estabelecer “enquanto relação social hegemônica apoiou-se na articulação de duas formas distintas, porém complementares de consentimento, cujo produto foi a construção por uma década de uma relativa pacificação social no país” (idem, pg. 57).

Em uma nação que é conhecida por seus níveis de desigualdade sociais, avanços como o aumento real do salário mínimo, a criação de empregos, a formalização do mercado de trabalho e a população passando da extrema pobreza para a pobreza oficial provocaram uma

contida desconcentração de renda que no conjunto das ações foi forte o suficiente para alicerçar o consentimento dos/as trabalhadores/as à regulação lulista. Os governos petistas souberam pactuar os interesses da burocracia sindical, intelectuais da classe média e líderes de movimentos sociais construindo alicerces para um *consentimento ativo* ao lulismo no aparelho de Estado (Braga, 2016).

Quanto as contradições do lulismo analisadas naquele período histórico, Braga (2016) constata que estas foram se acumulando durante a ascensão da economia do país, logo, foi possível um expressivo aumento do assalariamento formal com salários em torno de 1,5 mínimo. Porém, anos depois com o declínio da economia em 2014, o valor se manteve o mesmo com postos de trabalho que foram ocupados na sua maioria por mulheres, negras/os e jovens. Ao mesmo passo, cresceram também a rotatividade do emprego e o número de acidentes de trabalho em conjunto com a crise econômica e o incentivo a políticas de austeridade no segundo mandato de Dilma Rousseff provocando a escolha dos/as trabalhadores/as a continuarem com os movimentos expressivos de greve.

O desemprego que retornou ao cenário de forma intensa, desestabilizou a base do petismo que apostava para a sua permanência no poder na manutenção das taxas de emprego outrora possíveis (Braga, 2016). Junior (2016) acrescenta a esse compilado de contradições, o impulso à democratização do acesso às universidades (ProUni, Reuni e Fies) contemplou a baixa classe média, porém, os/as diplomados/as encontraram o desemprego como realidade e desesperança de um futuro prometido, compondo os/as beneficiários/as do neodesenvolvimentismo que foram retirando o apoio ao PT.

Nesse bojo de fatores que compuseram o contexto das contradições e escancaram os limites da política petista de conciliar interesses, estava o encarecimento do trabalho doméstico como consequência do aquecimento do mercado de trabalho. Logo, com maior poder de consumo, a classe trabalhadora estava presente em lugares antes reservados às classes médias, incomodando-as. A inclinação dos/as apoiadores/as de outrora do PT a uma agenda política e econômica à direita, concomitante às notícias de corrupção e a insatisfação da classe média, compuseram as razões que levaram a eclodir uma crise que mobilizou muitos/as às manifestações com pautas reacionárias (Braga, 2016).

Quanto às corrupções nesse momento histórico, Junior (2016) nos conta que o interesse dos/as congressistas a favor do impeachment buscava na verdade asfixiar as investigações, afinal o governo interino que tomou o poder estava repleto de partidos corruptos e sujeitos/as condenados/as pela justiça. Então, o que presenciamos foi um conflito distributivo que compôs diferentes classes e suas frações pela tomada da riqueza. Os conflitos

de classe fizeram parte desse processo, mas a conhecida “bancada da bíblia” defendeu o impeachment também a fim de determinar uma regressão às conquistas dos movimentos de mulheres, negros/as e LGBT. Evidência disso foi a extinção no governo de Temer de ministérios como o das Mulheres, Desenvolvimento Agrário e Igualdade Racial.

Naquele cenário de golpe contra a população que investiu no PT as esperanças de melhores condições de vida e a promessa pela manutenção de empregos e direitos viu nos recuos do governo de Dilma a alimentação de um projeto político que exigia, frente a crise internacional, a estratégia de aumento do ajuste recessivo e do desemprego, assim como conter os movimentos grevistas para impor reformas na previdência social e a trabalhista (Braga, 2016).

Contudo, para Braga (2016) não foi a questão de a presidenta conseguir avançar nas pautas para a classe trabalhadora que desencadeou o golpe contra ela, mas por não ter entregue um ajuste fiscal mais radical aos empresários. Deu-se, com isso, uma crise de popularidade que somada à insatisfação de classes tradicionais com a diminuição no nível de desigualdade social demonstraram em síntese uma hegemonia petista precária. Por fim, com a operação Lava Jato da Polícia Federal focada exclusivamente no PT e o modelo de desenvolvimento proposto pelo partido em ruínas por não ser mais capaz de garantir o consentimento dos/as subalternos/as e os lucros aos/às empresários/as, vários setores foram às ruas pedir o fim do governo.

O resgate das contradições e da construção do que Braga (2016) chamou de uma hegemonia precária do PT nos seus governos anteriores nos dão pistas sobre a possibilidade da história retomar o mesmo ciclo. Não para sucumbirmos ao programa da desesperança, mas avaliarmos à luz da história quais os caminhos para um real “inédito viável”. Pois, ao observarmos, os/as sujeitos/as políticos que foram nomeados por Lula para os ministérios perceberemos que sete escolhidos/as votaram a favor do golpe contra o povo e a Dilma em 2016, inclusive o atual vice-presidente Geraldo Alckmin.

Contudo, entre discursos de Lula que dizem sobre a necessidade de apaziguar um país que teve sua política polarizada e atravessada pelo ódio, nos questionamos, como a companheira Dora, o porquê Jair Bolsonaro ainda não foi preso. Mesmo diante das revelações feitas por um hacker da Vaza Jato à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) associando o político à tentativa de golpe em 08 de janeiro de 2023; espionagem do ministro do STF e a conduta no processo eleitoral que buscou intervir. Além do crime relacionado ao roubo de joias que faziam parte de bens públicos e a adulteração em cartões de vacina. No

entanto, podemos comemorar que, desde de 30 de junho de 2023, a decisão do Tribunal Superior Eleitoral tornou o candidato inelegível por oito anos.

Então, é assim, é claro que a diferença é muito grande, eu queria muito ter ido na Marcha das Margaridas para eu sentir o que foi a Marcha dentro de um governo Bolsonaro e o que foi a Marcha agora, dentro do governo Lula. O espírito de luta é outro, por que o Bolsonaro, ele eu não sei nem dizer que tipo de governo foi aquilo, no mundo rural a raiva é muito grande dele, e ainda hoje a gente não entende, a gente entende porque prendeu o Lula, porque o Lula foi preso, mas não entendemos até hoje porque o Bolsonaro ainda não foi preso. Não entende e isso é revoltante, então por isso que eu digo o mundo rural hoje não é aquele mundo “empacado” não, essa concepção acabou, se não acabou 100% mas acabou mais de 50%, o mundo rural, ele evoluiu muito, evoluiu para enxergar justamente onde é que estão as coisas, onde eu quero chegar? Onde você chegou? Como você vai chegar lá? Quando você chegar, o que é que eu quero que seja feito? Mas tem uma coisa que a constituição do eleitorado brasileiro não faz, que é colaborar com as políticas públicas, e não é fácil colaborar com as políticas públicas não, até porque elas são muitas, e você tem que estar estudando direitinho (Dora).

É o reconhecimento da necessária disputa por ampliação de direitos nessa sociedade e da complexidade para compreender os arranjos políticos e interesses que perpassam a política que todas as entrevistas declararam a importância da manutenção dos espaços de formação como diretriz para o movimento. Contudo, a falta de recursos financeiros aparece como um grande dificultador para manter e ampliar essa pauta que pretende atingir mais mulheres rurais. Como ressalta Josefa:

A escola de educadoras feminista que é uma pauta onde a gente tem condições de fazer e ampliar o número de pessoas que participe, e nós sai na certeza que tem mulheres transformadas, por que a escola de educação feminista é um divisor de água onde a gente consegue mostrar para elas a importância de desconstruir esse Brasil que a gente foi ensinado que ele foi descoberto, que não tinha nada coberto. É essa falta que estamos sentindo, recursos para ampliar novamente um grupo de mulheres que venha passar pela a escola de educadoras feminista. Mesmo assim foi feito uma parceria, que esqueci de falar que é o instituto federal também, onde a gente tem chegado nas feiras e nos seminários, já estamos construindo o seminário 2024 [...] Então, diante das Marchas das Margaridas a gente percebe que temos como avançar, agora um dos grandes desafios que é a gente ter perna para fazer uma política de divulgação e de formação para que tenha mais mulheres dentro dos conselhos. Porque para ir para os conselhos ela não vai só participar, ela precisa estar preparada pra chegar lá e saber debater e defender o que é que a gente tem para conquistar (Josefa).

Já a companheira Ana Paula compartilha que mesmo com o desafio atual da falta de financiamento para as formações, além disso, a pauta que perpassa a priorização dos espaços de formação é também a de reorganizar os módulos dos cursos:

E como perspectiva, eu acho que a gente tá passando um momento de um pouco mais de reflexão do nosso processo formativo, ajustando os ponteiros para seguir em frente. Mas é isso, estamos com dificuldades financeiras, mas não desistimos. Eu

acho que é organizando o material mesmo, da Escola, sabe Pâmela. É organizando os módulos, nosso material de referência a gente precisa fazer isso também, precisa de uma atualização. A ideia é que a gente coloque novos conteúdos, defina melhor os módulos, que se afine melhor com as nossas demandas da atualidade. É isso, de fato ainda estamos no espaço mais da conversa, mas com esperança de avançar. Nossa Escola, penso eu que ela tem que ser uma prioridade (Ana Paula).

Atualmente, a falta de recursos impacta também na falta de manutenção no imóvel de Caruaru-PE que está com sua estrutura comprometida por infiltrações de água. Durante a realização dessa pesquisa, presenciei a luta constante para a conservação desse espaço. O local foi conquistado com muito esforço, por isso, a condenação da casa tem muitos significados a todas nesse momento. O MMTR-NE tem feito mobilizações via redes sociais para financiar coletivamente a reforma e manter de pé esse sonho. Ilda compartilha com a gente sobre essa realidade que é uma das prioridades do movimento:

A estratégia é que temos que ter um projeto, tem que conseguir um projeto, ninguém faz nada sem dinheiro, infelizmente. Depois da pandemia, recente, a gente foi para uma atividade do Movimento e levou alimentação, hoje ainda a gente está nessa situação de as mulheres levarem alimentação, chega lá as mulheres fazem, e a gente ainda agradece por ter aquela casa, né, você conheceu, né? Está muito acabada, quando eu chego lá tenho vontade de chorar, porque olha, o que eu batalhei para conseguir recurso para aquela casa... não foi brincadeira. Às vezes eu ia para reuniões, para seminários essas coisas, e eu ficava falando, falando. Uma vez eu estava numa discussão no SESI/Bahia e Dedê estava lá, né, eu ficava, não parava, direto falando com ele sobre essa situação. E, hoje, chega nessa situação. Eu não sei, tem que batalhar, para mim é uma prioridade cuidar daquela casa, porque a gente não pode ver uma casa daquela assim, porque pode cair, tem que se pensar, a gente vai ter Assembleia, não sei se vamos conseguir ter presencial, espero que seja, é melhor do que nada a virtual, mas é diferente da gente estar conversando presencial (Ilda).

Como já apontado em outra seção desse trabalho, o mundo rural também passa pelas transformações do mundo do trabalho no contexto do neoliberalismo que intensifica a exploração da classe trabalhadora e a devastação ambiental em nome da concentração de capital. Foi observando as necessidades da mulher rural que o MMTR-PE ao perceber a realidade da exploração a que estão submetidas no trabalho com costura para grandes indústrias na região, que o movimento iniciou um projeto em parceria com a organização Espaço Feminista. Como nos explica Josefa problematizando, inclusive, que essas sujeitas não deixam de ser rurais, já que não é a colocação no mundo do trabalho que por si só define tal identidade que é perpassada pelo modo de vida, cultura, sociabilidade:

Sim, nós estamos com cinco máquinas lá no MMTR Nordeste [sede Caruaru-PE] por que o projeto vinha para uma comunidade, mas ficou muito conflituoso cada uma mulher tinha uma opinião diferente, então as máquinas foram colocadas lá para as mulheres aprenderem a fazer um curso de corte e costura. Na comunidade Luiz

Bezerra Tôrres nós estamos com artesanato, aí lá a gente leva o artesanato de telas, onde com uma tela e uma lâ a gente ensina a fazer chalé, toalha de banho, caminho de mesa. E também o artesanato de tiras. Estamos na luta do nada se perde tudo se transforma, a gente conseguiu desenvolver uns necessários, tapetes, além de ser também uma terapia para as mulheres também [...] no feminismo a cada dia precisamos ir avançando. Estamos atuando em uma comunidade a três meses, acredito que podemos avançar. Ela é uma comunidade rural e urbana, é um residencial que foi feito em uma área rural, em Caruaru, do centro até lá é uma hora de ônibus. O urbano dentro do rural. Sabemos que temos como avançar, há um residencial que foi feito dentro da área rural. Estamos chegando a uma comunidade e Gravatá onde existe um grupo de mulheres com 17 máquinas paradas por falta de apoio, estamos tentando descobrir o que fazer. Estamos buscando mulheres que estão trabalhando com a palha da bananeira, tudo isso é a gente resgatando [...] estamos em parceria também com o Espaço Feminista com o MMTR de parceria com um grupo de criação de abelha. Enquanto MMTR a gente vai com a formação, e o sonho é chegar com a escola de educadoras feminista a essas mulheres para que a gente vá quebrando esses tabus e buscando aumentar essa consciência (Josefa).

[...] o que entendem por ser trabalhadora rural hoje. Considera a questão das mudanças climáticas para falar sobre novas formas de trabalho no campo, como a costura. Vai falar do curso de costura que estão dando. [...] Com o passar do tempo, com a mudança climática, as mulheres rurais estão tendo a necessidade de ampliar as suas demandas de trabalho. De cinco a dez anos atrás a mulher trabalhadora rural sobrevivia da roça, dos animais integralmente, mas com a mudança climática, principalmente na região agreste, isso foi se modificando. Hoje a mulher trabalhadora rural além de ter sua roça e seus animais, ela precisa fazer um artesanato, uma costura, que não deixa de ser um trabalho artesanal, para complementar sua renda. Então se a gente deixasse só a mulher trabalhadora rural [como nome oficial do movimento], a gente ia fechar, não tava incluindo todas as trabalhadoras rurais, isso levou um tempo de debate porque tínhamos algumas companheiras que não tinham a mesma flexibilidade. Mas nós conseguimos hoje, é o movimento das mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco, onde engloba as mulheres rurais, por que a agricultura hoje já vem também da cultura, então tudo está muito interligado e nisso a gente ganha mais com essa ampliação (Josefa).

Esses projetos revelam a priorização nas ações do movimento no acesso à renda das mulheres rurais tão necessário para garantir a sobrevivência e também a autonomia financeira dessas sujeitas. Contudo, vale recorrer a uma análise de um fenômeno recente na história apontado por Silvia Federici (2023) ao refletir sobre a absorção massiva feminina do trabalho doméstico ao assalariado que teve seu início expressivo nos anos 1980-1990, momento que o trabalho estava em crise nos EUA. Assim, ocorreu uma das principais mutações na organização da reprodução social e a constituição de uma novidade na ordem social e novo regime de gênero resultando no fato das mulheres terem sido as principais responsáveis na última década do século passado pelo maior período de crescimento da economia.

Porém, a feminilização da força de trabalho não deve ser analisada somente com otimismo e esquecendo processos correlatos que estão implícitos. O direito ao trabalho assalariado é sim uma vitória para as mulheres também em relação à sua condição de subordinação no matrimônio. No entanto, para as negras e as brancas com baixa escolaridade

os benefícios precisam ser melhor analisados, já que foram incluídas em empregos de remuneração e condições precárias (Federici, 2023).

Em meio a absorção dessa força de trabalho, houve, concomitantemente, desmantelamentos de serviços sociais que devem tornar o Estado o responsável pela reprodução da força de trabalho, aumentando o trabalho não remunerado dessas sujeitas, como o doméstico e o de cuidado. Esse fenômeno que hoje é global inclui também a “financeirização da reprodução”, que consiste no fato de que ingressas precariamente no mercado de trabalho com baixos salários e mantendo a posição de principais responsáveis pela reprodução social, as mulheres têm cada vez mais recorrido a créditos bancários para prover o que deveria ser garantido pelo Estado a partir das políticas públicas. Assim, resultando no aumento da pobreza feminina e convertendo todos os aspectos da reprodução cotidiana em uma forma de acumulação de capital (Federici, 2023).

A autora provoca o debate feminista da estratégia do direito ao trabalho como forma de buscar a autonomia econômica, pois na ausência de um Estado amplo de direitos, essa bandeira de luta se converteu no fato de que essas mulheres de classe baixa passaram a depender também de bancos, vendo as múltiplas dimensões de suas vidas mercantilizadas. Ao mesmo tempo, as mulheres agora são exploradas como trabalhadoras domésticas e no mercado de trabalho, além de como consumidoras e devedoras.

Retomando o desafio atual do MMTR-PE quanto à falta de recursos para manter e ampliar as ações do movimento, a companheira Josefa nos conta quanto ao processo de registro como forma de buscar financiamento através de organizações que exigem a formalização, como o CNPJ:

Quanto ao registro (CNPJ) aí no período da pandemia foi quando terminamos de registrar ele. Ele estava novinho de registrado, que por sinal no Festival de mulheres rurais, que teve no ano passado, a solicitação do projeto ainda não saiu no nome do MMRT de Pernambuco por que o registro ainda não tinha 3 anos, porque tem que ter para sair o projeto do festival, e como não tinha o projeto de cultura saiu no nome de Ana Paula. [...] Sim é um CNPJ, movimento das mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco. Porque ‘das’? Para esse registro agora a gente teve uma longa discussão porque algumas trabalhadoras rurais defendiam que o movimento deveria ser um movimento, inclusive, só incluísse a mulher trabalhadora rural. Com o passar do tempo, com a mudança climática, as mulheres rurais tá tendo a necessidade de ampliar as suas demandas de trabalho (Josefa).

Quanto à decisão de legalizar o movimento para captar recursos e enfrentar essa dificuldade concreta que ameaça a manutenção do imóvel em Caruaru-PE e a ampliação da capilaridade do MMTR no estado de Pernambuco, Dora faz ponderações:

Uma coisa é o jurídico, legalizar é isso, a parte legal, né? Isso se chama legalidade, mas no sentido de que, por exemplo, para fazer o projeto tem que ter toda a documentação, para receber apoio dos órgãos governamentais tem que ter toda a documentação, igual a uma associação, uma cooperativa, que tem os benefícios. Os benefícios não vêm se você não é legalizada, mas isso, para mim e para nós o grupo aqui do sertão, isso não era o mais importante, por isso que demorou tanto, o mais importante era a organização política de base, se a gente precisava de um apoio, ia atrás, digamos, de fazer no nome de uma ONG existente na região ou no estado, quando eu falei no SOS Corpo o primeiro projeto de formação de educadoras, financeiramente passou por via SOS Corpo (Dora).

Para a companheira Dora, vale lembrar é uma das fundadoras do movimento, o principal desafio nessa conjuntura é a organização das bases do MMTR-PE frente ao fato da desmotivação de lideranças depois de tantos retrocessos nos últimos anos:

E você acha que os principais desafios para o movimento agora são quais? Eu digo uma coisa para você, boa parte das mulheres, das lideranças, estão desmotivadas, e motivar, trazer esse espírito de movimento, de organização, de organização política, de organização econômica, de organização social e organização familiar, porque eu penso assim, se existir um bom gestor na família, vai ser um bom gestor em qualquer lugar, o bom gestor ou a boa gestora, né? Então se você não tem um senso de gerir sua casa, que é pequenininha, como você vai gerir em uma organização grande? Então você tem que começar a gerir dentro dos grupos de comunidade. Então eu penso que um dos grandes desafios hoje é o fortalecimento das bases, porque nenhum movimento se estrutura e se segura se a base não estiver sólida...não tem condição. Por isso que eu digo a você, organizar é fundamental, na minha concepção não foi tão difícil, porque a gente sempre lutou para se organizar e se organizar dentro de suas necessidades. Agora, hoje, com os grupos de bases desarticulados, nós tínhamos “n” grupos organizados, grupos autônomos de mulheres organizados, hoje, não sei, a gente não tentou saber, porque o movimento tem que fazer uma pesquisa, um levantamento, e eu penso que uma das saídas seria fazer um mapeamento dos grupos, né, coisas que a gente fez surtiu efeito, né, coisas que deveria se repetir, tipo o sentido uma política financeira definida, que você faz parte de um movimento autônomo você diz que é autônoma? “Eu sou dona do meu pedaço da minha organização” aí quando você vai na família você não é dona de pedaço nenhum, seus filhos mandando em você seu marido mandando e por aí vai, então, isso é um grande desafio ainda hoje, essa discussão tem que ser retomada na família, o povo acha que é besteira, tem que ter as grandes discussões, os grandes eixos temáticos você tem que estar discutindo é na sua base, porque é ali que se forma, é ali que o movimento está, senão não tem movimento, a sede, os cursos, as coisas...você vai fazer curso para quê? Não é para vivenciar, não? É para aprender e retornar, né? É tipo um elo, né, a história da Mandala né, mesma coisa, é um grande desafio hoje, porque ninguém quer baixar não, é da universidade é de trabalhadora rural, é pra ir pra universidade mesmo, mas tem que investir na sua base, ela tem que trazer conhecimento para retornar para o seu grupo, para seu grupo de município, seu grupo de região, no seu grupo do estado. Essa estrutura organizativa não se fala. É isso que eu digo, essas coisas que deram certo tem que ser retomada sempre. É a base. “Ah, mas essa discussão não é mais de agora, é perda de tempo Auxiliadora” e eu lá, mastigando, mastigando, e me tornando uma pessoa enjoada para um grupo da conjuntura atual, que depende muito de ontem, não é de hoje, é de ontem (Dora).

Diante das importantes reflexões de Dora sobre a centralidade na estruturação organizativa do movimento, o trabalho de base precisa ser a prioridade no MMTR-PE na atualidade como sempre esteve presente na história do movimento. A companheira também nos provoca ao se questionar se feminismo teve significativos avanços: “eu nem sei se o mundo teve grandes mudanças no campo do feminismo, eu não sei, eu ainda tenho dúvida, sabia? Porque o que acontece hoje eu não sei se é evolução, eu acho que pode ser respeitado a diversidade, mas não sei se é evolução” (Dora). Ela ainda avalia que em comparação aos anos 1980-1990 houve uma queda de grandes organizações feministas a partir dos anos 2000 e nos esclarece sobre os motivos que fundamentam a sua avaliação:

A própria conjuntura passou por “n” atropelos conjunturais, não dá nem para a gente esquematizar. A condição de vida das mulheres já era outra, as principais lideranças, elas foram, eu gosto de dizer assim, elas foram cooptadas para a política para ocupar cargos, assim como aconteceu com os homens aconteceu com as mulheres, e até porque nós queríamos isso mesmo pela luta de espaço, a política é nossa, os espaços de poder são nossos também, a gente quer é isso. Então, se eu estou para assumir uma secretária é claro que minha tarefa dentro da organização ela vai se resumir e nem sempre as pessoas assumem com aquela dedicação. Eu acho que hoje eu tenho o maior respeito pela continuidade da luta, sou muito feliz porque eu vejo muitas mulheres jovens na luta hoje, eu fico muito feliz, “poxa, que sementinha foram brotando, brotando...” Mas o sentimento a gente percebe, os interesses a gente percebe, não tem como você falar de organização política e de organização social sem falar dos interesses, dos projetos individuais, dos projetos de vida, está tudo interligado, são muitos colados (Dora).

Santiane Airas (2020) destaca que o avançar do feminismo em tempos tão complexos de contradições e desafios em um contexto em que o neoliberalismo capturou no debate político de forma incontornável temas como gênero, sexualidade e família, não se resumindo a um discurso eleitoral. Entre as pautas fundamentais que o movimento feminista tem centralizado em suas mobilizações como a descriminalização do aborto e a violência, a autora se questiona se outras bandeiras igualmente estruturais não estão sendo negligenciadas, como o mundo do trabalho. Principalmente pelo fato que esse debate pode ser assumido como uma estratégia e tática na ampliação do repertório feminista que ressoe nas mulheres pobres e as não identificadas com o feminismo.

Logo, a luta pelos direitos sociais universais é fundamental por realocar no centro os elos entre Estado e gênero, por isso o feminismo tem uma função importante na luta contra o neoliberalismo e o conservadorismo, mas não se deve centrar na inclusão de maior quantidade de mulheres no cume das esferas de poder político.

Com efeito, existe uma tensão entre as lutas por direitos sociais universais e a natureza do Estado capitalista e, na minha opinião, essa tensão deve ser levada ao

limite de modo calculado e coordenado através de diferentes formas de lutas, inclusive sob governos de esquerda. Na contínua reconstrução das pautas é preciso ter em mente que, nós, mulheres, somos diferentes. Somos indígenas, negras, quilombolas, cisgênero, transgênero, heterossexuais, homossexuais, religiosas, libertárias, etc. Certamente, todas expostas à violência sistêmica. O desafio, talvez, seja atingir o núcleo dessa violência. A diversidade pode ser uma das nossas maiores aliadas. A fragmentação, seguramente, nossa inimiga (Airas, p. 185, 2020).

Em tempos desfavoráveis é ainda mais fundamental avançar com a luta feminista, que não é possível ser concretizada de forma isolada das transformações mais amplas econômicas e políticas. Para isso, devemos analisar as recentes reconfigurações do Estado e sua relação com a sociedade organizada a partir de ONGs e coletivos, assim como as políticas públicas que respondem cada vez mais às pressões de controle de gastos públicos (Airas, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como justificamos na introdução, este trabalho partiu do pressuposto da sua relevância para compreendermos os processos de luta das mulheres rurais e dar visibilidade às suas atuações políticas. E, principalmente, identificar as potencialidades da práxis feminista dessas sujeitas frente a um contexto político adverso, aprendendo com elas suas formas de organização política alicerçada na solidariedade de classe e no desejo de um mundo novo sem dominação e exploração.

Nesse momento de conclusão dessa dissertação que é perpassado por grandes aprendizados, graças ao compartilhamento generoso das militantes entrevistadas, me recordo do seguinte ensinamento de Saffioti (2015), intelectual militante que nos inspira com sua história carregada de práxis feminista. Ela nos diz que o próprio interesse por um tema de pesquisa desvela o compromisso político-ideológico por ele: “na verdade, a história de vida de cada pessoa encontra-se com fenômenos a ela exteriores, fenômeno denominado *sincronicidade* por Jung, e que permite afirmar: ninguém escolhe seu tema de pesquisa; é escolhido por ele” (idem, pg. 45).

Esses anos de pesquisa, entre distanciamentos provocados pela materialidade da vida que atravessa também o cotidiano do pesquisar, principalmente pela conjuntura de pandemia e suas consequências econômicas, políticas e sociais que reverberaram nas condições subjetivas e objetivas de toda a população mundial, contudo, de forma mais intensificada para a classe trabalhadora, tudo isso compôs o contexto da escrita. Foi nos momentos de (re)aproximação com os temas desenhados e redesenhados para a investigação durante esses anos e os contatos com as militantes do MMTR-PE, presenciais e online, que se forjou o objeto desse estudo

agora finalizado. No entanto, considero não concluído, visto que a totalidade de um objeto de estudo é algo a ser sempre alcançado, o conhecimento não pode se dado por acabado, ele aponta direções a outros saberes que devem se formar.

Destacamos que o objeto final desenhado para essa dissertação teve enorme contribuição da militante Elizete que compôs a banca de qualificação com seu testemunho sobre a realidade vivida pelas mulheres rurais durante o período de crise sanitária, social e econômica em que o país estava sob o comando do presidente de extrema direita Jair Bolsonaro e sua política de morte. Essa companheira compartilhou emocionada sobre os atravessamentos da pandemia na vida rural, a fome, a intensificação da violência contra as mulheres e o adoecimento mental. Munida de esperança coletiva em relação ao início de um novo governo federal com a eleição de um político de esquerda, que tem na sua base historicamente a vinculação com os movimentos sociais do campo.

Inicialmente, a pesquisa tinha a intenção de se forjar no contato presencial com as militantes com a participação em espaços de formações do MMTR-PE, no território onde elas constroem os significados de suas experiências e organizam a luta. No entanto, foi impossibilitada, em um primeiro momento, pelo contexto do isolamento social decorrente da pandemia. Contudo, a pesquisadora esperançosa com a amenização da contaminação e início da vacinação contra o vírus SARS-coV19 a nível mundial, mudou-se para Recife-PE para retomar a proposta metodológica inicial e teve a oportunidade de participar de um módulo da Escola Feminista do MMTR-NE em Caruaru-PE por três dias em dezembro de 2019. Entretanto, ao ser convocada para assumir um cargo em concurso no estado de São Paulo, foi preciso redirecionar os procedimentos metodológicos com a possibilidade das entrevistas por videochamada. O uso de ferramentas tecnológicas já era uma realidade para essas militantes com a necessidade de manterem espaços coletivos em meio ao isolamento da pandemia.

O compartilhamento das entrevistadas foi fundamental para acessarmos as demandas e estratégias de luta para resistir e continuar vivendo durante a pandemia e suas expectativas em torno de um novo momento político para o país a partir de 2023. A pesquisa revelou que a luta contemporânea das mulheres rurais no período de 2019 a 2023, dividido entre dois marcos – a pandemia com a presidência de um político de extrema direita e o início do terceiro mandato de Lula – enfrentou diversos desafios, alguns que já formavam historicamente as bandeiras do movimento, mas que se intensificaram e tomaram outros contornos.

A pesquisa apontou para a grande incidência de adoecimento em saúde mental das mulheres rurais provocado pelas consequências do isolamento social que intensificaram as

diversas formas de violência contra elas. Inclusive, violências promovidas pelo Estado ao provocar com cortes orçamentários e o abandono da população rural a falta de políticas públicas no acesso à renda, à alimentação e ao trabalho intensificando a insegurança alimentar. A vida centrou-se no ambiente doméstico, onde o trabalho reprodutivo e o cuidado com os/as entes familiares sobrecarregaram ainda mais essas sujeitas junto ao medo eminente da morte de familiares e amigos/as colaborando, assim, com esse quadro de adoecimento e violência.

Uma das principais constatações da pesquisa é a perenidade da violência doméstica contra as mulheres, em que pese sua sazonalidade conjuntural, ou seja, é possível identificar que a depender da conjuntura econômica e política veremos aumento dos índices e, também relativa diminuição, maior ou menor investimento em políticas públicas que, de fato, façam o enfrentamento a essa realidade para além do atendimento mais imediato.

Nessa década, com a ascensão da extrema direita, funcional ao neoliberalismo, nos deparamos com o crescimento exponencial da violência. Poderíamos dizer que a visibilidade cotidiana das ocorrências dos feminicídios não significa necessariamente aumento. Ao contrário, poderia indicar desocultamento, maiores condições de as mulheres denunciarem. Mas, ainda que isso seja verdade só o é parcialmente. É para a totalidade que precisamos dirigir a análise. Nos últimos anos, em especial a partir de 2016 no Brasil, houve desinvestimento nas políticas de combate à violência doméstica. Em plena pandemia, o portal da Câmara dos Deputados (2020) apontou que dos mais de 120 milhões previstos no orçamento, apenas 5,6 tinham sido investidos nas políticas afins. Como Faladeiras (2020, p .6), afirmou:

A violência doméstica não é apenas algo da ordem individual/pontual, que acontece apenas com uma determinada relação afetiva/familiar. Tais situações não se resolvem por si, sem a ação efetiva e intervenção de políticas estatais e públicas, bem como demandam alterações estruturais na forma de relação social vigente. [...] Portanto, com o aumento das situações de violência, a diminuição da renda, desemprego, restrição do acesso aos serviços e canais de denúncia, essas ações precisam ser, urgentemente, intensificadas.

Daí podemos apontar dois aspectos que parecem fundamentais: a violência doméstica é uma das expressões mais contundentes e recorrentes da ordem patriarcal de gênero. A subjugação física, psicológica, emocional, patrimonial coaduna com destruição objetiva e subjetiva do ser social. Isso nos leva ao segundo aspecto. Logo, a violência impõe a opressão como lógica de dominação naturalizando-a e favorecendo a combinação com a exploração. Portanto, é preciso apreender que não se resolve e se enfrenta essa dura realidade sem o

conjunto de medidas tanto no âmbito do Estado no que diz respeito às políticas públicas, como na esfera das transformações estruturais da ordem econômica e social vigentes.

Não por acaso, as mulheres do MMTR-PE vivenciam contextos de violência e priorizaram ações de formação e de luta por direitos vinculados à temática. A identificação da formação feminista e, em especial, desde a infância com as meninas no Projeto Malala mostra a maturidade da construção de um projeto societário que preza pela liberdade e igualdade em diálogo com as futuras gerações, o que responde a uma das necessidades do movimento, como Josefa nos trouxe que é a de renovar o movimento junto com a juventude.

Não se trata de conseguir achar a melhor equação para lidar com tamanho desafio que é a violência doméstica, até porque ao se dedicar a essa empreitada, certamente haverá o equívoco de enquadrar as complexas contradições em manuais de conduta que só favoreceriam o status quo. Saffioti apresenta o nó entre capitalismo, racismo e patriarcado em sua obra de 1987, e dirá que:

Há uma estrutura de poder que unifica as três ordens – de gênero, de raça/etnia e de classe social-, embora as análises tendam a separá-las. Aliás, o prejuízo científico e político não advém da separação para fins analíticos, mas sim da ausência do caminho inverso: a síntese (Saffioti, 2004, p. 125).

O que se pretende acentuar aqui é que na perspectiva estratégica e tática do MMTR-PE não foi possível prescindir dessa síntese. Como foi visto, uma entidade sindical de luta por direitos trabalhistas por natureza social e jurídica, precisou dar conta de pautas das mulheres pela constatação da opressão dessas. Precisou e precisa pautar temas que secularmente foram naturalizados para justificar a subordinação das mulheres e, por conseguinte, servindo a reprodução das relações sociais capitalistas. Essas sujeitas compreendendo que o patriarcado tem sua base material na discriminação das mulheres no mundo do trabalho na marginalização dos processos políticos deliberativos, mas também no controle que os homens assumem sobre os seus corpos, como nos ensina Saffioti (2015), formataram as suas lutas tanto nos espaços públicos de poder e quanto no ambiente doméstico.

Por isso mesmo, direção e perspectiva importam e se faz prioridade desde o início do movimento a garantia de espaços formativos, onde foram tecendo a partir do compartilhamento de suas vivências e sonhos de um novo mundo, um feminismo que dialoga com suas necessidades. Espaços esses em que elas poderiam trocar memórias, histórias e experiências sem a presença da dominação masculina para de forma auto-organizada alcancem um dos objetivos do movimento que é a construção da autoestima. O que implica forjar uma identidade coletiva em torno do reconhecimento das opressões que determinam

suas vidas. Foi nesse caminho do (re)conhecer-se que passaram da vergonha de serem mulheres, negras, trabalhadoras rurais, nordestinas e pobres para o orgulho dessas características que dão contorno às suas identidades e identificação com a luta coletiva. Como disse Elisete:

Eu sempre digo o seguinte, as trabalhadoras rurais só se assumem como trabalhadoras rurais quando elas se pertencem naquele ambiente, naquele espaço ela se vê como mulher trabalhadora rural. E, até um dia desses a gente não dizia que é trabalhadora rural, porque tinha vergonha de dizer isso, porque a sociedade sentia nojo e vergonha da gente, além de ser preta, pobre, morar no sítio e ainda ser trabalhadora rural, isso foi uma luta muito grande, porque quando a gente começou a se aposentar, a gente precisava da qualidade da trabalhadora rural para aposentar e nos nossos documentos só tinha “doméstica”, “do lar” e tinha outras, mas não tinha trabalhadora rural. Porque será que não podia ter trabalhadora rural? Porque a sociedade fazia com que a gente negasse isso, a gente tinha vergonha, muitas de nós deram esse depoimento nas reuniões do Movimento, “eu nunca me assumi como trabalhadora rural porque eu tinha vergonha”, “eu nunca me assumi como negra porque eu tinha vergonha de dizer que era negra”, porque quando a gente era pequena chamava de “nega safada” uma filha sua, aí quando a gente cresce e as pessoas vem taxar a gente com isso, a gente fica para morrer, né, eu não queria que ninguém chamasse de “nega safada”... Hoje a gente não tem mais preconceito de dizer que é nordestina, né, hoje a gente se assume como mulher negra, meio rural, trabalhadora rural e nordestina com muito orgulho. Mas isso foi um processo de formação contínuo de muito tempo, para que a gente pudesse assumir essas qualidades que a gente tem enquanto mulher, enquanto mulher nordestina, enquanto negra, enquanto mulher do campo, da roça (Elizete).

Por isso, o rural do feminismo não é apenas um adjetivo ou para alguns/mas teóricos/as poderia ser interpretado como uma fragmentação da luta, ele se mostra em síntese como uma estratégia de garantir visibilidade às questões específicas das mulheres rurais perpassadas por determinantes da realidade social e econômica que as afetam de formas particulares. Ele reconhece a existência e resistência de sujeitas que ao narrarem suas histórias se conectam e se fortalecem para enfrentar as múltiplas expressões da Questão Social, não mais na solidão de quem vive as intempéries do clima e das explorações isoladamente, mas na organização coletiva. O feminismo rural é construído e reconstruído nos marcos das aproximações e distanciamentos do feminismo hegemônico da academia, é a síntese do horizonte ético-político de suas ações que também disputam a produção de conhecimento e tornam essas mulheres protagonistas dos saberes que semeiam.

Os pressupostos teóricos e metodológicos do feminismo rural é um tema latente a ser pesquisado não para dizer a elas qual caminho teórico deve ser seguido, mas para aprender com elas uma práxis feminista que certamente pode contribuir com o movimento feminista latinoamericano. Ao que nos parece, o feminismo rural certamente compõe o conceito de feminismo popular que Bezerra (2020) aponta como uma práxis feminista de mulheres que

protagonizam projeto societário por emancipação humana. Este que tem relações com o feminismo socialista, especialmente nos movimentos populares da América Latina onde suas experiências questionam a colonização e incorporam conteúdos antipatriarcal, anticolonial e anticapitalista. O feminismo popular tem se forjado como um movimento de transformação do mundo agregando as reivindicações de setores populares da sociedade criando resistência, inclusive contra a hegemonia de um feminismo de concepção liberal que disputa projetos políticos.

A pesquisa também evidenciou que o financiamento de projetos por entidades externas ao movimento não resultou em uma flexibilização de suas estratégias e pautas, demonstrando um compromisso com a autonomia do MMTR-PE, sobretudo com a priorização da política de financiamento realizada com bases na solidariedade que as unem, assim como a auto-organização que alicerça as condições que as levaram a se reconhecerem como sujeitas políticas. Nitidamente elas escolheram, mesmo com a escassez de recursos, não correrem o risco de ao lutar para o fim da dominação masculina acabarem atadas à dominação de agências de fomento e suas exigências.

A questão das metamorfoses do trabalho no meio rural trazida especialmente pela companheira Josefa com as suas problematizações em torno da devastação ambiental promovida por empresas da indústria têxtil e o uso exponencial de água em uma região com escassez desse recurso é um tema indicado para estudos futuros. Especialmente, quanto à exploração da força de trabalho das mulheres rurais e a consequência em saúde mental, realidade esta que pude testemunhar enquanto estive no estágio da Residência em Saúde do campo em Caruaru-PE em fevereiro de 2019.

Josefa foi quem me ensinou sobre essa complexidade que influencia inclusive os entendimentos do que é ser uma mulher rural e isso, certamente, vai muito além do espaço ocupacional que atuam, diz muito mais sobre seus modos de vida na relação com a natureza e cultura. Dimensões da vida rural que têm sido ameaçadas pelo modo de produção capitalista que busca homogeneizar as relações não têm acontecido sem enfrentamentos das populações tradicionais, também quando resgatam seus saberes ancestrais na agroecologia. Essa prática de produção de alimentos e novas relações sociais, como a companheira lembra, não ocorre sem o feminismo. Sem feminismo não há agroecologia!

Entre tantos aprendizados com Ilda, alguns me deram pistas dos sentidos desse modo de vida e a relação com a agroecologia como práxis feminista. Essa companheira seguirá sendo inspiração de resiliência que se forjou também no constante resgate de aprendizados ancestrais e na busca pela cura de suas dores objetivas e subjetivas a partir da natureza, se

reintegrando a ela, indo na contramão da sociabilidade capitalista que nos apartou dessa integração indivíduo/natureza.

Certamente concluo esse trabalho sendo transformada enquanto sujeita política nas múltiplas dimensões da vida cotidiana. Como profissional do Serviço Social que lida diretamente com as violências promovidas pelo Estado contra a população usuária das políticas públicas, quando este negligencia respostas efetivas no combate à violência doméstica. Quanto a esse tema em específico, Elizete me inspira ao relatar sobre aguardar o tempo de cada mulher sem julgamentos e ao mesmo tempo sem esmorecer, se fazendo presente em suas vidas como apoio e lembrete de que é possível tecer uma rede de solidariedade para enfrentar tal realidade.

Com Dora, ratifiquei minhas impressões sobre a problemática de uma resposta policialesca para o enfrentamento da violência doméstica com a promoção da violência de Estado contra os agressores como única alternativa, pois sabemos que isso tece brechas para maior encarceramento da população negra. Tema a ser aprofundado futuramente. Vale destacar a fala da companheira:

Semana passada eu estava em uma atividade, e a Secretaria da Mulher levou a Patrulha Maria da Penha, aí eu fico assim sabe, eu não aguento mais aquele babado de militar feminino dizendo as coisas que fez, e eu penso “poxa, e o que não fez e que deveria fazer, no sentido do cumprimento, combate à violência, e não faz”. Se não tiver um cuidado, patrulha passa a ser uma ameaça (Dora).

Entre outros aprendizados de Dora que carregarei, fica também a sede pela luta de figuras históricas como ela que tece sua militância com prioridade no trabalho de base. Todos os ensinamentos de Ana Paula também permitiram me (re)conhecer, nos nossos encontros presenciais e virtuais, em trocas quase que diárias em certos momentos pelo aplicativo WhatsApp, o quanto essa companheira me instigava intelectualmente. Ela é exemplo do compromisso que a nossa geração (temos a mesma idade) tem que assumir para a luta camponesa feminista se perpetuar. O seu esperar a partir das experiências de solidariedade que vivenciou com as suas companheiras durante a pandemia que a fez perceber que diante de tanto sofrimento coletivo, houve aprendizados que redirecionam os enfrentamentos com afeto e companheirismo de classe. Assim, quando trazia questionamentos em torno da necessidade de rever o conteúdo das formações para englobar outras temáticas e dar conta da realidade que é sempre mutável, histórica e nos traz novos desafios com as desigualdades sociais cada vez mais expressivas.

O relatório da *Oxfam* (2024, s/p) comprova que a desigualdade social ampliou no mundo e que “Nos próximos 10 anos o mundo poderá ter seu primeiro trilionário, mas levará quase 230 anos para acabar com a pobreza”. Parece-nos que, para além da constatação, para os movimentos sociais identificados com a radicalidade que modificará as relações sociais, o desafio fundamental é construir táticas afinadas com estratégias que caminhem na direção da ruptura com a ordem.

Uma delas é a relação com o Estado, deste modo, Meszáros (2015) é provocativo: entre a máxima socialismo ou barbárie, dirá que será barbárie se tivermos sorte! A invasão sociometabólica do capital sobre a vida se dá pela crise estrutural do capital e sua incontrollabilidade. As crises cíclicas foram superadas pela exaustão de medidas ortodoxas. As sucessivas crises foram corroendo tais possibilidades em nome da manutenção da ganância. A destruição socioambiental, a incapacidade em conter conflitos bélicos – além de alimentá-los, configuram o tempo presente de situações largadas à própria sorte. Basta olhar para as guerras contemporâneas, enormes campos de refugiados/as que se ampliam em detrimento do avanço de políticas xenofóbicas.

O mesmo autor indica que durante anos a esquerda se debruçou em traçar processos de reformas, como mecanismos essenciais para o adensamento de condições para a revolução. Assim, a disputa pelo Estado e sua ampliação tinham papel central. Não deixa de ser importante, como ele próprio afirma, mas há que se apurar a análise da crise capitalista e seu desenvolvimento para verificar que o poder acomoda e enreda a radicalidade. Portanto, é preciso aliar a construção material de alternativas ao capital pelo protagonismo autônomo dos movimentos.

Nos remetendo ao que Dora declarou e foi exposto na última subseção sobre a problemática de algumas figuras feministas terem sido cooptadas ao assumir cargos políticos dentro do Estado. Como ela mesma disse, é para isso que o feminismo luta, para ocuparmos o poder, mas é preciso que essas sujeitas que se forjaram politicamente nos movimentos sociais retornem aos seus locais de origem para que a base dê contornos à sua atuação. E não ao contrário, pois ao assumirem esses espaços de poder acabam por desfalcarem os movimentos populares com suas ausências, o que corrobora com o desafio atual apontado por essa companheira que é o desânimo das lideranças e a fragilidade no trabalho de base.

O aprendizado com a atuação política dessas militantes tem trazido os sentidos e significados do grito de protesto: *A revolução será feminista ou não será!* ao evidenciar nos resultados da pesquisa as ações de solidariedade como uma prática cotidiana para o fortalecimento da classe trabalhadora, consolidada em um trabalho de base que se espraia

entre os/as sujeitos/as munido de direcionamento político. O trabalho feminino remunerado e o não remunerado estrutura o modo capitalista desde sua acumulação primitiva como problematizado na dissertação. Com isso, não é possível para a esquerda masculina se manter alheia a essa realidade para construir a revolução.

Concluo esse trabalho com questionamentos em torno da atuação da esquerda brasileira no que me parece a ausência de esforços para construir outra alternativa no jogo eleitoral presidencial, antes que sejamos novamente lançados/as no colo da extrema direita. Aponto como perspectiva o necessário reconhecimento de ações políticas que vêm sendo consolidadas nos territórios das populações tradicionais e nas favelas urbanas. Para aprendermos e fortalecermos essas experiências de solidariedade que envolve todos compartilhando o que têm e não somente como uma carestia de um/a sujeito/a que doa e o/a outro/a recebe.

Quanto às experiências de solidariedade durante a pandemia, convém lembrarmos do exemplo emblemático da organização dos/as moradores/as do bairro Paraisópolis em São Paulo-SP, uma das maiores favelas do Brasil. Para conter a política de morte do presidente com o abandono das periferias, a população desse bairro implementou ações articuladas e coletivas para conter a contaminação do vírus e garantir atendimento de saúde aos/às infectados/as. Para isso, construíram um sistema de “presidentes/as de rua” para monitorar os sintomas da população local; contrataram ambulâncias e médicos/as; capacitaram moradores/as para atuarem como socorristas. Assim como ocuparam duas escolas públicas estaduais para garantir o isolamento das pessoas infectadas. Contra-atacaram, assim como as mulheres rurais, para manterem-se vivos/as, o que resultou no índice de contaminação abaixo da média do município.

Será que enquanto esquerda estamos potencializando essas experiências e nos deslocando de espaços privilegiados/confortáveis para o trabalho de base nos territórios? Finalizo com a provocação que reverbera em mim quando ouvi da fala da indígena guarani Geni Papos na Feira Literária de Livros de Paraty Independente (FLIPEI) de 2023. Quando se referia à esperança, Geni nos consternou com a seguinte afirmação: nós (indígenas) não precisamos de uma utopia de um mundo melhor a partir de ideias eurocêntricas, isso seria como a chegada de uma caravela epistemológica. Porque nós (indígenas) já sabemos e vivemos em um mundo melhor que nos foi tirado pelo homem branco. Concluo com o esperar das mulheres rurais sobre a possibilidade de construir o bem-viver em um novo mundo onde as relações sociais sejam pautadas na supressão das explorações e dominações.

REFERÊNCIAS

AIRAS, Santiane. A luta feminista frente ao avanço do conservadorismo. In. **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. Danilo Enrico Martuscelli (org.) - 1º ed. - Chapecó, Coleção marxismo21, 2020.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23. 1995.

_____. “Post-Scriptum” In ANDERSON, Perry **A Crise da Crise do Marxismo-introdução a um debate contemporâneo**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Brasiliense, p. 99-123. 1987.

ARAÚJO, Gabriela Monteiro. **Relações de poder e a resiliência das feministas rurais no Nordeste**. Anais do 18º REDOR. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife – PE. 2014a.

_____. SANTANA, Maria Verônica. **A Escola Feminista: uma experiência de pedagogia feminista rural no Nordeste do Brasil**. Anais do V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, 2017b.

ARAÚJO, R. T. **A Relação entre a Redução das Ocupações de Terra e as Mudanças no Confronto em torno da Reforma Agrária no Brasil**. Revista InSURgência. v.1, n.2 Brasília, 2015c.

ALMEIDA, Vanete. **Ser mulher num mundo dos homens** / Vanete Almeida; entrevista à Cornélia Perisius. Serra Talhada: Universal, 1995 - MMTR-NE/THRESHOLD FOUNDATION. 229 pg.

AZEVEDO, Maria Theresa. **Memórias Clandestinas**. Documentário sobre Alexina Crespo). NEAD, 2007.

BACELAR, Tânia. **A máquina da desigualdade**. Artigo publicado na Revista *Le Monde Diplomatique* Brasil, 2007. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-maquina-da-desigualdade/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BARROS, Ilena Felipe. **Nas trilhas do crédito fundiário: a luta pela sobrevivência entre a terra entre a terra e o assalariamento na agroindústria canavieira de Pernambuco**. Tese de doutorado apresentada no Programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife – PE. 2014.

_____. **A inserção das mulheres na luta pela terra: movimento de participação e/ou submissão?** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal-RN. 2005

BERNARDES, Denis A. de M. **Nordeste: notas sobre a gênese da questão regional**. Revista Brasileira de História. São Paulo, 1, 2: 207 – 217, set. 1981.

BEZERRA, Elaine. A revolução será feminista ou não será! In: **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. MARTUSCELLI, Danilo Enrico (org.) – 1º ed. – Chapecó, Coleção marxismo21, 2020.

BRAGA, Ruy. O fim do lulismo. In. **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise. SINGER, André et al.; organização Ivana Jinking, Kim Doria, Murilo Cleto. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRASIL. **Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2015**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso em: 06 jun. 2023.]

BRASIL. **Agricultura Familiar**. Ministério da Agricultura e Pecuária. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 19 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de política agrícola. **Plano Safra 2019-2020**. 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2019-2020/view>. Acesso em: 15. jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020**. Institui o Fundo Garantidor Solidário (FGS); dispõe sobre o patrimônio rural em afetação, a Cédula Imobiliária Rural (CIR), a escrituração de títulos de crédito e a concessão de subvenção econômica para empresas cerealistas. Brasília: Presidência da República, 2020a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13986.htm. Acessado em 15.01.2024

BRASIL. **Lei nº 14.048, de 24 de agosto de 2020**. Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19. Brasília: Presidência da República, 2020c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14048.htm. Acesso em: 15.jan. 2024.

CAPONI, Sandra. **Covid-19 no Brasil:** entre o negacionismo e a razão neoliberal. Publicado em revista Estudos Avançados nº 34, 2020.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo, Brasil 1962-1985:** Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011.

CARNEIRO, José Maria. **Mulheres no campo:** notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. Revista Estudo Sociedade e Agricultura. V. 2. nº 1. UFRRJ. 1987.

CARTA POLÍTICA DOS 30 ANOS DO MMTR. Publicada no site da Marcha Mundial das Mulheres. 1p. 2016. Disponível em <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/08/Carta-pol%C3%ADtica.pdf>. Acesso em: 24.07.2023.

CARVALHO, Cristina Rodrigues. COSTA, Maria Aparecida Tenório Salvador. **A trajetória do movimento das mulheres trabalhadoras rurais do sertão central de Pernambuco: 1984 – 2015.** Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.24, n.2, 2017.

CASTILLO, Rosalva Aída Hernández. Feminismos poscoloniales reflexiones desde El sur del Rio Bravo. In. NAVAZ, Liliana Suarez; HERNANDEZ, Rosalva Aída. **Decolonizando el feminismo teorías y prácticas desde los márgenes.** Madrid: Cátedra/ Universidade de Valência/ Instituto de La Mujer, pp. 75-113, 2008.

CAVALCANTI, Leandro Vieira; SOUSA, Jackson Araujo de. **O desmonte das políticas públicas de convivência com o semiárido pelo governo Bolsonaro.** In. Revista ANPEGE. v. 16. n° 29, 2020.

CHAGAS, Juary. **“O lugar de fala” nos movimentos:** pressupostos teóricos pós-modernos, materialização prática fragmentária. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, de 02 a 07 de dezembro. 2018. Vitória (ES) ABEPSS; CFESS; ENESSO;

CRESS-DF, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/issue/view/938>. Acesso em: 25 ago. 2023.

CRUZ, Bruno de Oliveira; OLIVEIRA, Carlos Wagner de Albuquerque; CASTRO, Cesar Nunes de; RIBEIRO, Marcio Bruno; PEREIRA, Rafael H.M. **Uma contribuição ao debate sobre o desenvolvimento regional do Nordeste.** IPEA. Boletim Regional Urbano e Ambiental. 22. jan - jun. 2020.

COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST.** In. Revista São Paulo em Perspectiva, 15 (4). 2001.

CONTINI, E.; ARAGÃO, A. **O Agro Brasileiro alimenta 800 milhões de pessoas.** Brasília: Embrapa, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/59784047/o-agro-brasileiro-alimenta-800-milhoes-de-pessoas-diz-estudo-da-embrapa>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira; MELO, Cavalcanti Santana de; SILVEIRA, Sandra Maria Batista da. **A trajetória de Vanete Almeida e as lutas por igualdade de gênero, raça e classe em contextos rurais.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

COUTO, Marlei. **Governo Lula mantém representação feminina do mesmo tamanho que a gestão Bolsonaro.** O Globo, 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/11/06/governo-lula-mantem-representacao-feminina-do-mesmo-tamanho-que-a-gestao-bolsonaro-veja-setores-mais-desiguais.ghtml>. Acessado em 21.01.2024. Acesso em: 25 jan. 2024.

CUNHA, Elcemir Paço; REZENDE, Thiago Dutra Holanda. **Participação e miséria brasileira:** o participacionismo nas condições de possibilidade do capitalismo no Brasil, Rev. Adm. Pública v. 52 (3) Mai-Jun, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612171569>. Acesso em: 20 dez. 2023.

EVARISTO, Conceição. Vozes-Mulheres. In: **Poemas da Recordação e outros movimentos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FALADEIRAS, ISOLAMENTO SOCIAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE: **Revista Extensio**, UFSC, 2020.

FEDERICI, Silvia. Mulheres, dinheiro e a dívida: notas para um movimento feminista de reapropriação. In. **Quem Deve a Quem?** Ensaios transnacionais da desobediência financeira. Organização: Silvia Federici, Verónica Gago e Luci Cavallero. 208 p. São Paulo: Elefante, 2023.

_____. **O Patriarcado do Salário**. Editora Boitempo, 2021.

_____. **Mulheres e a caça às bruxas**. Editora Boitempo. 2019.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de uma interpretação sociológica. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FIALHO, Bernardo; BASSI, Bruno Stankevicius; INDRIUNAS, Luís; RAMOS, Mariana Franco. PITTELKOW, Nanci. **As Origens Agrárias do Terror do Golpe**. Pesquisa realizada pelo Observatório do agronegócio no Brasil - De Olho nos Ruralistas. Maio de 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Relatório violência doméstica na pandemia 2021**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contramulher-2021-v5.pdf>. ISBN 978-65-89596-25-7. Acesso em: 10 jan. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; DECODE. Relatório violência doméstica na pandemia 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/05/violencia-domestica-covid-19-v4.pdf>. ISBN 978-65-89596-03-5. Acesso em: 10 jan. 2024.

FREIRE, Paulo; FAUNTES, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Coleção Educação e Comunicação: v.15. 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GAGO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. **Pedagogia da Semeadura**: a construção de saberes pelo movimento de mulheres camponesas no Programa de Sementes Crioulas. 1. ed. – São Paulo: Dialogar, 2018.

GIANNOTTI, V. **A História da Luta dos Trabalhadores no Brasil**, Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. 1º ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOHN, M. G. Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina, In **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008

GURGEL, Claudio; JUSTEN, Agatha. **Estado de bem-estar social no Brasil: uma revisão ou a crise e o fim do “espírito de Dunquerque”**. Cad. EBAPE.BR, v. 19, nº 3, Rio de Janeiro,

GURGEL, Telma. **Feminismos no Brasil contemporâneo: apontamentos críticos e desafios organizativos**. *Temporalis*, 14(27), pp. 57–76, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n27p57-76>. Acesso em: 10 dez. 2023.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla – 2º ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IANNI, Otávio. **A questão Social**. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo, 1991

JALIL, Laeticia Medeiros; COSTA, Michelly Aragão Guimarães; SILVA, Luiza Carolina; OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima. O Impacto da COVID-19 na vida das mulheres rurais do nordeste do Brasil. In: **Convergências e divergências: mulheres, feminismos e agroecologia**. GT Mulheres da ABA. v. 16 n. 1. p. 1-13, 2021. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6621>. Acesso em: 25 ago. 2023.

JUNIOR, Boito Armando. Os atores e o enredo da crise política. In. **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. André SINGER, André [et. al]; organização Ivana Jinking, Kim Doria, Murilo Cleto. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

JUNIOR, Caio Prado. **A questão Agrária**. 1º ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 188p. 1979.

LASKI, H. J. **O Manifesto Comunista de Marx e Engels**, Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1982

LEITE, Maria da Soledade. Tanta terra perdida sem semente/ Tanta sem terra para plantar. In: **Nossa História em Poesia: poemas reunidos**. 2016, p. 118.

LINDÔSO, Raquel Oliveira; BEZERRA, Elaine Mauricio. **Trilhas e saberes compartilhados no feminismo rural: entrevista com Verônica Santana**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n376726>. Acesso em: 25 ago. 2023.

MARINI, Ruy Mauro; SPELLER, Paulo. **A universidade brasileira**. Texto publicado originalmente na Revista de Educación Superior, nº22, México, Abril-Junho, 1977. A tradução do espanhol ao português é de Fernando Correa Prado, com revisão de Rodrigo Castelo Branco e Vitor Hugo Tonin. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1977/06/41.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2023.

MARIZ, Silviana Fernandes. **Paulo Freire, Bell Hocks e a construção de uma pedagogia feminista crítica**. Publicado na Revista Olhares, do Departamento de Educação da UNIFESP. v. 9. n.3 – Guarulhos, novembro de 2021.

MARX, K. **A Questão Judaica**, São Paulo: Editora Moraes, 2ª edição, 1991.

MEDEIROS, Leonilde Sérvilo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro. Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 1989.

MEDEIROS, Cleyber Nascimento de. **Mapeamento da concentração de posse da terra na região nordeste e no estado do Ceará – 1970/2006**. Instituto de Pesquisa e Estratégia Economia do Ceará – IPECE. Textos para discussão – nº 115 - Janeiro de 2016.

MENDES, Isabelle. **Elizabeth Teixeira - Mulher, Mãe e Militante**. Disponível em <https://silo.tips/download/elizabeth-teixeira-mulher-mae-e-militante> Organizadora Isabelle Mendes. 29p. 2011. Acesso em: 15 abr. 2023.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. 2ª.ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A Montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**; 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015

MINAYO, Maria Cecília de Souza. DESLANDES, Suely, Ferreira. GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Org. Maria Cecília de Souza Minayo. Petrópolis – RJ. Vozes, 2016.

MORAES, Lorena Lima de; SIEBER, Shana Sampaio; FUNARI, Juliana Nascimento. **Mulheres lideranças rurais, participação política e trabalho de cuidado durante a pandemia de COVID-19**. Revista Inter-Legere. Vol. 3, n °28, 2020.

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo - de onde vem, para onde vai?** SENAC, 2001.

MOREIRA, Maria Regina Ávila. **A constituição de Gênero no Serviço Social: um estudo a partir de assistentes sociais e empregadores**. São Paulo: PUC (tese de doutorado), 2003. 233 p.

MONTEIRO, T,N. Como pode um povo vivo viver nesta carestia: o Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). **Dissertação Mestrado**. 245 p. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP: São Paulo, 2015.

MMTR-NE. **A Estrada da Sabedoria: Sistematizando os Caminhos Para a Formação de Educadoras Rurais do Nordeste – 1994-2006**. 2. ed. Caruaru, 2008.

_____. Produção Coletiva das Mulheres do *et al.* Pedagogia do MMTR-NE: mulheres na produção e reprodução de conhecimento. In: **Autonomia e Luta: experiências de Metodologias Feministas**, Recife, p. 85. Produção coletiva das mulheres do MMTR-NE construída a partir da Oficina de Sistematização, realizada em outubro de 2015 no Assentamento Vitória da União – Santa Luzia do Itanhi-SE, 2017.

_____. **VI Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste do Brasil**. Caucaia-CE, 16 a 19 de julho de 1992.

_____. **Relatório do V Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste.** Natal-RN, 6 a 8 de julho de 1990.

_____. **Cartilha Comemoração.** (s/p, s/a).

_____. **Relatório do 3º Encontro Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais.** Olinda - PE, 12-14 de agosto de 1988a.

_____. **III Encontro Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais.** Mulheres do Nordeste – articulação e organização. Olinda-PE, 12 a 14 de agosto de 1988b.

_____. **Relatório I Encontro das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste.** João Pessoa, 4 a 7 de maio de 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião:** SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **A questão regional:** a hegemonia inacabada. Revista Estudos Avançados. v. 7 (18), 1993.

OXFAM. **Desigualdade S.A.** Oxfam. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/desigualdade-s-a/> Acesso em: 20 jan. 2024.

PATEMAN, Carole, **Participação e teoria democrática.** Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERPETUA, Guilherme Marini. HECK, Fernando Mendonça. JUNIOR, Antonio Thomaz. **A questão agrária e o trabalhador rural nos governos Temer e Bolsonaro:** ascensão da extrema-direita e retrocessos sociais no Brasil do pós-golpe. Publicado na Revista ANPEGE. v. 16. nº 29. Ano 2020.

POMPERMAIER, Armando. **O horizonte do governo eleito de Jair Bolsonaro e o aprofundamento do projeto de país do Golpe de Estado de 2016.** Esquerda Online, 2016. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/11/23/o-horizonte-do-governo-eleito-de-jair-bolsonaro-e-o-aprofundamento-do-projeto-de-pais-do-golpe-de-estado-de-2016/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

QUARTIM, Maria Lygia. **1943 - Mulheres em movimento:** o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política. São Paulo: Nobel Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

REDE PENSSAN. **Inquérito nacional sobre a insegurança alimentar no contexto de pandemia da Covid-19 no Brasil.** 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 15 jan. 2024.

RODRIGUES, Emanuelle; FALCÃO, Carolina Cavalcanti. **Família de Deus, Valores Neoliberais:** Damares Alves e a Depuração de Direitos. Artigo publicado em Revista *Relegens Thréskeia*. UFPR. V.10 N2. 2021, pp. 54 – 77.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Não há Revolução sem teoria.** In. Gênero patriarcado violência. – 2ºed. – São Paulo: Expressão Popular. 160p. 2015.

_____. **O poder do macho.** Sao Paulo: Moderna, 1987. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes_de_genero/safiotti_heleieth_-_o_poder_do_macho.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

_____. **Gênero, patriarcado e violência.** 2º ed. – São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, M; GLASS, V. (org.). **Atlas do agronegócio:** fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2018/09/04/atlas-do-agronegocio-fatos-e-numeros-sobre-corporacoes-que-controlam-o-que-comemos>. Acesso em: 29 jul. 2021.

SANTOS, Nivalter Aires dos. **A questão nordestina na formação econômica-social brasileira:** reflexões sobre o Estado, as lutas de classe e o desenvolvimento desigual. Tese de doutorado apresentado no Programa de pós-graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal – RN. Abril, 2021.

SAUER, Sérgio. LEITE, Zuniga Leite. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **Agenda Política da Terra no Governo Bolsonaro.** Revista ANPEGE. v. 16. nº 29. Ano 2020.

STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil:** o debate tradicional - 1500-1960. João Pedro Stédile (org); Douglas Estevam (assistente de pesquisa). 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 304p.

SILVA, Carmen Silva Maria da. **Feminismo popular na AMB:** uma experiência brasileira. 2016 a. In. Enfoques, Vol. 15, dezembro, 2016 – pg. 147-163. Revista de alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ.

_____. **Questão Agrária.** Dicionário da Educação do Campo. CALDART; Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTAJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012b.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode um subalterno falar?** Tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte, Minas Gerais. Editora UFMG. 2010. 133p.

SOUZA, C. A.; PEREIRA, C. G. **Movimentos sociais,** Salvador: UFBA, Faculdade de Direito; Superintendência de Educação a Distância, 2022.

SOUZA, J. H. **Como se faz Análise de Conjuntura,** 27ª.edição. Vozes: Rio de Janeiro, 1984

TERRA DE DIREITOS; JUSTIÇA GLOBAL. **Violência política e eleitoral do Brasil:** panorama das violações de direitos humanos entre 2 de setembro de 2020 e 2 de outubro de 2022.

THAYER, Millie. **Feminismo transnacional:** re-lendo Joan Scott no sertão. Revista Estudos Feministas. V.9. n°1. 2001.

TRATENBERG, Maurício. **Administração e Ideologia.** 3ª. Ed. Revisada: São Paulo, UNESP, 2005.

THOMPSON. E. P. Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros – uma crítica ao pensamento de Althusser”: Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981 (tradução Valtenir Dutra)

THOMPSON, P. A Voz do Passado – História Oral: São Paulo, Editora Paz e Terra, 1991.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis.** 2ªed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – Clacso: São Paulo: Expressão Popular, Brasil. 448p. 2011.

VIANA, P. **Referência completa, Confusões semânticas e migrações internacionais.** Dossiê Migrações Internacionais Contemporâneas, MEDIAÇÕES, Londrina, v. 22 n. 1, pp. 48-79, jan-jun. 2017.

VIEIRA, Iasmim de Araújo. Santos, Valquíria Severina dos. **Produções agroecológicas de Mulheres no Nordeste do Brasil:** a experiência do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste. Anais do 18º REDOR. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife – PE. 2014.

_____. **“A Estrada da Sabedoria”:** a produção de conhecimento no interior do movimento da mulher trabalhadora rural do Nordeste (MMTR/NE). Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 2017

ZARZAR, Andrea Lorena Butto. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil:** a construção do sujeito feminista. Tese de doutorado apresentada no Programa de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. 276 p. 2017.

_____; HORA, Karla Emmanuela R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: **Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil.** LOPES, Adriana; ZARZAR, Andrea Butto (Orgs.). – Brasília: MDA, 2008.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Depois de 4 anos de um governo fascista, com a ofensiva de uma pauta retrógrada, em especial para as mulheres e lutas dos povos originários e do campo, tendo passado por uma pandemia, como avaliam os desafios na conjuntura atual para o feminismo e a luta pela terra?
2. Quais ações do MMTR-NE você identifica na história do movimento em relação à luta pela terra?
3. Como a luta pela terra é percebida nas formações e ações em torno da luta feminista?
4. Há uma perspectiva teórica e política sobre Reforma Agrária?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadora aluna: Pâmela Barreto Correa

Pesquisadora responsável: Prof. Dra. Maria Regina de Ávila Moreira

Prezada, NOME

Prezada Senhora, você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada: *“Tanta terra perdida sem semente, tanta gente sem terra para plantar: a importância da práxis feminista do MMTR-NE no contexto da luta pela terra”*, que será apresentada como trabalho de conclusão do curso de mestrado em Serviço Social, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O trabalho tem como objetivo analisar os desafios contemporâneos da luta feminista pela terra realizada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste, a partir das ações desenvolvidas e conteúdo das formações em relação ao tema. Para isso iremos analisar os materiais concedidos pela direção do MMTR-PE e os dados provenientes das entrevistas com militantes.

A sua participação é voluntária, e a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar o seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Sua presença nesta pesquisa consistirá na concessão de uma entrevista com questões norteadoras por um roteiro que será previamente enviado. Todas as questões terão relação com o objetivo

dessa pesquisa. Suas respostas serão transcritas e enviadas para você revisar o conteúdo, podendo acrescentar ou retirar informações. A entrevista acontecerá no mês de setembro, dia....., horário....., de forma online, com duração média de 2 horas, a partir de um link que será enviado no mesmo dia.

Considerando a resolução 466/12, que trata das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos, o desenvolvimento dessa pesquisa se dará visando o respeito à dignidade humana e em especial à proteção devida às/aos participantes. Com um direcionamento ético, essa pesquisa garante o sigilo e a privacidade da identidade em todas as etapas do processo, para isso os nomes serão resguardados e informações que possam identificar as sujeitas, visto que é restrito o número de participantes no escopo da pesquisa.

A sua participação nessa pesquisa não lhe oferece qualquer risco físico, psíquico, moral, intelectual, social, cultural, espiritual ou profissional. Você não terá custo ou quaisquer compensações financeiras. Os benefícios referem-se ao conhecimento que poderá ser produzido referente ao tema. A devolução dos resultados desta pesquisa ocorrerá através da apresentação e publicação desse trabalho, encaminhando posteriormente a todas as entrevistadas.

Para deixar de fazer parte da pesquisa e/ou caso tenha dúvidas em qualquer etapa, por favor entrar em contato com qualquer uma das pesquisadoras.

Eu _____

RG nº _____, tendo recebido detalhadamente as informações acima e ciente dos meus direitos, concordo em participar deste estudo e assino abaixo.

Termo disponibilizado em duas vias de igual conteúdo.

Florianópolis _____ / _____ / _____.

Assinatura da entrevistada

Assinatura da Professora Pesquisadora

Assinatura da Aluna Pesquisadora

Contatos:

Professora pesquisadora

Dra. Maria Regina Ávila Moreira (SIAPE)

Contato: telefone e e-mail

Aluna pesquisadora

Pâmela Barreto Correa

Contato: 12. 981130851 ou pamelabcorrea@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEPSH-UFSC)

Prédio Reitoria II, 4º andar, sala 401, localizado na Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222,

Trindade, Florianópolis. Telefone para contato: 3721-6094.